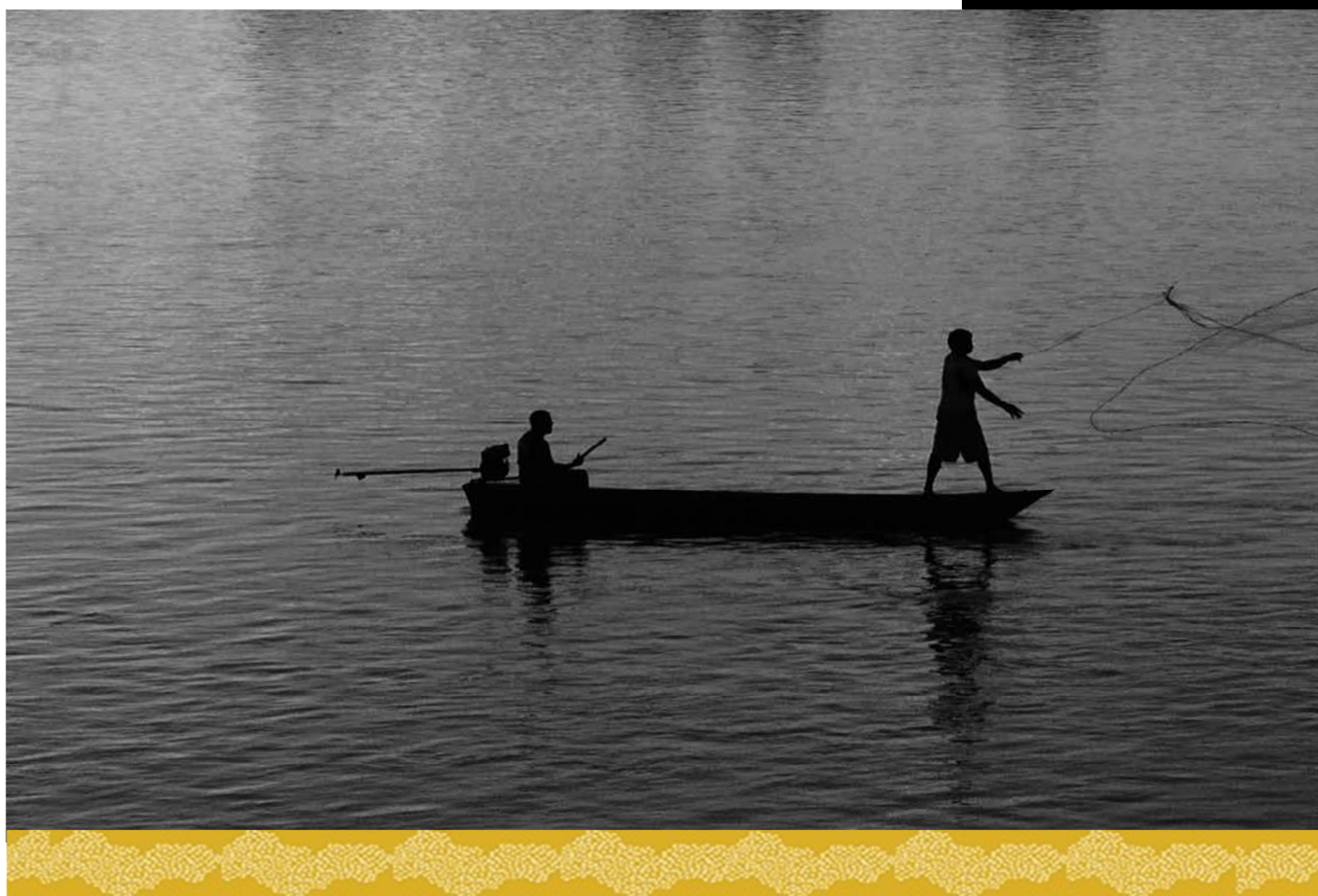


Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco – Inventário de Proteção ao Acervo Cultural



VOLUME IV

COMO CITAR:

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA/MG. Inventário Cultural de Proteção do Rio São Francisco, volume IV. Belo Horizonte: IEPHA/DPM/GPI, 2016. 924 p.

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Fernando Damata Pimentel

Governador

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Angelo Oswaldo de Araujo Santos

Secretária de Estado de Cultura

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Michele Abreu Arroyo

Presidente

Françoise Jean de Oliveira Souza

Diretora de Proteção e Memória

Luiz Guilherme Melo Brandão

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças

Soraia Aparecida Martins Farias

Diretor de Conservação e Restauro

Fernando Pimenta Marques

Diretor de Promoção

Luis Gustavo Molinari Mundim

Gerente de Patrimônio Imaterial

Coordenação Geral do Projeto

Ângela Cânfora Dolabela

Luis Gustavo Molinari Mundim

Tarcísio Guadalupe de Sá Ferreira Gomes

Coordenação Geral do Projeto

Breno Trindade da Silva

Débora Raíza C. Rocha Silva

Fabiele Cristina Santos Costa

Leonardo Augusto Silva de Freitas

Analistas IEPHA/MG

André Elias Ferreira de Oliveira Carvalho

Andreza Alves Velloso

Bruna Luísa de Paula

Gisele Caroline Raimundo

Guilherme Eugênio Moreira

Manoella Carvalho

Mariana Rabêlo de Farias

Paulo Ricardo Silva Rodrigues

Renata Lopes Pinto

Rodrigo Caixeta

Estagiários IEPHA/MG

Caroline Marques Flávio

Fundação de Apoio ao Desenvolvimento de Ensino

Superior do Norte de Minas

Instituto Opará

Karine Rodrigues Dias

Luiz Henrique Brás Barbosa Júnior

Maria Regina Antunes Carvalho

Matheus Phelipe Alves

Pedro Jardel Pereira

Prefeituras Municipais do Norte de Minas

Projeto Cidadania Ribeirinha – Assembleia Legislativa de

Minas Gerais ALMG

Colaboradores

Carla Cristina Barbosa
Cesar Henrique de Queiroz Porto
Denilson Meireles Barbosa
Coordenação NUHICRE/UNIMONTES

Carlos Caixeta de Queiroz
Cassio Alexandre da Silva
Flávia Alves Figueiredo Souza
Gustavo Henrique Gomes de Oliveira
Lenize Silva Vila Lobos
Maria Generosa Ferreira Souto
Nôila Ferreira Alencar
Patrícia Lopes da Silva
Raquel Helena de Mendonça e Paula
Rogério Jesus de Oliveira
Simone Narciso Lessa
Tiago da Silva Mourão
Analistas NUHICRE/UNIMONTES

Ariely Antunes
Caio Hudson Rabelo Alves
Elis Medrado Viana
Jorge Luiz Teixeira Ribas
Roberto Veríssimo Silva Junior
Estagiários NUHICRE/UNIMONTES

Sumário

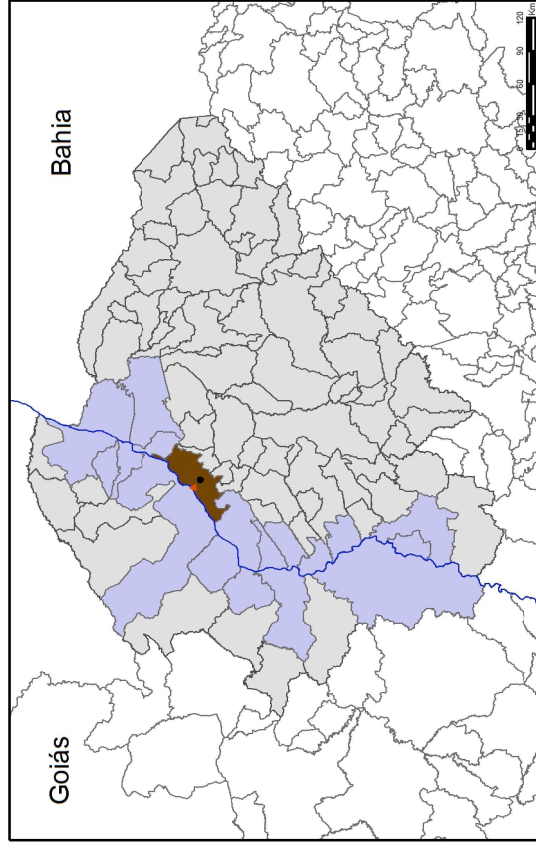
Pedras de Maria da Cruz	714
• Lista de Bens Identificados e Contatos	716
• Pedras de Maria da Cruz – Localidade	
○ Modo de Fazer Pilões e Gamelas	725
• Comunidade Quilombola de Palmeirinha – Localidade	734
○ Batuque de Palmeirinha	739
○ Comunidade Quilombola de Palmeirinha	746
Januária	753
• Lista de Bens Identificados e Contatos	716
• Januária – Localidade	755
○ Mercado de Januária	764
○ Terno dos Temerosos	776
• Brejo do Amparo	787
○ Dança de São Gonçalo	794
○ Modo de Fazer Feijão Tropeiro	800
○ Festa de Nossa Senhora do Rosário	807
○ Largo da Igreja de Nossa Senhora do	818

Rosário

Matias Cardoso	824
• Lista de Bens Identificados e Contatos	716
• Matias Cardoso – Localidade	826
○ Cantiga de Roda	833
○ Festa do Divino Espírito Santo	841
○ Festa de Nossa Senhora da Conceição	854
○ Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição	861
○ Comunidade Pau de Légua – Lugares	871
○ Reza da Chuva	882
Itacarambi	890
• Lista de Bens Identificados e Contatos	716
• Itacarambi – Localidade	892
○ Reis de Boi	901
○ Mitos de Lendas do Rio: Mãe d'Água e Carranca	913
○ Praça Cais Água Viva	922

Pedras de Maria da Cruz

PEDRAS DE MARIA DA CRUZ



Interventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidade
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Municípios Inventariados
- Município de Pedras de Maria da Cruz
- Macrorregião do Norte de Minas Gerais
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas

Datum: Srd - 69

Fonte: IBGE 2010. Convênio IEPHA/ UNIMONTES.

Org.: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T. 2013.

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

NUHIGRE
Núcleo de História e Cultura Regional

Bens Culturais e Contatos – Pedras de Maria da Cruz

- Aniversário da Cidade
- Batuque
- Cavalgada
- Dança de São Gonçalo
- Encontro de Remanescentes Quilombolas de Pedras de Maria da Cruz
- Festa Cívica
- Festa de Nossa Senhora da Conceição
- História da Comunidade Quilombola Palmeirinha
- Lenda “A Cobra Preta que Devora o Mundo”
- Liderança da Pastoral Negra – Agmar
- Matriz Nossa Senhora da Conceição
- Palmeirinha
- Praias de Água Doce
- Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz
- Reizado
- Romeiros
- Secretaria Municipal de Cultura e Turismo
- Terno das Pastorinhas
- Reis das Pastorinhas
- Artesanato Derivados da Madeira – produção de gamelas, colheres e pilões

Celebrações e Ritos Formas de Expressão Lugares Saberes e Ofícios Localidade Contato

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Localidade		PEDRAS DE MARIA DA CRUZ								
Município		Pedras de Maria da Cruz					IPAC/MG		-	
Distritos		-			Sítio		Vale do Médio São Francisco			
GPS	23 L	Long.UTM	565237.24 m E	Lat. UTM	8274807.13 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Igreja de Nossa Senhora da Conceição onde se encontra os restos mortais de Maria da Cruz. Pedras de Maria da Cruz/MG.

Fonte: NUHICRE/IEPHA – 2013.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

Pedras de Maria da Cruz, município localizado na margem direita do Rio São Francisco, possui diversas manifestações culturais que se dividem em saberes, formas de expressão e lugares. Entre as mais presentes no cotidiano da cidade destaca-se a Comunidade Quilombola de Palmeirinha, o Batuque - dança de ascendência africana acompanhada de palmas, percussões, violas e cantigas, o artesanato - referência importante na cidade, principalmente o fabricado na Comunidade de Bom Sucesso, onde existem famílias que produzem utensílios de madeira para cozinha como pilões, colheres de pau e gamelas.

Entre as referências culturais da cidade, existe a Igreja de Nossa Senhora da Conceição fundada em 1927 na cidade de Pedras de Maria da Cruz. A construção resiste até os dias atuais, sendo uma das construções mais antigas do lugar e a primeira igreja erguida no município.

03	DESCRIÇÃO
-----------	------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
População e Localização	
<p>Segundo dados do sítio “cidade-brasil”, a População de Pedras de Maria da Cruz é de 10.315 habitantes, conforme o censo demográfico de 2010. A área do município está calculada em 1.525,49 km². A densidade populacional é de 6,8 /km² por habitante. O município traz em seu nome, Maria da Cruz, para fazer referência a fazendeira que se estabeleceu na região e teve grande destaque político.</p>	
Paisagem Natural e Meio Ambiente	
<p>Pedras de Maria da Cruz se localiza numa região caracterizada pelo bioma do Cerrado, com o clima tropical sazonal. O inverno é seco, as temperaturas tem a média de 22° e 23° C, podendo chegar a mais de 40° C. A falta de água que frequentemente afeta a região, não é um fator limitante para grande parte da vegetação, principalmente para as espécies <i>arborea-arbustiva</i>, que possui longas raízes, variando de 10 até 20 metros de extensão.</p>	
Marcos	
<p>Prefeitura Municipal de Pedras de Maria da Cruz; Cartório Municipal de Pedras de Maria da Cruz; Rio São Francisco; Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.</p>	
04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>A ocupação do que é hoje conhecida como a região norte de Minas Gerais ocorreu principalmente através do rio São Francisco, onde baianos e paulistas fundaram diversas povoações desde meados do século XVII. Com a missão de aprisionar índios e exterminar quilombos, Mathias Cardoso de Almeida, que já os havia combatido no baixo São Francisco, subiu o Rio para garantir que a população negra e indígena, resistente ao regime colonial, não ameaçasse as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado. Após instalar fazendas e arraiais no curso do Rio, o bandeirante fundou, por volta de 1660, o que viria a ser “a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro”: Morrinhos, atualmente a cidade de Matias Cardoso. (MOREIRA, 2010, p.18 - 21).</p>	
<p>Marcada pela necessidade de ocupação controlada da região, conhecida como norte de Minas, as bandeiras fixaram várias comunidades ao longo do rio São Francisco. Sobre esse aspecto, destaca-se as relações de parentesco e compadrio estabelecidas ao longo das décadas entre os ocupantes dessas áreas. Através do estreitamento dos laços e do reconhecimento daqueles considerados próximos se estabeleceram complexas redes familiares ligadas diretamente com a manutenção de territórios, de um poder local e ajuda ligado às mais diversas necessidades.</p>	
<p>A história de Pedras de Maria da Cruz é exemplo do argumento apontado. Descendente de nobre família, Maria da Cruz, a quem o município em questão deve seu nome, sempre participou ativamente da vida pública, tendo se dedicado a formação educacional. Casando-se com Salvador Cardoso de Oliveira, sobrinho de Matias Cardoso, que havia fixado residência na região, Maria da Cruz obteve grande destaque na vida política com suas ações junto às comunidades próximas.</p>	
<p>Maria da Cruz pode ser considerada como uma das principais protagonistas das rebeliões do sertão do São Francisco, chamados Motins do Sertão, ocorridos entre os meses de março e agosto de 1736. Fazendeiros e moradores da região se opuseram ao pagamento da Capitação, cobrança instituída no ano anterior que “determinava que todos os moradores das minas, inclusive os criadores de gado, passariam a pagar um valor anual fixo, sobre o número de escravos que possuíam”. (SOUZA, 2013, p.455).</p>	
<p>Proprietária de um grande número de escravos e membro da elite sertaneja, era parte do grupo descontente com a cobrança por parte da Coroa e a partir dos motins reivindicava direitos sobre sua produção e posse.</p>	
<p>Condenada pelo Governo de Portugal, Maria da Cruz passou pelo presídio de São Romão, de Vila Rica,</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE

do Rio de Janeiro, Salvador e, dali, foi condenada a seis anos de degredo em algum lugar da África, evidenciando a importância atribuída pelo Reino ao papel desempenhado por ela. Contudo, Souza (2013, p.469) informa que em 9 de abril de 1739, após pedir clemência ao Rei de Portugal, Maria da Cruz recebe sua carta de perdão. Seu testamento, aberto em 23 de junho de 1760, entre outras informações, dizia: “[...] moradora no sítio da capela chamada Nossa Senhora da Conceição das Pedras, filial desta matriz do arraial dos Morrinhos, o qual testamento me apresentou o padre Manoel Cardoso de Toledo, morador no dito lugar da Capela das Pedras”. (Testamento *apud*. Santos, p.474).

É devido à atuação de Maria da Cruz, grande proprietária de terras, que a localidade aqui apresentada foi elevada a categoria de distrito de Januária com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, criado pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911.

Pedras de Maria da Cruz também foi contemplada nos relatos de viajantes do século XIX, como James W. Wells (1875) e Frederic Helfeld (1860). Neste período, esta região era intitulada como arraial Nossa Senhora da Conceição das Pedras de Maria da Cruz. Segundo Helfeld:

A margem direita sobe de 22 até 100 palmas de altura; pelo mesmo lado entra um pequeno riacho, e esta situado sobre uma collina ou eminencia do terreno o arraial de Nossa Senhora da Conceição das Pedras de Maria da Cruz ou Pedras de baixo, que tem uma Igreja pequena de invocação de N. S. Conceição, a qual é conservada com asseio e agradavelmente colocada. Este arraial tem 35 casas baixas e de inferior construção, com cerca de 200 habitantes; estes vivem de pesca, criação de plantações em pequena escala de milho, que não chega para o consumo, de mandioca, aboboras, melancias, pepinos, batata doce, pouco algodão e canna; (HALFELD, 1860, p. 10)

Com o passar do tempo, tanto Pedras de Maria da Cruz quanto as demais localidades dessa vasta região sofreram as consequências do declínio da navegação no São Francisco, vivendo dias de estagnação. Diminuindo o fluxo de transporte fluvial, a localidade prosseguiu se beneficiando da comunicação propiciada pelo Porto onde atracava a balsa que fazia ligação com Januária.

Em 1996, foi construída uma ponte sobre o rio, ligando diretamente uma margem à outra e desviando todo o trânsito para fora da cidade. Como resultado, a sede do município apresenta desde então um quadro de profunda estagnação econômica.

Conforme Ricardo Gomes Lima (2002, p. 14), “hoje, os desmatamentos frequentes das margens do rio e o conseqüente assoreamento de seu leito” impedem a navegação de grande porte das embarcações. A “poluição decorrente do lançamento direto de esgotos sem tratamento” diminui drasticamente o número de peixes e “ameaçam uma das profissões mais tradicionais” da cidade, a de pescador.

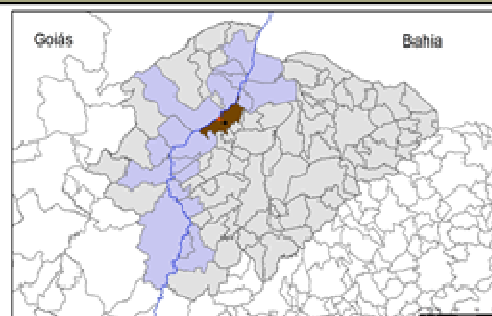
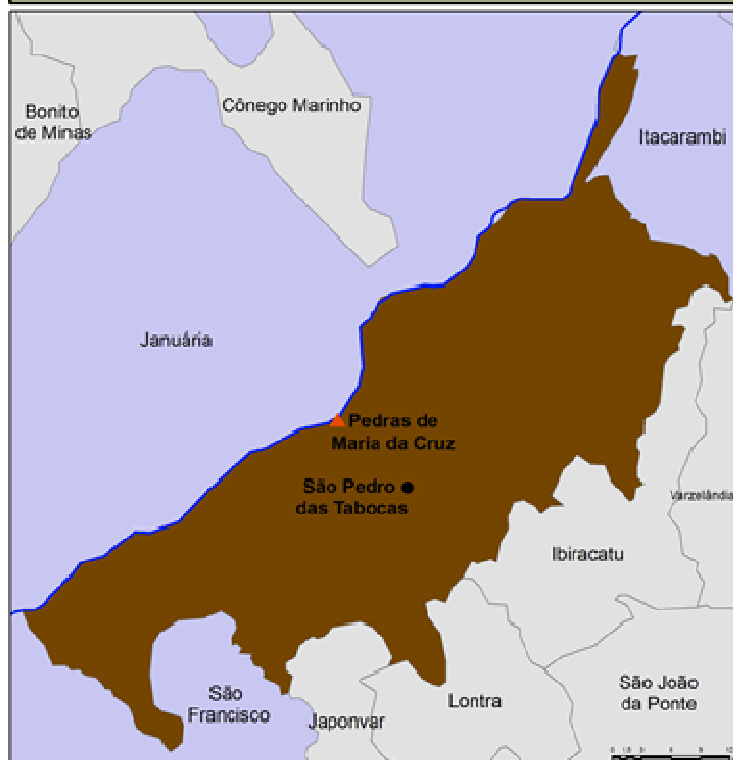
05 CRONOLOGIA	
Data	Evento
Século XVIII	Motins e revoltas no sertão do São Francisco cuja D. Maria da Cruz estava envolvida;
Século XIX	Reconhecimento do arraial Nossa Senhora da Conceição de Pedras de Maria da Cruz;
Lei Estadual nº 556, de 30-08-1911	Distrito criado com denominação de Pedras de Maria da Cruz, pela Lei Estadual nº 556, de 30-08-1911, subordinado ao município de Januária;
1933	Em divisão administrativa referente ao ano de 1933, o distrito de Pedras de Maria da Cruz, figura no município de Januária;
31-XII-1936 e 31-XII-1937	Assim permanecendo em divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937;
Decreto-Lei	Pelo Decreto-Lei Estadual nº 1058, de 31-12-1943, o distrito de Pedras de Maria da Cruz

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Estadual nº 1058, de 31-12-1943	adquiriu terras do distrito sede do município de São Francisco;
1-VII-1960	Em divisão territorial datada de 1-VII-1960, o distrito de Pedras de Maria da Cruz permanece no município de Januária;
1991	Assim permanecendo em divisão territorial datada de 1991;
Lei Estadual nº 10704, de 27-04-1992	Elevado à categoria de município com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, pela Lei Estadual nº 10704, de 27-04-1992, desmembrado de Januária;
01-01-1993	Sede no antigo distrito de Pedras de Maria da Cruz. Constituído de 2 distrito: Pedras de Maria da Cruz e São Pedro das Tabocas, ambos desmembrados de Januária. Instalado em 01-01-1993;
1997	Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de 2 distritos: Pedras de Maria da Cruz e São Pedro das Tabocas;
2007	Permanência dos dois distritos até a divisão territorial datada de 2007 (IBGE).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

PEDRAS DE MARIA DA CRUZ



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidade
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Municípios Inventariados
- Município de Pedras de Maria da Cruz
- Macrorregião do Norte de Minas Gerais
- Municípios de Minas Gerais

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SBRG - 88

Fonte: IBGE 2010, Cartório IEPHA UNIMONTES

Elab. OLIVEIRA, S.H.S. IBRAAS, 11.9.2015

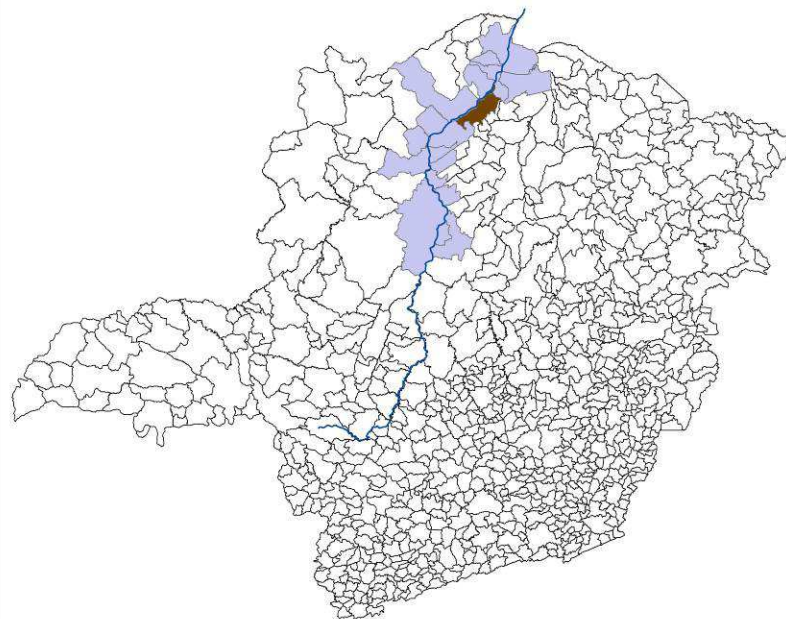
Figura 2: Mapa de localização de Pedras de Maria da Cruz

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ



BENS INVENTARIADOS

- . Expressão: Batuque de Palmeirinha
- . Saberes: Produção de Pilões e Gamelas
- . Lugar: Comunidade Quilombola de Palmeirinha



Embarcações
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Canoa Motorizada
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Associação de pescadores
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Vista Parcial do Rio São Francisco
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Igreja N. Sra da Conceição
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

Figura 3: Mapa de localização de São Romão e bens inventariados na localidade

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE


Figura 4: Mapa de localização de São Romão e bens inventariados na localidade

Fonte: Mapa da expedição do Rio São Francisco feita por Halfeld, 1860.

07 LEGISLAÇÃO
Instrumentos de Proteção Ambiental, Patrimonial e de Planejamento

O município é criado em 1992, emancipando-se de Januária;
 Certificação de Palmeirinha como Comunidade Quilombola pela Fundação Cultural Palmares em 11 de maio de 2011;

08 RECOMENDAÇÕES

Considerando a qualidade do artesanato local que se caracteriza pela fabricação de utilitário em madeira – fabricação de pilões, gamelas, colheres e garfos de madeira –, torna-se necessário pensar em uma forma de divulgação dos mestres produtores, bem como de seus produtos. Quer seja através de documentário, elaboração de catálogos, ou mesmo da organização de feiras que possibilite a circulação dos produtos.

09 DOCUMENTOS ANEXOS
Fotografias:

Figura 1: IPAC_PMCruz_Localidade_Nuhicre_iepha (17)

Figura 2: IpacSF_PMCruz_Localidade_Mapa

Figura 3: IpacSF_PMCruz_Bens_Inventariados_Mapa

Figura 4: IPAC_PMCruz_DetalheMapa_Halfeld

Bens Culturais Inventariados

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Comunidade Quilombola de Palmeirinha; Batuque; Derivados de Madeira: Produção de Pilões e Gamelas.	
Contatos	
Câmara Pedras de Maria da Cruz: Pça Dona Petrina Pimenta, 162 - 39481-000 - Pedras de Maria da Cruz – MG - Norma Sarmento Brito Pereira – (38) 3622 4140 Liderança da Pastoral Negra e Coordenador do Projeto Quilombo de Palmeirinha – Agmar (38) 91943584 Vice Prefeito - Pedro Alberto Batista Matins (38) 9134 4666 Geraldo Rodrigues de Oliveira - Presidente da Associação Comunitária de Bom Sucesso (38) 91717442 Claudinho Soares de Melo - Secretário de Cultura (38) 9150 0262	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5365 - Batuque de Palmeirinha 5366 - Produção de Pilões e Gamelas 5368 - Comunidade Quilombola de Palmeirinha	

10	REFERÊNCIAS
Cidade-Brasil. Município de Pedras de Maria da Cruz. Disponível em: http://goo.gl/bFTxJU > Acesso em: 10nov.2014	
Dados do Município. Disponível em: < http://goo.gl/JJhdHR >. Acessado em: 10/03/2013.	
DEPARTAMENTO DE ECOLOGIA DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. <i>Aspectos do Cerrado</i> . Disponível em: http://goo.gl/SEBxECl Acesso em: 24 de fev. 2015	
IBGE/CIDADES. Disponível em: < http://goo.gl/QeVT8M >. Acessado em: 10/03/2013.	
HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. <i>Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II</i> . Rio de Janeiro: Lithografia Imperial, 1860. 57p., il. Inclui mapas, 54 x 44 cm.	
HALFELD, H. G. F.. Detalhe do Mapa nº5 (1860). In: HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. <i>Atlas e relatório concernente à exploração do Rio de São Francisco desde a cachoeira da Pirapóra até ao Oceano Atlântico: levantado por ordem do governo de S.M.I. o Senhor Dom Pedro II</i> . Rio de Janeiro: Lithografia Imperial, 1860. 57p., il. Inclui mapas, 54 x 44 cm.	
LIMA, Ricardo Gomes . <i>Os Gameleiros do Bom sucesso</i> /Pesquisa e texto – Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002.35 p.: il. – (sala do Artista Popular; 104) 1SSN 1414 – 3755 - Catálogo da exposição realizada no período de 05 a 13 de setembro de 2002.	
PIRES, Maria Coeli Simões. <i>Pedras de Maria da Cruz</i> . Disponível em: < http://goo.gl/rO1F6x >.Acesso em: 27/04/2013.	
SOUZA, Alexandre Rodrigues de. <i>A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736</i> . Varia História (UFMG. Impresso), v. 29, p. 453-475, 2013.	
WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilust.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	NUHICRE/IEPHA – 2013.	
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Revisão	Bruna Luísa de Paula, Débora Raiza Rocha, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Paulo Ricardo Silva Rodrigues, Breno Trindade.	02/ 2015 01/2016
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS
01 IDENTIFICAÇÃO

Denominação	MODO DE FAZER PILÕES E GAMELAS					IPAC/MG	5366		
Município/s	Pedras de Maria de Cruz	Distrito	Bom Sucesso						
Endereço	Rodovia BR 135, 18 quilômetros da sede de Pedras de Maria da Cruz								
GPS	23k	Long. UTM	565237.00 m E	Lat. UTM	8274807.00 m S	Urbano	X	Rural	


Figura 1: Produção artesanal em madeira

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Produção de Pilões e gameles de madeira.		Datas			
Tipologia da Atividade	Técnica artesanal	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada X anos
Denominação	Gameleiros		X			
Outras denominações			Nível de integração			
		Comunidade		Oficial		Intercomunitária X
Descrição da Periodicidade						
A produção e venda do artesanato é mais frequente durante as estações de secas devido a melhor qualidade da madeira nessa época.						

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

A ocupação da região hoje conhecida como norte de Minas Gerais ocorreu principalmente através do rio São Francisco, onde baianos e paulistas fundaram diversas povoações desde meados do século XVII. Com a missão de aprisionar índios e exterminar quilombos, Mathias Cardoso de Almeida, que já os havia combatido no baixo São Francisco, subiu o Rio para garantir que a população negra e indígena não ameaçasse “as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado”. Após instalar fazendas e arraiais, no curso do Rio, o bandeirante fundou por volta de 1660 o que viria a ser “a primeira povoação duradoura a se

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

estabelecer no território mineiro”: Morrinhos, atualmente a cidade de Matias Cardoso.

Maria da Cruz, a quem o município em questão deve seu nome, era casada com Salvador Cardoso de Oliveira, sobrinho do fundador de Morrinhos. Maria da Cruz pode ser considerada como uma das protagonistas principais da rebelião ocorrida no sertão do São Francisco, nos chamados Motins do Sertão, ocorrido entre os meses de março e agosto de 1736. Fazendeiros e moradores da região se opuseram ao pagamento da Capitação, cobrança instituída no ano anterior que “determinava que todos os moradores das minas, inclusive os criadores de gado, passariam a pagar um valor anual fixo, sobre o número de escravos que possuíam”, nas palavras do historiador Alexandre Rodrigues de Souza (2013, p. 455).

Proprietária de um grande número de escravos e membro da elite sertaneja, era parte do grupo descontente com a cobrança por parte da Coroa e a partir dos motins reivindicava direitos sobre sua produção e posse.

Condenada pelo Governo de Portugal, Maria da Cruz, em 9 de abril de 1739, após pedir clemência ao Rei de Portugal, recebe sua carta de perdão. Seu testamento, aberto em 23 de junho de 1760, entre outras informações, dizia: “[...] moradora no sítio da capela chamada Nossa Senhora da Conceição das Pedras, filial desta matriz do arraial dos Morrinhos, o qual testamento me apresentou o padre Manoel Cardoso de Toledo, morador no dito lugar da Capela das Pedras”. (Testamento *apud*. Santos, p.474).

É devido à atuação de Maria da Cruz, grande proprietária de terras, que a localidade aqui apresentada foi elevada a categoria de distrito de Januária com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, criado pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A produção de utensílios para usos diários é concomitante à própria noção de cultura para a espécie humana. A fabricação de ferramentas artesanais e a produção de objetos de usos cotidianos com as matérias primas disponíveis foi presente nos estágios iniciais da humanidade e ainda faz parte do dia a dia de diversas culturas ao redor do mundo.

A noção que hoje se tem de artesão na sociedade ocidental foi provavelmente desenvolvida em fins da Idade Média, a partir do crescimento populacional e a expansão da produção, conforme Ingrid Hahne Rima, em História do Pensamento Econômico (*apud* Maynard; Trufem, 2009, p. 10), “os mercados crescentes possibilitavam a especialização dos trabalhadores em determinados produtos, adquirindo ele perícias ocupacionais que os transformavam em artesãos.” Divididos por especialidades hierarquizadas, substituíram “a forma mais primitiva de produção que era para o consumo” deslocando-a para o mercado.

Com a Revolução Industrial inglesa, nos séculos XVIII e XIX, a produção artesanal ficou relegada para a “realização de conceitos ou outros trabalhos marginais onde à criatividade manual permanece útil”, segundo Maynard e Trufem (2009, p. 12). À partir da Inglaterra, a produção industrial espalhou-se pelo globo em diferentes períodos históricos. No entanto, no Brasil houve um descompasso de pelo menos um século. Em regiões mais afastadas do centro industrial brasileiro no início do XX, Rio de Janeiro e São Paulo, o artesão tradicional sobreviveu apesar das discrepâncias do mercado. Nas palavras de Maynard e Trufem (p.13), nos locais distantes aos grandes centros comerciais, “o que se percebe é que os produtos e a dinâmica da produção ainda possuem muitas das características tradicionalmente mantidas através dos tempos”.

No vale do São Francisco, o artesanato está presente no cotidiano das pessoas, seja na produção de uso pessoal, seja para objetivos comerciais. Os Gameleiros de Bom Sucesso se enquadram nesta prática característica da região do rio São Francisco. Conforme o sítio da Rede Artesol/Artesanato Solidário, os artesãos de Bom Sucesso são ex-agricultores que adotaram a prática como estratégia de sobrevivência, na falta de terras para o plantio.

04 DESCRIÇÃO GERAL

Segundo Ricardo Gomes Lima (2002), os artesãos que vivem na localidade de Bom Sucesso eram

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

compostos, na época da publicação, por 20 pessoas, integrantes das 30 famílias que compunham a comunidade. Entre 1998 e 2002, Lima observou de quatro a oito barracas vendendo os produtos próximos à rodovia. Há aqueles membros de Bom Sucesso que se dedicam exclusivamente da venda dos produtos nas barracas e também intermediam a venda para mercados regionais, como o de Montes Claros, e para encomendas de até 500 peças. A venda do artesanato convive com a venda de frutos coletados próximos às suas casas e nas fazendas que fazem divisa com a comunidade. São produzidos pelos artesãos utilitários domésticos, tais como: “gamelas de formatos variados, pilões de diferentes tamanhos, colheres grandes e pequenas, dornas para guardar aguardente, tábuas para corte de carne, pratos e cinzeiros (Rede Artesol /Artesanato Solidário)”.

De acordo com a Carta dos Gameleiros de Bom Sucesso, a Comunidade está situada ao longo de sete quilômetros, entre as margens da rodovia 135, cujos terrenos estão “comprimidos entre o asfalto e as cercas de arame das fazendas de criação de gado.” A produção do artesanato é “o que tem nos permitido sobreviver”. A Comunidade conjuga a venda do artesanato com extração do mel de abelha, “pequi, araticum, umbu, uma espécie de coquinho que fazemos um suco e diversos”.

Extensão da Atividade na Região

O artesanato em madeira caracteriza todo o vale do São Francisco e o produzido em Bom Sucesso abastece Mercados regionais e de outras cidades, como Sete Lagoas e Belo Horizonte.

Procedimentos Técnicos Básicos

O machado e o serrote são utilizados na primeira etapa do trabalho, com o corte do tronco ou galho da árvore e o desbaste dos mesmos. Em seguida são usados o enxó, facão, goiva, formão e facas menores que realizam o desbaste e o entalhe para a peça que se queira. Dependendo da peça e da aptidão do artesão a madeira é trabalhada diretamente sem moldes ou rascunhos. Em outros casos, para a produção da peça é necessário a marcação da madeira com risco de lápis, caneta, ou mesmo compasso. Na fase final de acabamento, é usada a lixa d’água para a retirada das imperfeições da superfície. Para os objetos produzidos em grande escala, como as colheres, garfos e pentes, feitos da Imburana, eles podem ainda serem submetidos ao polimento com vidro, o que confere às peças brilho (Rede Artesol / Artesanato Solidário).

Transformações e Permanências

Dado o desmatamento contínuo, as espécies utilizadas para o artesanato se tornam mais raras e algumas delas, como o cedro, parecem estar em risco de desaparecimento. Contudo, a extração da madeira da umburana não significa uma ameaça a sua sobrevivência na região, uma vez que o corte não impede que ela brote.

Alguns dos artesãos, filhos dos antigos moradores de Bom Sucesso, migraram em função das multas aplicadas pelo Instituto Estadual de Floresta do estado de Minas Gerais. As multas aplicadas pelo Instituto fazem com que Geraldo questione: “Será que somos fora-da-lei? Nós temos certeza que não”. Com o objetivo de garantir a continuidade da subsistência da Comunidade, foi elaborada um documento em 2013 com uma série de proposições relacionadas ao uso sustentável do território, das condições de trabalho, do extrativismo, da comercialização e divulgação do artesanato. Entre as propostas estão, por exemplo, o perdão das multas aplicadas e a criação em âmbito municipal e estadual de uma unidade de conservação de uso sustentável.

Espaços/ Ateliê
Direção

Associação Comunitária do Bom Sucesso, presidida por Geraldo Rodrigues de Oliveira.

Descrição

Os quintais das casas dos próprios artesãos são utilizados como oficinas para a confecção das peças.

Fontes de Energia

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	SABERES E OFÍCIOS
--	--------------------------

Tipo	Descrição	Variedades	Uso	Custos
Não se aplica				
Matérias Primas				
Madeiras: cedro, imburana-de-cheiro e imburana-branca, taipoca, tamborial, mulugu, umburuçu.				
Descrição	Segundo Ricardo Lima (2002: 19), para a confecção de grandes peças, como pilões e gamelas, as madeiras utilizadas são o cedro, a imburana-de-cheiro e a imburana-branca, enquanto que para mão de pilão é utilizada a taipoca.			
Procedência	A madeira é colhida nas proximidades ou comprada.			
Forma de Aquisição	A madeira utilizada na fabricação do artesanato é adquirida no meio ambiente ou comprada nas proximidades.			
Uso	Confecção para o próprio uso e comercialização.			
Custo	Encomenda para confecção de ferramentas em serralherias.			
Período de Obtenção	Não há referências.			
Instrumentos/ Ferramentas				
Machado, serrote, enxó, facão, goiva, alegre, formão, pequenas facas, compasso, lixa d'água, vidro para polimento.				

05	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Batuque de Palmeirinha	Atividade Ritual	Dança	-	-
Comunidade Quilombola de Palmeirinha	Lugar	Comunidade	Quilombola	-

06	FORMAS DE TRANSMISSÃO			
Procedência do Saber				
O saber é passado entre as sucessivas gerações através da prática do saber-fazer em escala crescente de dificuldade. Conforme Lima (2002: 30-31), a “iniciação acontece por volta dos 10 ou 12 anos de idade, em tarefas consideradas de pequena importância ou de menor risco” ajudando um parente mais experiente e como aprendiz “e na condição de membro de um grupo familiar, de parentesco e vizinhança, que o jovem é introduzido no trabalho”.				
Transmissão				
Pais – Filhos	X	Mestre – Aprendiz	X	Escolas
				Grupos
				Outros
Modo de Transmissão				
Ao longo do tempo, o acesso ao ofício vem ocorrendo de forma tradicional: o aprendizado é informal e tem início com a observação e a realização das tarefas mais simples, passando gradualmente às mais complexas. O trato com madeira dura requer ferramentas afiadas e, neste sentido, perigosas. O manuseio delas exige destreza que nem sempre evita acidentes, como afirmaram os entrevistados.				
Forma de Continuidade				
Garantir o manejo sustentável das espécies necessárias para a continuidade do artesanato. Implementar uma Reserva Extrativista Sustentável (RESEX) seria uma saída a ser negociada entre os órgãos ambientais municipais e estaduais.				
Transformações				
Entre os principais pontos destacados pelos artesãos estão a escassez da matéria prima e o risco de extinção de determinadas espécies, muitas aplicadas aos artesãos, saída dos mais jovens da Comunidade para outras atividades econômicas.				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS
07 | ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	X	Região	x	Estado	x	Nacional	
Observação									

Participação turística

São nos mercados locais que os turistas podem conhecer e ter acesso às produções artesanais de Bom Sucesso.

08 | COMENTÁRIOS
Identidade construída em torno da atividade

A Comunidade formada por grupos de parentesco e vizinhança possui uma forte coesão social em função das atividades econômicas exercidas em conjunto, cujo lucro é repartido igualmente entre os membros. A iniciação do aprendiz no ofício exercido no seio da família implica também na “sua inserção na vida social como um todo (Rede Artesol)”. O sentimento de pertencimento gerado pela inclusão na Comunidade repercutem no modo de ser e estar na sociedade. Os Gameleiros de Bom Sucesso têm o reconhecimento da sociedade mais ampla e dos artesãos do estado, o que contribui para a identidade coletiva.

Possibilidade de continuidade

A pesquisa identificou possibilidade de continuidade considerando os seguintes aspectos:

- Valor artesanal das peças que são elaboradas individualmente;
- Demanda pelo produto no mercado regional e mesmo fora dele.
- O apoio e divulgação das peças pelo Programa Artesanato Solidário.
- A busca da Comunidade pelo manejo sustentável das espécies necessárias para produção.

Necessidades do Ofício	Instalações	Construção de pequenas oficinas próximas às casas.
	Instrumentos	Aquisição de ferramentas básicas para o ofício, como: machado e serrote, enxó, facão, goiva, alegre, formão e facas menores para os artesãos.
	Matéria-Prima	Uso sustentável das espécies necessárias para o ofício.
	Pessoal	Continuidade na formação familiar
	Formação	Necessidade não identificada.
	Comercialização	Participação em feiras e festas regionais onde possam comercializar sem intermediários.

Ofícios ou técnicas com necessidade de documentar/ proteger

Registrar em documentário audiovisual o modo de fazer dos Gameleiros de Bom Sucesso para maior divulgação das peças produzidas e para o reconhecimento das necessidades da Comunidade.

Comentários do elaborador

Com a elaboração do inventário, constatou-se o reconhecimento pelos consumidores dos artefatos produzidos pelos Gameleiros de Bom Sucesso por serem expressões da identidade regional. Sugere-se que algumas peças sejam identificadas, onde estaria inscrito o nome do artesão responsável.

Comentários dos Entrevistados

Em pesquisa de campo junto ao mercado municipal de Montes Claros foi possível identificar não apenas a variedade dos produtos dos gameleiros do Bom Sucesso em exposição para venda, como também constatou-se a aceitação dos produtos pelo público montesclarenses, bem como pelo turista em visita ao mercado. Nesta oportunidade as comerciantes Dona Clarete (53 anos) e sua filha Jéssica (20 anos) relataram que diversos são os motivos de quem procuram as peças. Segundo Dona Clarete:

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**SABERES E OFÍCIOS**

Tem uns que é para usar na cozinha, como a colher de pau, por exemplo, mas outros compram para enfeite porque eles acham bonito... Principalmente o povo de fora. Compram para enfeitar cozinha, para ficar bonito... Compram gamelas para fazer fruteiras...

Entre os compradores, também há motivações que remetem às tradições familiares: “Tem gente por exemplo que vem aqui comprar o pilão para pilar uma **paçoca** de carne de sol [...] Vende demais para isso. Fazer paçoca... pilar um corante... Pilar tempero” (Jéssica). Questionadas sobre o tamanho das peças que vendem, mãe e filha afirmam que: “Compram de todo tamanho os pilões pequenos para socar tempero, os grandes para fazer paçoca”, diz Dona Clarete, e Jéssica esclarece que os pilões grandes são os que mais vendem. Dona Clarete comenta orgulhosa: “Outro dia vieram buscar uma gamela grande disseram que era para fazer uma pia, iam envernizar de uma forma especial e iam fazer uma pia... Vendi a maior que tinha... uma redonda”.

Perguntadas sobre a motivação dos que buscam as peças para uso próprio, as vendedoras explicaram: “Vem muito assim da ideia que os pais passam... Os pais utilizaram e eles querem utilizar também os pilões mesmo. A gente vende bastante”. (Jéssica). Dona Clarete comenta em seguida: “Também tem aquele pessoas que viu a mãe fazer o biscoito na gamela e compram para manter a tradição”.

Jéssica comenta sobre o valor atribuído aos produtos pelos consumidores:

Valorizam porque é um produto feito à mão e é bem da região mesmo e as pessoas gostam bastante... é bem artesanal mesmo e por isso tem uma boa procura [...] É um significado cultural mesmo. É identificar com nossas raízes sertanejas. É uma identificação muito grande da história com o mercado em geral. E tem muito haver a história da região com os produtos que a gente vende. Este produto fala da região. Fala de nossa própria cultura.

Jéssica narra a forma de aquisição das peças para a venda: “O pessoal da região compra lá e trás para cá. Alguns fazem e trazem. Outros compram na mão deles e trazem pra cá para a gente comprar aqui. Vendem aqui para nós”. Dona Clarete diz: “Não conhecemos quem fabrica. Nunca fomos lá. Porque a gente compra na mão de terceiros. Na mão do como se fala é... atravessador... Quem fabrica passa para outra pessoa... o atravessador... Quem fabrica a gente não conhece.”

Significados socioeconômicos

A atividade de produção e venda do artesanato dos Gameleiros de Bom Sucesso constitui o meio principal de subsistência econômica da Comunidade, em paralelo com a venda de frutos extraídos na região.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

As ações de salvaguarda citadas a seguir constam na Carta da Associação da Comunidade de Bom Sucesso, escrita por seu presidente, o Sr. Geraldo Rodrigues de Oliveira. Preocupado com as multas injustas aplicadas a alguns artesãos da Comunidade, ele esclarece que os primeiros a se preocuparem com a manutenção do meio ambiente são os próprios artesãos que dependem da preservação das espécies por eles utilizadas para a sobrevivência. As multas ocasionaram a migração forçada de alguns artesãos da Comunidade, principalmente os mais jovens. Soma-se a isso, o crescente desmatamento nas fazendas próximas, onde a Comunidade também retirava as madeiras necessárias e/ou o impedimento de acesso às áreas privadas. As medidas para salvaguarda se fazem urgentes, para isso a Carta propõe, entre outras:

- O município e estado juntos pedem um cinturão verde. Uma unidade de conservação com uso sustentável. Queremos o direito de usar a área com plano de manejo e replantio das espécies ameaçadas, conduzido por nós artesãos e órgãos públicos municipais e estaduais,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

dedicados à defesa do meio ambiente.

- Precisaremos das mudas das espécies utilizadas que não são muitas: cedro, umburana-de-cheiro e umburana branca, também conhecida como umburana-de-espinho, referidas como as melhores e especialmente destinadas para confecção de peças grandes, como pilões e gamelas; taipoca, especialmente para a feitura da mão de pilão.
- Queremos também separar uma faixa de terra para o uso apenas de extrativismo de frutas e plantas medicinais.
- Perdão das dívidas dos artesãos multados.
- Considerando que nossas condições de trabalho são precárias, precisamos da construção de pequenas oficinas junto as nossas casas, onde pudéssemos trabalhar com mais dignidade, bem como guardar nossa produção artesanal e ferramentas.

Outro ponto que destacado é possibilitar a participação dos artesãos nas feiras e festas regionais e estaduais para comercialização direta dos produtos sem intermédio de atravessadores.

10 ENTREVISTADOS									
01	Nome	Jéssica Larissa Nunes				Tipo	Comerciante		
	Nascimento	Pedras de Maria da Cruz	Sexo	M	Idade	20	Registro Sonoro Visual		X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)									
Estudante de História									
Contato									

02	Nome	Clarete Trezena			Tipo	Comerciante			
	Nascimento	Pedras de Maria da Cruz	Sexo	M	Idade	53	Registro Sonoro Visual		X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)									
Contato									

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


Figura 2: Processo de fabricação.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013



Figura 3: Processo de fabricação
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS


Figura 4: Instrumentos utilizados na fabricação.
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 5: Ferramentas utilizadas na fabricação
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 6: Pilões
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.



Figura 7: Gamelas
Fonte: NUHICRE/IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (170) Figura 2: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (165) Figura 3: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (144) Figura 4: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (66) Figura 5: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (90) Figura 6: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (175) Figura 7: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha (169)
Vídeos	Áudio 1: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha_2013 (1) Áudio 2: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha_2013 (2) Áudio 3: IPAC_5366_PMCruz_PGame_Nuhicre_iepha_2013 (3)
Áudio	IpacSF_PMariaCruz_BSucesso_Entrevista_JessicaNunes_ClareteTrezana_NUHICRE_07abril2013

13 REFERÊNCIAS

- REDE ARTESOL – *Artesanato Solidário*. Associação Comunitária de Bom Sucesso. Disponível em: <<http://artcsol.org.br/rede/author/bom-sucesso/>> Acesso em: 21 nov. 2014
- LIMA, Ricardo Gomes. *Os gameleiros do bom Sucesso/ pesquisa e texto*. Rio de Janeiro: Funarte, CNFCP, 2002. 36 p. (Sala do Artista Popular; 104). ISSN 1414 – 3755. Catálogo da exposição realizada no período de 05 a 13 de setembro de 2002.
- MAYNART, A. C. N.; TRUFEN, S. F. B. Ribeirinhos da Cidade de São Francisco, MG: Riqueza do Artesanato Local e Percepção sobre as Políticas Públicas para sua Preservação. *Pesquisa em Debate*. Disponível em: <http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_35.pdf>. Acesso em: 02 abr.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
SABERES E OFÍCIOS

2013.

MOREIRA, H. F. *“Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro”*: O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.

NETO, Eduardo Barroso. *O que é artesanato*. Disponível em: <<http://www.fbes.org.br/biblioteca22/artesanatomod1.pdf>>. Acesso em: 02 abr. 2013.

NUNES, Jéssica Larissa. TREZENA, Clarete. *Produtos Artesanais de Maria da Cruz*. [07 de Abril de 2013]. Ponto Chique. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

SOUZA, A. R. A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736. *Varia História*. v. 29, p. 453-475, 2013.

WELLS, James W. *Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão*. Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilustr.

OLIVEIRA, G. R. [Carta] 12 abr. 2013, Bom Sucesso [para] Gameleiros de Bom Sucesso / Maria da Cruz. 1f. Carta aos Gameleiros de Bom Sucesso e Maria da Cruz.

14 FICHA TÉCNICA

Fotografia	Roberto Veríssimo Silva Junior.	2013
Vídeos	Roberto Veríssimo Silva Junior.	2013
Áudio	Roberto Veríssimo Silva Junior.	2013
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Elaboração	Leonardo Augusto Silva de Freitas, Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013 11/ 2014
Revisão	Bruna Luísa de Paula, Débora Raiza Rocha, Luis Molinari, Mariana Rabelo de Farias, Breno Trindade.	02/ 2015 01/2012
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						LOCALIDADE		
01 IDENTIFICAÇÃO								
Localidade		COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMEIRINHA						
Município		Pedras de Maria da Cruz				IPAC/MG		-
Distritos				Sítio		Vale do Médio São Francisco		
GPS	23k	Long.UTM	565237.00 m E	Lat. UTM	8274807.00 m S	Urbano	Rural	X
								
Praça da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.								

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
<p>Além do Batuque, pode-se dizer que estão presentes na Comunidade expressões culturais ligadas às Folias de Reis, Festa de São José, Festa de Santo Antônio, conhecimentos dos mitos relacionados à vivência com o rio São Francisco, conhecimentos sobre plantas medicinais o saber da benzeção.</p>	

03	DESCRIÇÃO
População e Localização	
<p>A Comunidade Quilombola de Palmeirinha está localizada no município de Pedras de Maria da Cruz, cidade localizada na região do Vale do Rio São Francisco. Segundo informações contidas no sítio da Fundação Palmares, cerca de 140 famílias estão instaladas em um território às margens do Rio São Francisco e do Córrego Palmeirinha. Esse território é constituído segundo Oliveira (2013) de 114 hectares.</p> <p>Os Habitantes da comunidade são em sua grande maioria negros, parentes, descendentes dos primeiros ocupantes da comunidade, que, segundo relatos, viveram há mais de 150 anos nessa terra onde realizam a agricultura familiar e proporciona condições de sociabilidade. São em sua maioria católicos e exercem algumas formas de expressão particulares, tais como a dança de São Gonçalo, o batuque, as pastorinhas e o reisado, além de ofícios e ladainhas católicas ainda hoje cantadas em latim.</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Paisagem Natural e Meio Ambiente	
<p>A Comunidade Quilombola de Palmeirinha, assim como Pedras de Maria da Cruz, está situada numa região caracterizada pelo bioma do Cerrado, com o clima tropical sazonal. O inverno é seco, as temperaturas tem a média de 22 e 23° C, podendo chegar a mais de 40° C. A falta de água que frequentemente afeta a região, não é um fator limitante para grande parte da vegetação característica do Cerrado, principalmente para as espécies <i>arborea-arbustiva</i>, que possui longas raízes, chegando a 10, 15 e até 20 metros.</p>	
Marcos	
Igreja, Praça, Tele-Centro, Rio São Francisco, Córrego Palmeirinha.	

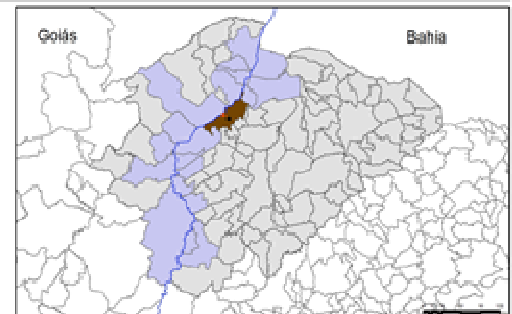
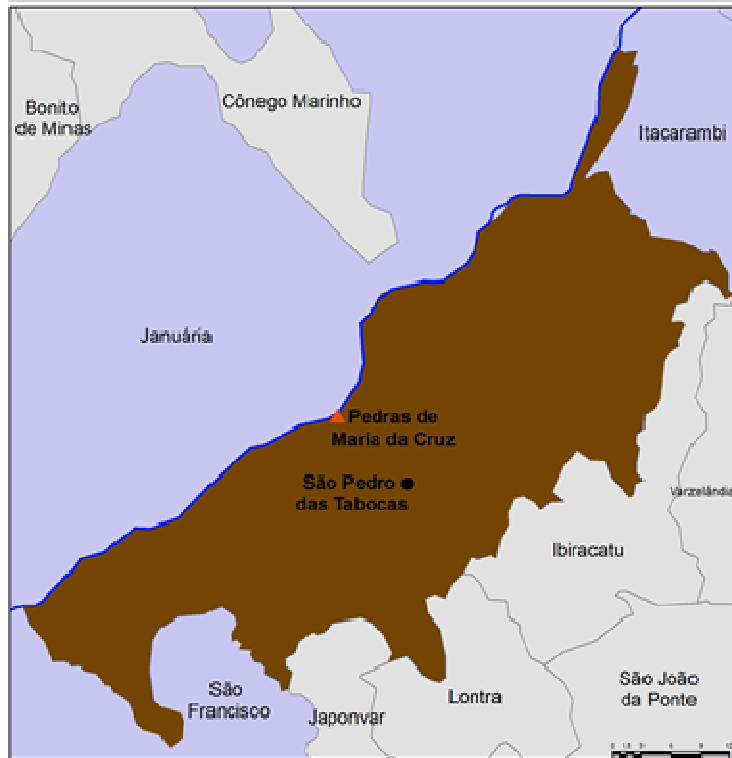
04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>A comunidade Quilombola de Palmeirinha se localiza em Pedras de Maria da Cruz, município mineiro da região do Vale do Rio São Francisco que conta atualmente com cerca de 10.900 habitantes. A ocupação da região iniciou no século XVIII. A comunidade se associou a um movimento de revolta contra a devassa (cobranças violentas de impostos não quitados) da Coroa Portuguesa, deflagrado no Vale do São Francisco, na segunda metade de 1700. Esse movimento deflagrou-se em vários combates em toda a região do médio São Francisco, e seus combatentes são referidos na memória coletiva dos moradores da região como <i>os revoltosos</i>.</p> <p>Alguns dos moradores mais antigos de Palmeirinha referem-se a essa revolta como uma origem da migração de seus antepassados para o lugar onde se formou a comunidade Palmeirinha. Esses ancestrais teriam vindo fugidos dos revoltosos, tanto de uma região da Bahia, a que chamam Parateca, quanto da região que denominam de Gorutuba. Notadamente, Parateca e Gorutuba são nomes vinculados a comunidades remanescentes de quilombos do Vale do São Francisco no estado da Bahia, nos municípios de Malhada e Palmas de Monte Alto, estão localizadas as comunidades quilombolas de Parateca e Pau D’Arco, na margem direita do Rio São Francisco; e na atual Januária residem quilombolas vindos das plantações de cana da Bahia e dos garimpos de Diamantina e Grão Mogol, denominados gorutubanos. A data de formação da Comunidade de Palmeirinha é incerta, podendo ter de 100 a 150 anos, segundo relatos dos moradores. Suspeita-se fortemente que a relação de Palmeirinha com essas comunidades remanescentes de quilombos não é fortuita.</p> <p>Reiterando o relato, os dois primeiros sítios citados também citam a proprietária complementando que no documento de espólio de Juliana Hipólita de Souza, casada com Ursulino, constava como o primeiro nome da localidade “Cascalho” ou “Fazenda Palmeirinha”.</p>	

05	CRONOLOGIA
Data	Evento
Século XVIII	A ocupação da região.
1750	- Maria da Cruz e sua família são associadas ao movimento de revolta contra a cobrança de impostos pela Coroa Portuguesa, deflagrado no Vale do São Francisco. - Origem da migração de escravos para o lugar onde se formou a comunidade Palmerinha.
2011	Certificação da comunidade de Palmeirinha pela Fundação Cultural Palmares reconhecendo-a como comunidade remanescente de quilombo, 2011 - Lei n.7.668.
06	PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

PEDRAS DE MARIA DA CRUZ



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidade
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Municípios Inventariados
- Município de Pedras de Maria da Cruz
- Macrorregião do Norte de Minas Gerais
- Municípios de Minas Gerais

Sistema de Coordenadas Geográficas
Datum: SBRG - 88

Fonte: IBGE 2010, Cartório IEPHA UNIMONTES

Elab. OLIVEIRA, S.H.S. IBRAAS, 11.9.2015

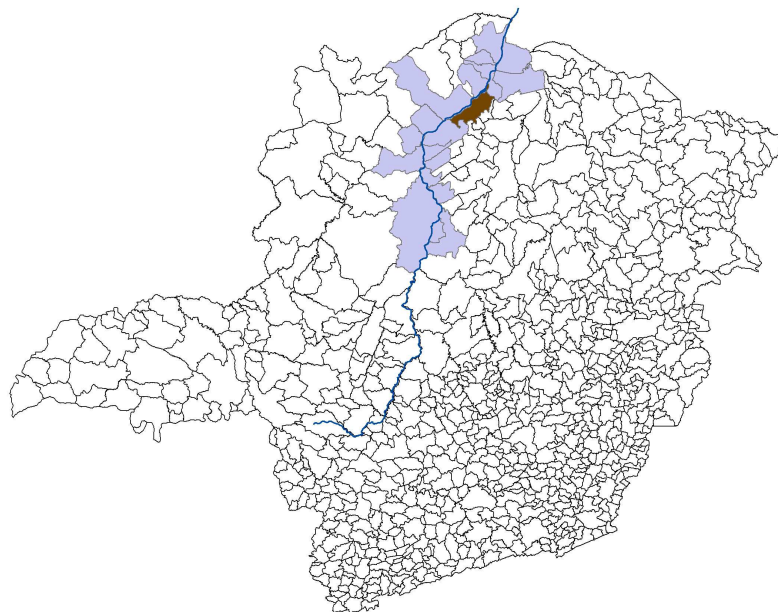
Figura 1: Mapa de localização de Pedras de Maria da Cruz

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE PEDRAS DE MARIA DA CRUZ



BENS INVENTARIADOS

- .Lugares: Comunidade Quilombola de Palmeirinha
- .Expressão: Batuque
- .Saberes e Ofícios: Pilão e gamela



Embarcações
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Canoa Motorizada
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Associação de pescadores
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Vista Parcial do Rio São Francisco
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Igreja N. Sra da Conceição
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Sad - 69
Fonte: IBGE, 2010; Imagem RapidEye, 2010; Convênio IEPHA / UNIMONTES
Org: OLIVEIRA, G..H.G; RIBAS, J.L.T,2013.



Figura 2: Mapa de localização de São Romão e bens inventariados na localidade

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental, Patrimonial e de Planejamento

Certificação oficial como comunidade remanescente de quilombo em 2011 pela Lei n.7.668, através da Fundação Cultural Palmares.

08 RECOMENDAÇÕES

Considerando o grande poder de articulação política da comunidade, bem como sua rica manifestação cultural, recomenda-se o registro fotográfico, audiovisual e aprofundamento na pesquisa sobre Palmeirinha.

09 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias

Figura 1: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_Iepha (5)

Figura 2: IpacSF_PMCruz_Localidade_Mapa

Figura 3: IpacSF_PMCruz_Bens_Inventariados_Mapa

Bens Culturais Inventariados

- Localidade: Palmeirinha / Comunidade Quilombola

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
- Expressão: Batuque	
Contatos	
Agmar Lima, Coordenador do Projeto Quilombo da Palmeirinha; Associação do Pequeno Produtor – Centro de Artesanato – Dona Maria Santa Rosa; Associação de Remanescentes Quilombolas de Palmeirinha (ARQUIP), Girlene Teixeira; Norma Sarmento Brito Pereira.	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5365 - Batuque de Palmeirinha	
5368 - Comunidade Quilombola de Palmeirinha	

10	REFERÊNCIAS
Aspectos do Cerrado. Disponível em: < http://goo.gl/IHv037 > Acesso em: 15 nov.2014.	
MOREIRA, H. F. “ <i>Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro</i> ”: O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.	
OLIVEIRA, Fernanda de. Cinema no Rio São Francisco. Disponível em: < http://goo.gl/DqFK6S > Acesso em 10 nov. 2014.	
OLIVEIRA, Laura Aparecida Gomes; BOA, Lidiana Silva; MOREIRA, Carlos André; SANTOS, Lílian Maria. Psicologado – Vozes do Quilombo: um relato de experiência vivenciada na Comunidade Quilombola de Palmeirinha – MG (agosto de 2013). Disponível em: < https://goo.gl/DNJ6p6 > Acesso em 10nov.2014.	
Projeto Kizoomba de Bonecos – Quilombo de Palmeirinha. Disponível em: < http://goo.gl/Y0aRPf > Acesso em: 10nov.2014.	
SOUZA, Daiane. Fundação Cultural Palmares. Quilombolas de Palmeirinha/MG concretizam projeto arquitetônico e social desenvolvido pela própria comunidade. Disponível em: < goo.gl/AJN2nA > Acesso em: 10 nov.2014	
Viva Quilombo – História da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Disponível em: < goo.gl/RqpPWY > Acesso em: 10nov.2014.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Girlene Teixeira.	2013
Vídeos	Não se aplica.	-
Áudio	Não se aplica.	-
Transcrição	Não se aplica.	-
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Leonardo Augusto Silva de Freitas.	2013, 11/ 2014
Revisão	Bruna Luísa de Paula, Débora Raíza Rocha, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Paulo Ricardo Silva Rodrigues, Breno Trindade.	02/ 2015 01/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01	IDENTIFICAÇÃO							
Denominação	BATUQUE DE PALMEIRINHA					IPAC/MG	5365	
Município(s)	Pedras de Maria da Cruz		Distrito	Palmeirinha				
Endereço	A comunidade de Palmeirinha fica a 8km de Pedra de Maria da Cruz.							
GPS	23k	Long. UTM	565237.00 m E	Lat. UTM	8274807.00 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Batuque de Palmeirinha em apresentação na faculdade UNIMONTES.

Acervo: Unimontes. <http://goo.gl/zdhW1z>

Categoria	Formas de Expressão						
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual						
PERIODICIDADE							
Início	Sem data específica						
Fim	Sem data específica						
Calendário Litúrgico	Não se aplica						
Invocação	Não se aplica						
Observação das Datas	Não há data específica para acontecer.						
DENOMINAÇÃO	Roda de Batuque						
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE							
O batuque é apresentado sempre que a comunidade tem algo a comemorar.							
Outras denominações	Não se aplica		Nível de integração				
			Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária

02	Histórico da Localidade
<p>A comunidade Quilombola de Palmeirinha se localiza em Pedras de Maria da Cruz, município mineiro da região do Vale do Rio São Francisco que conta atualmente com cerca de 10.900 habitantes. A ocupação da região iniciou no século XVIII. A comunidade se associou a um movimento de revolta contra a devassa (cobranças violentas de impostos não quitados) da Coroa Portuguesa, deflagrado no Vale do São Francisco, na</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

segunda metade de 1700. Esse movimento deflagrou-se em vários combates em toda a região do médio São Francisco, e seus combatentes são referidos na memória coletiva dos moradores da região como *os revoltosos*.

Alguns dos moradores mais antigos de Palmeirinha referem-se a essa revolta como uma origem da migração de seus antepassados para o lugar onde se formou a comunidade Palmeirinha. Esses ancestrais teriam vindo fugidos dos revoltosos, tanto de uma região da Bahia, a que chamam Parateca, quanto da região que denominam de Gorutuba. Notadamente, Parateca e Gorutuba são nomes vinculados a comunidades remanescentes de quilombos do Vale do São Francisco no estado da Bahia, nos municípios de Malhada e Palmas de Monte Alto, estão localizadas as comunidades quilombolas de Parateca e Pau D'Arco, na margem direita do Rio São Francisco; e na atual Januária residem quilombolas vindos das plantações de cana da Bahia e dos garimpos de Diamantina e Grão Mogol, denominados gorutubanos. A data de formação da Comunidade de Palmeirinha é incerta, podendo ter de 100 a 150 anos, segundo relatos dos moradores. Suspeita-se fortemente que a relação de Palmeirinha com essas comunidades remanescentes de quilombos não é fortuita.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

O Batuque praticado em São Romão tem como principal base cultural a matriz afro-brasileira. Os variados grupos étnicos vindos da África para o Brasil Colônia, nos anos seiscentistas, mesmo submetidos ao regime autoritário português, buscavam manter suas práticas religiosas assim como seus rituais. Tais expressões sustentavam e davam continuidade aos sistemas de crenças de diferentes grupos africanos, orientando e criando possibilidades de resistência ao regime escravista. O Batuque era uma dessas práticas. Em linhas gerais, a palavra “batuque”, dada pelos portugueses, fazia referência pejorativa e genérica as danças e cantigas tratadas como *rituais rudes*. No entanto, em determinadas regiões do Brasil como o Rio Grande do Sul o termo Batuque refere-se a um sistema de crenças com elementos da religiosidade católica e afro-brasileira, que reúne componentes das tradições africanas de influência nagô, jêje, ijexá e cabinda. Nessa prática há o culto aos orixás, santos e, em certas ocasiões, aos ancestrais denominados de eguns. No decorrer do tempo, a prática cultural inseriu em seu contexto pessoas de várias etnias e grupos sociais – negros, brancos e pardos – chegando inclusive a alguns membros das elites coloniais portuguesas. Todavia a maioria condenava a manifestação e criava mecanismos de repressão, preocupada, principalmente com a dimensão e o potencial de resistência cultural.

Um segundo entendimento ao Batuque é a manifestação enquanto dança e prática lúdica sem ligação religiosa específica, mas que pode ser desenvolvida em momentos posteriores à celebrações de algum santo católico. Segundo o Tesouro do Folclore e Cultura Popular Brasileira o Batuque enquanto dança é originário de Angola e do Congo e pode ser realizado em roda, tendo um ou dois dançarinos solistas, ou em filas com movimentos coreografados.

O Batuque presente em Minas Gerais, usualmente tem a característica de ser uma dança de terreiro, podendo ser formada em roda ou por duas fileiras paralelas, uma de homens, outra de mulheres. O casal se encontra entre as fileiras com umbigadas e, depois de três umbigadas, troca-se de par.

A Comunidade de Palmeirinha apresenta uma variante desse Batuque. A maioria dos participantes são mulheres, os batuqueiros procuram manter uma circularidade e as umbigadas não estão presentes. O batuque, assim como outras manifestações festivas de comunidade, são denominadas de “brincadeiras”. As responsáveis pela brincadeira do batuque são: Marcelina, Maria, Isabel e Maria da Conceição, conhecida como Bié.

04 DESCRIÇÃO

Os Batuques possuem um padrão rítmico e uma disposição espacial dos componentes semelhante em quase todas as variações: pessoas em círculo, coreografia central, compasso binário e ritmo sincopado

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES

marcado pelas palmas, algum instrumento de percussão e o canto de um solista acompanhado pelas respostas dos outros participantes.

No Batuque de Palmeirinha os instrumentos utilizados são a caixa, pandeiros, sanfona, violão e viola. Os materiais utilizados na fabricação da caixa são: couro de caprinos, pau-terra e tamborilo (mesma madeira utilizada para a fabricação de canoas e barcos). Para bater nas caixas e tirar o som são utilizadas baquetas produzidas localmente. Os pandeiros são industrializados, assim como a viola e o violão.

Os batuques são muito expressivos e contagiantes, todas as pessoas devem acompanhar os passos e os cantos, correndo o risco de ser chamado atenção àqueles que não participarem. As músicas e os cantos são motivados por várias razões baseadas no seu dia a dia, nas pessoas da região e nas dificuldades e alegrias encontradas durante a caminhada da vida.

Indumentária

O grupo se apresenta com saia e blusa de chita estampada. Lenço na cabeça e pés descalços.

Instrumentos

Violão, caixa de folia, pandeiro e viola.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO
Origem do Saber

Prática de origem da matriz afro-brasileira, realizada para manter crenças questionadas pelo catolicismo hoje é mantida e repassada por Marcelina, Maria, Izabel e Maria da Conceição (OLIVEIRA, 2010).

Transmissão

O saber é tradicionalmente repassado pelas matriarcas da Comunidade de forma oral e demonstrativa, visto que os iniciantes participam das rodas.

Forma de Continuidade

Em conversa informal com o líder comunitário Agmar, ele reconhece o quanto a comunidade se favoreceu a partir do reconhecimento de Palmeirinha como comunidade quilombola. A maior valorização das manifestações culturais faz com que os moradores passem a perceber suas expressões culturais como um instrumento político capaz de lhes reafirmar uma identidade diferenciada e valorizada publicamente. Pesquisas em andamento sobre a historicidade da comunidade reavivam a importância do legado de seus ancestrais, o que contribui para a continuidade do batuque em Palmeirinha.

Transformações

As transformações vivenciadas em Palmeirinhas ocorrem em vários âmbitos. Um deles se dá em relação às mudanças de caráter mais amplo, em um tempo histórico mais longo. Em depoimento a Vilas Boas (2010), as mulheres responsáveis pelo batuque contaram que antigamente não tinha estrada de ligação para a cidade e que a comunidade era isolada pelo mato. No entanto, *“mesmo assim a gente saía. É coisa da tradição e fé do jeito que for a gente sai, seja na chuva ou no sol”*, comentam.

Por outro lado, na última década, muito dos processos negativos experienciados em todo decorrer histórico local ganha uma dimensão de resistência e se configura em organização política para reivindicação de direitos diferenciados. O reconhecimento enquanto comunidade quilombola proporcionou um deslocamento simbólico da comunidade que teve suas manifestações elevadas para outro patamar de aceitação pelos “de fora” – todos aqueles que são externos à comunidade de Palmeirinha. Entre as várias transformações ocorridas, pode-se citar a solicitação para que o grupo de batuque compusesse uma agenda cultural de eventos fora da comunidade, o que exigiu uma adaptação do tempo do batuque em apresentações fora de Palmeirinha. Em 2010 houve uma apresentação na Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) com duração de aproximadamente 30 minutos. O que permitiu demonstrar num tempo adequado a expressão da

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS FORMAS DE EXPRESSÕES

comunidade e a participação dos presentes, conforme opinião do líder comunitário Agmar.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS				
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Caixa	Patrimônio material	Instrumento musical	Instrumento de percussão	-
Cantos	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Atividade musical	-
Danças	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Atividade ritual	-
Pandeiro	Patrimônio material	Instrumento musical	Instrumento de percussão	-
Violão	Patrimônio material	Instrumento musical	Instrumento de corda	-
São Gonçalo	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Atividade ritual	5340
Reisado	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Atividade ritual	5358

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO										
TIPO	Comitê	X	Instituição		Irmandades/ Confrarias		Associação		Outros	X
Denominação	Batuque na Comunidade Quilombola de Palmerinha									
Descrição	As entoadas (cantos), como são chamadas pela comunidade, são conduzidas por um solista, no caso da comunidade de Palmerinha conduzidos por Marcelina (78 anos), Maria (77), Isabel (74), e Maria da Conceição, a Bié (75) (OLIVEIRA, 2010) . Elas conhecem de memória todos os versos que são cantados seguindo a interação com os tocadores e com o público.									
Organizadores e Financiadores										
Tipo	Associação Comunitária									
Organizadores	Agmar Lima (38) 91943584 Girlene Teixeira									
Financiadores	N.A									

08 COMENTÁRIOS	
Identidades criadas em torno da atividade	
<p>Agmar, líder comunitário, reconhece a valorização alcançada pelo reconhecimento da Fundação Cultural Palmares. Contudo, fala sobre um assunto difícil de ser comentado: a relação das crenças, das benzeções, das folias, ou seja, dos costumes do quilombo e do preconceito e abafamento dessas tradições pelas igrejas que chegaram lá bem depois. <i>“Às vezes você vai estar lá rezando, mas com o coração chorando de vontade de bater caixa. Ai, chegam as igrejas evangélicas dizendo que isso é proibido”</i>, desabafa Agmar.</p>	
Comentários dos entrevistados	
<p>Segundo Agmar Lima, <i>“o sonho da comunidade é a construção de um espaço, um salão, onde se pudesse funcionar o Centro de Tradições Quilombolas de Palmeirinha”</i>. O local poderia funcionar como escola das tradições culturais para os mais jovens, além de poder ser um centro de apresentações do batuque, do reisado, do São Gonçalo. O artesanato em barro, outra expressão da comunidade, também poderiam ser feitos neste Centro de Tradições, assim como a produção de biscoitos caseiros e de polpas de frutas para a venda, informa Agmar. Segundo ele:</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

Temos músicos tocadores de viola, caixa de folia que poderíamos montar até uma orquestra de viola, mas precisamos de um espaço para acolhê-los. E, dentro do centro de tradições, estes mestres poderiam estar passando experiência aos jovens [...] Em Maria da Cruz temos integrantes da comunidade de Palmeirinha que coordenam o Boi de Pastorinha, tem como mestre Dona Oscarlina cujo sonho era ter um pequeno galpão no prolongamento de sua casa para manter a tradição familiar. O ano inteiro tem movimento, fazendo roupa, tem a reza, tem os ensaios que mantêm as tradições vivas.

Comentários do elaborador

Palmeirinha é mais uma comunidade quilombola que passa a ganhar os benefícios de seu reconhecimento pela Fundação Palmares. Junto a esta visibilidade vem o fortalecimento das tradições que dão voz e vez aos mais velhos e portadores dos saberes. Palmeirinha hoje tem um blog de notícias e tem coordenadores firmes em seus propósitos de manter, defender e divulgar as tradições culturais e com elas buscar a valorização dos saberes dos povos quilombolas. O batuque da comunidade tem contribuído para seu empoderamento que, a partir de sua prática, observa-se a continuidade entre passado e presente reformulando a tradição.

Possibilidade De Continuidade

Os passos de dança, as músicas e as formas de tocar os instrumentos são passados de geração em geração, desse modo, acreditamos que a manifestação do batuque continuará por muito tempo como parte da tradição cultural da comunidade quilombola de Palmeirinha.

Necessidades

Instalações	Construção de um espaço denominado Centro de Tradições Quilombolas para os ensaios do grupo e desenvolvimento de outras atividades culturais da comunidade.
Instrumentos	Necessitam de manutenção dos instrumentos (cordas para os violões e violas, afinação e conserto do acordeom).
Matéria-Prima	Não se aplica
Pessoal	Não se aplica
Formação	Não se aplica
Atividade Macro	Atividade ligada à Comunidade Quilombola de Palmeirinha
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Considerando a riqueza das manifestações recomenda-se o registro em documentário das manifestações culturais do quilombo de Palmeirinha. Esta necessidade foi expressa pelo líder comunitário Dagmar que alertou: <i>“Nossos mestres já são bem idosos e precisamos com urgência promover o aprendizado dessas tradições que podem acabar”</i> .

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

- Construção de um local, onde pudesse funcionar o Centro de Tradições Quilombolas, espaço que potencializaria melhorias das condições de produção, reprodução e circulação dos bens culturais da comunidade.
- Pesquisa aprofundada nas manifestações com registro no âmbito da etnomusicologia com registro dos ritmos e melodias dos brinquedos da comunidade.
- Gravação de Documentário sobre os vários “brinquedos” da comunidade Batuque, Reis de Ciganas, Bois de Pastorinhas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

10 ENTREVISTADOS							
01	Nome	Agmar Lima				Tipo	Coordenador
	Nascimento	Palmeirinha	Sexo	Masc	Idade	Registro Sonoro Visual	
	Descrição						
	Contato	(38) 91943584					

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA	
	
<p>Figura 2: Bataque de Palmeirinha em apresentação na faculdade UNIMONTES Acervo: Unimontes. http://goo.gl/zdhW1z</p>	<p>Figura 3: Bataque de Palmeirinha em apresentação na faculdade UNIMONTES Acervo: Unimontes. http://goo.gl/zdhW1z</p>

12 DOCUMENTOS ANEXOS	
Fotografias	Figura 1: VIVA_QUILOMBO_2011. Disponível em: http://goo.gl/zdhW1z Figura 2: VIVA_QUILOMBO_2011. Disponível em: http://goo.gl/zdhW1z Figura 3: VIVA_QUILOMBO_2011. Disponível em: http://goo.gl/zdhW1z
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Não se aplica.

12 REFERÊNCIAS	
ARANHA, Simone da Silva. Nas Rodas de Verso...Memória de Cantigas da tradição oral brasileira. <i>Revista: SARAU – Memória e vida Cultural de Campinas - Volume 4/Número 4/ Fevereiro 2006/ ISSN 1677-7816- Centro de Memória da UNICAMPI, 2006 - Disponível em: <http://goo.gl/YAq5yh>. Acesso em: 20 jan 2013.</i>	
COITO, Roselene de Fátima. <i>Bataque: a identidade nos corpos</i> . Maringá, v. 30, n. 2, p. 221-224, 2008. Disponível em: < http://migre.me/sC5Bq > acesso em 05 jan 2016.	
DOWLING, Gabriela Buonfiglio et MELO Sara. <i>O coco de roda no quilombo</i> . <i>Amerika</i> [En ligne], 6 2012, mis en ligne le 21 juin 2012, Consulté le 25 février 2013. Disponível em: < http://amerika.revues.org/3164 >. DOI : 10.4000/amerika.3164. Acesso: 25/02/2013.	
LIMA, Agmar. Bataque de Palmeirinha. Pedras de Maria da Cruz/Palmeirinha.[07 de Abril de 2013]. <i>Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco</i> .	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
OLIVEIRA, Fernanda de. Cinema no Rio São Francisco. Arquivo 2010. Disponível em: < http://goo.gl/FaZTLD > Acesso em: 10 nov. 2014.	
VAZ, Leopoldo Gil Dulcio; CUERVO, Javier Rubiera. <i>Algumas notas sobre o batuque</i> . Disponível em: < http://goo.gl/dIV7hj >. Acesso em: 27 abr 2013.	
VILLAS BOAS, Pamilla. <i>Palmeirinha</i> . Disponível em: < http://goo.gl/FaZTLD >. Acesso em: 23 dez 2012.	
VIVA QUILOMBO. <i>História da Comunidade Quilombola de Palmeirinha</i> . Disponível em : < http://goo.gl/Fu3b64 >. Acesso em: 26 abr 2013.	

13 FICHA TÉCNICA		
Fotos	Viva Quilombo.blogspot – Disponível em: http://goo.gl/zdhW1z	2013
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Não se aplica.	
Transcrição	Diário de Campo	2013
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula	23dez.2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Leonardo Augusto Silva de Freitas	26abr.2013; 19nov2014
Revisão	Breno Trindade	07jan.2016
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES
01 IDENTIFICAÇÃO

Denominação	COMUNIDADE QUILOMBOLA DE PALMEIRINHA		IPAC/MG	5368				
Município(s)	Pedras de Maria da Cruz	Distrito	Comunidade Quilombola de Palmeirinha					
Endereço	Comunidade Quilombola de Palmeirinha							
GPS	23K	Long. UTM	565237.00 m E	Lat. UTM	8274807.00 m S	Urbano	Rural	X


Figura 1: Igreja da Comunidade Quilombola de Palmeirinha.

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

Categoria	Lugares		
Tipologia da Atividade	Comunidade Tradicional		
DENOMINAÇÃO			
Outras denominações			
Comunidade Tradicional			
Nível de integração			
Comunidade	x	Oficial	Intercomunitária

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

A ocupação da região hoje conhecida como norte de Minas Gerais ocorreu principalmente através do rio São Francisco, onde baianos e paulistas fundaram diversas povoações desde meados do século XVII. Com a missão de aprisionar índios e exterminar quilombos, Mathias Cardoso de Almeida, que já os havia combatido

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

no baixo São Francisco, subiu o Rio para garantir que a população negra e indígena não ameaçasse “as povoações dedicadas ao cultivo da cana de açúcar e à criação de gado”. Após instalar fazendas e arraiais, no curso do Rio, o bandeirante fundou por volta de 1660 o que viria a ser “a primeira povoação duradoura a se estabelecer no território mineiro”: Morrinhos, atualmente a cidade de Matias Cardoso.

Maria da Cruz, a quem o município em questão deve seu nome, era casada com Salvador Cardoso de Oliveira, sobrinho do fundador de Morrinhos. Maria da Cruz pode ser considerada como uma das protagonistas principais da rebelião ocorrida no sertão do São Francisco, nos chamados Motins do Sertão, ocorrido entre os meses de março e agosto de 1736. Fazendeiros e moradores da região se opuseram ao pagamento da Capitação, cobrança instituída no ano anterior que “determinava que todos os moradores das minas, inclusive os criadores de gado, passariam a pagar um valor anual fixo, sobre o número de escravos que possuíam”, nas palavras do historiador Alexandre Rodrigues de Souza (2013, p. 455).

Proprietária de um grande número de escravos e membro da elite sertaneja, era parte do grupo descontente com a cobrança por parte da Coroa e a partir dos motins reivindicava direitos sobre sua produção e posse.

Condenada pelo Governo de Portugal, Maria da Cruz, em 9 de abril de 1739, após pedir clemência ao Rei de Portugal, recebe sua carta de perdão. Seu testamento, aberto em 23 de junho de 1760, entre outras informações, dizia: “[...] moradora no sítio da capela chamada Nossa Senhora da Conceição das Pedras, filial desta matriz do arraial dos Morrinhos, o qual testamento me apresentou o padre Manoel Cardoso de Toledo, morador no dito lugar da Capela das Pedras”. (Testamento *apud*. Santos, p.474).

É devido à atuação de Maria da Cruz, grande proprietária de terras, que a localidade aqui apresentada foi elevada a categoria de distrito de Januária com a denominação de Pedras de Maria da Cruz, criado pela Lei Estadual nº 556 de 30 de agosto de 1911.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

A comunidade Quilombola de Palmeirinha se localiza em Pedras de Maria da Cruz, município mineiro da região do Vale do Rio São Francisco que conta atualmente com cerca de 10.900 habitantes. A ocupação da região iniciou no século XVIII. A comunidade se associou a um movimento de revolta contra a devassa (cobranças violentas de impostos não quitados) da Coroa Portuguesa, deflagrado no Vale do São Francisco, na segunda metade de 1700. Esse movimento deflagrou-se em vários combates em toda a região do médio São Francisco, e seus combatentes são referidos na memória coletiva dos moradores da região como os *revoltosos*.

Alguns dos moradores mais antigos de Palmeirinha referem-se a essa revolta como uma origem da migração de seus antepassados para o lugar onde se formou a comunidade Palmeirinha. Esses ancestrais teriam vindo fugidos dos revoltosos, tanto de uma região da Bahia, a que chamam Parateca, quanto da região que denominam de Gorutuba. Notadamente, Parateca e Gorutuba são nomes vinculados a comunidades remanescentes de quilombos do Vale do São Francisco no estado da Bahia, nos municípios de Malhada e Palmas de Monte Alto, estão localizadas as comunidades quilombolas de Parateca e Pau D’Arco, na margem direita do Rio São Francisco; e na atual Januária residem quilombolas vindos das plantações de cana da Bahia e dos garimpos de Diamantina e Grão Mogol, denominados gorutubanos. A data de formação da Comunidade de Palmeirinha é incerta, podendo ter de 100 a 150 anos, segundo relatos dos moradores. Suspeita-se fortemente que a relação de Palmeirinha com essas comunidades remanescentes de quilombos não é fortuita.

Reiterando o relato, os dois primeiros sítios citados também citam a proprietária complementando que no documento de espólio de Juliana Hipólita de Souza, casada com Ursulino, constava como o primeiro nome da localidade “Cascalho” ou “Fazenda Palmeirinha”.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES					
04	DESCRIÇÃO						
	Caracterização Geral do Espaço						
	Grandes períodos de seca afetam a região onde está localizada Palmeirinha, o que impossibilita a criação de gado ou grandes plantações. O cerrado é o bioma predominante. Palmeirinha é uma comunidade rural que possui aproximadamente 140 famílias. Alguns são agricultores cuja produção é voltada para subsistência. A maioria possui trabalhos fora da comunidade, em empregos temporários, na colheita do café, na construção e como domésticos.						
	Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)						
	Inserida no universo imaginário do Rio São Francisco, a comunidade relata casos em que os seres encantados estão presentes, como a mãe d'água, o caboclo d'água (conhecido por eles como "cumpadim d'água"), além de outras manifestações como a mula sem cabeça e histórias de assombração. Além desses encantados citados e descritos no sítio do "Projeto Kizoomba", há histórias relacionadas às profecias, ou "professias", narradas pelos antepassados. Os moradores praticam um catolicismo popular, em que é possível manifestações festivas tradicionais, como a folia de reis, as festas de São João, Santo Antônio e São José, Boi de Pastorinha, além do batuque, ligado à matriz afro-brasileira.						
	Usos do Lugar						
	A apropriação do lugar por parte da comunidade de Palmeirinha se dá por sua variedade de expressões. É a partir de suas manifestações culturais que a comunidade ocupa, utiliza, controla e se identifica com parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-o assim em seu "território". As práticas manifestadas pela comunidade é base de socialização e interação entre seus moradores, entre elas destaca-se o batuque que se apresenta nos quintais das casas ou outros lugares ou onde sejam convidados. Há a atividade agrícola de subsistência onde plantam mandioca, feijão e milho, além de criarem porcos e galinhas para o consumo familiar.						
	Tranformações e Permanências						
	A partir da organização política dos moradores entorno da causa quilombola, culminando na certificação pela Fundação Palmares em 2011, mudanças significativas ocorreram na Comunidade. Conforme sítio da "Fundação Palmares", quatorze mulheres da Comunidade "alcançaram vagas na universidade com o compromisso de garantir retorno à Palmeirinha", fato considerado expressivo num lugar onde a taxa de analfabetismo na comunidade é de 85%. O reconhecimento enquanto quilombola despertou nos moradores reivindicações relacionadas aos direitos básicos de cidadania, como o de moradia, que refletiu na construção de residências em alvenaria pelo programa federal "Minha Casa, Minha Vida", adequando o projeto padrão à realidade local. Segundo o sítio, "das 140 famílias que compõem a comunidade, 40 já foram beneficiadas". Assim como o projeto para a moradia, outros projetos estão sendo pensados, como a viabilidade de se manter uma indústria de laticínios e construção de canteiros para o cultivo de plantas medicinais. Outras parcerias vêm sendo realizadas, como a estabelecida com o Núcleo de Pesquisa das Comunidades Quilombolas (UFMG), Faculdades Integradas do Norte de Minas (FUNORTE) e Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes).						
	Dados Fundiários e Construtivos						
	De acordo com o histórico apontada, a comunidade tem como área o terreno de 114 hectares espólio de Juliana Hipólita de Souza.						
05	MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS						
	Igreja, praça, Tele-Centro, Rio São Francisco, Córrego Palmeirinha.						
06	MODELO DE ORGANIZAÇÃO						
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	x	Outros	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Denominação	Associação Comunitária	
Descrição	Organização das atividades	
Organizadores	Agmar Lima (38) 91943584	
Financiadores	Não se aplica.	
Produção de atividades e eventos	Sem referência.	
Meios de Comunicação e Divulgação	Prefeitura de Pedras de Maria da Cruz.	

07 ÁREA DE ABRANGÊNCIA									
Comunidade		Município	X	Região		Estado		Nacional	
Observação									
Caracterização do Público Frequentador									
A Comunidade é constituída por famílias que vivem no local, com uma diversidade de crianças, jovens adultos e idosos. Eles também recebem visitas e estabelecem uma boa relação com os moradores de Pedras de Maria da Cruz.									
Participação turística									
Sem referência.									

08 ELEMENTOS RELACIONADOS				
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Batuque	Patrimônio imaterial	Formas de Expressão	Dança	5365
Benzeção	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Atividade ritual	5325
Conhecimento de Plantas	Patrimônio imaterial	Saberes	Práticas de Cura	5310
Dança de São Gonçalo	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Atividade Ritual	5315

09 COMENTÁRIOS	
Comentários dos entrevistados	
<p>Em uma entrevista realizada por Raquel Helena de Mendonça e Paula com o morador Agmar Lima, ele diz que tem uma ideia de construir um “Centro de Tradições” na comunidade, onde a produção de biscoitos e a fabricação de polpas de frutas, feitos pela comunidade, poderia ser vendida. Neste lugar, os tocadores de viola de Palmeirinha poderiam se reunir para repassar o conhecimento aos mais jovens, segundo Agmar.</p> <p>Não faltam relatos dos mais velhos dizendo sobre a sabedoria dos antigos que eles mesmos são portadores. Como se pôde observar nos levantamentos bibliográficos, entre as fontes destaca-se o Projeto “Cinema no Rio”, Cidelcina, ex-moradora do quiombo de Palmeirinha, fala que:</p> <p style="padding-left: 40px;">Hoje minha filha diz que eu já era. Que sou velha. A gente é da era. Mas sabe mais do que esses jovens de hoje que sabem das letras, mas não sabem da vida. Eu sou da era, e sei mais do que você. Penso melhor do que muitos estudados. Não se defende com a leitura. (CIDELCINA, setembro de 2010).</p> <p>Seu Dão, morador da comunidade, tem lembranças da época em que eram contadas “profecias” a respeito dos tempo atuais, que ele faz questão de narrar:</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

O asfalto vai devorar a terra. Meu filho, sabe o que é uma cobra preta que vai devorar muita gente e que não sabe onde começa e termina? (...) A cobra preta infinita é o asfalto. Que não tem começo e não tem fim. (...) Os antigos eram profetas sem saber ler. Sabiam de nada e sabiam de tudo ao mesmo tempo. (SEU DÃO, setembro de 2010).

Ao trabalhar com relatos dos moradores das comunidades visitadas, o projeto “Cinema no Rio” os pesquisadores apontam o relato de uma das integrantes de Palmeirinha que argumenta sobre a produção local: “(...) aqui tem produção de mandioca, feijão, milho. Tem criação de animais, tudo pra sustento da família. A água da comunidade vem dos poços artesianos”. A mesma moradora ainda comenta sobre o passado, relatando que: “se podia plantar, e tudo que plantava dava, não tinha secas tão fortes, nunca faltava nada, nem alimento nem água, tudo estava ao alcance das mãos, no fundo do quintal, tinha plantaçõ de tudo e criava-se muitos bichos como galinhas, gado, porcos”. (CINEMA NO RIO, 2013).

Comentários do elaborador**Identities construídas em torno da atividade**

O auto-reconhecimento da Comunidade como Quilombola reforça a identidade étnica frente às discriminações sofridas pela sociedade mais ampla no decorrer da história. Mesmo com a posse da terra e o estabelecimento no território por pelo menos um século, a comunidade resistiu à violência de grandes fazendeiros interessados em suas terras, além de sofrer discriminações das mais variadas por moradores da cidade de Pedras de Maria da Cruz em função de suas especificidades e de seu modo de vida rural. A certificação e o reconhecimento de uma identidade diferenciada auxilia no fortalecimento político e cultural do grupo promovendo maior organização e busca por conquistas de direitos.

Os Habitantes da comunidade são, em sua grande maioria, negros que se reconhecem pertencentes à mesma linhagem, descendente dos fundadores de Palmeirinha. Segundo relatos e documentações, há previsão de que estão residentes nas terras por volta de 150 anos, terras essas que provê o sustento e as condições básicas de sua sociabilidade. São em sua maioria católicos e exercem algumas formas de expressão particulares, tais como a dança de São Gonçalo, o batuque, as pastorinhas e o reisado, além de ofícios e ladainhas católicos ainda hoje cantadas em latim.

Possibilidade de Continuação

Com a certificação da Fundação Cultural Palmares, a comunidade se inseriu num contexto político nacional de reivindicação de suas terras e possibilidade de continuação de suas práticas tradicionais. Dessa forma, observa-se que, uma vez se mantendo em seu território, a comunidade de Palmeirinha tem a possibilidade de manutenção de seu universo cultural.

Plano de ação

- Produzir estudos relacionados ao modo de vida e ocupação territorial, assim como a apropriação do espaço pelas práticas culturais ali desenvolvidas;
- Junto ao estudo, desenvolver projetos de valorização da memória e cultura junto aos jovens da comunidade;
- Desenvolver ações de valorização da tradição cultural de Palmeirinha aliado a um projeto de educação patrimonial com o objetivo de discutir os contextos das comunidades tradicionais nas escolas da região.



10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Agmar Lima				Tipo	Coordenador	
Nascimento	Palmeirinha	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	N.	A.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)		
Líder comunitário.		
Contato		

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA

	
<p>Figura 2: Tele centro comunitário da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.</p>	<p>Figura 3: Cruzeiro da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.</p>

	
<p>Figura 4: Praça central da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.</p>	<p>Figura 5: Praça da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2014.</p>

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	<p>Figura 1: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_iepha (6) Figura 2: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_iepha (7) Figura 3: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_iepha (5) Figura 4: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_iepha (2) Figura 5: IPAC_5368_PMCruz_CPalm_Nuhicre_iepha (1)</p>
Videos	Não se aplica.
Audio	Não se aplica.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

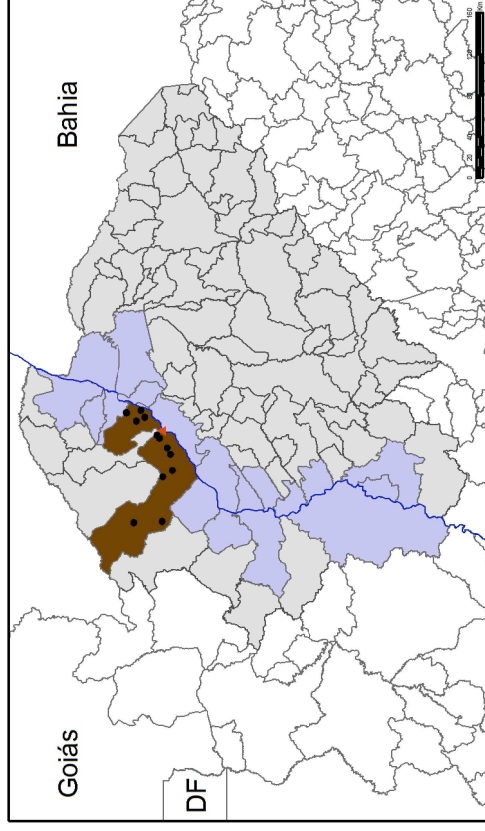
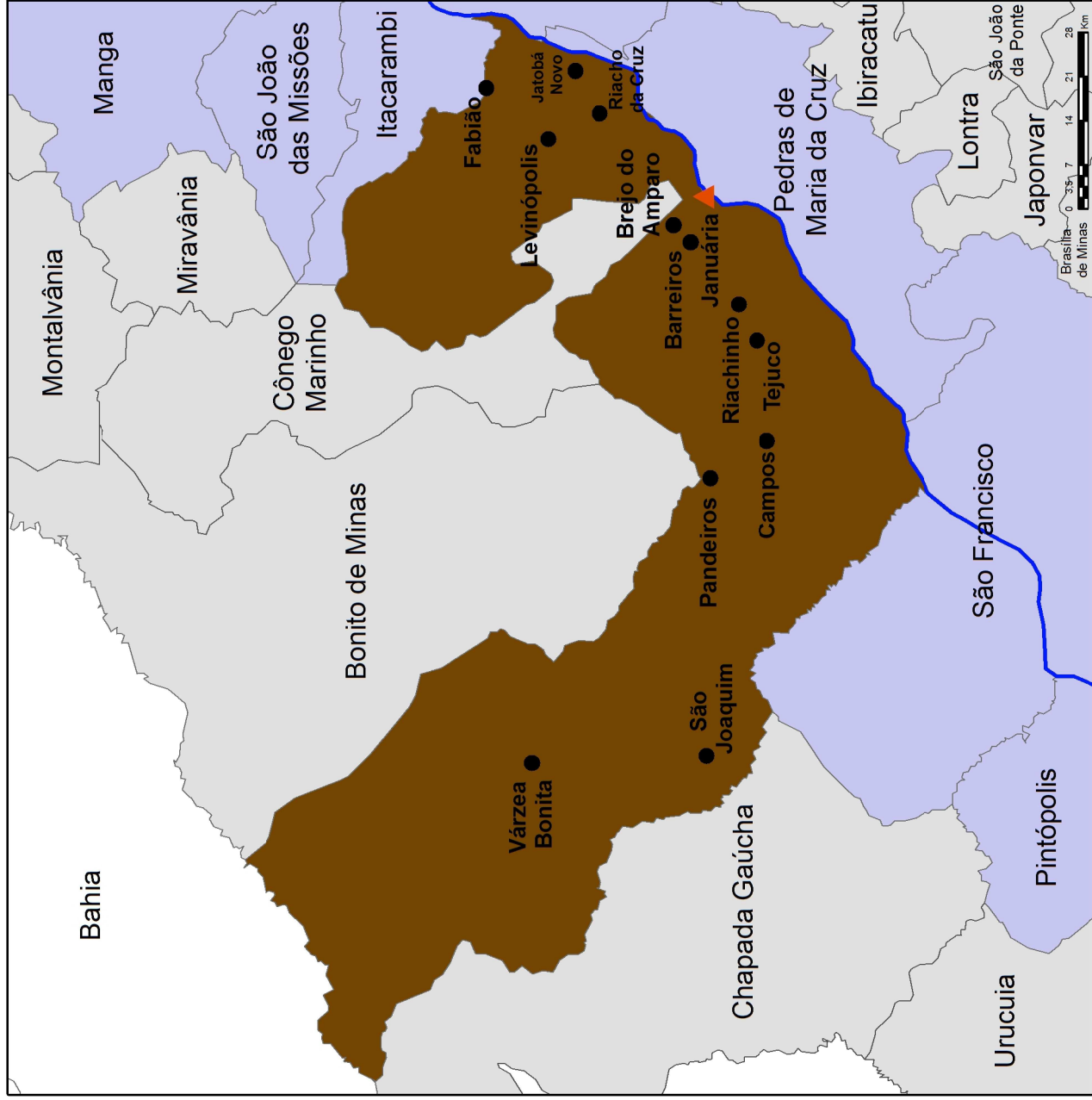
LUGARES

13	REFERÊNCIAS
	MOREIRA, H. F. <i>Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro: O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais</i> . 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.
	SOUZA, A. R. A rebelde do sertão: Maria da Cruz e o motim de 1736. <i>Varia História</i> . v. 29, p. 453-475, 2013.
	SOUZA, Daiane. Fundação Cultural Palmares. Quilombolas de Palmeirinha/MG concretizam projeto arquitetônico e social desenvolvido pela própria comunidade. Disponível em: < http://goo.gl/AJN2nA > Acesso em: 15 dez.2015
	Projeto Kizoomba de Bonecos – Quilombo de Palmeirinha. Disponível em: < http://goo.gl/tZ3mnl_ > Acesso em: 15 dez. 2015
	Viva Quilombo – História da Comunidade Quilombola de Palmeirinha. Disponível em: < http://goo.gl/RqpPWY > Acesso em: 15 dez.2015.
	OLIEIRA, Laura Aparecida Gomes; BOA, Lidiana Silva; MOREIRA, Carlos André; SANTOS, Lílian Maria. Psicólogo. <i>Vozes do Quilombo: um relato de experiência vivenciada na Comunidade Quilombola de Palmeirinha – MG</i> (agosto de 2013). Disponível em: < https://goo.gl/vmFRhS > Acesso em 15 dez.2015
	OLIVEIRA, Fernanda de. Cinema no Rio São Francisco. Disponível em: < http://goo.gl/oLgerK > Acesso em 15 dez. 2015.

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	NUHICRE/ IEPHA-2014.	-
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Não se aplica.	-
Transcrição	Não se aplica.	-
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Leonardo Augusto Silva de Freitas.	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Leonardo Augusto Silva de Freitas.	2013 11/ 2014
Revisão	Bruna Luísa de Paula, Débora Raiza Rocha, Luis Molinari, Mariana Rabêlo de Farias, Paulo Ricardo Silva Rodrigues, Breno Trindade.	02/ 2015 01/2015
	Observações	

Januária

JANUÁRIA



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidades
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Januária
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T, 2013.

Bens Culturais e Contatos – Januária

- A Dança da Quadrilha
- A Rua de Baixo
- Abrigo do Janelão
- Abrigo do Malhador
- APA Estadual do Rio Padeiros – Lei 11.901/95.
- APA Estadual Rio Cochá e Gibão
- Artes Plásticas – Valdeci Guimarães Campos. Rua José Augusto, 389.
- Artesã – Confeção de Colar em Semente
- Artesanato com Reaproveitamento de Materiais – Valdir Rodrigues da Silva
- Artesanato Derivados de Buriti – Móveis e Utilitários
- Artesanato Derivados de Fibras Vegetais – Valdomiro Oliveira Campos
- Artesanato Derivados de Flandres – Irênio de Sousa Santana
- Artesanato Derivados da Madeira – Carlos Roberto Barbosa de Sousa
- Artesanato Derivados da Madeira – Carlos Roberto Gonçalves
- Artesanato Derivados da Madeira – Silvio de Almeida
- Artesanato Derivados da Madeira – Zezito
- Artesanato Derivados da Madeira – José Francisco Lopes Figueiredo
- Artesanato Derivados do Fio – Mestre Adão
- Artesanato Derivados do Fio – Mestre Agostinho
- Artesanato Utilitário em Barro – Jussara. Avenida Brasil, 385b.
- As Memórias de Berto Preto, fundador dos Reis de Temerosos, contadas por sua esposa Dona Narcisa
- Associação Cultural Amigos do Museu do Folclore Edson Carneiro. Rua Visconde de Ouro Preto, 390. Januária/MG. (38)3621- 1471/(38)3621-3770
- Baleieiro
- Biblioteca Saul Martins
- Bijuterias de Sementes e Bolsas Artesanais
- Bloco de Carnaval “De Bem com a Vida”
- Boi do Bem Bom
- Brejo do Amparo
- Brincadeira Boca de Forno
- Brincadeiras de Rua e Cirandas
- Cajueiro
- Câmara Municipal de Januária. R. Prof. Manoel Ambrósio, 329. Centro. Januária/MG, 39480-000
- Capoeira
- Casa da Memória – Diretora Dona Maura
- Casa da Memória do Vale do São Francisco
- Casa de Cultura Berto Preto
- Casa do Artesão. Rua Visconde de Ouro Preto, 186. Januária/MG. (38) 3621-1277

- Cavalhada
- Cavalhada Brejo do Amparo
- Centro Cultura e Turismo
- Centro de Artesanato de Januária
- Centro de Cultura e Turismo de Januária
- Cesteiros de Januária – Valdivino campos
- Colônia de Pescadores
- Comunidade quilombola - Água Viva
- Comunidade Quilombola Ilha da Capivara (Quebra-Guiada)
- Comunidade Quilombola Gameleira
- Contação de Causo – Carlúcio
- Contação de Causo – Célio Barbeiro
- Contação de Causo – Edson Matos
- Contação de Causo – João Damasceno. (38) 8421-7241
- Contação de Causo – Paulo Magalhães
- Contação de Causo – Canário
- Contação de Causo – Seu Binu
- Culinária
- Culinária – Galinha Caipira e Frango
- Dança da Peneira
- Dança de Rua
- Dança de São Gonçalo
- Derivado de Madeira – Carlos Roberto Barbosa
- Derivados da Cana e Bens Associados
- Derivados de Cana e Bens Associados – Alambiques de Aguardente e o Modo de Fazer Rapadura
- Derivados de Cana e Bens Associados – Modo de Fazer Cachaça
- Documentarista – Deniston Diamantino
- Encomendação das Almas – Rezadeira Corina
- Festa de Nossa Senhora do Rosário
- Festa de Santa Cruz – João Damasceno. (38) 8421-7241
- Festa de São Gonçalo
- Festa de São Gonçalo
- Festejos de Santa Cruz
- Festival de Dança de Rua
- Festival de Música e Dança
- Folia de Reis
- Folia de Reis – Mestre Zé Preto
- Funcionário da Secretaria de Cultura- Jorge Silva
- Gravações Etnográficas
- Grupo de Quadrilha “Pé de Moleque”

- Gruta dos Caboclos
- Igreja Nossa Senhora do Rosário
- Lenda da Mãe d'Água
- Lenda da Mães d'Água – Santa do Carmo Pereira
- Mercado de Januária. Praça Raul Soares, S/N. Centro. CEP: 39480-000
- Mestre de Ofício – Cabano
- Modo de Fazer Artes Plásticas – Valdeci Guimarães Campos
- Museu Edison Carneiro – Imagens do São Francisco, Sala do Artista Popular
- Músico Cantador de Modinhas – Domingos Chapadeiro
- Pescador Adão
- Pescador Agostinho
- Pintura a Óleo – Ricardo Pereira Alves
- Poesias – Dona Maria
- Reis dos Temerosos – Edilberto José de Macedo Fonseca (dil.fonseca@gmail.com)
- Reis dos Temerosos e Reis dos Cacetes – João Damasceno. (38) 8421-7241
- Reisado e Folia de Reis
- Rezadeira Corina
- Sanfoneiros – Gustavinho, Zé Luís e Silvio Correa
- Violeiro – Chico Preto
- Zelador dos bens da Igreja do Brejo do Amparo Joaquim do Picolé

■ Celebrações e Ritos ■ Formas de Expressão ■ Lugares ■ Saberes e Ofícios ■ Localidade ■ Contato

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						LOCALIDADE			
01 IDENTIFICAÇÃO									
Localidade		JANUÁRIA							
Município		Januária				IPAC/MG		313520	
Distritos		Sede			Sítio		Vale do Médio São Francisco		
GPS	23L	Long.UTM	569072.30 m E	Lat. UTM	8288614.52 m S	Urbano		Rural	X
									
<p>Figura 1: Cais de Januária. Fonte: NUHICRE/IEPHA – 2013.</p>									

02 REFERÊNCIAS CULTURAIS									
<p>Januária, município localizado no lado esquerdo do Rio São Francisco, concentra importantes referências culturais do norte de Minas Gerais como, por exemplo, a Dança de São Gonçalo, prática devocional realizada geralmente durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, celebração que, por sua vez, mobiliza toda cidade; o modo de fazer o Feijão Tropeiro, prato tradicional na região; e o ritual da Folia Reis dos Temerosos em louvor aos santos reis.</p> <p>Os bens culturais de Januária foram identificados a partir do mapa de percepção aplicado na cidade durante o Fórum de Inventário, realizado junto a representantes dos seguimentos culturais do município. Na ocasião foram entendidos como referências culturais locais, celebrações como a Cavalhada Brejo do Amparo; Boi do Bem Bom; Festa de Nossa Senhora do Rosário; Festa de Santa Cruz; Festa de São Gonçalo; Folia de Reis e Reisado; Reis dos Temerosos; Festa dos Santos do Rio, dentre outros.</p> <p>Nas Expressões culturais, foram identificadas as Artes plásticas de Valdeci Guimarães Campos; Bloco de Carnaval de Bem com a Vida; Capoeira; Contaçon de Causo em que se destacam os contadores: Célio Barbeiro, Edsom Matos, João Damasceno, Paulo Magalhães, Canário, Seu Binu e Santa do Carmo Pereira; Dança da Peneira; Dança de São Gonçalo; Grupo de Quadrilha Pé de Moleque; A Lenda da Mãe d'água e demais mitos do São Francisco.</p> <p>No saberes, destaca-se o Artesanato utilitário em barro; Artesanato com fibras (balaio, cestos, redes); Artesanato com madeira (dornas, carrancas, colheres de pau, gamelas, miniaturas de canoas); elementos culinários regionais, tais como os derivados de mandioca (farinhas, beiju, biscoitos e bolos) e da</p>									

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
cana (cachaça, rapadura); produtos dos Vazanteiros (abóboras, feijão de corda); Peixes e carne de sol. Dentre os Lugares, destacam-se o centro histórico e seus espaços como: a Rua de Baixo, Abrigo do Janelão, Abrigo do Malhador, Casa da Memória – Diretora Dona Maura, Casa do Artesão, Centro Cultura e Turismo. Ainda como lugares, destaca-se a Colônia de Pescadores, Comunidades Quilombolas - Água Viva, Gameleira; Gruta dos Caboclos; Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o Mercado Municipal.	

03	DESCRIÇÃO
	População e Localização
<p>Januária possui uma população de aproximadamente 65.464 habitantes, sendo a quarta maior em população urbana e a terceira em população geral do Norte de Minas. Sua economia concentra-se na agricultura, pecuária, comércio e prestação de serviços, e, atualmente, é uma das principais cidades do Norte de Minas.</p>	
	Paisagem Natural e Meio Ambiente
<p>Clima</p> <p>O clima na cidade de Januária é tropical com transição para semiárido. A temperatura máxima atinge 38,0° C e a mínima 12,6° C, sendo que a média anual alterna entre 26° e 30°C. As chuvas são escassas, irregulares e concentradas no verão, ocorrendo de outubro a fevereiro e às vezes até março.</p> <p>Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a temperatura mínima registrada em Januária foi de 6,0°C, ocorrida no dia 16 de julho de 1921. Já a máxima foi de 41,0°C, observada dia 19 de outubro de 1963. O maior acumulado de chuva registrado na cidade em 24 horas foi de 295,7 mm, em fevereiro de 2007.</p> <p>Vegetação e Produção</p> <p>Devido à deficiência de água no solo e ao forte calor, a vegetação de Januária é xeromorfa, ou seja, tem formas adaptadas à seca, sendo composta por cerrado, matas secas, caatinga e veredas cobertas de buritis. A última é uma palmeira-leque cujo fruto é uma noz amarela muito utilizada na indústria de cosméticos e nas produções artesanais como licores e artesanato. Outras espécies típicas da região são aroeira, tinguí, murici, pequi, jatobá, araticum e embaré, a mais imponente árvore da região, também chamada de barriguda.</p> <p>Relevo</p> <p>A cidade tem topografia plana com leves ondulações, uma característica típica do norte e nordeste de Minas Gerais. O subsolo da região é composto por rochas sedimentares do grupo bambuí, arcóseos, siltitos, calcáreos e dolomitos, em partes revestidas por sedimentos mais recentes, arenitos, conglomerados da formação urucuia e também por uma cobertura de detrítico-laterítica. A área territorial de Januária é de 6.691,17 Km². A altitude máxima é de 794 m no Morro do Itapiraçaba, e a mínima é 444 m, na Foz do Rio Peruaçu.</p>	
	Marcos
Como principais marcos da cidade destacam-se a Praia, o Cais, a Ponte e o Mercado Municipal.	

04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>Antes que a expansão paulista, na época do ouro, se configurasse como principal fator de expansão e ocupação do território sanfranciscano, os criadores de gado já vinham implantando currais no vale do São Francisco mineiro e seus afluentes. No entanto, foi no ciclo da mineração que houve intensificação dos fluxos migratórios e criação de novas rotas para abastecimento das regiões de extração mineral.</p> <p>Em meados do século XVII, diversas bandeiras ligadas à Coroa Portuguesa, provenientes de São Paulo e da Bahia, iniciaram o processo de ocupação das terras mineiras próximas ao Alto e Médio São Francisco,</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

com tropas lideradas principalmente por Matias Cardoso (COSTA, 2003). Contudo, cabe ressaltar que mesmo antes da chegada das bandeiras oficiais, Matias Cardoso e outras tropas independentes haviam embrenhado a região. Tal situação comprova o intuito dos homens da época, que, mesmo sem vínculos diretos junto ao governo colonial, partiram para a conquista do interior a fim de buscar a riqueza por meio da exploração dos gerais, da escravização de indígenas e de possíveis recompensas pela aniquilação de quilombos. Segundo Costa (2003), o curso do São Francisco, Caminho Geral do Sertão, já estava aberto desde 1613. O autor afirma que foi o reconhecimento anônimo e prévio dessas rotas que levou Matias Cardoso a alcançar o posto de tenente na bandeira de Fernão Dias, bandeirante que explorou o curso do Rio das Velhas em 1674, e mais tarde, a receber a patente de Governador Absoluto da Guerra contra os Índios (COSTA, 2003, p. 230-233).

A divisão administrativa dos municípios foi decorrente da experiência das bandeiras na ocupação dessa área, no que diz respeito ao desenho dos territórios e à divisão dos cargos. Souza (2009, p. 2) argumentou que, no início do século XVIII, um dos principais elementos que garantiu a organização territorial na região onde hoje está localizado o município de Januária foram as relações familiares e o prestígio obtido por Matias Cardoso, sua parentela e sua bandeira.

O estabelecimento desses arraiais, povoados e vilas na região norte de Minas na primeira década do século XVIII tornou-se importante para o abastecimento da região aurífera que se formava ao sul da província, principalmente por se apresentar como canal de comunicação econômica entre as cidades do ciclo do ouro e Salvador (MATA-MACHADO, 1991, p. 37 *apud* SOUZA, 2009, p. 1).

Foi a partir desse contexto que se iniciou a formação do município de Januária, diante da necessidade de intensificar as transações comerciais entre os povoados, que por sua vez, ocorriam através do Rio São Francisco. Por isso, foi aberta uma estrada de rodagem até o Porto do Salgado, instalado nas imediações do povoado de Brejo do Amparo, criado em 1811. Os produtos comercializados através do Porto do Salgado eram essencialmente: gado, animais de transporte, grãos, farinha, cachaça e rapadura, que passaram a suprir a demanda das cidades ao longo do Rio São Francisco e da sociedade mineradora (CORREIA, 2013, p. 49).

Em 1833, o povoado de Brejo do Salgado passou a ser chamado de Vila Januária. Quanto à sua denominação, existem três versões. A primeira está vinculada ao bandeirante Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso; outra relata que o nome se trata de uma homenagem feita à princesa imperial D. Januária; e a última, difundida pela tradição popular e presente na memória social dos ribeirinhos, associa a origem do topônimo ao nome de uma velha escrava negra que residia à beira do Rio.

Ao longo dos anos, por meio de diversas leis provinciais e estaduais, a vila Januária passou por inúmeras modificações administrativas, pertencendo ora a Porto do Salgado, ora a Brejo do Amparo. Como exemplo, destaca-se a Lei Estadual n. 279 que transferiu, em 11 de abril de 1845, a vila Januária para Porto do Salgado (MINAS GERAIS, 1860). Somente em 7 de outubro de 1860, por meio da Lei Provincial n. 1093, o local foi elevado à categoria de cidade, porém, ainda sob a denominação de Porto do Salgado. A alteração toponímica de Porto do Salgado para Januária só ocorreu em 13 de setembro de 1884, por meio da Lei Provincial n. 3194.

É importante observar que, de acordo com Henrique Halfeld, engenheiro alemão que percorreu o curso do São Francisco em meados do século XIX, a vila de Januária servia *“de assento ao arraial do Porto do Brejo do Salgado, para onde presentemente está transferida a sede da villa da Januaria, que fica uma legua distante do Porto em ramo de noroeste (HALFELD, 1860).”*

Em outro relato, James Wells, o viajante inglês que percorreu o curso do São Francisco na segunda metade do século XVIII, narrou em seu diário de viagem sua passagem por Januária na década de 1870. De maneira bem humorada e crítica quanto às condições de vida do interior brasileiro, Wells pediu perdão ao chamar Januária de cidade e corrige-se, categorizando-a como uma metrópole de seis mil habitantes (WELLS, 1995, p. 312). Em sua narrativa, Wells (1995), se esforçou em caracterizar Januária como um polo mercantil do São Francisco, afirmando que a cidade se tornou um dos principais portos, concentrando variedade de mercadorias e um modo de vida movimentado destoante do cenário regional.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE

Ao longo do século XIX, além de ter seu nome e sua sede inúmeras vezes alterados, a cidade passou por modificações territoriais, incorporando em alguns momentos os municípios de São João das Missões, Pedras de Maria da Cruz, Mucambo, São Caetano do Japoré, Morrinhos (atual Matias Cardoso), Cônego Marinho, Itacarambi, Levinópolis, entre outros. Diante desses relatos e das transformações ocorridas, observou-se que- embora Januária tenha permanecido subordinada a diferentes distritos durante anos, o que poderia dar a impressão de uma localidade secundária e improdutiva, sua produção agropecuária e a sua posição geográfica foram de ampla relevância para a região.

Anos mais tarde, nas primeiras duas décadas do século XX, a economia da cidade foi solidamente apoiada na exploração do látex. Moreira (2010) consultou o anuário de Minas Gerais organizado por Nelson de Senna em 1918, descrevendo que

Theodomiro Pimenta, negociante, informou que Januária exportou, entre 1902 e 1907, cerca de 300.000 quilos de borracha sendo que apenas 8% deste total tinha produção de Goiás. O restante eram provenientes dos municípios norte-mineiros de Paracatu, Rio Pardo, Montes Claros, Tremedal, Brasília de Minas e São Francisco. (MOREIRA, 2010, p. 28).

Conforme Mata-Machado (1991), a partir de 1907, a exploração na maniçoba fez subir para 30% a participação do município de Januária nas exportações. O ápice desta produção se deu entre os anos de 1909 a 1912, sendo que, neste último, a exportação brasileira – 42.000 toneladas – foi a maior registrada e jamais superada. Em 1911, Januária exportou 8.000 toneladas para o Rio de Janeiro e 4.000 toneladas para a Bahia, ou seja, 12.000 toneladas. Se os dados fornecidos pelo comerciante estiverem corretos, Januária chegou a comercializar cerca de ¼ da produção brasileira para esta época.

Tendo Januária vivido provavelmente um bom momento financeiro com a exploração da borracha, este foi cessado quando o produto brasileiro foi superado pela produção oriental do Ceilão e da Malásia. O ciclo da borracha na cidade teria causado êxodo de nordestinos para a cidade, segundo Moreira, deixando como saldo da “fugaz febre da borracha” apenas “trabalhadores explorados, comerciantes desiludidos e plantadores frustrados” (MOREIRA, 2010, p.29).

Entretanto, não foi apenas o ciclo da borracha que causou o declínio econômico da cidade. O prolongamento da Estrada de Ferro Central até o porto de Pirapora fez com que esta se tornasse o novo centro do trânsito econômico do norte de Minas, tomando o lugar de cidade-polo (MOREIRA, 2010, p.29). Após ter se estabilizado econômica e administrativamente, o município reapareceu como um dos principais no Norte de Minas, voltando a ser considerado atualmente polo da microrregião do alto médio São Francisco. Atualmente, Januária abriga universidades públicas e privadas, mantém uma intensa produção agropecuária, se destaca pela fabricação da cachaça e artesanato, pelas suas manifestações culturais e pela culinária. Um dos lugares que reúne essas características é o Mercado Municipal de Januária, símbolo de resistência, pois preserva peculiaridades da cultura regional. O lugar, que impressiona pela mistura e pela abundância de gêneros, é reconhecido por seus bares e tira-gostos tradicionais tais como torresmo, chouriço, linguça, feijão tropeiro, fígado acebolado com jiló, e por possuir alimentos típicos como baru, tapioca, paçoca de carne de sol e os biscoitos diversos.

05 CRONOLOGIA	
Data	Evento
1696	Matias Cardoso de Almeida, remanescente da Bandeira de Fernão Dias Paes, chega à região e se instala às margens do Rio São Francisco, com uma coluna de 600 homens.
1817	Saint-Hilaire registrou: a prosperidade reina entre os habitantes de Salgado.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
07 de outubro de 1860	Emancipação do município.
13 de setembro de 1884	Brejo do Salgado passa a ser denominado Januária.
25 de Agosto de 1885	Sede revertida a Januária.
1902 – 1907	Segundo Theodomiro Pimenta, Januária exportava na época cerca de 300.000 quilos de borracha.
1909 a 1912	Segundo Theodomiro Pimenta, Januária chegou a comercializar 12.000 toneladas de borracha, cerca de ¼ da produção brasileira.
1918	A recessão da economia da borracha, juntamente com o desenvolvimento dos municípios adjacentes e o prolongamento da Estrada de Ferro Central até o porto de Pirapora, contribuiu para o declínio da cidade de Januária.
1930	O Mercado Municipal de Januária é um importante centro de comercialização para os artesãos, que, no entanto, também vendem sua produção pelas regiões vizinhas.
1937	Carlos Lacerda (1964, p. 119 -120 <i>apud</i> MOREIRA, 2010) reporta os altos preços do transporte de mercadorias e a incapacidade dos vapores para atender à demanda do mercado, além do preço exorbitante do frete. Na maior parte das cidades, não havia portos estáveis e em nenhuma existia serviços de carga, descarga e armazenagem. “ <i>Se ancorarem dez navios grandes no porto de Januária, saem carregados, dizia-nos um antigo morador da cidade</i> ” (MOREIRA, 2010, p.35).
1999	O município é constituído de sete distritos: Januária, Brejo do Amparo, Levinópolis, Riacho da Cruz, São Joaquim, Tejuco e Várzea Bonita.
2003	O município passa a contar com mais um distrito, Pandeiros, totalizando oito.
2013	O prédio do Mercado Municipal de Januária se torna pequeno para conter os feirantes não apenas da cidade, mas de toda região, o que requisita do poder público Municipal a revitalização do espaço.

06 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE



Figura 2: Vapor Matta Machado ancorado numa das margens do Rio São Francisco em Januária – MG/ 1900-1910

Fonte: Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31496.

Acessado em: 09/07/2015

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

JANUÁRIA

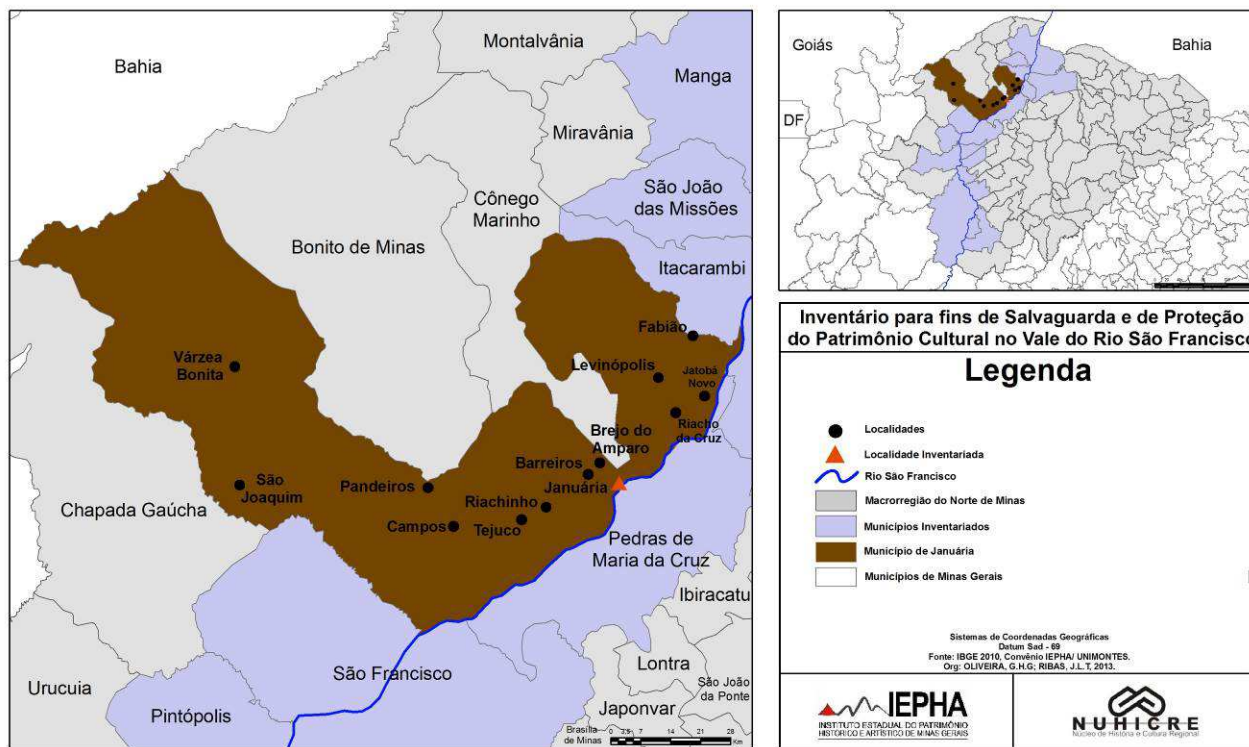


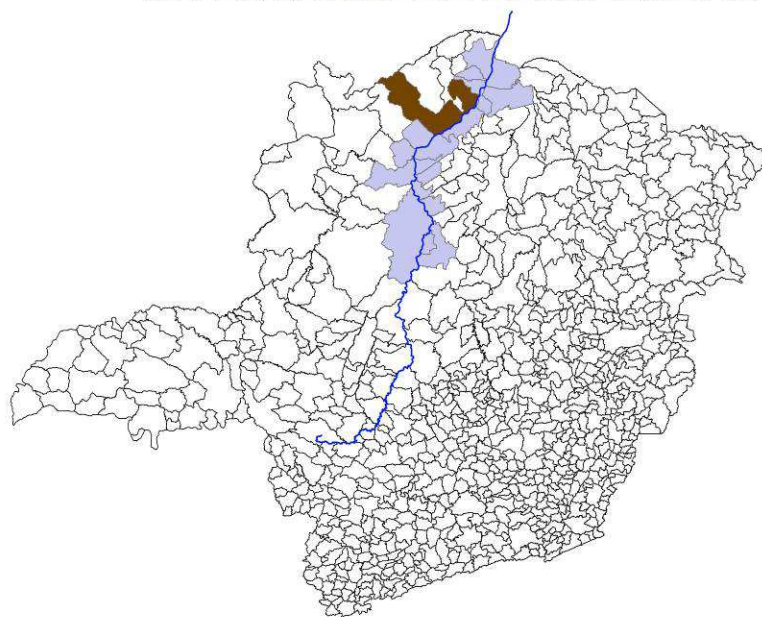
Figura 3: Mapa de localização do município de Januária.

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE JANUÁRIA



BENS INVENTARIADOS

- . Expressão: Dança de São Gonçalo
- . Saberes: Modo de Fazer Feijão Tropeiro
- . Celebração: Festa de Nossa Senhora do Rosário
- . Lugar: Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
- . Lugar: Mercado de Januária
- . Expressão: Rei dos Temerosos



Biscoito caseiro
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Doça caseira
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Procissão de N. Sra. do Rosário
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Artesanato utilitário
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Terno dos Temerosos
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Sad - 69

Fonte: IBGE, 2010; Imagem Rapideye - Composição: 1R, 2G, 3R, 2011; Convênio IEPHA / UNIMONTES
Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T, 2013.



Figura 4: Mapa de inventário de bens culturais do município de Januária.

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

08 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Lei Orgânica Municipal – Lei complementar nº 068 de 18 de abril de 2008 – Dispõe sobre a instituição do Plano Diretor do Município de Januária.

LEI Nº 2.352 DE 19 DE MARÇO DE 2013 - Autoriza o poder executivo municipal a criar o programa municipal de desenvolvimento da cadeia produtiva da aquicultura familiar, bem como utilizar recursos na promoção de ações de apoio e incentivo à atividade.

LEI Nº 2.356 DE 15 DE ABRIL DE 2013 - Cria o Conselho Municipal das Comunidades Remanescentes de Quilombo e dá outras providências.

Lei Nº 2.357 DE 15 DE ABRIL DE 2013 - Cria a Unidade Municipal de Cadastramento de imóveis Rurais e dá outras providências.

Coordenação de Esportes, Turismo e Festividades vinculados à Secretaria Municipal de Turismo, Cultura, Esportes e Lazer.

09 RECOMENDAÇÕES

A região se destaca por bens culturais que justificam uma pesquisa mais detalhada. Lamentavelmente, a descontinuidade das ações culturais pelo poder público municipal trouxe repercussões negativas, inviabilizando a realização das celebrações tradicionais, bem como desestimulando os artesãos.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>Dentre as recomendações, indica-se que sejam desenvolvidas pesquisas e produzidos materiais educativos sobre:</p> <ul style="list-style-type: none">- A Igreja e Festa de Nossa Senhora do Rosário e sua relação com a comunidade negra de Januária;- O Terno dos Reis dos Temerosos, que ainda possui poucos estudos a respeito, principalmente no que se refere à coreografia;- A vida e trabalho da Professora Zizi Aquino, falecida em 1999, que manteve uma orquestra de violinos e bandolins na cidade;- A Dança de São Gonçalo, com destaque para a existência de vários grupos;- O artesanato derivado das fibras vegetais, no qual se destacam as produções de cestos, balaios e peneiras;- O artesanato derivado da madeira, com destaque para as carrancas e miniaturas dos vapores;- A Cavalhada, que vem enfrentando descontinuidade por falta de incentivo e cujo líder já se encontra idoso e com a saúde debilitada.	
10	DOCUMENTOS ANEXOS
Fotografias	
<p>Figura 1: IPAC_Januaria_Localidade_Nuhicre_iepha (169) Figura 2: Disponível em: http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/fotografico_docs/photo.php?lid=31496. Acessado em: 09/07/2015 Figura 3: IPAC_Januaria_Localizacao_Mapa_Nuhicre_iepha Figura 4: IPAC_Januaria_Bens_Inventariados_Mapa_Nuhicre_iepha</p>	
Bens Culturais Inventariados	
<p>Na categoria de Lugares: Comunidade Quilombola Barro Alto, Igreja N. S. do Rosário e Mercado Municipal; Celebrações: Festa de N. S. do Rosário; Formas de Expressão: Dança de São Gonçalo e o Terno dos Temerosos; Modo de Fazer: Feijão Tropeiro.</p>	
Contatos	
<p>Responsável pela organização das cavalhadas - Adelmo Batista Magalhães - 3621.1229/9949.1443 Secretário de Cultura: João Damasceno - (38) 84217241 - 9833.6336/3621.2656 Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edson Carneiro - Rua Visconde de Ouro Preto, 390 - Januária.TEL(38)3621- 1471/3621-3770 Documentarista - Deniston Diamantino Biblioteca Saul Martins Zelador dos bens da Igreja do Brejo do Amparo - Senhor Joaquim Músico Cantador de modinhas - Domingos Chapadeiro Casa do Artesão - Rua Visconde de Ouro Preto, 186 - (38)3621-1277; Prefeitura Municipal - (38) 3621 2656; João Damasceno diretor do Reis dos Temerosos (38) 84217241, Casa de Cultura Berto Preto - Rua Visconde de Ouro Preto, 186 - (38)3621-1277</p>	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
<p>5369 - Dança de São Gonçalo 5370 - Modo de Fazer Feijão Tropeiro na Festa do Rosário 5371 - Festa de Nossa Senhora do Rosário 5372 - Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário 5374 - Mercado de Januária 5375 - Rei dos Temerosos</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
11	REFERÊNCIAS	
	BAETA, A. M. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. <i>In Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.</i> . Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.	
	CORREIA, I. T. C. <i>(Res)significações religiosas no sertão das gerais: as folias e os reis em Januária (MG) - 1961/2012</i> . 2013. 332f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.	
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e Baianeiros: Englobamento, Exclusão e Resistência</i> . 2003. 334f. Tese (Doutorado) – Departamento de Antropologia. Universidade de Brasília, Brasília. 2003.	
	HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. <i>Atlas e relatório concernente a exploração do Rio S. Francisco: Desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico</i> . 1852, 1853 e 1854. Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.	
	IEPHA/MG - PROTEÇÃO - <i>Decreto Estadual nº 29.399 de 21 de abril de 1989</i> . Publicado no Minas Gerais – Diário do Executivo em 25 de abril de 1989, pág. 01, Col.1. Livros do Tombo.	
	ISIDÓRIO, M. S. <i>Santo Rio São Francisco: religiosidade popular na sacralidade do rio São Francisco no imaginário dos pescadores do sertão dos gerais</i> . 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.	
	MAPA EXECUTADO EM OBEDIÊNCIA AO DECRETO LEI NACIONAL Nº 311 DE 2 DE MARÇO DE 1938. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=1165 >. Acessado em: 15 mar. 2013.	
	MINAS GERAIS. Lei nº 279, de 11 de abril de 1845. Transferindo a sede da Villa Januaria para a povoação do Porto do Salgado. <i>Livro da Lei Mineira</i> . Tomo XI. Parte 1ª. Folha nº 4. Disponível em: < http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br/wp-content/uploads/2012/12/Leis_Mineiras_1845.pdf > Acessado em: 02 mar. 2015.	
	MOREIRA, H. F. <i>“Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro”</i> : O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.	
	PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terras, Rios e Gente</i> . Belo Horizonte: Mazza, 2004.	
	SOUZA, Alexandre Rodrigues de. <i>Família, poder e revolta em Minas no século XVIII</i> . In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: < http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0149.pdf > Acessado em: 02 mar. 2015.	
	WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilust.	

12	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Denilson Meireles Barbosa;	2012
Vídeos	Roberto Veríssimo Júnior	2012
Áudio	Não se aplica.	
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves; Denilson Meireles Barbosa; Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	André Elias Ferreira de Oliveira Carvalho, Bruna Luisa de Paula,	2015

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
	Débora Raiza Rocha, Guilherme Eugênio Moreira, Mariana Rabêlo de Farias, Breno Trindade.	01/2016
	Observações	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01	IDENTIFICAÇÃO
-----------	----------------------

Denominação	Mercado de Januária	IPAC/MG	5374
Município(s)	Januária	Distrito	Sede
Endereço	Endereço: Praça Raul Soares, S N - Mercado Municipal - Bairro: Centro		
GPS	23L	Long. UTM	568980.25 m E
		Lat. UTM	8287722.74 m S
		Urbano	X
		Rural	



Figura 1: Comerciante de biscoitos no Mercado Municipal de Januária.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

Categoria	Lugares
Tipologia da Atividade	Lugar simbólico
DENOMINAÇÃO	Mercado de Januária
Outras denominações	
Nível de integração	
Comunidade	x Oficial
	Intercomunitária

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
-----------	--------------------------------

Segundo o *Memorial Januária: Terra Rio e Gente*, de Antônio Emílio Pereira (2004), os marcos históricos de Januária foram lançados a partir da conquista do rio São Francisco pelos bandeirantes, que percorreram, no início dos séculos XVI e XVII, as regiões do Alto e Médio São Francisco à procura de riquezas minerais e aí se estabeleceram mediante a submissão e o uso da força escrava de grupos indígenas. Longa é a lista das bandeiras e entradas que exploraram a região, mas se destaca aquela liderada por Matias Cardoso e Januário Cardoso, que conquistaram a região do Médio São Francisco, onde se insere hoje a cidade de Januária.

Durante o século XVIII, o Rio São Francisco passou a constituir um importante canal de comunicação entre as cidades do ciclo do ouro e Salvador (MATA-MACHADO, 1991: 37 *apud* SOUZA, 2009: 1). Nesse contexto, arraiais, povoados e vilas foram sendo fundadas ao longo do rio, incluindo o povoado de Brejo do

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Salgado, que viria a constituir o município de Januária em 1884. Obras de infraestrutura foram realizadas a fim de intensificar as transações comerciais entre os povoados, como a abertura de uma estrada de rodagem até o Porto do Salgado, que rapidamente se firmou enquanto polo de intenso comércio e aumentou a importância econômica do município. Os produtos comercializados através do Porto do Salgado eram essencialmente gado, animais de transporte, grãos, farinha, cachaça e rapadura, que passaram a suprir a demanda das cidades ao longo do Rio São Francisco e da sociedade mineradora (CORREIA, 2013: 49).

Após um período de declínio econômico no início do século XX, devido à recessão da economia da borracha e o desenvolvimento de municípios adjacentes, Januária voltou a se estabilizar econômica e administrativamente. Atualmente, o município se destaca como polo da microrregião do alto médio São Francisco. O município apresenta intensa produção agropecuária e se destaca pela fabricação da cachaça e artesanato, pelas suas manifestações culturais e pela culinária. Um dos lugares que reúne esses elementos é o Mercado Municipal de Januária.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

As transações comerciais de Januária reportam-se ao início do século XIX, em que o município ainda era denominado Porto do Salgado, povoamento que se expandiu rapidamente e suplantou o povoado de Brejo do Amparo, primeiro agrupamento fundado em 1811 pelo bandeirante Manuel Pires Maciel e atualmente distrito de Januária. O Porto do Salgado, às margens do Rio São Francisco, era centro de recebimento e escoamento de mercadorias.

A economia do Porto do Salgado era assegurada pela troca intensa de gado, animais de transporte, grãos e outros alimentos, oriundos da própria localidade ou que ali aportavam, subindo ou descendo o rio. As barcas carregavam cargas e passageiros; eram meio de transporte, mas também funcionavam como um estabelecimento comercial itinerante. O Porto inseriu Januária quadro complexo da economia e dos fazeres da vasta região, sobre a qual o município se configurou enquanto importante polo.

Essa produção e comércio regionais através do Rio São Francisco exigiu uma estrutura que respondesse à demanda de Porto do Salgado, posteriormente Januária. Nesse sentido, foi construído o Mercado Municipal de Januária, que se firmou um importante centro de comércio para agricultores, artesãos, vazanteiros, entre outros. Atualmente, o Mercado é reconhecido por seus artesanatos, bares e iragostos tradicionais, como torresmo, chouriço, linguiça, feijão tropeiro, fígado acebolado com jiló, e outros alimentos típicos como baru, tapioca, paçoca de carne de sol e biscoitos diversos. Atendendo à grande demanda da produção local, o Mercado de Januária passa por obras de revitalização de seu espaço, a fim de melhorar as condições para os comerciantes da localidade e configurá-lo como referência turística e cultural do município de Januária.

04 DESCRIÇÃO**Caracterização Geral do Espaço**

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

O mercado é uma grande construção em alvenaria, localizado no centro urbano e comercial da cidade, que ocupa o quadrilátero formado pelas ruas Quintino Bocaiúva e Coronel Serrão e a Praça Raul Soares. Uma das extremidades do prédio é um grande vão coberto por telhas, totalmente aberto em duas laterais. Nesse espaço, estão distribuídas cerca de 60 bancas de madeira que vendem gêneros alimentícios em geral, como frutas, legumes, verduras, ovos, queijos, requeijões, cachaças, rapaduras, doces, especiarias, farinhas, buriti seco, mel, óleo de pequi e de dendê. Outras sete bancas comercializam peixes do rio São Francisco. Quando se encerra o expediente ao final do dia, essas bancas são cobertas com lona e plástico preto e as mercadorias não perecíveis ali permanecem até a manhã seguinte.

O restante da construção é um espaço totalmente fechado, ocupado por lojas e boxes. A distinção entre essas categorias se define pela situação espacial que ocupam, pelas características da arquitetura e pelo material com que foram construídas. As lojas são construções erguidas ao redor de três lados do prédio. Feitas em alvenaria, possuem amplas portas de aço que se abrem para fora, diretamente para as calçadas que circundam a construção. Algumas delas, na extremidade oposta, se abrem para os corredores de circulação internos do mercado, de modo que, atravessando-as, o público pode ter acesso ao interior do prédio. Já os boxes estão todos localizados dentro do prédio e foram construídos de madeira e tela de arame. Dispostos um ao lado do outro, dividem o amplo espaço, criando corredores por onde circulam as pessoas e onde também estão instaladas bancas para exposição das mercadorias à venda. A construção dos boxes previu que funcionassem como espaços, ao mesmo tempo, de exposição e de guarda das mercadorias, sem que o público precise entrar neles e circular em seus interiores. Poucos são aqueles que a pessoa penetra, sendo o atendimento mais comumente feito pelo comerciante, no corredor, do lado de fora.

Além dos alimentos, podem ser encontrados fumo de rolo, ervas medicinais e objetos artesanais confeccionados com as mais diversas matérias-primas. Da madeira de espécies nativas do cerrado ou da caatinga, como cedro, imburana e tamboril, são feitos pilões, pratos, gamelas, colheres, tábuas, cachimbos, carrancas, dentro outros. De palhas e cipós, fabricam-se esteiras, vassouras, cestarias, bolsas, balaios, redes, chapéus, sacolas, brinquedos. De metal reciclado, chapas de zinco ou flandres, são fabricados copos, bules, funis, tachos, tabuleiros. Também se encontram utilitários em couro e barro, esses últimos predominantemente provenientes do antigo distrito de Candéal.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

No mercado de Januária, cada comerciante passa o dia cuidando de suas mercadorias. Ordenam, limpam, arrumam, conferem e tornam a ordenar continuamente as pilhas de produtos expostos sobre bancas e em prateleiras. Ao mesmo tempo, estão voltados para a observação de todo o espaço que a visão é capaz de alcançar. O olhar busca aqueles que chegam ao mercado, acompanha quem circula pelos corredores e a rotina do comerciante é prontamente interrompida quando um comprador em potencial se aproxima de sua loja ou de seu box. É quando o vendedor se mostra mais simpático, solícito e à disposição do freguês. Todo seu esforço é no sentido de atender à necessidade do provável comprador e, assim, efetuar uma venda.

Lojas e boxes configuram um espaço essencialmente público, no sentido de que tudo que ocorre nesses espaços não apenas envolve um vendedor e um comprador, mas implica também uma assistência constituída principalmente pelos muitos vendedores que se localizam nos espaços próximos (LIMA, 2006).

Usos do Lugar

Embora não exista uma ordenação rígida, o espaço do Mercado inicialmente está dividido em setores que definem os usos do ambiente. Segmentos comerciais distintos estão concentrados em áreas diferenciadas: açougues, bares, lanchonetes, restaurantes, mercearias, sapataria, vestuário, venda de artesanato e de alimentos em geral. Muitas lojas e boxes, porém, “têm de tudo”: um box de alimentos regionais (queijo, óleo de pequi, rapadura, etc.) também vende colheres de pau; uma loja especializada em artesanato vende ovos, queijos, temperos e buriti seco; outra, além da venda de artesanato e alimentos perecíveis, comercializa mel, cachaça, fumo de rolo e também funciona como restaurante, servindo prato

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

feito. Percebe-se a relevância do artesanato no Mercado de Januária: as lojas e boxes voltados para a venda de objetos artesanais somam 26 estabelecimentos, correspondendo a 30% dos 87 espaços inicialmente previstos para a comercialização de produtos.

Tranformações e Permanências

O espaço, inicialmente pensado como um ambiente de compra e venda, passou a acolher apresentações culturais diversas, como grupos de dança, música e teatro. A Associação dos Agricultores Familiares e Feirantes de Januária – AGRIFERJAN, atual administradora do mercado, tem trabalhado também no estabelecimento de serviços de uma rádio, que divulga os produtos e ofertas, mas também abre espaço para os feirantes manifestarem opiniões, sugestões e reivindicações.

Inicialmente, havia no Mercado 45 lojas e 48 boxes, mas, com o decorrer do tempo, lojas foram unificadas e áreas de boxes se transformaram em espaços de circulação. Atualmente, a edificação passa por processo de revitalização, a fim de oferecer melhores condições aos comerciantes. Essa revitalização tem mobilizado os feirantes a ocuparem também um outro espaço junto à Rodoviária nos finais de semana, pois nesses dias o número de feirantes aumenta significativamente. A AGRIFERJAN está à frente dessa ação planejada e se interessa em manter essa feira livre junto ao Mercado de Januária.

Dados Fundiários e Construtivos

Sem referência.

05 MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS

Destaca-se como marco a Praça Raul Soares, na qual se encontra a entrada principal do Mercado.

06 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	X	Outros
Denominação	Associação dos Agricultores Familiares e Feirantes de Januária					
Descrição	Associação privada que reúne agricultores e feirantes e é responsável pela administração do Mercado.					
Organizadores	Agricultores familiares e feirantes					
Financiadores	Agricultores familiares e feirantes					
Produção de atividades e eventos	A Associação promove no Mercado apresentações culturais diversas, como grupos de dança, música e teatro.					
Meios de Comunicação e Divulgação	Foi criada uma rádio local que anuncia preços e ofertas e também é espaço de sugestões, reclamações e opiniões.					

07 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade	X	Município	X	Região	Estado	Nacional
Observação						

Caracterização do Público Frequentador

Os próprios moradores da região e turistas.

Participação turística

A participação turística colabora com as vendas e aumenta a movimentação do local.

08 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Derivados de Barro	Patrimônio Material	Bem Móvel	Artesanato	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS			LUGARES
Derivados de Fibras Vegetais	Patrimônio Material	Bem móvel	Artesanato
Derivado de Flandres	Patrimônio Material	Bem móvel	Artesanato
Derivados de Mandioca	Patrimônio Imaterial	Modos de fazer	Alimento
Derivados de couro	Patrimônio Material	Bem móvel	Artesanato
Culinária Regional	Patrimônio Imaterial	Modos de fazer	Alimento

09	COMENTÁRIOS
	Comentários dos entrevistados
	<p>“Pra mim o mercado é tudo na vida e é desse produto, dessas coisinha que eu criei meus filhos. Eu fiquei viúva com 33 anos e fiquei com nove filhos, tive um parto gêmeo. Eu com essas coisinha aqui criei meu filho graças a Deus”.</p> <p style="text-align: right;">Dona Maria do Carmo Oliveira, Feirante há 54 anos, entrevistada.</p>
	Comentários do elaborador
	O Mercado de Januária é um local tradicionalmente popular, revelando-se como um ponto de convergência de práticas sociais e de pessoas que extrapola sua função de abastecimento e a relação de venda e consumo.
	Elementos significativos relacionados
	O mercado apresenta uma diversidade de bens de natureza artesanal. Destacam-se os utilitários de madeira (pilões, gamelas, colheres de pau, barcos e carrancas), utilitários de fibras vegetais (balaies, cestos, peneiras), utilitários em flandres (copos, bules, funis), utilitários em couro e barro, os últimos procedentes do antigo distrito de Candéal.
	Identities construídas em torno da atividade
	Sem referência.
	Possibilidade de Continuação
	Os comerciantes não têm muita expectativa quanto à continuação, pois as novas gerações têm interesse em outros tipos e lugares de trabalho. A AGRIFERJAN, entretanto, vem investindo em novas maneiras de divulgação e promoção do Mercado e a revitalização do mesmo promete melhorias nas condições de trabalho dos feirantes.
	Plano de ação
	<p>Considera-se importante resgatar a história do surgimento e consolidação do Mercado através de vídeos, meios impressos, fotos e outros.</p> <p>Considerando sua tradição histórica, o Mercado de Januária merece ter suas ações e produtos divulgados em um blog ou portal de turismo do Estado, entre outros meios, o que possibilitaria a maior visibilidade e circulação dos produtos locais.</p> <p>Mostra-se relevante ainda:</p> <ol style="list-style-type: none"> apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural; inventariar os documentos do local que possam remeter à história documental do Mercado Municipal; promoção e divulgação do bem cultural do mercado após obras de revitalização; melhoria das condições de trabalho dos feirantes e de circulação dos visitantes e usuários.

10	ENTREVISTADOS
-----------	----------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS							LUGARES
01	Nome	Dona Maria do Carmo de Oliveira		Tipo	Feirante		
	Nascimento	Januária	Sexo	F	Idade	61	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Feirante							
Contato		Mercado Municipal					
Observações							
02	Nome	Maria das Dores Mendes		Tipo			
	Nascimento	Pedras de Maria da Cruz	Sexo	F	Idade	58	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Feirante (Biscoito)							
Contato		Mercado Municipal					
Observações							
03	Nome	Dona Juraci Viera da Mota		Tipo	Feirante		
	Nascimento	Januária	Sexo	F	Idade	52	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Feirante (Flora medicinal)							
Contato		Mercado Municipal					
Observações							
04	Nome	Sheila Gomes	Tipo	Feirante			
	Nascimento	Januária	Sexo	F	Idade	15	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Revende os biscoitos feitos pela mãe							
Contato		Mercado Municipal					
Observações							
05	Nome	Geraldo José de Almeida	Tipo	Presidente da Associação do Agricultores e feirantes de Januária - AGRIVERJAN			
	Nascimento	Januária	Sexo	M	Idade	5	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Presidente da AGRIVERJAN							
Contato		E-mail agriverjan@hotmail.com Telefone: (38) 3621 5233 - (38) 9916 44444 - (38) 9156 2606					
Observações							
06	Nome	Maria José	Tipo				
	Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
Feirante							
Contato		Mercado Municipal					
Observações							

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

07	Nome	Nailde	Tipo			
	Nascimento		Sexo	F	Idade	
Registro Sonoro Visual						
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)						
Feirante						
Contato		Mercado Municipal				
Observações						

08	Nome	Emília Alves dos Santos	Tipo			
	Nascimento		Sexo	F	Idade	
Registro Sonoro Visual						
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)						
Feirante						
Contato		Mercado Municipal				
Observações						

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
-----------	---------------------------------



Figura 2: Mercado de Januária.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 3: Bancas de hortaliças
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 4: Produção dos Vazanteiros.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 5: Queijos e doces.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LUGARES



Figura 6: Farinha, doces, pimenta, feijão e buriti.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 7: Produtos variados.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 8: Dornas para cachaça.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 9: Produtos artesanais.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 10: Barú.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.



Figura 11: Biscoitos Caseiros..
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	<p>Figura 1: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (310)</p> <p>Figura 2: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (212)</p> <p>Figura 3: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (227)</p>
-------------	---

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
	Figura 4: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (182) Figura 5: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (96) Figura 6: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (27) Figura 7: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (301) Figura 8: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (74) Figura 9: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (56) Figura 10: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (3) Figura 11: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (98)	
Videos	Vídeo 1: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (9) Vídeo 2: IPAC_5374_Januaría_MJanu_Nuhicre_iepha (12)	
Audio	Áudio 1: Entre_IPAC_5374_Januaría_MJanu_MJose_Nuhicre_iepha	
13	REFERÊNCIAS	
	ALMEIDA, G. J. de. <i>Mercado Municipal de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária: Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG	
	CORREIA, I. T. C. <i>(Res)significações religiosas no sertão das gerais: as folias e os reis em Januária (MG) - 1961/2012</i> . 2013. 332f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.	
	FILGUEIRAS, B. S. C. <i>Do mercado popular ao espaço de vitalidade: o Mercado Central de Belo Horizonte</i> . 2006. 172f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.	
	GOMES, S. <i>Mercado Municipal de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária: Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
	JOSÉ, M. <i>Mercado Municipal de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
	LIMA, R. G. <i>O povo do candeal: sentidos e percursos da louça de barro</i> . 2006. 246f. Tese (Doutorado em Sociologia e Antropologia) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006.	
	MENDES, M. das D. <i>Feira de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
	MOREIRA, H. F. <i>“Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro”</i> : O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.	
	MOTA, J. V. da. <i>Feira de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
	NAILDE. <i>Produtos do Mercado</i> . [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
---	---------

OLIVEIRA, M. do C. <i>Feira de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terra, Rios e Gente</i> . Belo Horizonte: Mazza, 2004, 640p.
SANTOS, E. <i>Feira de Januária</i> . Entrevista [11 de Maio, 2013]. Januária. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
SOUZA, Alexandre Rodrigues de. <i>Família, poder e revolta em Minas no século XVIII</i> . In: ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA. Fortaleza, 2009. Disponível em: < http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0149.pdf > Acessado em: 02 mar. 2015.

14 FICHA TÉCNICA		
Fotos	Denílson Meireles Barbosa; Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Vídeos	Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2013
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Levantamento	Denílson Meireles, Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Andrezza Velloso, Bruna Luisa de Paula, Guilherme Eugênio Moreira, Manoella Carvalho Oliveira.	2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	TERNO DOS TEMEROSOS						IPAC/MG	5375		
Município(s)	Januária			Distrito	Distrito sede					
Endereço	Casa de Cultura Berto Preto, Rua de Baixo, Januária.									
GPS	23 L	Long. UTM	568169.88 m E	Lat. UTM	8288406.79 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Dançarinos do Grupo Rei dos Temerosos

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria	Formas de Expressão		
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual		
PERIODICIDADE			
Início	2 de Janeiro		
Fim	6 de Janeiro		
Calendário Litúrgico	Ciclo natalino		
Invocação	Os três Reis Magos; São Sebastião.		
Observação das Datas	A principal apresentação ocorre entre os dias 2 e 6 de janeiro, fechando o ciclo natalino. Contudo, se apresentam sempre que convidados nos principais eventos da cidade de Januária.		
DENOMINAÇÃO	Terno dos Temerosos		
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE			
O Terno dos Temerosos tem a sua mais importante apresentação entre os dias 2 e 6 de janeiro no Giro da Folia em louvor aos três Reis Magos, encerrando o ciclo natalino. Entretanto, o grupo se apresenta, sempre que convidado, nos principais eventos da cidade como, por exemplo, a Festa de Santa Cruz, a Festa dos Santos do Rio e Giro da Folia em louvor a São Sebastião.			
Outras	Terno dos Cacetes	Nível de integração	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS				FORMAS DE EXPRESSÕES			
denominações	Rei dos Temerosos Rei dos Cacetes Marujos de Água Doce	Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária	

02	Histórico da Localidade
	<p>Segundo Pereira (2004), os marcos históricos de Januária foram lançados a partir da conquista do rio São Francisco pelos bandeirantes, que percorreram, no início dos séculos XVI e XVII, as regiões do Alto e Médio São Francisco à procura de riquezas minerais e aí se estabeleceram mediante a submissão e o uso da força escrava de grupos indígenas. Longa é a lista das bandeiras e entradas que exploraram a região, mas se destaca aquela liderada por Matias Cardoso e Januário Cardoso, que conquistaram a região do Médio São Francisco, onde se insere hoje a cidade de Januária.</p> <p>No início do século XVIII, segundo Souza (2009), um dos principais elementos que garantiu a organização territorial na região onde hoje está localizado o município de Januária foram as relações familiares e o prestígio obtido por Matias Cardoso, sua parentela e sua bandeira. O estabelecimento desses arraiais, povoados e vilas na região norte de Minas na primeira década do século XVIII tornou-se importante para o abastecimento da região aurífera que se formava ao sul da província, principalmente por se apresentar como canal de comunicação econômica entre as cidades do ciclo do ouro e Salvador (MATA-MACHADO, 1991, p. 37 <i>apud</i> SOUZA, 2009, p. 1). Foi a partir desse contexto que se iniciou a formação do município de Januária, diante da necessidade de intensificar as transações comerciais entre os povoados, que por sua vez, ocorriam através do Rio São Francisco.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
	<p>O Terno dos Temerosos se insere na tradição dos chamados Reisados, comemorações de cunho religioso que, geralmente, ocorrem no ciclo natalino. O Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira define o Reisado como um:</p> <p style="padding-left: 40px;">Folguedo natalino em que grupos cantam e dançam, em geral, na véspera do Dia de Reis. De origem ibérica, chegou ao Brasil durante o período colonial e apresenta versões variadas em todo o país. Começa com o deslocamento do grupo para um local previamente determinado, onde é cantado "O Bendito", em louvor a Deus, para que a brincadeira seja abençoada e autorizada. A partir daí, começam as "jornadas". O enredo versa sobre os mais diversos motivos: amor, guerra, religião, história local, etc. Vários personagens formam o grupo - "caboclo" ou "Mateus" e a "dona Deusa" ou "dona do baile" são fundamentais na brincadeira, mas também aparecem o "caboclo" e a "cabocla", a "cigana", a "viúva", o "velho", a "velha" e o "boi". Os instrumentos que acompanham o grupo são violão, sanfona, pandeiro, zabumba, triângulo e ganzá. (TESAURO DO FOLCLORE E CULTURA POPULAR BRASILEIRA).</p> <p>O Terno dos Temerosos, ou Reis dos Cacetes, teve sua origem ainda na década de 1950, e, segundo consta, foi iniciado por um pescador negro, de nome Norberto Gonçalves dos Santos. Norberto, mais conhecido por Berto Preto, era morador da Rua de Baixo em Januária/MG, local as margens do Rio São Francisco onde, ainda hoje, vivem muitas famílias de pescadores. João Damasceno, atual Imperador do Terno dos Temerosos, relata que Berto Preto aprendeu a dança e que ensinou para a comunidade da Rua de Baixo. Em entrevista à pesquisadora Tais Dourado, Damasceno diz que:</p> <p style="padding-left: 40px;">A marujada chegou aqui em Januária no século passado através de um marinheiro de vapor. Nessa época o São Francisco era a grande via de levar e trazer coisas na região. (...) Então aportou aqui em Januária um marinheiro, a gente só sabe o primeiro nome, Dermeval. (...) Ele ensinou para Berto Preto algumas músicas, a coreografia e como que se dançava, Berto Preto</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

ensinou a comunidade da Rua de Baixo. Para os pescadores estava nascendo o Terno dos Temerosos em Januária. (DOURADO, 2012).

Berto Preto era figura destacada em Januária, não somente pela introdução da Marujada de Água Doce, como também é conhecida a dança, mas por sua atuação junto à comunidade da Rua de Baixo em diversas outras ações. A pesquisadora Villas Boas, conta um pouco do relato de Dona Narcisa, viúva de Berto:

Sua memória [a de Dona Narcisa] alcança a vida e os feitos de seu marido, famoso em Januária. Berto Preto era cantor de reis, trouxe os reis dos temerosos e quase todos os festejos tradicionais de Januária. Era Berto Preto que marcava a dança de São Gonçalo, lembra. Berto Preto já morreu tem tempo e Dona Narcisa se lembra da época de quaresma quando seu falecido distribuía peixe pela cidade. (VILLAS BOAS, 2010, p.).

Além de Berto Preto, outras pessoas se destacaram na condução do Terno dos Temerosos. João Damasceno destaca outros líderes como Chico Doce de Coco, Albino, Adalberto e Luizinho das Mangueiras.

Outro registro importante existente sobre os Temerosos é o do folclorista Joaquim Ribeiro. No ano de 1960, Ribeiro foi responsável por fazer um levantamento folclórico de Januária. A pesquisa estava no âmbito da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, instituída naquele período e resultou em uma série de levantamentos de expressões culturais como a Cavalgada, a Cerâmica, a Dança de São Gonçalo e outros, além do próprio Terno dos Temerosos. O material do estudo é composto por relatos, fotos e um filme.

A história dos Temerosos está diretamente relacionada com a Rua de Baixo e seus moradores. A região historicamente foi habitada, em sua grande maioria, por pescadores e população afrodescendente. A Rua sempre foi ponto de referência das tradições culturais de Januária, embora seus moradores enfrentassem problemas de criminalidade, violência e tráfico de drogas. Trabalhos de inclusão social e cultural modificaram essa realidade e atualmente várias ações de valorização acontecem na Casa de Cultura Berto Preto, centro que reúne cerca de 40 crianças em atividades culturais. Segundo Villas Boas (2010), “hoje a Rua de Baixo é a métrica rica e viva na voz do povo. Hoje o grupo dos Temerosos da rua de baixo se apresenta para o resto da cidade. Temerosos, reis de bois, capoeira. Hoje a rua de baixo é referência cultural da cidade”. Ao longo dos anos, o Terno dos Temerosos se consolidou como uma importante referência cultural de Januária e de Minas Gerais, mantendo presente a tradição do Reisado e da Marujada.

04 DESCRIÇÃO

O Terno dos Temerosos é um grupo composto por aproximadamente 18 pessoas, podendo chegar a 26 componentes, entre adultos e crianças. Os integrantes se vestem com roupas de marinheiros e dançam utilizando bastões de madeira nas mãos, que simbolizam a arma do lutador. Destacando-se entre os demais integrantes da folia, o Imperador faz uso do apito para reunir, advertir e comandar a entrada e saída dos cantos, formando par com o contramestre, que canta as respostas e que comanda o Terno na ausência do Imperador.

A evolução da dança é feita percutindo bastões de madeira uns contra os outros e marcando o ritmo na “ginga”. A dança alterna entre filas paralelas, rodas abertas e concêntricas. O ritmo vai do mais lento ao mais acelerado, quando a agilidade do uso dos bastões demonstra a habilidade do integrante. A aceleração é o ponto alto da apresentação. Os bastões são batidos no chão, no centro do corpo e no alto. Os toques nos bastões dos pares acontecem no centro do bastão e nas pontas superiores e inferiores. Os movimentos alternam aos pares a frente, atrás e dos lados e requerem agilidade e muita concentração.

Atualmente, o Terno dos Temerosos é presença constante em todos os eventos da cidade de Januária, como a Festa de Santa Cruz no dia 3 de Maio, Festa dos Santos do Rio, no dia 7 de Outubro, Giro da Folia em

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

Louvor a São Sebastião, no dia 20 de Janeiro. Entretanto, a data mais importante para o grupo está entre os dias 2 e 6 de Janeiro, no chamado Giro da Folia que ocorre em Louvor aos Três Reis Magos e ao nascimento do Menino Jesus. Antes dos eventos, os Temerosos se concentram na Casa de Cultura Berto Preto, onde fazem uma oração e se preparam para sair pelas ruas. O transporte dos integrantes geralmente é providenciada pelos festeiros.

Na sequência algumas letras, bem como a partitura da músicas cantadas retiradas do trabalho de Fonseca (2008):

Os Pastores

Nós pastores lentamente
Boas novas vamos dar
Que Jesus recém-nascido
Que Jesus recém-nascido
Veio ao mundo nos salvar
No Oriente da minh' alma
Boas novas viemos dar
Que nasceu em um presépio
Que nasceu em um presépio
Veio ao mundo nos salvar

Marcha dos Temerosos

O reis dos Temerosos que já vai brigar
O reis dos Temerosos que já vai brigar
Rebate companheiro aonde o pau pegar
Rebate companheiro aonde o pau pegar
Segura, segura, segura a vida
Segura, segura, segura a vida
Segura a pancada quem não tem quarida
Segura a pancada quem não tem quarida
Chamando o Salvador para nos salvar
Chamando o Salvador para nos salvar
É o reis dos temerosos que já vão brigar
É o reis dos temerosos que já vão brigar

Despedida dos Temerosos

A retirada, meu bem, a retirada
Acabou-se a nossa função
Se a morte não me matar, olêlé
Ora deus até para o ano
A primeira se chama Antônia
A segunda Ana Isabel
A terceira Ana do Porto, olêlé
Com seu laço de fita amarela.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS **FORMAS DE EXPRESSÕES**

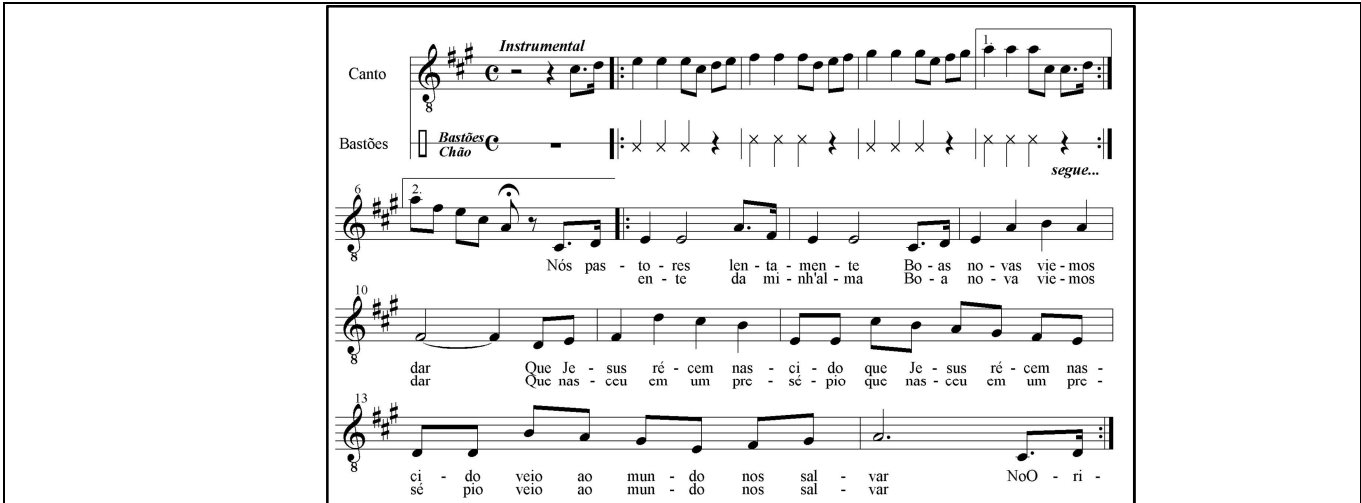



Figura 2: - Partitura do Canto dos Reis (“Nós Pastores”)
Fonte: FONSECA (2008)



Figura 3: Partitura da Marcha dos Temerosos.
Fonte: FONSECA. Edilberto José de Macedo. *Reis dos Cacetes: Uma Etnografia da Performance Musical do Terno dos Temerosos de Januária/MG*

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES


Re-ti - ra-da meu bem re-ti - ra-da aea - bou-sea nos-sa fun - ção Re-ti - ção Se a
 Bastões
 Chão segue...

mor - te não me ma - ta o - lê - lê o - ra Deus a - té pa - raao a - no Se a a - no A pri -
 12
 mei-ra cha - mAn - tô - nia a se - gun - da A - nal - sa - bel A pri - bel a ter -
 17
 cei - raé A - na do por - too - lê - lê com seu la - ço de fii - taa - ma - re - a ter - re - la

Figura 4: - Partitura da Retirada ou Despedida dos Temerosos

Fonte: FONSECA. Edilberto José de Macedo. *Reis dos Cacetes: Uma Etnografia da Performance Musical do Terno dos Temerosos de Januária/MG*

Indumentária

Seus representantes se destacam por usar roupas típicas de marinheiro (calça branca ou azul marinho, camisa branca ou azul marinho, gorro branco ou azul marinho e sapatos), além de usarem os bastões. O terno também se caracteriza por uma gola que se contrasta com a blusa, podendo ser azul marinho ou branca.

Instrumentos

Durante as apresentações os integrantes utilizam a viola, violão, bongô, pandeiro, caixa, e vozes, além do bastão.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO
Origem do Saber

A Marujada de Água Doce é uma tradição de origem Ibérica que se difundiu no Brasil. O Reis dos Temerosos surgem no contexto cultural de Januária na década 1950 com Norberto Gonçalves dos Santos, o Berto Preto. Marinheiro que trabalhava nos vapores do Rio São Francisco, a dança em si foi ensinada a ele por outro marinheiro conhecido como Demerval – não há registro do sobrenome –, que também trabalhava nos vapores.

Transmissão

O aprendizado da música e da dança é feito através da convivência cotidiana dos membros. Há interesse do Imperador em repassar as informações, letras e coreografias e isso acontece de forma regular dentro da Casa de Cultura Berto Preto, que já aprovou inúmeros projetos junto às leis de incentivo à cultura.

Forma de Continuidade

Pela presença de crianças, jovens e adultos, percebe-se que o Terno dos Temerosos tende a se manter por muitas gerações. O grupo realiza noites de encontro de gerações de temerosos, eventos nos quais dançam avós, pais, filhos e netos.

Transformações

As transformações aconteceram no que se refere aos instrumentos que acompanham o grupo. No passado, os instrumentos eram artesanais e atualmente, a grande maioria, são industriais. Houve também a aceleração do ritmo e, por consequência, da dança. As pesquisas realizadas têm confirmado que o conjunto não mantém a mesma formação. Em etnografia comparada ao trabalho de Joaquim Ribeiro de 1960, Fonseca (2008) apresenta algumas mudanças:

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

Comparando as gravações, a maior mudança diz respeito ao ritmo. Hoje, sambas e marchas, passam por uma aceleração que ocorre por demandas que podem vir do Imperador, dos músicos ou da audiência. Nos sambas variam entre 120 MM e 160 MM. Não ocorrendo essa aceleração, e a consequente mudança na performance dos dançadores, a função é tida como “desanimada”, para o grupo, os músicos e a audiência. Com a aceleração, a letra e a afinação das cantigas ficam em segundo plano e a gestualidade da dança passa a falar mais alto. Os sambas se sucedem durante a noite sem ordenamento rígido, de acordo com pedidos dos dançadores, músicos ou audiência. A sequência de marchas e sambas cantados varia em função das demandas do grupo e das casas visitadas, e só será interrompida para a Retirada ou Despedida dos Temerosos. (FONSECA, 2008, p. 36)

06	ELEMENTOS RELACIONADOS
-----------	-------------------------------

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Folia de Reis de Januária	Patrimônio Imaterial	Celebração	Festa Religiosa	
Festa de N. S. do Rosário de Brejo Amparo	Patrimônio Imaterial	Celebração	Festa Religiosa	5371
Cantos dos Temerosos	Patrimônio Imaterial	Expressão	Canto	

07	MODELO DE ORGANIZAÇÃO
-----------	------------------------------

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X
Denominação	Casa de Cultura Berto Preto					
Descrição	Centro de referência e memória de manifestações locais, é sede de apoio do Terno dos Temerosos e espaço onde são ministrados cursos, palestras, aulas e outras atividades de incentivo à cultura, educação, geração de emprego e renda que atendem a comunidade da Rua de Baixo.					
	Organizadores e Financiadores					
Tipo	Público e Privado					
Organizadores						
Financiadores	O grupo sempre contou com pessoas e instituições que os apoiaram e ajudaram a manter o Terno. Dentre elas, pode-se citar Dona Maura da casa da Memória, Sonia Akino do SESC, Doutor Cleuber Carneiro, e o Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular (CNFCP), do Rio de Janeiro.					

08	COMENTÁRIOS
-----------	--------------------

	Identities criadas em torno da atividade
--	---

Atualmente, participar do Terno dos Temerosos é uma ação reconhecida e valorizada culturalmente, mas nem sempre foi assim. A Rua de Baixo por muito tempo foi referência em criminalidade, violência e tráfico de drogas. Hoje em dia, participar dos Temerosos é motivo de orgulho e é forte o desejo de manter essa tradição de tantas décadas.

	Comentários dos entrevistados
--	--------------------------------------

Nós vestimos como marinheiros e nos denominamos ‘marujada de água doce’ que historicamente nos remonta a reconquista da Península Ibérica, no final da Idade Média, e a expulsão dos mouros. Segundo relatos do capitão do grupo, dentre os que lutaram na expulsão dos árabes na Europa, haviam [sic] vários grupos, os que lutavam com espadas e os

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

que lutavam com bastões, chamados vara-paus, estes representavam as camadas sociais mais baixas dos guerreiros[...]. Desse modo, essa manifestação popular é uma representação da luta dos guerreiros que lutavam com os bastões.

João Damasceno, Imperador do Terno dos Temerosos, entrevistado.

Comentários do elaborador	
----------------------------------	--

A presença do Terno dos Temerosos junto à Festa de Nossa Senhora do Rosário engrandece o evento. Os Marinheiros de Água Doce, como são chamados, trazem à memória os bons tempos da navegação do Rio São Francisco e a movimentada presença dos marinheiros. Eles estiveram com suas roupas engaloadas e hoje ainda estão, representados pela nova geração que mantém a tradição. Percebe-se ao vê-los dançar, e mesmo circular entre as demais pessoas presentes à Festa do Rosário, um sentimento de orgulho por integrarem tão reconhecido grupo. A devoção a Nossa Senhora do Rosário é perceptível principalmente quando a saúdam dentro da Igreja antes de se dirigirem à apresentação à comunidade.

Possibilidade De Continuidade	
--------------------------------------	--

Pela presença de crianças, jovens e adultos que integram o terno, percebe-se que o Terno dos Temerosos tende a se manter por muitas gerações.

Necessidades	
---------------------	--

Instalações	Não se aplica.
Instrumentos	Aquisição e manutenção de trombone, acordeom, tamborim, reco-reco, bumbo.
Matéria-Prima	Não se aplica.
Pessoal	Ações para atrair e integrar as gerações mais novas ao grupo.
Formação	Formação de novos mestres no grupo
Atividade Macro	Ações de promoção e preservação do Reisado e das Festas do Rosário.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Aprofundamento dos estudos da coreografia das danças e dos cantos; disponibilização do material coletado na década de 1960.

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA
-----------	----------------------------

Considerando a importância sócio-histórica do Terno dos Temerosos, mostra-se necessária a promoção de ações que permitam sua preservação e continuidade, como o apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural, divulgação das apresentações do grupo e valorização de seus mestres e executantes. É importante também garantir a continuidade das atividades do Centro de Cultura Berto Preto, mantenedor e promotor do Terno, assim como da própria comunidade da Rua de Baixo.

10	ENTREVISTADOS
-----------	----------------------

01	Nome	João Damasceno de Almeida				Tipo	Coordenador		
	Nascimento	Januária	Sexo	Masc	Idade	Registro Sonoro Visual		X	
	Descrição	Diretor do Centro de Educação e Cultura Berto Preto							
		Capitão do Terno dos Temerosos							
	Contato	(38) 84217241 Referencia							
	Observações	-							

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
-----------	---------------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

FORMAS DE EXPRESSÕES



Figura 5: Integrantes do terno Reis dos Temerosos reunidos dentro da Igreja para saudação a Senhora do Rosário.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.



Figura 6: Integrantes do Terno Reis Dos Temerosos reunidos antes da apresentação.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.



Figura 7: Grupo aguardando a celebração da missa.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

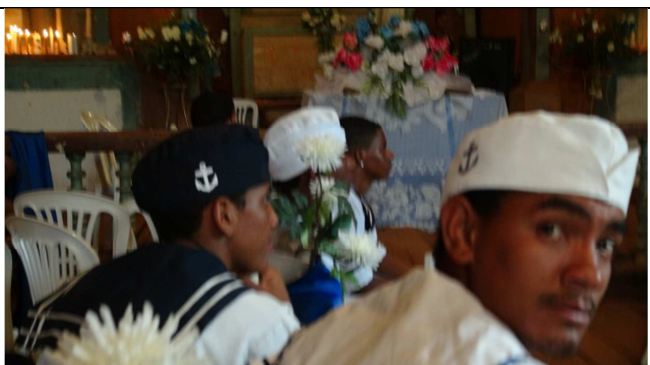


Figura 8: Integrantes posicionados dentro da Igreja Nossa Senhora do Rosário
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.



Figura 9: Grupo Terço dos Homens
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

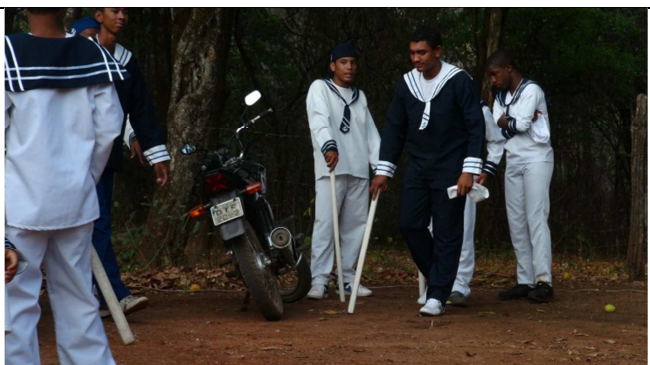


Figura 10: O grupo à espera do início da apresentação.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias

- Figura 1: IPAC_5375_Januaría_Temer_Nuhicre_Iepha (4)
- Figura 2: IPAC_5375_Januaría_Temer_Nuhicre_Iepha (16)
- Figura 3: IPAC_5375_Januaría_Temer_Nuhicre_Iepha (17)
- Figura 4: IPAC_5375_Januaría_Temer_Nuhicre_Iepha (18)
- Figura 5: IPAC_5375_Januaría_Temer_Nuhicre_Iepha (3)

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
	Figura 6: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha (8) Figura 7: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha (1) Figura 8: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha (2) Figura 9: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha (6) Figura 10: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha (7)	
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha_2012 (2) Vídeo 2: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha_2012 (4) Vídeo 3: IPAC_5375_Januaria_Temer_Nuhicre_lepha_2012 (7)	
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5375_Januaria_Temer_JDamasceno_Nuhicre_lepha_2012	

12	REFERÊNCIAS
	ALMEIDA, J. D. <i>Temerosos</i> . Entrevista [20 de outubro, 2012]. Januária: Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do São Francisco – IEPHA/NUHICRE/UNIMONTESMG. Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula.
	ANASTASIA, C. A: Estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agropastoril de São Francisco. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.
	CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Folgado In.: <i>Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira</i> . Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00000731.htm acesso 20/11/2014> Acessado em 20 nov. 2014.
	CORREIA, I. T. C. <i>(Res)significações religiosas no sertão das gerais: as folias e os reis em Januária (MG) - 1961/2012</i> . 2013. 332f. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2013.
	DOURADO, T. B.; BORGES, M. C. As Manifestações do Saber Popular como Patrimônio Cultural e Modo de Vida em Comunidades Tradicionais da Cidade de Januária, Norte de Minas Gerais. <i>Campo Território – Revista de Geografia Agrária</i> . 2012. Disponível em: < http://www.lagea.ig.ufu.br/A6068121-36D2-4592-8C69-B32B23B0055B/FinalDownload/DownloadId-0D0D04F331F2B17E905D5035EB73526F/A6068121-36D2-4592-8C69-B32B23B0055B/xx1enga/anais_enga_2012/gts/1267_2.pdf >. Acesso em 26 fev. 2015.
	FONSECA, Edilberto José de Macedo. <i>Reis dos Cacetes: Uma Etnografia da Performance Musical do Terno dos Temerosos de Januária/MG</i> . Disponível em: < http://www.academia.edu/696804/REIS_DOS_CACETES_UMA_ETNOGRAFIA_DA_PERFORMANCE_MUSICAL_DO_TERNO_DOS_TEMEROSOS_DE_JANUARIA_MG >. Acessado em: 27 jan. 2013.
	MENEZES, Denise. <i>Dez anos de expedição</i> . 2011 Disponível em: < http://www.halfeld10anos.com/?p=346 >. Acessado em: 26 jan. 2013.
	PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terra, Rios e Gente</i> . Belo Horizonte: Mazza, 2004.
	RIBEIRO, Joaquim. <i>Folclore de Januária</i> . Rio de Janeiro: Funarte, 1970.
	VILLAS BOAS, Pâmela. <i>A Rua de Baixo: Projeto Cinema no Rio São Francisco</i> . Disponível em: < http://Cinemanoriosaofrancisco.Blogspot.Com.Br/2010_09_01_Archive.Html >. Acessado em: 26 jan. 2013.

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Caio Hudson Rabelo Alves; Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves, Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Luis Gustavo Molinari Mundim, Guilherme Eugênio Moreira, Manoella Carvalho Oliveira	2014 2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						LOCALIDADE		
01 IDENTIFICAÇÃO								
Localidade		Brejo do Amparo						
Município		Januária				IPAC/MG		
Distritos		Brejo do Amparo		Sítio	Barro Alto			
GPS	23 L	Long.UTM	565268.63 m E	Lat. UTM	8293706.53 m S	Urbano	Rural	X
								
Figura 1: Cemitério e Igreja da Comunidade de Brejo do Amparo Fonte: NUHICRE/IEPHA – 2012.								

02 REFERÊNCIAS CULTURAIS	
<p>Brejo do Amparo, localizado na área rural do município de Januária, concentra várias referências culturais importantes, como a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o Terno dos Temerosos. Assim como produções relacionadas ao universo cultural local como o livro <i>Cantos populares do Rio São Francisco</i>, de Manoel Ambrósio Alves de Oliveira, no qual se encontram cantos, jogos infantis, cantigas, batuques, lundus, contradanças, reisados, loas, desafios, abecês, versos, ditados, superstições, advinhas. Destaque também para pintura a Óleo de Ricardo Pereira Alves, para as poesias de Dona Maria, o violeiro Chico Preto, os sanfoneiros Gustavinho e Zé Luís e Silvio Correa. Os bens culturais de Brejo do Amparo foram identificados a partir do mapa de percepção traçado por ocasião do Fórum de Inventário, realizado junto a representantes dos seguimentos culturais da cidade de Januária e à população local. As expressões culturais contemplam os seguintes itens:</p> <p>Celebrações: Festa de Nossa Senhora do Rosário, Festa de Santa Cruz, Festa de São Gonçalo, Folia de Reis e Reisado, Festa dos Santos do Rio, dentre outros.</p> <p>Saberes: beneficiamento de fibras vegetais (balaio, cestos, redes), derivados de madeira (dornas, carrancas, colheres de pau, gamelas, miniaturas de canoas e gaiolas), gastronomia regional, com destaque para os derivados de mandioca (farinhas, beiju, biscoitos e bolos), artesanato em barro, derivados de cana (cachaça, rapadura), produção vazanteira (abóboras, feijão de corda), pesca artesanal, produção de carne de sol, dentre outros como as artes plásticas de Valdeci Guimarães Campos.</p> <p>Expressões: dança da Quadrilha, Boi do Bem Bom, Cavalhada Brejo do Amparo, Reis dos Temerosos, Bloco de Carnaval de Bem com a Vida capoeira, contação de causo, onde se destacam os contadores Célio Barbeiro,</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
---	------------

Edsom Matos, João Damasceno, Paulo Magalhães, Canário, Seu Binu, Santa do Carmo Pereira; Dança da Peneira, Dança de São Gonçalo, lenda da Mãe d'água e demais Mitos do São Francisco pesquisados por Manuel Ambrósio e Marta Almada.

Lugares: Mercado Municipal, Rua de Baixo, Casa de Cultura Berto Preto, Abrigo do Janelão, Abrigo do Malhador, Área de Proteção Ambiental Federal Cavernas do Peruaçu, Casa da Memória, Casa do Artesão, Centro Cultura e Turismo, Colônia de Pescadores, as comunidade quilombolas Água Viva, Gameleira, Gruta dos Caboclos; Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

03	DESCRIÇÃO
----	-----------

População e Localização

Januária é um município brasileiro do estado de Minas Gerais situado na região do Médio São Francisco, localizada ao lado esquerdo do rio do mesmo nome. Conta com uma população de 65.464 habitantes, considerada a 4ª maior em população urbana e 3ª em população geral do Norte de Minas, sendo também a 53ª maior do estado. Sua economia concentra-se na agricultura, na pecuária e nos serviços gerais. Januária é uma das principais cidades do Norte de Minas e está em franco desenvolvimento. O distrito de Brejo do Amparo localiza-se a 6,3 km de Januária com o tempo de viagem aproximadamente de 12 minutos da cidade sede ao distrito.

Paisagem Natural e Meio Ambiente

Clima

Clima tropical com transição para semiárido. A temperatura máxima atinge 38° C a mínima 12,6° C, variando a média anual entre 26 e 30° C. As chuvas são escassas, irregulares e concentradas no verão. Acontecem de outubro a fevereiro e às vezes vão até março. Segundo dados do Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), a temperatura mínima registrada em Januária foi de 6,0°C, em 1921. Já a máxima foi de 41° C, em 1963. O maior acumulado de chuva registrado na cidade em 24 horas foi de 295,7 mm, em 5 de fevereiro de 2007.

Vegetação e Produção

Graças à deficiência de água no solo e ao forte calor, a vegetação de Januária é xeromorfa, ou seja, tem formas adaptadas à seca, composta por cerrado, matas secas, caatinga e veredas cobertas de buritis. A última é uma palmeira-leque cujo fruto é uma noz amarela muito usada na indústria de cosméticos. Outras espécies típicas da região são aroeira, tinguí, murici, pequi, jatobá, araticum e embaré, a mais imponente árvore da região, também chamada de barriguda.

Relevo

A cidade tem topografia plana com leves ondulações, uma característica típica do norte e nordeste de Minas Gerais. O subsolo da região é composto por rochas sedimentares do grupo bambuí, arcóseos, siltitos, calcáreos e dolomitos, em partes revestido por sedimentos mais recentes, arenitos, conglomerados da formação urucuia e também por uma cobertura de detrítico-laterífica. A área territorial de Januária é de 6.691,17 Km². A altitude máxima é de 794 m, no Morro do Itapiraçaba, e a mínima é 444 m, na Foz do Rio Peruaçu.

Marcos

Largo e Igreja de Nossa Senhora do Rosário, Cruzeiro, Cemitério Barro Alto.

04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
----	--------------------

A formação histórica do Distrito de Brejo do Amparo reporta à figura de Manuel Pires Maciel em meados do século XVII, fugitivo da justiça de Goiás, que se apresentou a Januário Cardoso garantindo a

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LOCALIDADE

conquistas das aldeias dos Caiapós, cuja taba foi reduzida a cinzas. Após apossar da Aldeia Caiapó, em 1811, Manuel Pires estabeleceu um povoado, seis quilômetros acima do rio São Francisco, e lhe deu o nome de Brejo do Amparo. Pereira (2004) esclarece que esse nome foi escolhido porque era um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem.

Referências, identificadas pela Lei provincial n. 54, de 9 de abril de 1836, localizam-na como povoado de Amparo do Brejo, que, consoante outros dados, teria também a designação de Brejo do Salgado, ou ainda arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. A economia local se desenvolveu a partir da criação de gado, porcos e cabras,, cultivo da cana e produção de açúcar em engenho próprio. As transações comerciais do povoado ocorriam através do Rio São Francisco, o que exigiu que obras de infraestrutura fossem realizadas. Nesse sentido, foi aberta uma estrada de rodagem até um local no qual foi criado um porto, conhecido então como Porto do Salgado, devido às águas salobras e os pântanos da região. Os produtos comercializados incluíam gado, animais de transporte, grãos, farinha, cachaça e rapadura e supriam a demanda das cidades ao longo do Rio São Francisco, como também de outros municípios da sociedade mineradora. O povoamento do local expandiu-se rapidamente, suplantando Brejo do Salgado e transformando-se no que hoje é o município de Januária.

As transações comerciais passaram a ser cada vez mais expressivas ao longo do Rio São Francisco, chamando a atenção da Coroa portuguesa. Em 1736, na região, até então isenta do quinto do ouro, passou-se a cobrar uma taxa de capitação. Essa imposição, altamente impopular, resultou no que ficou denominado “motins do sertão” ou, segundo Anastasia (1993), a Sedição de 1736. Como resultado desse levante, a sociedade norte-mineira foi impedida de continuar a suprir as necessidades da sociedade mineradora, , como apresenta Costa (2003) *apud* Moreira (2010).

Na comunidade rural de Brejo do Amparo, se destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário. A Igreja é um monumento de grande importância como marco histórico do povoamento na região, datada de 1688.. A construção do imóvel prende-se a versões que remetem à formação de quilombos ou à criação dos postos avançados de catequese jesuítica das nações indígenas que habitavam a região do Rio São Francisco, hipótese que se apoia em documentação comprobatória como o registro abaixo especificado.

05 CRONOLOGIA	
Data	Evento
1554	Tomé de Souza organiza uma expedição na qual fizeram parte Francisco Bruzza Espinosa, pelo seu vasto conhecimento na exploração de metais, e o Padre João Aspilcueta Navarro, convocado como missionário.
1696	Matias Cardoso de Almeida, remanescente da Bandeira de Fernão Dias Paes, chega à região e se instala às margens do Rio São Francisco, com uma coluna de 600 homens.
1817	Saint-Hilaire registra: a prosperidade reina entre os habitantes de Salgado.
2 de janeiro de 1811	Criação do distrito
9 de abril de 1836	Localização da sede em brejo do Amparo – Arraial de Nossa senhora do Amparo
11 de abril de 1845	Sede situada em Brejo do Salgado
31 de maio de 1850	Sede levada para Brejo do Amparo
17 de junho de 1853	Sede levada para Porto do Salgado
1855 – 1856	Título - Januária, Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Registros das terras da província de Minas Gerais efetuados pelos vigários das paróquias, descrevendo a localização, limites, data e os proprietários de terras.
30 de setembro de 1871	Sede voltou para Brejo do Amparo
13 de setembro de 1884	Brejo do Salgado passa a ser denominado Januária
25 de Agosto de 1885	Sede revertida a Januária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

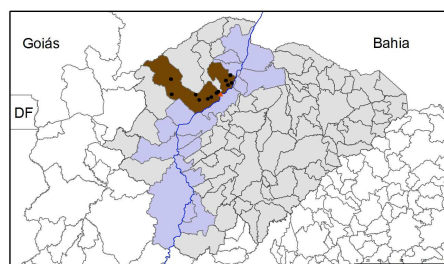
LOCALIDADE

14 de setembro de 1891

Mantém-se o distrito de Januária

06 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

JANUÁRIA



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidades
- ▲ Localidade Inventariada
- ~ Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Januária
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: S42 - 19
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T. 2015.

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

NUHICRE
Núcleo de História Regional

Figura 2: Mapa de localização do município de Januária

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE



Figura 3: Mapa executado em obediência ao Decreto Lei Nacional nº 311 de 02 de Março de 1938.

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=1165>. Acessado em: 15/03/2013.

07 **LEGISLAÇÃO**

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Informe histórico do município Localizado em Sítio - Inventário do Acervo Cultural, IEPHA, ICMS 2008. A primeira igreja de Minas Gerais. Edificada na primeira metade do século XVII, em 1688, a Igreja Nossa Senhora do Rosário, um dos raros exemplares da arquitetura jesuítica do sertão, foi construída em estilo rústico, no Barro Alto, no distrito de Brejo do Amparo - Januária, pelo português Manuel Pires Maciel. A construção reproduz alguns elementos do barroco mineiro, em sua primeira fase. Localizado em Bem Cultural – Categoria: Edificação/Lugar-IEPHA, ICMS 2008. Inventário de proteção do acervo cultural. Descrições e Informações históricas dos bens culturais. Onde localizar: Bem Cultural [Texto] – Categoria: Lugar - IEPHA, ICMS 2008.

08 **RECOMENDAÇÕES**

A região se destaca por bens culturais que justificam uma pesquisa mais detalhada. Lamentavelmente, a descontinuidade das ações culturais pelo poder público municipal, traz repercussões negativas inviabilizando a realização de celebrações tradicionais, bem como desestimulando os artesãos.

Dentre as recomendações, indica-se que sejam desenvolvidas pesquisas e produzidos materiais educativos sobre:

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>-A Igreja e Festa de Nossa Senhora do Rosário, em seu contexto na comunidade negra em que foi edificada;</p> <p>-O Terno dos Reis dos Temerosos, que ainda tem poucos estudos a respeito, principalmente no que se refere à coreografia;</p> <p>-A vida e trabalho da Professora Zizi Aquino, falecida em 1999, que manteve uma orquestra de violinos e bandolins;</p> <p>-A Dança do São Gonçalo, com destaque para a existência de vários grupos;</p> <p>-O artesanato derivado em fibras vegetais, onde se destaca a produção de cestos, balaios e peneiras;</p> <p>-O artesanato derivado de madeira, com destaque para as carrancas e miniaturas dos vapores;</p> <p>-A Cavalhada, que vem enfrentando descontinuidade por falta de incentivo e cujo líder já se encontra idoso e enfrenta problemas de saúde;</p>	
09	DOCUMENTOS ANEXOS
Fotografias	
<p>Figura 1: IPAC_Januaria_BAmparo_Localidade_Nuhicre_Iepha (4)</p> <p>Figura 2: IPAC_Januaria_Localização_Mapa_Nuhicre_Iepha</p> <p>Figura 3: Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo.php?lid=1165>. Acessado em: 09/07/2015</p>	
Bens Culturais Inventariados	
<p>Lugares: Comunidade Quilombola Barro Alto; Igreja N. S. do Rosário.</p> <p>Celebrações: Festa de N. S. do Rosário;</p> <p>Eventos Associados:</p> <p>Expressões: Dança de São Gonçalo; Terno dos Temerosos;</p> <p>Modo de Fazer: Feijão Tropeiro.</p> <p>Na cidade de Januária, foi inventariado ainda:</p> <p>Lugar: Mercado Municipal.</p>	
Contatos	
<p>Responsável pela organização das cavalhadas – Adelmo Batista Magalhães – 3621.1229/9949.1443</p> <p>Secretário de Cultura: João Damasceno – (38) 84217241 – 9833.6336/3621.2656</p> <p>Associação Cultural de Amigos do Museu do Folclore Edson Carneiro – Rua Visconde de Ouro Preto, 390 – Januária. TEL(38)3621- 1471/3621-3770</p> <p>Câmara Municipal</p> <p>Documentarista – Deniston Diamantino</p> <p>Biblioteca Saul Martins</p> <p>Zelador dos bens da Igreja do Brejo do Amparo – Joaquim do Picolé</p> <p>Funcionário da Secretaria de Cultura- Jorge Silva</p> <p>Músico Cantador de modinhas – Domingos Chapadeiro</p> <p>João Damasceno diretor do Reis dos Temerosos (38) 84217241</p> <p>Mercado Municipal Pca Raul Soares, S/N, Centro – CEP- 39480-000.</p>	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
<p>5369 – Dança de São Gonçalo</p> <p>5370 – Modo de Fazer Feijão Tropeiro na Festa do Rosário</p> <p>5371 – Festa de Nossa Senhora do Rosário</p> <p>5372 – Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário</p>	
10	REFERÊNCIAS
<p>ANASTASIA, C. <i>A Sedição de 1736</i>: Estudo comparativo entre a zona dinâmica da mineração e a zona marginal do sertão agro-pastoril de São Francisco. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História.</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1993.	
IEPHA/MG - PROTEÇÃO - <i>Decreto Estadual nº 29.399 de 21 de abril de 1989</i> . Publicado no Minas Gerais – Diário do Executivo em 25 de abril de 1989, pág. 01, Col.1. Livros do Tombo.	
IPHAN/IEPHA – <i>Educação Patrimonial</i> – Disponível em: < http://proteuseducacaopatrimonial.blogspot.com.br/2013/01/bens-tombados-pelo-iepha-e-iphan.html >. Acessado em: 31 mai. 2013.	
ISIDÓRIO, M. S. <i>Santo Rio São Francisco: religiosidade popular na sacralidade do rio São Francisco no imaginário dos pescadores do sertão dos gerais</i> . 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.	
MAPA EXECUTADO EM OBEDIÊNCIA AO DECRETO LEI NACIONAL Nº 311 DE 2 DE MARÇO DE 1938. Disponível em: < http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/grandes_formatos_docs/photo_.php?lid= 1165 >. Acessado em: 15 mar. 2013.	
MOREIRA, H. F. “ <i>Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro</i> ”: O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.	
PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terras, Rios e Gente</i> . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.	
SILVA, José Leonardo Nei. <i>A População Ribeirinha de Januária/MG: Estudando a dinâmica vazanteira dos ribeirinhos da colônia Z-2</i> . 2008. Artigo. Disponível em: < http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtMIAK/a-populacao-ribeirinha-januaria-mg-estudando-a-dinamica-vazanteira-dos-ribeirinhos-colonia-z-2 > Acessado em 26 jan. 2013.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves, Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Guilherme Eugênio Moreira, Manoella Carvalho Oliveira, Breno Trindade	2015 01/2016
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	DANÇA DE SÃO GONÇALO					IPAC/MG	5369			
Município(s)	Januária			Distrito	Brejo do Amparo/Barro Alto					
Endereço	Barro Alto /Distrito de Brejo do Amparo									
GPS	23 L	Long. UTM	565268.63 m E	Lat. UTM	8293706.53 m S	Urbano	Rural	x		



Figura 1: Dança de São Gonçalo.

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria	Formas de Expressão						
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual						
PERIODICIDADE							
Início	Variável						
Fim	Variável						
Calendário Litúrgico	Tempo comum.						
Invocação	São Gonçalo, Nossa Senhora do Rosário						
Observação das Datas	A data de morte de São Gonçalo é celebrada no dia 10 de Janeiro.						
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE							
No dia 10 de Janeiro, é celebrado o dia de São Gonçalo, que no caso, é seu dia de morte. O grupo se apresenta neste dia, em homenagem ao Santo, mas também ao longo do ano, como pagamento de alguma promessa feita por algum devoto. O grupo também dança como promessa para que a Igreja de Nossa Senhora do Rosário seja restaurada.							
Outras denominações	Rodas de São Gonçalo, folga ou função de São Gonçalo.			Nível de integração			
				Comunidade	X	Oficial	

02	Histórico da Localidade
A formação de Januária está associada às bandeiras de Matias Cardoso e Januário Cardoso, que, em	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

meados do século XVII, conquistaram a região do Vale do Médio São Francisco, onde se insere hoje a cidade. Quanto ao Distrito de Brejo do Amparo, este se reporta a figura de Manuel Pires Maciel, fugitivo da justiça de Goiás, que se apresentou a Januário Cardoso e garantiu a conquista das aldeias dos Caiapó. Tomando posse da região, Manuel Pires estabeleceu um povoado, seis quilômetros acima do rio São Francisco, lhe dando o nome de Brejo do Amparo, em 1811. O nome fora escolhido porque era um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem. O distrito também é conhecido como Brejo do Salgado, ou ainda arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Na comunidade rural de Brejo do Amparo, se destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um monumento de grande importância como marco histórico do povoamento na região.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A Dança de São Gonçalo está relacionada com a devoção a São Gonçalo do Amarante, santo de origem portuguesa, cujo culto se espalhou por todo o reino de Portugal. É considerado santo casamenteiro, protetor dos violeiros e das prostitutas. Ele teria sido um eremita que, em vez de viver uma vida de abnegação, promovia festas em que só apareciam prostitutas. São Gonçalo tocava sua viola as advertindo com seus versos que elas só ganhariam o reino do céu constituindo família ou retornando ao lar. As mulheres participavam da festa dançando ao som da viola tocada pelo santo. No final da festa, São Gonçalo lhes dava dinheiro para que elas temporariamente não voltassem para as casas de prostituição e se reconduzissem ao caminho cristão. Abaixo, encontra-se uma das versões da história de São Gonçalo:

Contam que São Gonçalo de Amarante morava na beira do rio com seu irmão, que era sacristão. Doutro lado da margem, residiam mulheres de vida alegre que todas as noites faziam uma algazarra infernal, com bebedeiras e outras estripulias. O irmão de São Gonçalo, desejando acabar com isso, meteu-se no meio do mulhierio. Todas as noites ia para lá. E foi assim, com desejo de disciplinar aquelas mulheres, que inventou a roda de São Gonçalo, na qual só entram mulheres, apenas com um guia do sexo masculino. Com a nova e demorada dança, que às vezes, possuía 20 voltas e evoluções, acabaram-se as bebedeiras e algazaras. São Gonçalo abençoou a roda, que ficou tradicional. Só se dança roda de São Gonçalo à noite. (Ribeiro, 2001, p.120)

Em Portugal, na cidade do Porto, o ato de se dançar nas ocasiões de comemoração a São Gonçalo era chamado de *Festa das Regateiras*, ocasião em que dançavam, dentro da igreja, as mulheres que queriam se casar. Segundo Rachid (2004), o culto também é realizado na vila de Amarante, onde se realizam duas festas por ano em louvor ao santo. A primeira é realizada no dia de sua morte, 10 de janeiro, e a segunda em junho.

A Dança de São Gonçalo é realizada em várias regiões do Brasil enquanto prática devocional, onde o ato de dançar possui uma função sagrada. Seus praticantes afirmam que as vestes, os movimentos e os locais dessa manifestação, geralmente realizada nas ruas, são atos de devoção a São Gonçalo. As dimensões lúdico-festiva e coreográfica da dança fazem parte da construção da identidade ribeirinha e da tradição sertaneja.

Em Januária, a dança não é mais realizada no interior da igreja, mas possui ainda grande influência do catolicismo. Também chamada de Folga ou Função de São Gonçalo, existem vários grupos de São Gonçalo na cidade, inclusive grupos infantis. O grupo pesquisado é tradicional em Januária, e, segundo Maria das Mercês Santos, uma das dançantes do grupo, sua família está envolvida nessa tradição há muitas gerações.

04 DESCRIÇÃO

A Dança de São Gonçalo é realizada por mulheres, que usam vestimentas brancas. A maioria usa saia e blusa, mas isso pode variar, sendo permitido também o uso de calças e vestidos. A coreografia é animada pelos sons da caixa, viola e sanfona, enquanto as dançantes dançam aos pares, fazendo círculos, segurando arcos,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

também brancos e recobertos por papel de seda em franjas e decorados com fitas.

Em Brejo do Amparo, os grupos possuem algumas particularidades. Há uma figura que serve de guia e representa São Gonçalo. Essa pessoa também é conhecida como a “marcadeira” ou o “marcador”, sendo responsável por marcar as rodas e governar o grupo do começo ao fim da dança. Durante a coreografia, as dançantes, em sua maioria senhoras de meia idade, fazem evoluções com os arcos, sempre sob o comando da marcadeira ou marcador. Os grupos geralmente necessitam ter de dez a doze pares, e contam com aproximadamente trinta integrantes, entre dançantes, tocadores e cantores.

Indumentária

As mulheres se vestem de roupas brancas carregando arcos ornamentados com papel de seda brancos.

Instrumentos

Viola, Caixa, Rabeca, Bumbo, Violão, Sanfona.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO

Origem do Saber

Os saberes relacionados com a Dança de São Gonçalo remontam ao período da colonização da América Portuguesa, visto que a Dança foi trazida pelos portugueses que vieram para o Brasil.

Transmissão

A transmissão é feita por meio da oralidade e da prática da dança.

Forma de Continuidade

A continuidade da prática se dá através do ensino e transmissão da Dança dos mais velhos para as novas gerações, sendo fortalecida pela devoção à São Gonçalo.

Transformações

Antigamente, a dança de São Gonçalo era executada dentro das igrejas, de frente para o altar. Hoje, ela acontece no largo da igreja. Outra transformação observada é que o grupo de Dona Maria das Mercês apresenta uma mulher na marcação dos passos representando São Gonçalo, função que geralmente é exercida por homens.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Imagem de São Gonçalo	Patrimônio Material	Bem Móvel	Imaginário	
Arco	Patrimônio Material	Bem Móvel	Adereço	

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	X	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X
Denominação	Não se aplica.						
Descrição	Não se aplica.						
Organizadores e Financiadores							
Tipo	Não se aplica.						
Organizadores	Não se aplica.						
Financiadores	O grupo não conta com financiamento. O transporte para os deslocamentos são oferecidos pelos organizadores das festas.						

08 COMENTÁRIOS

Identities criadas em torno da atividade

Todos os participantes da dança demonstram, além da devoção ao São Gonçalo, uma vontade de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

manter viva a tradição da devoção a Virgem Santíssima, pois sempre são convidados pelos festeiros a participarem da Festa à Nossa Senhora do Rosário.

Comentários dos entrevistados

Pra dançar o São Gonçalo o normal vai de 12 (doze) a 14 (catorze). Fica 6...fica 6 de cada lado ou 7 de cada lado[...]... Já tá com três anos que nós “vem” aqui[...]. [...]É uma promessa que eles fizeram pra acontecer em homenagem ao senhor de São Gonçalo pra ajudar na restauraçã da Igreja[...]. [...] É assim... é um festejo em... em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. É a Padroeira dessa Igreja aqui... é Nossa Senhora do Rosário. Essa... essa igreja aqui, é a igreja mais antiga que nos temos na região de Januária. Essa igreja aqui foi construída pelos fra...des Jesuítas. Então... Essa...Ela tava toda... tava toda caindo. Agora eles começaram fazer uma res...restauração nela[...]. [...] Porém não tá deixando aquela forma que ela já era. Ta dando continuidade[...]. [...] pra cumprir promessa.

Maria Mercês Santos, 55 anos, praticante da Dança de São Gonçalo.

Comentários do elaborador

A Dança de São Gonçalo mostra a força da religião e da crença popular da população de Brejo do Amparo, que pode ser vista por meio das promessas feitas e o cumprimento delas pelos devotos. A dança é expressão da devoção e cumprimento da promessa feita.

Possibilidade De Continuidade

A devoção dos integrantes dos grupos de São Gonçalo é uma das evidências que permite apontar a continuidade dessa forma de expressão cultural e religiosa.

Necessidades

Instalações	Não se aplica.
Instrumentos	Manutenção e aquisição de Viola, Caixa, Rabeca, Bumbo, Violão.
Matéria-Prima	Não se aplica.
Pessoal	Promover condições de transmissão da dança às gerações mais jovens
Formação	Incentivar a transmissão da Dança de São Gonçalo.
Atividade Macro	Dança.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Cantos e rezas da Dança de São Gonçalo.

09 AÇÃO DE SALVAGUARDA

Mostra-se necessária a criação de ações de promoção e difusão da Dança de São Gonçalo que atraiam as gerações mais jovens e permitam a preservação e continuidade da manifestação. Nesse contexto, é importante a divulgação das produções já existentes sobre a dança, assim como fomento para novas pesquisas. Ações de incentivo financeiro também devem ser pensadas para a confecção do vestuário, manutenção e aquisição dos instrumentos musicais. O estreitamento das relações entre o poder público e os grupos pode permitir a criação de políticas que efetivamente dialoguem com suas demandas e contribuam para a manutenção dessa forma de expressão.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Maria das Mercês Santos					Tipo	Guieira		
	Nascimento	Não se aplica.	Sexo	F	Idade	55	Registro Sonoro Visual	X		
	Descrição	Dançante da Dança de São Gonçalo e guia do grupo.								
	Contato	Não se aplica.								

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES
11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


Figura 2: Dança de São Gonçalo
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.



Figura 3: Grupo de São Gonçalo diante do altar.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.



Figura 4: Dança de São Gonçalo
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.



Figura 5: Movimentos executados diante do altar
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_iepha (11) Figura 2: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_iepha (9) Figura 3: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_iepha (12) Figura 4: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_iepha (8) Figura 5: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_iepha (2)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_20Out12 (1) Vídeo 2: IPAC_5369_Januaría_DGonca_Nuhicre_20Out12 (2)
Áudio	Áudio 1: Entre_IPAC_5371_Januaría_FRosa_MMerces_Nuhicre_iepha_2012

12 REFERÊNCIAS

RACHID, V. O. *A Dança de São Gonçalo: re-interpretação coreológica e historia*. 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004

RIBEIRO, Joaquim. *Folclore de Januária*. Belo Horizonte: Ministério da Educação e Cultura, 2001.

SANTOS, B. C. C. As Capelas de Minas no Século XVIII. *Revista Acervo*. v. 16, n. 2, pp.129-146, 2003.

SANTOS, B. C. C. Santos e devotos no império ultramarino português. *Relig. soc.* vol.29, n.1, pp. 146-178, 2009.

SANTOS, Maria das Mercês. *Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária*. [21 de outubro, 2012]. Tempo 5'13" - Dança de São Gonçalo na Festa do Rosário - Entrevista concedida à Raquel

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

Helena de Mendonça e Paula- Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes

SILVA, José Leonardo Nei. *A População Ribeirinha de Januária/MG: Estudando a dinâmica vazanteira dos ribeirinhos da colônia Z-2*. 2008. Artigo. Disponível em: <<http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtMIAK/a-populacao-ribeirinha-januaria-mg-estudando-a-dinamica-vazanteira-dos-ribeirinhos-colonia-z-2>> Acessado em 26 jan. 2013.

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves, Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Breno Trindade, Débora Raiza Rocha, Guilherme Eugênio Moreira, Luis Gustavo Molinari Mundim	2014 2015
	Observações	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO					
Denominação	MODO DE FAZER O FEIJÃO TROPEIRO			IPAC/MG	5370
Município(s)	Januária	Distrito	Brejo do Amparo/Comunidade de Barro Alto		
Endereço	Praça 31 de Março				
GPS	23 L	Long. UTM	565268.63 m E	Lat. UTM	8293706.53 m S



Figura 1: O feijão tropeiro.
Fonte: Acervo NUHICRE – IEPHA/MG 2013.

Categoria						
Âmbito/Tema	Alimentação/ Cozinha		Datas			
Tipologia da Atividade	Culinária	Anual	Periódica	Mensal	Contínua	Cada ano
Denominação	Feijão Tropeiro		X		X	X
Outras denominações	Feijão Sacudido	Nível de integração				
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária	
Descrição da Periodicidade						
O Feijão Tropeiro, geralmente, é um prato feito na Festa de Nossa Senhora do Rosário, que acontece anualmente nas duas últimas semanas de outubro. Os festeiros organizam barrquinhas onde vendem o						

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
Feijão Tropeiro, prato considerado tradicional na região.		
02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE	
<p>A formação de Januária está associada às bandeiras de Matias Cardoso e Januário Cardoso, que, em meados do século XVII, conquistaram a região do Vale do Médio São Francisco, onde se insere hoje a cidade. Quanto ao Distrito de Brejo do Amparo, este se reporta a figura de Manuel Pires Maciel, fugitivo da justiça de Goiás, que se apresentou a Januário Cardoso e garantiu a conquista das aldeias dos Caiapó. Tomando posse da região, Manuel Pires estabeleceu um povoado, seis quilômetros acima do Rio São Francisco, lhe dando o nome de Brejo do Amparo, em 1811. O nome fora escolhido porque era um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem. O distrito também é conhecido como Brejo do Salgado, ou ainda arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Na comunidade rural de Brejo do Amparo, se destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um monumento de grande importância como marco histórico do povoamento na região.</p>		
03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS	
<p>Com o avanço do povoamento interiorano e o aumento populacional das cidades mineradoras durante o século XVII, a demanda por alimentos e outros produtos básicos tornou-se cada vez maior nos vilarejos e cidades brasileiras. Segundo Recco (2012), nesse período, os tropeiros foram importantes canais de transporte e comercialização de animais, mercadorias e outros bens no interior do território brasileiro. Esses homens cavalgavam mulas e se deslocavam em tropas, subindo e descendo serras e circulando por trilhas e outros caminhos do amanhecer ao anoitecer, de vilarejo em vilarejo. Compravam, vendiam, mas também transmitiam notícias e mensagens.</p> <p>A alimentação dos tropeiros precisava ser mais seca para não entornar e se conservar por períodos maiores de tempo, mas não podia deixar de ser nutritiva. Era constituída por toucinho, feijão preto, farinha, pimenta-do-reino, café, fubá e coité, um molho de vinagre com fruto cáustico espremido. O feijão, para melhor conservação, era cozido com sal e banha de porco. Essa maneira especial de preparar o feijão ficou conhecida como feijão tropeiro, por ser característico dos cozinheiros das tropas. O cozinheiro ia à frente da tropa para preparar o feijão, que necessitava de maior tempo de cozimento, e quando os demais tropeiros chegavam ao local de pouso, todos se reuniam para comer o feijão em momentos de descanso e descontração.</p> <p>Em Januária, o prato se manteve uma tradição transmitida de geração a geração. É alimento muito importante na Festa de Nossa Senhora do Rosário. A preparação do prato mobiliza várias famílias da Comunidade de Barro Alto, que arrecadam dinheiro e ingredientes, preparam e vendem o feijão nas barraquinhas da Festa. O dinheiro arrecadado é revertido para o canteiro de obras da Igreja do Rosário, que passa por um processo de restauração.</p>		
	Descrição Dos Elementos Constitutivos	
	Ingredientes	
Feijão (preferencialmente grãos pequenos), toucinho de barriga, linguiça de porco, linguiça calabresa defumada, couve-manteiga, ovos, manteiga, cebolas, alho, bacon, sal, farinha de mandioca crua ou torrada, ou farofa pronta.		
	Condimentos	
Cebolinha, salsinha, pimenta do reino		
	Processos de Obtenção	
Cabe ao festeiro conseguir as doações que possibilitem a produção dos alimentos a serem servidos aos devotos e grupos que se alternam a cada dia da novena. Tradicionalmente, os alimentos são recolhidos entre os devotos que fazem a contribuição enquanto promessa, seja em espécie ou ingredientes.		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
Instrumentos/ Ferramentas	
Panelas, colheres, facas, fogão e utensílios de cozinha.	
Seleção de Alimentos	
Geralmente, os ingredientes são recebidos por doações, mas há preferência por grãos menores de feijão.	
Processos de Preparação	
<p>O Feijão Tropeiro é preparado por cinco famílias de festeiros, que se reúnem em alguma casa que tenha um fogão à lenha grande ou uma cozinha industrial que tenha vasilhames que permitam fazer a comida em grandes quantidades. Calcula-se aproximadamente um rendimento para 100 porções devido ao número de pessoas que participam da Festa do Rosário. Quando não conseguem um lugar grande, as famílias dividem tarefas: algumas pessoas cozinham o feijão, outras preparam o torresmo, outras fritam a linguiça, algumas picam as cebolas e o cheiro verde.</p>	
Modo de fazer:	
Torresmo:	
<p>O toucinho é cortado em pedaços e colocado em uma tigela. Adiciona-se o sal e o toucinho descansa por aproximadamente quinze minutos. Em seguida, o toucinho deve ser frito em uma panela com meio copo de óleo bem quente, em fogo baixo. Quando começa a amarelar, mas ainda claro, o torresmo é retirado do fogo e colocado sobre uma peneira ou escorredor, até que ele seque bem e esfrie. Pode-se também preparar o torresmo na véspera e guardá-lo em geladeira, em um saco plástico fechado. Finalmente, deve-se aquecer a gordura que restou na panela e voltar o torresmo ao fogo até ele dourar (pururucar). Deve-se tomar cuidado para não deixá-lo ficar muito escuro, pois, nesse caso, ele começa a amargar. Coloca-se o torresmo sobre papel absorvente.</p>	
Feijão:	
<p>O feijão é cozido em uma panela de pressão com 3 litros de água por 30 minutos, sem deixar que cozinhe demais, os grãos devem ficar inteiros e mais duros. Caso a panela seja de 1 litro, o feijão deve ser dividido em três partes, deixando cada quilo por 10 minutos. Em seguida, é retirado da panela, coado para interromper o cozimento e reservado.</p>	
Linguiça de porco:	
<p>A linguiça é picada e colocada em uma frigideira para fritar. Pinga-se um pouco de água de vez em quando para que a linguiça frite em sua própria gordura. Depois de frita, reserva-se a linguiça.</p>	
Linguiça calabresa:	
<p>A linguiça é picada em rodela e, em seguida, em forma de cruz para que fiquem menores. Para apresentação do prato deve-se deixar aproximadamente dez rodela inteiras. Frita-se a linguiça calabresa na mesma panela ou frigideira usada para fritar a linguiça de porco. Reserva-se a linguiça frita.</p>	
Couve:	
<p>Enrola-se e corta-se as folhas de couve em tiras bem finas. Coloca-se a couve para refogar na mesma panela em que foram preparadas as linguiças. Antes, frita-se cerca de 50 gramas de bacon picadinho, doura-se cerca de meia cebola picada e um dente de alho picadinho. Refoga-se a couve, acrescentando sal e uma pitada de pimenta do reino. Reserva-se a couve.</p>	
Ovos:	
<p>Na mesma panela, coloca-se duas colheres de manteiga (ou azeite) para aquecer e frita-se quatro ovos, deixando-os firmes. Retira-se os ovos com uma escumadeira, deixando-os escorrer bem. Em seguida, os ovos são picados em pedaços e separados. Outros dois ovos são cozidos para decoração do prato.</p>	
Montagem:	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

Em uma panela ou frigideira grande, são derretidas três colheres de manteiga (também pode ser usado azeite). Acrescenta-se o restante das cebolas e do alho que são refogados até dourar, mas sem queimar. Em seguida, adiciona-se a farinha de mandioca crua, misturando até torrar (também pode ser usada farinha já torrada). Acrescenta-se os demais ingredientes: o feijão, as linguiças, a couve (aos poucos), o torresmo e os ovos fritos. Mistura-se bem e adiciona-se a cebolinha, a salsinha, sal a gosto. Deixa-se no fogo por mais dois minutos aproximadamente.

Modos de Apresentar e Servir os Alimentos

As barraquinhas são montadas no adro da igreja onde frondosas mangueiras oferecem sombra, tornando o lugar bastante agradável. O Tropeiro é levado às barraquinhas em uma panela bem grande e servido em porções. O vasilhame é simples, de plástico mesmo.

Quem Oferece e Quem Recebe

Os festeiros se revezam nas barraquinhas trabalhando de forma voluntária servindo a todos que comparecem à Festa. Os grupos que se apresentam recebem o Feijão Tropeiro gratuitamente. Os visitantes pagam um preço simbólico, revertido em fundos para a aquisição de material necessário à revitalização da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

Modos de se Dispor dos Restos Alimentares

Os alimentos que sobram ficam para os moradores de Barro Alto, em especial para as famílias que cuidam dos objetos sagrados da Igreja. Os alimentos que sobram nos pratos são destinados aos animais.

04	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Festa de Nossa Senhora do Rosário de Brejo do Amparo	Patrimônio Imaterial	Celebração	Festa Religiosa	5371

05	FORMAS DE TRANSMISSÃO			
	Procedência do Saber			
	A tradição de fazer o feijão tropeiro tem sua origem no modo de vida dos tropeiros que percorriam os sertões do Brasil.			
	Transmissão			
	Pais-Filhos	X	Mestre-Aprendiz	Escolas
				Grupos
				Outros
	Modo de Transmissão			
	A transmissão é feita por meio da oralidade e da preparação do prato.			
	Forma de Continuidade			
	A transmissão do saber acontece através da oralidade e da observação, sendo passado de geração a geração nas famílias dos festeiros.			
	Transformações			
	A receita incorporou novos ingredientes à medida que, com o decorrer do tempo, foram sendo recebidos novos produtos como doações, a exemplo do bacon e da linguiça calabresa.			
06	COMENTÁRIOS			
	Identidades construída em torno da atividade			
	O Feijão Tropeiro, assim como os demais alimentos que são vendidos nas barraquinhas da Festa de Nossa Senhora do Rosário, configuram-se como prática devocional dos participantes da Festa. Revestem-se de uma dimensão sagrada e, ao mesmo tempo, reúnem as famílias dos festeiros em momentos de convívio e			

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

sociabilidade durante todo o processo de arrecadação, preparação e elaboração do prato.

	Comentários dos entrevistados
--	--------------------------------------

Me envolvo com esta festa desde criança. Anteriormente foram festeiros meus avós e meus pais. Este ano somos cinco famílias e contamos com orientações de seu Adelmo, que também é Festeiro. Como também são festeiros as famílias de Dagmar de Lourdes Magalhães, Zoraide, Ildeu Ribeiro Mameluque e Maria Marcus Santos Ribeiro.
 Mauro Lúcio Correia, Festeiro, entrevistado.

	Comentários do elaborador
--	----------------------------------

Trata-se de um prato tradicional do povo sertanejo e, sem sombra de dúvida, da cozinha mineira. A devoção a Nossa Senhora do Rosário parece ser o motivo maior de envolvimento da comunidade na Festa. A solidariedade entre as famílias dos festeiros e comerciantes e demais moradores que fazem as doações também é um fator observável e que possibilita manter a tradição.

	POSSIBILIDADE DE CONTINUIDADE
--	--------------------------------------

Trata-se de um prato tradicional da cozinha mineira e tende a ser passado de geração a geração, envolvendo um grande número de pessoas em sua preparação, elaboração, venda e apreciação.

	Necessidades
--	---------------------

Instalações	Construção de cozinha com fogão à lenha ou industrial grande o suficiente para atender à demanda da Festa.
Instrumentos	Manutenção e aquisição de panelas de grande porte, escorredores, colheres de pau, facas, entre outros utensílios de cozinha.
Matéria-Prima	Fornecimento dos ingredientes, como feijão, torresmo, linguiça, couve e ovo, que atualmente depende em grande parte, de doações.
Pessoal	Incentivo aos festeiros e voluntários para ajudarem no preparo do prato.
Formação	Não se aplica.
Atividade Macro	Promoção e preservação da Festa de Nossa Senhora do Rosário, com a revitalização da Igreja.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Não se aplica.

06	PROPOSTAS DE AÇÕES DE SALVAGUARDA
-----------	--

Mostra-se fundamental documentar a receita dando conta de suas variações, como aquelas que usam o feijão catador, espécie comum nas plantações de várzea. É importante também promover ações de continuidade e transmissão do modo de fazer o feijão tropeiro para as gerações mais jovens e a preservação e promoção da Festa de Nossa Senhora do Rosário, com a revitalização da Igreja, atualmente com infraestrutura deficiente para a realização dessa celebração.

07	ENTREVISTADOS
-----------	----------------------

01	Nome	Mauro Lúcio Correia	Tipo	Festeiro
	Nascimento		Sexo	M
			Idade	36
			Registro Sonoro Visual	✗
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)				
Contato				

02	Nome	Wanderly Pereira	Tipo	Cozinheira
	Nascimento	Januária	Sexo	F
			Idade	35
			Registro Sonoro Visual	✗

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)	
Contato	

08	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
-----------	---------------------------------



Figura 2: Preparo do feijão tropeiro em panela grande.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 3: Preparo do feijão tropeiro.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 4: Feijão tropeiro nos vasilhames de plástico no qual é distribuído.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013



Figura 5: Feijão tropeiro decorado com ovos cozidos, linguiça calabresa e cheiro verde.
Fonte: NUHICRE /IEPHA-MG - 2013

09	DOCUMENTOS ANEXOS
-----------	--------------------------

Fotografias	Figura 1: IPAC_5370_Januaría_FTrope_Nuhicre_iepha (1) Figura 2: IPAC_5370_Januaría_FTrope_Nuhicre_iepha (3) Figura 3: IPAC_5370_Januaría_FTrope_Nuhicre_iepha (10) Figura 4: IPAC_5370_Januaría_FTrope_Nuhicre_iepha (15) Figura 5: IPAC_5370_Januaría_FTrope_Nuhicre_iepha (8)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Não se aplica.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	MODOS DE FAZER - ALIMENTOS
--	-----------------------------------

10	REFERÊNCIAS	
	<p>CORREIA, Mauro Lucio. <i>Modo de Fazer o Feijão Tropeiro da Festa de Nossa Senhora do Rosário de Brejo do Amparo</i>. [21/10/2012] Minutos. Brejo do Amparo/Januária Projeto De Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco DVD de áudio. Acervo IEPHA/MG e NUHICRE/UNIMONTES.</p> <p>FEIJÃO TROPEIRO. Disponível em: <http://sites2.uai.com.br/guiagastronomia/index.htm>. Acesso em: 18 fev. 2013.</p> <p>MOREIRA, H. F. “<i>Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro</i>”: O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.</p> <p>RECCO, Cláudio. <i>O Tropismo no Brasil</i>. Historianet. Disponível em: <http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=496>. Acessado em: 18 fev. 2013.</p>	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Caio Hudso Rabelo Alves; Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves; Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Guilherme Eugênio Moreira, Manoella Carvalho Oliveira, Paulo Ricardo Silva Rodrigues, Breno Trindade	2015 01/2016
	Observações	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
--	----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	Festa de Nossa Senhora do Rosário					IPAC/MG	5371			
Município(s)	Januária			Distrito	Brejo do Amparo					
Endereço	Distrito de Brejo do Amparo									
GPS	23 L	Long. UTM	565268.63 m	Lat. UTM	8293706.53 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Imagem de Nossa Senhora do Rosário, atualmente sob guarda dos moradores foi trazida especialmente para festa.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2013.

Categoria	Ritos
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual
DENOMINAÇÃO	Festa de Nossa Senhora do Rosário
Outras denominações	Nível de integração

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS			
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária
PERIODICIDADE					
Início	13 de outubro.				
Fim	21 de outubro.				
Calendário Litúrgico	Tempo comum.				
Invocação	Nossa Senhora do Rosário				
Observação das Datas					
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE					
<p>A festa de Nossa Senhora do Rosário é a celebração que acontece após o término da novena em devoção à santa. A novena ocorre tradicionalmente do dia 12 a 20 de outubro na residência do morador Joaquim Picolé, o guardião dos bens da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Porém, segundo o festeiro entrevistado, Mauro Lúcio Correia, este calendário vem sofrendo alterações. A festa atualmente acontece apenas nos dois últimos dias, 20 e 21 de outubro, por falta de infraestrutura na igreja</p>					

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
	<p>Segundo Pereira (2004), os marcos históricos de Januária foram lançados a partir da conquista do rio São Francisco pelos bandeirantes. Brejo do Amparo é distrito de Januária, sua fundação está atrelada à figura de Manuel Pires Maciel, fugitivo da justiça de Goiás, que se apresentou a Januário Cardoso e garantiu a conquista das aldeias dos indígenas Caiapó. Após apossar da Aldeia Caiapó da região, Manuel Pires estabeleceu um povoado, seis quilômetros acima do rio São Francisco, e lhe deu o nome de Brejo do Amparo. Pereira (2004) esclarece que o nome fora escolhido porque era um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem. Pela Lei provincial n. 54, de 09 de abril de 1836, o povoado ficou oficialmente denominado Amparo do Brejo, mas também era referido por outros nomes, como Brejo do Salgado ou arraial de Nossa Senhora do Brejo do Salgado.</p> <p>Na comunidade de Brejo do Amparo, precisamente na Comunidade de Barro Alto, a Igreja de Nossa Senhora do Rosário se destaca como marco histórico do povoamento na região, ocorrido no final do século XVII, e também por suas características arquitetônicas, que mostram influências sensíveis da arquitetura baiana. Algumas fontes associam a construção da igreja com a criação de postos avançados de catequese jesuítica das comunidades indígenas que habitavam as proximidades do Rio São Francisco enquanto outras remetem à formação de quilombos na região. Em sua fachada, está inscrito o ano de 1688, mas se acredita que esse tenha sido o ano de construção de uma primeira capela de padres jesuítas, pois sua fachada e torre lateral foram construídas posteriormente, no início do século XVIII.</p> <p>Segundo Garcia (2005), a igreja do Rosário seria filiada ao curato de São Caetano do Japoré (hoje Manga), passando no século XIX à subordinação da freguesia de Nossa Senhora do Amparo. A invocação – Rosário dos Pretos – reforça a iniciativa dos escravos, que se organizavam numa irmandade leiga, prática do período colonial. Pelo seu isolamento em relação com o Rio São Francisco, o mais provável é que esta Igreja tenha servido aos senhores de engenho da região de Barro Alto.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
	<p>Segundo Mello e Souza (2002), a devoção a Nossa Senhora do Rosário está vinculada à história de colonização do continente africano, desde a catequização do Reino do Congo no início do século XVI. O Rei do Congo, assimilando maneiras da Corte portuguesa e do catolicismo europeu e batizado com o nome cristão de D. Afonso I, tornou-se uma personalidade histórica perpetuada na memória de seus súditos e difundida por grande parte da África. Com a vinda dos negros escravizados, as dinâmicas culturais dos reinos africanos</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

foram transmigradas ao território brasileiro. A perda dos laços familiares provocada pelo tráfico negreiro fez com que os africanos buscassem outros meios de estabelecer vínculos, principalmente por meio de afinidades étnicas. Entre a estrutura social colonial, as irmandades religiosas se tornaram um dos principais espaços de socialização e inserção para os negros africanos. Local onde os escravos se encontravam, festejavam o padroeiro local e elegiam seu “rei de nação”. As festas eram momentos de solidariedade e sociabilidade que fortaleciam esses vínculos.

Em 1808, com a vinda da família real para o Rio de Janeiro, as festas de exteriorização da religiosidade afro-brasileira em torno das irmandades começam a sofrer progressivas restrições nos grandes centros urbanos, passando a serem vistas como incompatíveis com as novas normas de civilidade exigidas então. Em Minas Gerais, contudo, onde as irmandades de negros exerceram sua influência com maior força, as festas seguiram sendo mais praticadas.

No encontro entre as religiosidades africanas e europeias, a figura de Nossa Senhora do Rosário aparecia frequentemente nas celebrações dos escravos. Conta o mito que a imagem do Rosário apareceu em um rio, ainda na África, e uma guarda de Congo de homens brancos tentou chamá-la, sem sucesso. No entanto, apenas quando um grupo de negros moçambiqueiros cantou para a santa batendo seus tambores e pedindo sua proteção, Nossa Senhora do Rosário teria se encaminhado até as margens do rio. Dessa maneira, a santa configurou-se no imaginário brasileiro como uma divindade tradicionalmente ligada às identidades negras. Os cultos e festas de Nossa Senhora do Rosário foram muito comuns nas irmandades de homens pretos e seguiram presentes até os dias atuais.

No município de Januária, a igreja de Nossa Senhora do Rosário foi erguida ainda durante o século XVII, logo no início do povoamento de Brejo do Amparo. Mesmo com o presente estado precário de conservação da igreja, a Festa de Nossa Senhora do Rosário segue acontecendo em seu largo e em seu interior, atraindo turistas e moradores de outras regiões, mas mobilizando principalmente moradores da comunidade tradicionalmente negra do Barro Alto.

04 DESCRIÇÃO**Preparativos**

A preparação da festa se inicia com bastante antecedência e inclui reuniões entre as famílias festeiras cuja responsabilidade é criar condições operacionais do evento, já que a festa não conta com nenhum apoio oficial. As famílias organizam o recebimento de donativos, o envio de ofícios a equipamentos públicos, além de livros de ouro repassados aos comerciantes e devotos em Januária. As doações pagam a infraestrutura do evento assim como a divulgação da festa, o transporte e a alimentação dos grupos visitantes.

Desenvolvimento**Novenas**

Durante as nove noites dos dias 12 a 20 de outubro, a comunidade se reúne na residência do devoto Joaquim Picolé para realização da novena, pois a igreja não oferece condições de infraestrutura para a realização da celebração. Durante esse período, os devotos se preparam para o dia da festa rezando orações do terço e ladainhas.

Levantamento do Mastro

Após a novena, no primeiro dia de festa, acontece o levantamento do mastro de Nossa Senhora do Rosário. A celebração é precedida pela encenação da versão local do auto da cavalhada, exceto nos anos de eleições municipais quando não há repasse de verbas para sua execução. A cavalhada de Brejo do Amparo ocorre em frente à Igreja de Nossa Senhora do Amparo. Trata-se da representação de uma luta entre dois grupos de oito cavaleiros cada um, sendo um grupo cristão, que veste trajes azuis, e o outro mouro, com

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

vestimentas vermelhas. Todos os cavaleiros portam espadas e têm seus chapéus, lenços e capas enfeitados com flores. Os cavalos são engalanados com fitas coloridas. O espetáculo ocorre numa espécie de arena, o público postado em círculo ao redor.

Os devotos acompanham com velas nas mãos o momento que é seguido por queima de fogos. O responsável pelo levantamento do mastro é chamado de mordomo. Suas atribuições são enfeitar o mastro, providenciar o lanche para os grupos que se apresentam naquela noite, bem como, os presentes e trazer os integrantes da cavalcada para a cerimônia.

Dança de São Gonçalo

Após o Levantamento do Mastro, inicia-se a dança de São Gonçalo para pagamento de promessas dos fiéis. Uma mesinha é colocada ao lado da Igreja, com uma toalha branca e velas, improvisando-se um altar. A imagem de São Gonçalo é colocada no altar improvisado.

O grupo se perfila diante da mesa e faz orações. As integrantes se caracterizam todas por senhoras de mais de 40 anos de idade. Vestem-se de branco e carregam nas mãos um arco enfeitado com franjas de papel de seda, também branco. Só depois das orações que a coreografia começa.

A marcadeira (responsável pela coreografia) representa São Gonçalo, o santo folião de Amarante, Portugal. Recebe essa denominação porque marca as rodas e lidera o grupo durante a apresentação. Durante a coreografia, o grupo é animado por violão, caixa, viola, rabeça e as senhoras fazem evoluções com os arcos, sob o comando da marcadeira.

Durante a noite, soltam-se mais foguetes e o lanche é servido fartamente a todos, como prática devocional ao Santo Padroeiro.

Barraquinhas

Na área externa à Igreja, são montadas barracas e mesas e cadeiras são dispostas. A comida é distribuída gratuitamente aos grupos participantes e vendida a um preço justo aos visitantes. O lucro arrecadado seria revertido restauração da Igreja. O cardápio é feijão tropeiro e arroz de carreteiro. Tem também biscoito, bolo, café e refrigerante.

A Missa da Festa

A Missa do domingo após a novena é a mais importante da Festa do Rosário, de realização obrigatória. É, por tais motivos, denominada Missa da Festa.

A Missa da Festa segue os moldes da liturgia canônica da Igreja Católica, podendo ser conduzida pelo pároco local ou um padre ou bispo especialmente convidado. O terço e ladainha de Nossa Senhora são momentos de muita devoção. A ladainha é rezada em latim, mantendo a tradição iniciada pelos jesuítas. Todos os terços ocorrem no interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário.

A igreja é ricamente decorada nas cores branco e azul e flores naturais. Toalhas bordadas enfeitam o altar.

O grupo “Terço dos Homens”, conjunto de Januária abrilhanta a cerimônia com hinos mais tradicionais da liturgia católica. A presença de bandolins e violas proporciona um tom especial ao arranjo das melodias cantadas. O conjunto Terço dos Homens canta todo o ofício com destaque para o Pai Nosso cantado, o Credo cantado, o hino à Nossa Senhora do Rosário e o hino à comunhão.

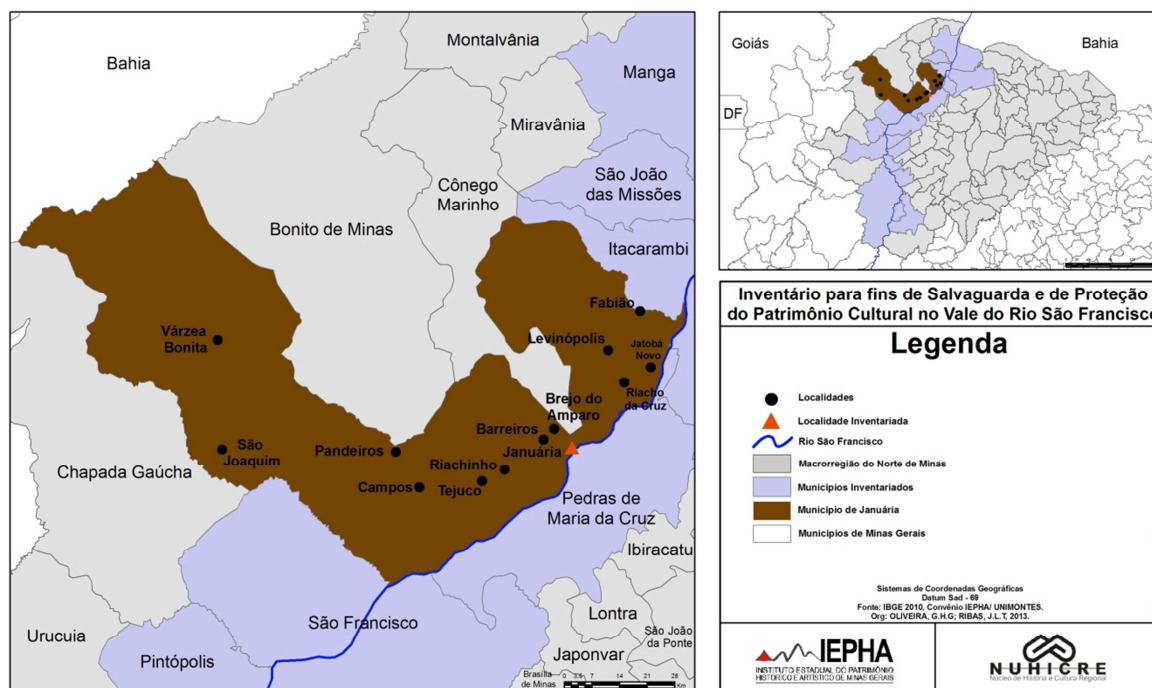
A Missa acontece normalmente pela manhã, mas pode ocorrer alteração no horário conforme a disponibilidade do ministrante. A cerimônia litúrgica conta com a presença de todas as imagens que ornaram os nichos da igreja (Nossa Senhora Aparecida, São Francisco e Nossa Senhora do Rosário) que ficam guardadas em casas de devotos, pois a comunidade teme que sejam roubadas, o que ocorreu com o sino da igreja.

A presença da Senhora do Rosário em seu andor é um dos momentos mais emocionantes da

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
<p>comemoração. Saudada com seu hino pelos presentes, é colocada à frente do altar, para alegria dos devotos. Posteriormente, é conduzida em procissão em torno da igreja. De volta ao altar, a imagem da Virgem do Rosário é coroada por várias meninas, de diferentes idades, vestidas de anjo, que cantam hinos e coroam Nossa Senhora, segundo a tradição católica.</p>		
Apresentação:		
<p>Ao final da Missa, entram na Igreja os integrantes dos Ternos dos Temerosos para pedir a benção da Senhora do Rosário e após a saudação se dirigem para o espaço junto às mesas e se apresentam. Os integrantes se vestem como marinheiros e lutam com bastões, remontando aos guerreiros das camadas mais baixas que lutaram contra os mouros na reconquista da Península Ibérica.</p>		
<p>Após a apresentação, a festa é retomada com as barraquinhas. Essa atividade prolonga-se até a noite, com grande movimentação de pessoas do Brejo do Amparo e de Januária. A Igreja do Rosário é reorganizada, as imagens são devolvidas aos guardiões e, por fim, são anunciados os Festeiros da próxima festa.</p>		
Transformações e permanências		
<p>A Festa foi reduzida a apenas dois dias devido ao mau estado de conservação da Igreja do Rosário, mas as manifestações presentes no evento continuam mantidas, com participação dos moradores de Januária e Brejo do Amparo, mas principalmente da população rural de Barro Alto. A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário, que já esteve à frente da organização da celebração, encontra-se atualmente desativada, mas um dos compromissos da atual administração é reativá-la.</p>		
05	ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO	
Descrição do espaço da celebração		
<p>A Igreja do Rosário e seu largo estão localizados na área rural do Brejo do Amparo, especificamente na Comunidade do Barro Alto. A Igreja fica ao lado do cemitério da comunidade. No interior da Igreja, apesar de seu precário estado de conservação, os fiéis se reúnem para o Terço, a Missa, a procissão e a coroação da Virgem do Rosário. Em seu largo, acontecem as apresentações dos grupos culturais e também são montadas as barraquinhas que vendem pratos tradicionais da culinária local.</p>		
Croquis		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

JANUÁRIA


Figura 2: Mapa de localização da Comunidade Barro Alto

Fonte: IEPHA/MG - NUHICRE

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	x	Região		Estado		Nacional	
Observação									

Participação turística

A partir da restauração da Igreja, a cidade vislumbra possibilidade de resgatar as questões do turismo cultural da festa e da Igreja enquanto lugar onde os festejos acontecem. Enquanto isso não acontece, grande parte dos frequentadores são da própria comunidade e redondezas.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Coroação a Nossa Senhora	Patrimônio Imaterial	Celebrações	Rito de celebração	
Dança de São Gonçalo	Patrimônio Imaterial	Formas de expressão	Dança	5369
Modo de fazer o feijão tropeiro	Patrimônio Imaterial	Modos de fazer	Alimento	5370
Guarda Encamisada da Cavalhada	Patrimônio Imaterial	Formas de expressão	Rito de celebração	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS			CELEBRAÇÕES e RITOS	
Igreja de Nossa Senhora do Rosário	Patrimônio Material	Estrutura Arquitetônica	Arquitetura Religiosa	
Imagem de Nossa Senhora do Rosário	Patrimônio Material	Bem móvel	Imaginário	
Levantamento do Mastro	Patrimônio Imaterial	Celebrações	Rito de celebração	
Reis dos Temerosos	Patrimônio Imaterial	Formas de expressão	Rito de celebração	5375

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO									
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	x			
Denominação	Festa de Nossa Senhora do Rosário								
Descrição	Os festeiros se organizam para buscar os recursos materiais bem como voluntários que possam viabilizar a realização dos festejos.								
	Organizadores e Financiadores								
Tipo	Comunidade								
Organizadores	Festeiros								
Financiadores	Festeiros, familiares e devotos de Nossa Senhora do Rosário.								

09 COMENTÁRIOS	
Comentários dos entrevistados	
<p>“Me envolvo com esta festa desde criança-. Anteriormente foram festeiros meus avós e meus pais. Este ano somos 5 (cinco) famílias e contamos com orientações de seu Adelmo que também é Festeiro”.</p> <p style="text-align: right;">Mauro Lúcio Correia, Festeiro, entrevistado.</p> <p>É assim... É um festejo em homenagem a Nossa Senhora do Rosário. É a Padroeira dessa Igreja aqui, Igreja de Nossa Senhora do Rosário. E essa igreja aqui, é a igreja mais antiga que nos temos na região de Januária. Essa igreja aqui foi construída ainda pelos padres Jesuítas. Ela estava toda caindo. Agora eles vão começar uma restauração nela. Porém não estará deixando aquela forma que ela tinha. Estarão dando continuidade ao que sempre foi.</p> <p style="text-align: right;">Maria das Mercês Santos, Guieira do São Gonçalo, entrevistada.</p>	
Comentários do elaborador	
<p>Há uma observação unânime entre todos os pesquisadores da Dança de São Gonçalo no Nordeste ou no Centro-Sul do país: mais do que quase todas as outras, ela é uma dança votiva. Não se dança para São Gonçalo em um seu dia de festa, como entre negros para São Benedito ou para Nossa Senhora do Rosário. Muitos devotos com quem conversei sequer sabiam qual é o “dia de São Gonçalo”.</p> <p>A Dança de São Gonçalo em várias regiões do país possui de fato esta qualidade religiosa que a caracteriza enquanto prática devocional, onde o ato de dançar possui uma função sagrada. É importante enfatizar que embora muitas vezes o olhar de quem é “de fora” a observação de pessoas que desconhecem a dança, veja nas vestes, movimentos e local desta manifestação (realizada na maioria das vezes na rua) aspectos mais profanos, ela é um ato de devoção para com São Gonçalo.</p> <p>Diferentemente de algumas manifestações do catolicismo popular, aonde seus praticantes chegam a afirmar que fé e diversão se confundem, os devotos de São Gonçalo afirmam que sua festa e dança são na verdade autênticas expressões de fé religiosa: Dançadores do Congo poderão dizer que seu rito é uma</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS	
<p>devoção e uma diversão, e ao mesmo tempo, o “festar para o santo”, é cumprir justamente uma dessas coisas, vivendo a outra. Folgazões do São Gonçalo jamais dirão o mesmo. Reconhecem que sua dança é uma pura devoção, mesmo festiva (OTÁVIO, 2004).</p>			
Elementos significativos relacionados			
<p>A novena, a Ladainha em Latim, Levantamento do Mastro, Missa e Coroação de Nossa Senhora, grupo de São Gonçalo, Cavalhada de Januária, Terço dos Homens, Terno dos Temerosos, a igreja matriz e seu largo.</p>			
Crenças Associadas			
<p>Religião Católica – Devoção a Nossa Senhora do Rosário e a São Gonçalo.</p>			
Identidades construídas em torno da atividade			
<p>Tanto os irmãos como os devotos de Nossa Senhora do Rosário se identificam como agentes que mantêm viva a tradição da devoção a Virgem Santíssima.</p>			
Significados socioeconômicos			
<p>A festa de Nossa Senhora do Rosário é um dos eventos mais importantes da localidade, distrito e Município, pois, remonta aos aspectos históricos e culturais da região, além de aumentar o fluxo de pessoas na localidade no período festivo. Todo dinheiro arrecadado nas barraquinhas é destinado a Igreja para cobrir os gastos para a realização da Festa.</p>			
Significados Simbólicos			
<p>As comemorações religiosas destinadas a Nossa Senhora do Rosário compõem a estrutura sagrada da comunidade de Brejo do Amparo. O período de organização da festa possibilita o fortalecimento dos laços sociais entre os moradores, além de trazer de volta para o seio familiar àqueles que, por algum motivo, foram levados a saírem da comunidade. A comunhão com o sagrado abre espaço para a resolução de problemas e conflitos vivenciados pelos fiéis.</p>			
Possibilidade de Continuação			
<p>Existe grande possibilidade de que a tradição da Festa de Nossa Senhora do Rosário continue, principalmente dado início o processo de restauração da Igreja, o que revitalizará as celebrações uma vez que a relação dos fiéis está diretamente relacionada ao espaço do sagrado. Trata-se da segunda Igreja de Minas Gerais, em uma região que carece de registros de bens culturais. Dessa forma, outro fator que contribui com a continuidade do bem cultural é o aprofundamento de estudos sobre o tema.</p>			
Plano de ação			
<p>Planejar e desenvolver ações de salvaguarda para divulgação, valorização e continuidade da festa para gerações vindouras, principalmente no sentido de localizar nos arquivos do clero menções da existência desta festa, que remonta uma tradição de 300 anos. Registrar em documentário: a novena, a Ladainha em Latim, Levantamento do Mastro, Missa e Coroação de Nossa senhora, grupo de São Gonçalo, Cavalhada de Januária, Terço dos Homens, Terno dos Temerosos.</p>			

10		ENTREVISTADOS		
01	Nome	João Damasceno de Almeida	Tipo	Secretário Municipal de Cultura/Pesquisador /Líder do Terno dos Temerosos
	Nascimento		Sexo	M
			Idade	45
			Registro Sonoro Visual	X
	Descrição	Coordenador		
	Contato	Secretaria Municipal de cultura		
02	Nome	Maria das Mercês Santos	Tipo	Integrante do Grupo de São Gonçalo
	Nascimento		Sexo	F
			Idade	53
			Registro Sonoro visual	X

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
--	----------------------------

Descrição	Guieira
Contato	Casa Paroquial

03	Nome	Mauro Lúcio Correia	Tipo	Festeiro
Nascimento	Sexo	M	Idade	36
Registro Sonoro visual	X			
Descrição	Festeiro			
Contato				

04	Nome	Adelmo de Magalhães	Tipo	Presidente da associação Brejo do Amparo		
Nascimento	Sexo	M	Idade	67	Registro Sonoro visual	
Descrição	Coordenador da Cavallhada					
Contato	Associação Brejo do Amparo					

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA
-----------	---------------------------------



Figura 3: Altar da Igreja de Nossa Senhora do Rosário
 Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 4: Fiéis da comunidade participando da novena.
 Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 5: Devota de Nossa Senhora da Conceição.
 Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

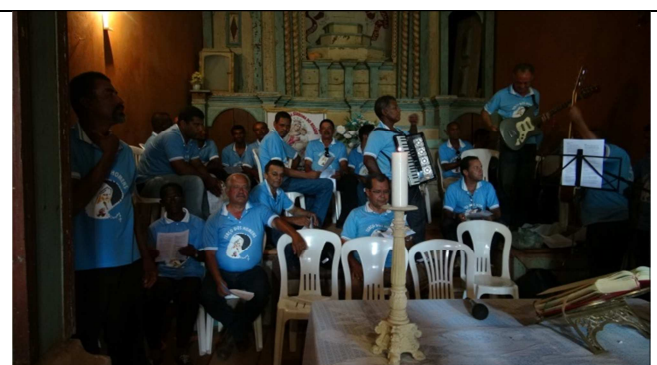


Figura 6: Integrante da Majurada.
 Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
		
<p>Figura 7: Igreja de Nossa Senhora do Rosário. Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.</p>	<p>Figura 8: Integrantes da Dança de São Gonçalo responsáveis pela novena. Fonte: NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.</p>	

12 DOCUMENTOS ANEXOS	
Fotografias	Figura 1: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (37) Figura 2: IPAC_Januaría_Localizacao_Mapa_Nuhicre_iepha Figura 3: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (42) Figura 4: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (16) Figura 5: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (22) Figura 6: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (29) Figura 7: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (24) Figura 8: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha (10)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha_20Out12 (2) Vídeo 2: IPAC_5371_Januaría_FRosa_Nuhicre_iepha_20Out12 (1)
Áudio	Entre_IPAC_5371_Januaría_FRosa_MMerces_Nuhicre_iepha_2012

13 REFERÊNCIAS	
ALMEIDA, João Damasceno de. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [20 de outubro, 2012]. Tempo 4'20'' Festa do Rosário e os Reis dos Temerosos - Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula-Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes.	
ALMG. <i>Patrimônio Cultural Imaterial</i> . Disponível em: < http://www.almg.gov.br/opencms/export/sites/default/consulte/publicacoes_obras_referencia/arquivos/pdfs/sao_francisco/cultural.pdf >. Acesso em: 25 jan. 2013.	
CORREIA, Iara Toscano. <i>Manifestações da Cultura Popular em Januária (MG): levantamento preliminar</i> . In: XXIII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., Londrina. <i>Anais...</i> Londrina: ANPUH. 2005. pp 1-8.	
CORREIA, Mauro Lúcio. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [21 de outubro, 2012]. Tempo 5'20'' Atribuições dos Festeiros na Festa do Rosário - Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula -Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes.	
DOURADO, T. B.; BORGES, M. C. As Manifestações do Saber Popular como Patrimônio Cultural e Modo de Vida em Comunidades Tradicionais da Cidade de Januária, Norte de Minas Gerais. In: XXI ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., Uberlândia. <i>Anais...</i> Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia. 2012. pp. 1-18.	
GARCIA, J. M. <i>Traços Hispânicos no Processo de Latinidade da Arquitetura colonial em Minas Gerais</i> . 2005. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.	
IBGE. <i>Histórico: JANUÁRIA MINAS GERAIS</i> Monografia - n.º 148 Ano: 1958 - ASPECTOS HISTÓRICOS. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=313520# >. Acesso em: 29 mar. 2013.	
IEPHA/MG. <i>Termo de Referência</i> - Instituto Estadual Do Patrimônio Histórico E Artístico De Minas Gerais - Igreja De Nossa Senhora Do Rosário - Distrito De Brejo Do Amparo / Januária - Elaboração De Projeto Executivo De Restauração. Disponível em: < www.iepha.mg.gov.br/licitacoes > Acesso em: 25 jan. 2013.	
ISIDÓRIO, M. S. <i>Santo Rio São Francisco: religiosidade popular na sacralidade do Rio São Francisco no imaginário dos pescadores do sertão dos gerais</i> . 2010. 205f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.	
MAGALHÃES, Adelmo. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [21 de outubro, 2011]. Tempo 2'20" Presença da Cavalhada na Festa do Rosário - Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula- Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes	
MELLO e SOUZA, Marina de. <i>Reis negros no Brasil escravista: história da festa de coroação de Rei Congo</i> . Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.	
MOREIRA, H. F. <i>“Se For Pra Morrer de Fome, eu Prefiro Morrer De Tiro”</i> : O Norte De Minas e a Formação de Lideranças Rurais. 2010. 139f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2010.	
PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terra, rios e gente</i> . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.	
RACHID, V. O. <i>A Dança de São Gonçalo: re-interpretação coreológica e história</i> . 2004. 187 f. Dissertação (Mestrado em Artes) – Instituto de Artes. Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2004	
SANTOS, Maria das Mercês. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [21 de outubro, 2011]. Tempo 5'13" - Dança de São Gonçalo na Festa do Rosário - Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula- Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Bruna Luísa de Paula, Guilherme Eugênio Moreira, Breno Trindade.	2015 01/2016
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação		Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário					IPAC/MG		5372	
Município(s)		Januária			Distrito	Brejo do Amparo				
Endereço		Distrito de Brejo do Amparo								
GPS	23 L	Long. UTM	565268.63 m E		Lat. UTM	8293706.53 m S		Urbano	X	Rural



Figura 1: Igreja de Nossa Senhora do Rosário – Lugar onde se realiza a Festa do Rosário. Foto tirada no dia 21/10/2012 durante os festejos.

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria		Lugares	
Tipologia da Atividade		Lugar simbólico	
DENOMINAÇÃO		Largo da Igreja de Nossa Senhora do Rosário	
Outras denominações			
Nível de integração			
Comunidade		x	Oficial
		Intercomunitária	

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

A formação de Januária está associada às bandeiras de Matias Cardoso e Januário Cardoso, que conquistaram, em meados do século XVII, a região do Vale do Médio São Francisco, onde se insere hoje a cidade. Quanto ao Distrito de Brejo do Amparo, este reporta-se a figura de Manuel Pires Maciel, fugitivo da justiça de Goiás, que se apresentou a Januário Cardoso e garantiu a conquista das aldeias dos Caiapó. Tomando posse da região, Manuel Pires estabeleceu um povoado, seis quilômetros acima do rio São Francisco, lhe dando o nome de Brejo do Amparo, em 1811. O nome fora escolhido porque era um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem. O distrito também é conhecido como

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Brejo do Salgado, ou ainda arraial de Nossa Senhora do Amparo do Brejo do Salgado. Na comunidade rural de Brejo do Amparo, se destaca a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, um monumento de grande importância como marco histórico do povoamento na região.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

Tendo o povoado de Brejo do Amparo sido fundado em um segundo domingo de novembro, consagrado ao Patrocínio da Santa Virgem (PEREIRA, 2004), logo se deu início à construção de uma igreja para Nossa Senhora do Rosário. Algumas fontes associam a construção da igreja com a criação de postos avançados de catequese jesuítica das comunidades indígenas que habitavam as proximidades do Rio São Francisco enquanto outras remetem à formação de quilombos na região. Em sua fachada, está inscrito o ano de 1688, mas se acredita que esse tenha sido o ano de construção de uma primeira capela de padres jesuítas, pois sua fachada e torre lateral foram construídas posteriormente, no início do século XVIII.

Segundo Garcia (2005), a igreja do Rosário seria filiada ao curato de São Caetano do Japoré (hoje Manga), passando no século XIX à subordinação frente à freguesia de Nossa Senhora do Amparo. A invocação – Rosário dos Pretos – reforça a iniciativa dos escravos, que se organizavam numa irmandade leiga, prática do período colonial. Pelo seu isolamento em relação ao rio São Francisco, o mais provável é que esta igreja tenha servido aos senhores de engenho da região de Barro Alto.

A Igreja ainda se constitui um centro mantenedor de tradições do antigo brejo do Salgado, reunindo saberes, celebrações e expressões culturais, mas atualmente se encontra em precário estado de conservação. Sem nenhuma infraestrutura, os bens móveis integrados e demais elementos artísticos encontram-se em guarda na casas de moradores. Atualmente, na Igreja acontecem importantes celebrações, como algumas cerimônias da Festa de Nossa Senhora do Rosário, mas muitas outras manifestações passaram a ocorrer no largo da Igreja. Desde o tombamento da Igreja em 1989, a comunidade local anseia pela sua restauração, tendo em vista não apenas a conservação e preservação do imóvel para a realização de cultos religiosos como também sua valorização enquanto bem cultural.

04 DESCRIÇÃO**Caracterização Geral do Espaço**

A Igreja do Rosário e seu largo estão localizados na área rural do Brejo do Amparo, especificamente na Comunidade do Barro Alto. A Igreja fica ao lado do cemitério da comunidade. No interior da Igreja, apesar de seu precário estado de conservação, os fiéis se reúnem para o Terço, a Missa, a procissão e a coroação da Virgem do Rosário durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Em seu largo, acontecem apresentações dos grupos culturais, danças de São Gonçalo, Caboclinhos, Reis de Bois e pastorinhas, batuques, folias e cavalhadas. Nesse lugar, também são montadas as barraquinhas que vendem biscoitos, bolos, paçoca e feijão tropeiro.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

Para os devotos de Nossa Senhora do Rosário da localidade de Barro Alto, a Igreja e seu largo são lugares sagrados, por isso sazonalmente as práticas religiosas como novenas, rezas, e procissões mantêm viva a devoção, bem como a proteção da localidade.

Usos do Lugar

A Igreja de Nossa Senhora do Rosário bem como o seu largo oferecem espaço para uso diferenciado como novenas, ladainhas em latim, Santa Missa, procissões e coroações. Acontecem apresentações de grupos tradicionais da região como o Terço dos Homens (Coral e orquestra de bandolins) - Marinheiros de água doce, Dança de São Gonçalo, Reis de Bois, Pastorinhas, Batuques, Folias e Cavalhadas. Durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, o largo da Igreja também é utilizado para as realizações dos leilões e barraquinhas. Cotidianamente, devido ao precário estado de conservação, a igreja permanece fechada e seu largo não é utilizado.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES
Tranformações e Permanências

A importância histórica e simbólica da Igreja do Rosário motivou a comunidade a buscar junto ao IEPHA/MG suas condições de restauração, não apenas da edificação, mas do espaço enquanto lugar de devoção, celebração e preservação de parte importante da história da região e de Minas Gerais.

Dados Fundiários e Construtivos

Sem referência.

05 MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS

Entre os marcos edificados, podemos destacar o antigo cemitério que se encontra ao lado da Igreja e o cruzeiro de madeira que sinaliza a entrada. Ao lado, frondosas mangueiras acolhem os fieis durante os festejos. Sob suas sombras, se instalam barraquinhas e os grupos se apresentam.

06 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros
Denominação	Sem Referência.				
Descrição	Sem Referência.				
Organizadores	Sem Referência.				
Financiadores	Sem Referência.				
Produção de atividades e eventos	Sem Referência.				
Meios de Comunicação e Divulgação	Sem Referência.				

07 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade	Município	X	Região	Estado	Nacional
Observação					

Caracterização do Público Frequentador

A população local, bem como pessoas de municípios vizinhos, especialmente durante a Festa de Nossa Senhora do Rosário, frequentam o largo da Igreja.

Participação turística

A participação turística ocorre no período da Festa de Nossa Senhora do Rosário.

08 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Imagem de Nossa Senhora do Rosário	Patrimônio Material	Bem Móvel	Imaginário	
Cemitério	Patrimônio Material	Estrutura Arquitetônica		
Cruzeiro	Patrimônio Material	Bem Móvel		

09 COMENTÁRIOS
Comentários dos entrevistados

“Trata-se de uma igreja muito importante para a história e a cultura de Januária, pois é o segundo templo mais antigo de Minas Gerais [...] O templo demonstra total abandono necessitando de urgente restauração, o

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

que nos motiva a ser festeiros e angariar fundos para tal”.

Mauro Lúcio Correia, Festeiro, entrevistado.

E essa igreja aqui, é a igreja mais antiga que nos temos na região de Januária. Essa igreja aqui foi construída ainda pelos padres Jesuítas. Ela estava toda caindo. Agora eles vão começar uma restauração nela. Porém não estará deixando aquela forma que ela tinha. Estarão dando continuidade ao que sempre foi.[...] Uma vez por ano [acontece a Festa de N. S. do Rosário]. Uma vez por ano e todo ano acontece.

Maria das Mercês Santos, Guieira do São Gonçalo, entrevistada.

Comentários do elaborador

As manifestações da Festa de Nossa Senhora do Rosário que acontecem no largo da Igreja são momentos de imersão em aspectos sociais, religiosos e culturais da história da localidade. As rezas, cantos, a decoração simples em tons de azul e branco inspiram uma variedade de emoções e remetem às identidades afro-brasileiras.

Possibilidade de Continuação

Há considerável possibilidade de manutenção do Largo da Igreja, pois para a população da localidade o lugar possui um valor simbólico. Isolada de toda a comunidade e junto do cemitério, onde estão os restos mortais dos ancestrais da população, é de grande interesse dos moradores a preservação.

Plano de ação

A restauração do templo vem ser a necessidade maior para aquela localidade. Somam-se as seguintes ações: apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural; com a realização de inventário dos documentos da diocese que possam remeter à história documental da Igreja e do largo junto à Diocese de Pernambuco; promoção e divulgação do bem cultural da Igreja após restauração; melhoria das condições de produção, reprodução da Festa de N. S. do Rosário e circulação dos visitantes no dias de celebração; organização dos detentores e de atividades comunitárias; gravação e edição do Terço em Latim e organização de esquema de preservação e conservação do largo da Igreja.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Maria das Mercês Santos			Tipo	Guieira São Gonçalo		
	Nascimento		Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Oral								
Contato								
Observações								

02	Nome	João Damasceno de Almeida			Tipo			
	Nascimento		Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Oral								
Contato								
Observações								

03	Nome	Dom José Moreira da Silva			Tipo	Bispo de Januária		
	Nascimento		Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Oral		
Contato		
Observações		

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 2: Interior da Igreja de Nossa Senhora do Rosário, decorada pelos devotos para Festa do Rosario em 2012.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 3: Torre da Igreja Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 4: Altar Mor da Igreja Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012.

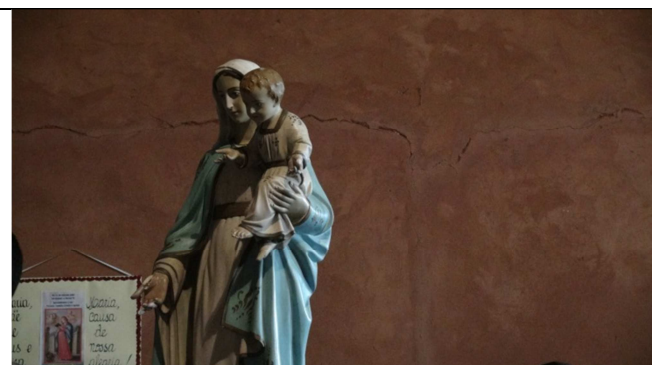


Figura 5: Imagem de Nossa Senhora do Rosário.
Fonte: NUHICRE/ IEPHA-2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Foto 1: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha (1) Foto 2: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha (32) Foto 3: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha (35) Foto 4: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha (6) Foto 5: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha (16)
Vídeos	Vídeo 1: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha_20Out12 (1) Vídeo 2: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha_20Out12 (2) Vídeo 3: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha_20Out12 (3) Vídeo 4: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha_20Out12 (4) Vídeo 5: IPAC_5372_Januarua_LRosa_Nuhicre_lepha_20Out12 (5)
Audio	Áudio: Entre_IPAC_5375_Januarua_Temer_JDamasceno_Nuhicre_lepha_2012 Áudio: Entre_IPAC_5371_Januarua_FRosa_MMerces_Nuhicre_lepha_2012

13 REFERÊNCIAS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
ALMEIDA, João Damasceno. Festa de Nossa Senhora do Rosário de Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária. [20 de outubro, 2012]. <i>Januária: Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do São Francisco</i> – IEPHA/NUHICRE/UNIMONTESMG. Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula	
GARCIA, J. M. <i>Traços Hispânicos no Processo de Latinidade da Arquitetura colonial em Minas Gerais</i> . 2005. 214 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Núcleo de Pós-Graduação da Escola de Arquitetura. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.	
IEPHA/MG. <i>Termo de Referência</i> . Instituto Estadual do Patrimônio Histórico E Artístico De Minas Gerais. Igreja de Nossa Senhora do Rosário . Distrito de Brejo do Amparo / Januária. Disponível em: < www.iepha.Mg.Gov.Br/Licitacoes >. Acessado em: 28 jan. 2012.	
ISIDÓRIO, M. S. <i>Santo Rio São Francisco: religiosidade popular na sacralidade do rio São Francisco no imaginário dos pescadores do sertão dos gerais</i> . 2010. 205 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2010.	
PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: Terras, Rios e Gente</i> . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.	
SANTOS, Maria das Mercês. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [21 de outubro, 2011]. Tempo 5'13" - Dança de São Gonçalo na Festa do Rosário - Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula- Acervo Iepha/MG Nuhicre/Unimontes	
SILVA, Dom. José Moreira da. <i>Festa de Nossa Senhora do Rosário de Barro Alto/Brejo do Amparo/Januária</i> . [20 de outubro, 2012]. <i>Januária: Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do São Francisco</i> – IEPHA/NUHICRE/UNIMONTESMG. Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula.	
SILVA, José Leonardo Nei. <i>A População Ribeirinha de Januária/MG: Estudando a dinâmica vazanteira dos ribeirinhos da colônia Z-2</i> . 2008. Artigo. Disponível em: < http://www.ebah.com.br/content/ABAAAAtMIAK/a-populacao-ribeirinha-januaria-mg-estudando-a-dinamica-vazanteira-dos-ribeirinhos-colonia-z-2 > Acessado em 26 jan. 2013.	
TUAN, YI – Fu. Espaço e lugar. Tradução: Livia de Oliveira . São Paulo, DIFEL, 1983. TUAN, YI – Fu. <i>Topofilia: Um estudo da percepção. Atitudes e valores do meio ambiente</i> . Tradução: Livia de Oliveira. São Paulo, DIFEL, 1980.	

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Caio Hudson Rabelo Alves	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Caio Hudson Rabelo Alves, Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Bruna Luisa de Paula, Guilherme Eugênio Moreira, Manoella Carvalho Oliveira, Breno Trindade	2015 01/2016
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	LARGO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					IPAC/MG	5379			
Município(s)	Matias Cardoso			Distrito	Matias Cardoso					
Endereço	Praça Cônego Maurício, 115 – Centro. CEP 39478-000. Matias Cardoso/MG									
GPS	23K	Long. UTM	609817.63 m E	Lat. UTM	7801757.49 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Vista parcial do entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Acervo NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria	Lugares				
Tipologia da Atividade	Lugar simbólico				
DENOMINAÇÃO					
Nível de integração					
Comunidade	x	Oficial		Intercomunitária	

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
-----------	--------------------------------

A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.

O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocambinho.

João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos tiveram para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.

A região dos sertões, também conhecida como Gerais, é de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoamentos iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

Segundo João Batista de Almeida Costa (2012) em seu artigo “Os Berços dos Gerais”, a história da Igreja Matriz de Matias Cardoso está ligada a incursões de bandeirantes paulistas no sertão mineiro com o objetivo de reprimir grupos indígenas, quilombos e busca de ouro e pedras preciosas. Januário Cardoso foi o principal benfeitor do arraial, assim como edificador da igreja, provavelmente construída entre 1670 e 1673.

A história contada pelos moradores informa que seu fundador e construtor foi o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida, que por três momentos distintos deu início à construção do arraial e da igreja de Nossa Senhora da Conceição, mas devido às cheias do rio Verde Grande e do rio São Francisco foi impedido de completar a empreitada. Enquanto que, na historiografia, Diogo de Vasconcelos (1900), Urbino Viana (1935), Affonso de Taunay (1948) e Brasiliano Braz (1977) informam que o arraial de Matias Cardoso não coincide com o arraial de Morrinhos, que teria sido fundado e construído inicialmente por Januário Cardoso, assim como a sua igreja. Para Salomão de Vasconcelos (1944) e Simeão Ribeiro Pires (1979) há coincidência com a narrativa guardada pela memória oral dos matienses.

Tão logo se viu que a nova posição do arraial estava imune a inundações, deu-se início a sua construção e da igreja, efetivada sobre as ordens de Matias Cardoso de Almeida – que também mandou erguer um enorme muro de pedras com aproximadamente quatro metros de altura e cujos fragmentos ainda eram encontrados por volta dos anos 1960. Todo o trabalho foi realizado com mão-de-obra de pretos e indígenas aprisionados em seus confrontos com os grupos que habitavam variadas áreas e matas da região. Conta-se que quando os negros e indígenas escravizados não estavam mais produzindo aquilo que deles se esperava, eram jogados vivos numa das lagoas existentes dentro da área delimitada pelo muro de pedras e cujo nome, Lagoa das Piranhas, informa a morte cruel desses infelizes.

Outras narrativas contam que Matias Cardoso mandou cavar uma série de túneis que possibilitariam a fuga em caso de ataque ao arraial. Se pegos de surpresa dentro do próprio arraial, havia um túnel que ligava a casa principal à igreja. Esta foi construída numa concepção que conjugava sua função religiosa com a de um forte, nela há diversos seteiros, propícios à sua defesa, e posicionado como o último bastião a cair para que os moradores de Morrinhos fossem vencidos. E mesmo se vencidos, havia um segundo túnel que passando por baixo do rio São Francisco possibilitaria a fuga para o outro lado do mesmo rio até uma colina aí existente. E, finalmente, um terceiro túnel que unia o arraial de Morrinhos ao arraial de Pedras de Baixo.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Em uma semana santa, uma dentre tantas quando todos os paulistas e baianos povoadores brancos dos Currais da Bahia se encontravam anualmente, Matias Cardoso conheceu a Maria da Cruz, casada com seu parente e moradora do segundo povoado. Apaixonaram-se um pelo outro e decidiram cavar um túnel que possibilitasse os seus encontros sem que ninguém soubesse. Para guardar o segredo, todos aqueles que trabalhassem na sua construção seriam depois mortos. De uma das grutas existentes nos morrinhos, o Mestre de Campo direcionou o seu túnel para Pedras de Baixo e Maria da Cruz, a partir de um quarto em sua casa da fazenda, em direção a Morrinhos, até que se encontram um com o outro. Por esse túnel com aproximadamente duzentos quilômetros, os dois se visitavam e na ocasião levavam em seus bornais rapadura, farinha, paçoca de carne seca, frutas e água para se alimentarem. No meio do caminho entre os dois lugares, dentro do túnel, se encontravam e passavam dias namorando. Dessa paixão secreta nasceu um filho que junto com a mãe foi um dos líderes da Conjuração Sanfranciscana em 1736.

Neste contexto a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso é centro mantenedor das tradições orais iniciais do antigo povoado de Morrinhos. Local onde os saberes e fazeres culturais dos primeiros moradores revelam-se conjuntamente com os aspectos multifacetados das matrizes culturais ali reunidas.

Consagradas ao Patrocínio da Nossa Senhora da Conceição, se revelam no sincretismo de suas expressões e celebrações, como forma de resistência. Resistência que, enquanto síntese histórica, garante a construção de sentidos e identidade ribeirinha, revelada nas novenas e ladainhas, dançantes do São Gonçalo, Reis de Bois, batuques e folias e roda de versos, que se alternam em vários momentos no calendário festivo local: Festa do Divino, Festa de Nossa Senhora da Conceição Divino sempre com nove dias de festa quer dentro da Igreja quer em seu largo.

Para os devotos de Nossa Senhora da Conceição e do Divino de Matias Cardoso o templo e seu largo são lugares sagrados, por isso sazonalmente as práticas religiosas como novenas, rezas, e procissão são renovadas mantendo viva a devoção bem como a proteção da localidade. Dessa forma, para os devotos, o importante não é a dimensão física do templo e sim o significado simbólico e sagrado da prática religiosa, cujo largo, se torna pequeno para acolher os fervorosos festeiros e folguedos culturais que se revezam diariamente após novenas, junto aos leilões e barraquinhas que nos convidam a degustar os sabores sertanejos dos biscoitos, bolos, paçoca, feijão tropeiro consumidos a partir do complexo ligado às práticas devocionais.

04 DESCRIÇÃO

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Matias Cardoso, é um exemplo de como os jesuítas trouxeram sua arquitetura a partir do nordeste brasileiro. Possuindo traços da arquitetura religiosa do Recôncavo Baiano, a fachada frontal da Igreja é composta de quadro central, ladeada por torres imponentes e encimada por frontão reto. Sua porta é centralizada, ladeada por duas portas menores, fugindo ao esquema típico mineiro de distribuição das envasaduras. Datada da primeira metade do século XVIII (1726), a edificação é totalmente erguida em alvenaria de tijolos maciços, técnica diferenciada aos padrões construtivos das edificações religiosas mineiras desta época (GARCIA, 2005).

Segundo arquivos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA - MG), foi construída por iniciativa do desbravador Matias Cardoso e seu filho, tendo como principal mão-de-obra os indígenas, que já deveria estar influenciado pelos trabalhos desenvolvidos na região nordeste do país. Tanto em Matias Cardoso como em grande parte das cidades mineiras, a disposição das casas começou em volta da igreja do lugarejo. Esta organização coloca a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, não apenas como um ponto central, mas um lugar comum onde se concretizam relações sociais, de trabalho e simbólicas dos moradores. É um espaço de vida que permite criação de regras, acordos, modos de vida que se delineiam

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

e tomam forma, ora influenciados pelas características físicas e arquitetônicas do templo como também dos valores e crenças advindos das relações ali materializadas (ARROYO, 1996 *apud* COSTA, 2012).

A pesquisa de campo nesta cidade identificou dentre seus moradores uma grande conquista a partir de ações junto a Igreja Nossa Senhora da Conceição. O atual pároco Daniel vem, junto aos moradores, resgatando as tradições locais através de ações caracterizadas como catolicismo popular. Desta forma, o Padre Daniel (entrevistado), resgata o sentido de existir em Matias Cardoso, na medida em que o templo e seu largo agrupam pessoas e símbolos, condutas e valores, fazeres e tradições que se revelam em seus festejos ao longo de todo ano.

Caracterização Geral do Espaço

Localizada no centro de Matias Cardoso, o largo da Igreja conta com o edifício da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construção mais antiga da cidade, e com a praça em frente à mesma. A praça conta com um espaço aberto, arborizado e visivelmente preservado pela população local. Há, na praça, alguns bancos que servem de assento para o diverso público que frequenta o espaço e, também, um espaço de recreação destinado às crianças, adultos ou quem mais deseje praticar atividades físicas ali, como futebol ou vôlei. Do local, é possível ter vista do Rio São Francisco, o que enfatiza a beleza do lugar.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

Por ser um espaço de convivência social que recebe as festas religiosas promovidas pela igreja ou pela comunidade, o largo permite um estreitamento entre o espaço e as pessoas que ali frequentam, transformando-se em um ponto de encontro. Conhecido e muito buscado pelos habitantes de Matias Cardoso para passeios na praça, para namorar, encontrar com os amigos, ou promover outros pequenos e grandes eventos que podem envolver toda a cidade e mobilizar todos os moradores, o largo torna-se um espaço primordial para a vida social do município. Por estar ligada à primeira construção da cidade, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, é também um espaço de peso histórico para os frequentadores, o que faz com que o espaço tenha seu lugar significativo junto ao povo.

Usos do Lugar

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição é ainda hoje a edificação de destaque na cidade e tanto seu interior como seu adro acolhe os moradores para momentos diversos dentre eles a comemoração do Dia dos Gerais quando Matias Cardoso, revezando com Mariana, recebe anualmente o Governo do Estado, fazendo valer os estudos do antropólogo João batista Costa (2003) que resgatou não apenas o fato histórico como os olhares diferenciados para esta cidade e população.

Neste dia em especial são as medalhas de Maria da Cruz e Matias Cardoso que homenageiam mulheres e homens de projeção regional.

Na programação que culmina com a Festa de Nossa Senhora da Conceição constam: alvoradas, cavalgadas, missas, novenas, ladainhas em latim, roda de versos, orquestra de violas, folias, dança de São Gonçalo, dança das fitas, leilões, barraquinhas, dentre outros.

Como uso cotidiano, o largo é centro de convergência dos moradores de Matias Cardoso, visto como um auditório onde acontecem as reuniões das associações e encontros de casais. Como uso cerimonial, destaca-se a utilização do espaço para os ofícios, terços e missas que acontecem regularmente, mantendo a Igreja como centro convergente da sociedade. O resgate cultural feito pelo atual pároco ampliando o acesso dos moradores ao templo, bem como das festividades que passaram a acontecer mais vezes no ano.

Tranformações e Permanências

O local ainda é um ponto de encontro importante na cidade, sendo espaço de sociabilização entre crianças, jovens, adultos e idosos; religiosos ou não, para as diversas confraternizações e festas que acontecem ali. É, também, ponto de referência para casais, rodas de amigos ou outros encontros que fazem parte do cotidiano dos habitantes locais. Mesmo com o passar dos anos, a apropriação do largo se mostra ativa e diversa, com seus usuários reinventando as práticas ali experienciadas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

Dados Fundiários e Construtivos	Sem referência.
--	-----------------

05	MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS
Igreja de nossa Senhora da Conceição; O cais do rio; O rio.	

06	MODELO DE ORGANIZAÇÃO				
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros
Denominação	Sem referência.				
Descrição	Sem referência.				
Organizadores	Sem referência.				
Financiadores	Sem referência.				
Produção de atividades e eventos	Sem referência.				
Meios de Comunicação e Divulgação	Sem referência.				

07	ÁREA DE ABRANGÊNCIA								
Comunidade	X	Município	X	Região	X	Estado		Nacional	
Observação									

Caracterização do Público Frequentador	Moradores do município, visitantes de outras cidades e ex-moradores que retornam para visitar seus parentes e participar das comemorações anuais.
---	---

Participação turística	Sem referência.
-------------------------------	-----------------

08	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Alvoradas	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Rito religioso	
Barraquinhas	Patrimônio imaterial	Forma de expressão	Atividade produtiva	
Cavalgadas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Folguedo popular	
Dança das Fitas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Dança popular	
Dança de São Gonçalo	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Dança religiosa	5369
Folias	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Catolicismo popular	5359
Ladainhas	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Canto cerimonial	
Levantamento do Mastro	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Festividade votiva	
Orquestra de violas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Folguedo popular	
Procissões	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Cortejo religioso	
Roda de Versos	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Brincadeira	

09	COMENTÁRIOS
-----------	--------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES****Comentários dos entrevistados**

Com relação a Igreja da Conceição citaremos o depoimento do Seminarista Daniel neste inventário, que recorre à dados históricos e também ao imaginário local para apresentar a história da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso:

Esta maravilha é a primeira Igreja construída em Minas Gerais. Lá pelos idos de 1695, mas estava nos planos de Matias Cardoso homem muito perseguido... então, inimigo... não faltava... Quando ele construiu a Igreja, ele construiu em forma de fortaleza. Ela é muito mais do que uma igreja. Se vocês forem no segundo piso... não sei se vocês já foram... no segundo piso lá em cima... as janelas são todas... como sentinelas. Alí ficavam os sentinelas vigiando. Ela vigiava quem vinha pelo rio e ele vigiava também quem vinha por terra. A visão de lá... é espetacular... Então na verdade ele não construiu uma igreja ele construiu uma fortaleza em forma de Igreja. Muitas histórias estão ligadas a este lugar, uma delas é a existência de um túnel cavado, que sai do altar central e vai até o rio. ... Como uma forma de... a pedido dele as pessoas cavavam quando elas voltavam ele pagava e mandava matar... para ela não contar onde está o túnel. E conta-se também – Isso já historiadores... Não é popular, não. Conta-se também que ele teve um caso amoroso com Maria da Cruz que era a esposa do sobrinho dele. Este túnel também servia para estes encontros amorosos.

Padre Daniel.

Comentários do elaborador

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu largo é lugar mantenedor da memória das tradições do antigo Morrinhos que auxilia na preservação dos saberes e fazeres de antigos moradores. Tradições culturais que revelam o aspecto multifacetário das diferentes matrizes culturais, revelando os encontros culturais que tem amparo na Virgem da Conceição. Tradições de sínteses históricas que garantem a construção de sentidos e fornecem uma identidade baseada nas novenas, ladainhas, rodas de versos, danças de fitas, festas de santos, mitos e lendas ligadas às vivências ribeirinhas.

Para os devotos de Nossa Senhora da Conceição da comunidade de Matias Cardoso, a Igreja e seu largo são lugares sagrados e por isso as práticas religiosas que lá ocorrem mantêm viva a devoção à N.S. da Conceição favorecendo a proteção da localidade. Para os devotos da Virgem o templo possui um significado simbólico e sagrado, fundamental para a prática religiosa.

O largo do templo se constitui como espaço para realização de novenas, mas também de leilões e barraquinhas que nos convidam a degustar os sabores sertanejos dos biscoitos, bolos e paçocas. Lugar onde se imbricam o profano e o sagrado.

Elementos significativos relacionados

A própria Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo Iphan; a presença de barraquinhas e pequenos comerciantes; as festividades em homenagem à Nossa Senhora da Conceição; a Festa do Divino e demais festas menores que acontecem em homenagem aos santos de devoção.

Crenças Associadas

Apesar de no largo haver uma mescla de profano e religioso, percebe-se a presença intensa do cristianismo nas práticas relacionadas ao largo da Igreja, principalmente em devoção à Nossa Senhora da Conceição.

Identities construídas em torno do lugar

O largo entendido como espaço de socialização, permite a construção e fortalecimento de identidades a partir da participação da população nas atividades realizadas no local. Torna-se, também, um centro geográfico político e cultural do município, tendo em vista o bem mais antigo do local: a Igreja de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo Iphan. O espaço, também, se torna importante lugar de representação política quando realiza-se o Dia das Gerais, encontro de inúmeras lideranças políticas ocorrido anualmente.

Significados socioeconômicos

Apesar da presença de pequenas barraquinhas de comidas nos eventos que se dão no espaço, não há uma participação significativa dos acontecimentos ocorridos no largo na economia da cidade.

Significados simbólicos

Pode-se perceber a forte presença da religiosidade no espaço, apesar de também haver a realização de eventos profanos ali, o que evidencia a devoção de frequentadores, em maioria à Nossa Senhora da Conceição. O largo da igreja torna-se importante espaço de convívio social muito importante para os que ali frequentam.

Possibilidade de Continuação

Por ainda ser um símbolo importante, tanto para a Igreja quanto para os moradores, o largo não tem a sua continuidade em risco. Ainda acontecem, no espaço, encontros, festas e todo tipo de manifestação que agrega os moradores, visitantes e mobiliza todos que convivem ou frequentam o largo.

Plano de ação

Considerando a diversidade da cultura local recomenda-se o aprofundamento das pesquisas com vistas a localização dos tombos e documentos que comprovem a origem do lugar. Ampliar as pesquisas documental sobre o bem cultural. Considerando que esta Igreja esteve subordinada ao bispado de Pernambuco, torna-se necessário buscar junto a essa diocese documentos que reportem a origem histórica da Festa de Nossa Senhora da Conceição e do Divino Espírito Santo.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Daniel	Tipo	Padre				
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Transmissão do saber								
	Contato	(38) 36163168						
Observações								

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


Figura 2: Vista lateral do largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 3: Vista central da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Figura 4: Vista lateral do largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

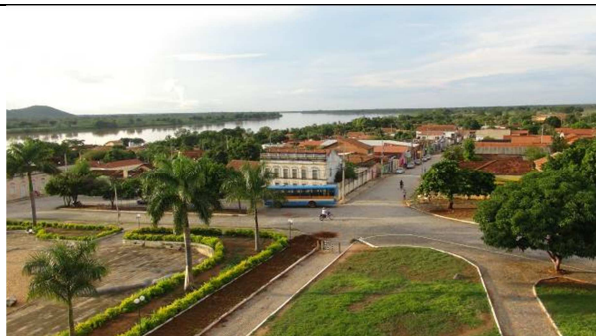


Figura 5: Vista central da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

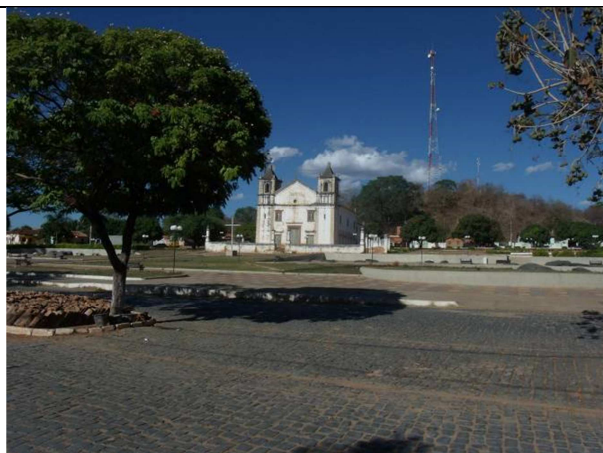


Figura 6: Largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição – Padroeira de Matias Cardoso.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 7: Vista da torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição com o rio São Francisco ao fundo.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 8: – Igreja Nossa Senhora da Conceição e parte de seu largo.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 9: Bancos no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Fotografias	Figura 1: IpacSF_MCardoso_Vista_Entorno_Igreja_Nuhicre_18julho2012 Figura 2: IpacSF_MCardoso_Igreja_Nossa_Senhora_Conceicao_Nuhicre_18jul2012 Figura 3: IpacSF_MCardoso_INConceição_Nuhicre_18julho2012 Figura 4: IpacSF_MCardoso_VPCMatias_Nuhicre_18julho2012 Figura 5: IpacSF_MCardoso_VPCMatias2_Nuhicre_18julho2012 Figura 6: IpacSF_MCardoso_Primeira_Igreja_Minis_Nuhicre_18jul2012 Figura 7: IpacSF_MCardoso_CDINIgreja_Nuhicre_19maio2013 Figura 8: IpacSF_MCardoso_VPLIgreja_Nuhicre_18julho2012 Figura 9: IpacSF_MCardoso_VPLIgreja1_Nuhicre_18julho2012	
Videos	Não se aplica.	
Audio	IPacSF_MCardoso_Entrevista_CRodas_ParacoDaniel_Nuhicre_06dezembro2012	

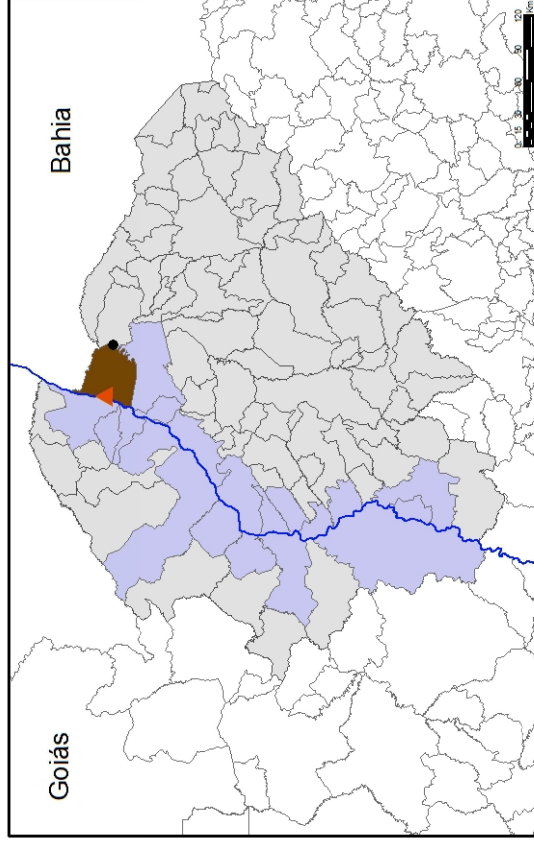
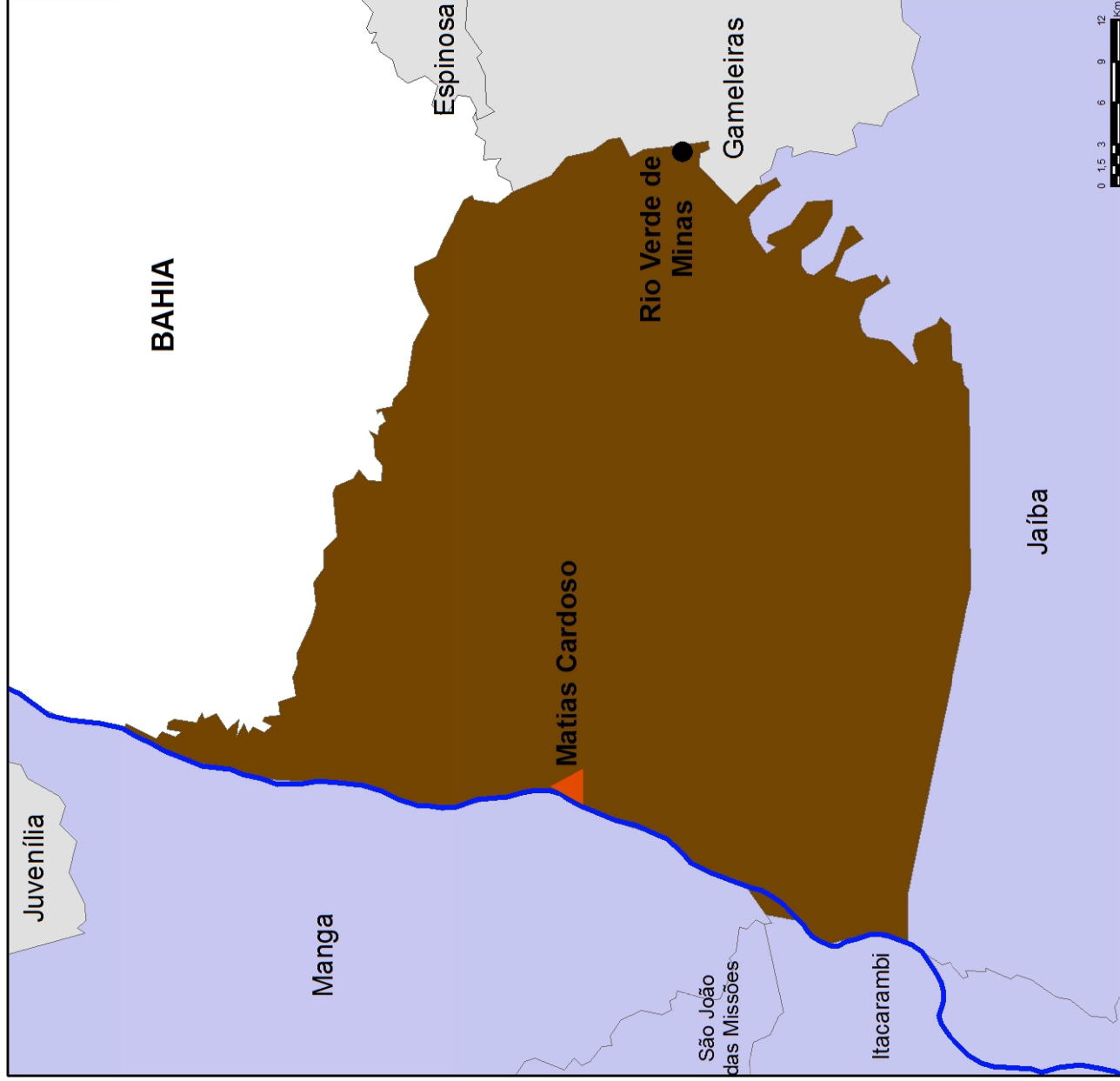
13	REFERÊNCIAS
	CARRARA, A. A. Antes das Minas Gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. in: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
	COSTA, João Batista de Almeida. <i>Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos</i> . São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros ;Unimontes, 2012.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04/02/2015
	DANIEL, PÁRACO. <i>Cantiga De Roda</i> . [6 De Dezembro, 2012]. 23 Min 20 Sec. Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Matias Cardoso/Sede. Entrevista Concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo Documental Do Nuhicre/Unimontes – Iepha-Mg.
	GARCIA, Juliane Martins . <i>Traços Hispânicos no Processo de Latinidade da Arquitetura Colonial em Minas Gerais</i> . 2005. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?select_action=&co_obra=29308 >. Acesso em: 26 de jan. 2013
	<i>Governo de Minas firma parceria para recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição</i> . Disponível em: < http://www.cultura.mg.gov.br/component/content/article/205-mais-noticias/1347-governo-de-minas-firma-parceria-para-recuperacao-da-igreja-matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao >. Acesso em: 18 fev. 2013.
	<i>Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição</i> . Disponível em: < http://www.asminasgerais.com.br/?item=ALBUM&codAlbum=1327 >. Acesso em: 18 de fev. de 2013.
	<i>Movimento Catrumano promove resgate histórico do Norte de Minas</i> . Disponível em: < http://www.cultura.mg.gov.br/component/content/article/205-mais-noticias/1348-movimento-catrumano-promove-resgate-historico-do-norte-de-minas >. Acesso em: 23 de dez. 2012.
	TUAN, YI-FU. <i>Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente</i> . São Paulo: Difel, 1980.

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Levantamento	Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Andrezza Alves Velloso, Breno Trindade, Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior.	2012/2013 17/07/2015 14/12/2015
Observações		

Matias Cardoso

MATIAS CARDOSO



Legenda



Inventário para fins de Salvaguarda e Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco














- Comunidades
- ▲ Cidade
- ~ Rio São Francisco
- Município de Matias Cardoso
- Macrorregião do Norte de Minas Gerais
- Municípios do Vale do São Francisco
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum Sad - 69

Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G; RIBAS, J.L.T, 2013.

Bens Culturais e Contatos – Mathias Cardoso

- AMARC – Associação Mathiense de Artes de Cultura
- Aniversário da cidade
- Artesã que responde pela Associação Art Viva - Marluce
- Artesanato em Cerâmica
- Artesanato Derivados da Madeira – Mestre Fabricante de Barcos Neno
- Artesanato Derivados do Fio – Mestre Artesã Rose
- Associação Arte Vida
- Batuque – Dona Roxa (Integrante do Grupo Dança de Roda. (38) 3616-3167)
- Benzedeadas
- Benzedor – Neno
- Boi de Reis
- Carnaval
- Cemitério de Pedra
- Contação de Causo – Caboclo água Seu Zé
- Coroação
- Culinária Regional
- Dança da Fita
- Dança da Fita – Dona Taizinha
- Dança de São Gonçalo – Dona Taizinha
- Dia dos Gerais
- Dona Rita, Figura popular Festeira de Nossa Senhora do Rosário. (38) 3616-3109
- Escola de Viola Rose
- Escola de Viola Caipira Zé Côco do Riachão – Idealizador Roque Moreira de Sousa
- Expedição Caminho dos Gerais
- Festa de Nossa Senhora da Conceição
- Festa de Nossa Senhora do Rosário
- Festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição
- Festa de Reis
- Festa de São Gonçalo
- Festa do Divino Espírito Santo
- Festa dos Caretas
- Festa Tradicional Santo Antônio
- Folia de Reis
- Folião Tocador de Viola - Seu Roque
- Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição
- Maria Anízia, Dona Roxa. Integrante do Grupo Dança de Roda. (38) 3616-3167
- O Mito dos Tesouros Enterrados
- Organizador da dança de roda -Zuito

-  Parteiras
-  Pastorinhas
-  Prefeitura Municipal de Matias Cardoso
-  Produtor Musical - Deniston Diamantino
-  Publicação Seriada – Balseiros
-  Queijo de Minas
-  Queima do Judas
-  Raizeiros
-  Reza da Chuva – Maria e Simiana
-  Rezador e Benzedor - Neno
-  Semana Santa
-  Seminarista Danilo Padre Responsável pelo resgate das manifestações
-  Vaquejada

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO									
Localidade		Matias Cardoso							
Município		Matias Cardoso					IPAC/MG		
Distritos		Sede			Sítio		Vale do Médio São Francisco		
GPS	23L	Long.UTM	638289.52 m E	Lat. UTM	8350163.26 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Vista da cidade de Matias Cardoso.

Fonte: NUHICRE/IEPHA – 2012.

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

As referências culturais de Matias Cardoso foram apontadas a partir do mapa de percepção quando se identificou os seguintes bens culturais:

Festas e Celebração: Aniversário da cidade, Coração de Nossa Senhora da Conceição, Dia dos Gerais, Festa da Padroeira Nossa Senhora da Conceição, Festa do Divino Espírito Santo, Festa de Santo Antônio, Festa de São Gonçalo, Festa dos Caretas, Folia de Reis, Pastorinhas.

Formas de Expressão: Benzedeiras, Dança da Fita, Escola de Violas “Zé Coco do Riachão”, Queima do Judas, Roda ou Roda de Versos, Reza da Chuva, Caboclo d’Água, Mitos dos Tesouros Enterrados, Parteiras, Vaquejadas.

Ofícios e Modo de Fazer: Derivados de fibras vegetais: produção de redes; derivados de leite: produção de queijo e requeijão; derivados de madeira: produção de barcos; derivado de barro: produção de utilitários.

Lugares: Centro Histórico da cidade de Matias Cardoso, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e o Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

03	DESCRIÇÃO
-----------	------------------

	População e Localização
--	--------------------------------

Matias Cardoso se localiza a 683 quilômetros da capital de Minas Gerais, ponto no qual se chega percorrendo as rodovias, BR 251, MG 122 e MG 401. Encontra-se na Mesorregião do Norte de Minas e na microrregião de Januária. A cidade se encontra à margem direita do rio São Francisco, envolta por uma mata

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
<p>nativa de bananeiras – principal produto agrícola do município atualmente. Os municípios limítrofes são: Manga, Itacarambi, Jaíba, Gameleiras, São João das Missões, Malhada (BA) e Iuiú (BA).</p> <p>Fundado em primeiro de janeiro de 1993, o município de Matias Cardoso ocupa uma área de 1.938,429 Km², possuindo densidade demográfica de aproximadamente 4,39 hab/km². O local conta com a população de 9.979 habitantes, divididos em 4.131 residindo na Zona Urbana e 5.848 na Zona Rural (IBGE, 2012). Sendo o adjetivo pátrio matiense, a cidade apresenta o PIB per capita de R\$ 242,55 e IDH 0,602.</p> <p>Ao passar pelo cemitério cercado por pedras, nota-se uma igreja de aparência diferenciada das igrejas barrocas devido ao seu estilo jesuítico. O conjunto da praça é heterogêneo com diversos padrões arquitetônicos, entre tipos sertanejos e padrões coloniais, formando um cenário variado. Este mosaico arquitetônico coloca a vista o desencontro de temporalidades históricas, das fronteiras e conflitos entre grupos que se encontram e desencontram.</p> <p>Por se encontrar em local privilegiado, às margens do Rio São Francisco, cuja presença chama atenção por entre as ruas que nele terminam, o rio marca de forma indelével a história, a cultura e a identidade regional de seus habitantes.</p>	
Paisagem Natural e Meio Ambiente	
<p>O clima matiense é tropical com estação seca, ou tropical semiárido. Assim, apresenta uma pluviosidade anual média de 810 mm, apresentando quatro meses de intensa seca durante maio a agosto, e média de temperatura maior que 20°C durante todo o ano, mais especificamente na casa dos 25°C. Nos períodos mais frios, as temperaturas mínimas alcançam os 14°C.</p> <p>Como vegetação, o município possui várias espécies de árvores e plantas, tais como: Jacarandá, Pau ferro, Braúnas, Aroeiras, Jatobá, Pau D’arco, dentre outras espécies de vegetação. Possui também uma reserva biológica dentro do Projeto Jaíba, assim como os Parques Estaduais do Verde Grande e o da Lagoa do Cajueiro.</p> <p>Em relação à hidrografia local, o município é banhado pelo Rio São Francisco, que também serve como divisa entre os municípios de Manga, São João das Missões e Itacarambí, e pelo Rio Verde Grande que faz divisas com os municípios de Gameleira, Jaíba e o estado da Bahia.</p> <p>A cidade ainda apresenta altitude média de 516 metros. As principais atividades econômicas do município, à exceção do comércio varejista, estão ligadas ao trabalho com o solo, fruticultura irrigada, bovinocultura, agropecuária, produção de grão etc.</p> <p>A paisagem é peculiarmente caracterizada por pequenos morros, dos quais podemos destacar o Morro Matias Cardoso, Lajedão e Lajedinho devido à presença de grutas e a sua singular beleza natural.</p>	
Marcos	
Igreja de Nossa Senhora da Conceição, Cruzeiro, Cais.	

04	FORMAÇÃO HISTÓRICA
<p>O início da ocupação colonizadora sistematizada no vale do São Francisco aconteceu em decorrência das necessidades alimentícias da sociedade extratora de ouro em Goiás. Segundo Antonil (1997 <i>apud</i> COSTA, 2012), entre 1697 e 1701, a região goiana sofria com ciclos bianuais de fome, em muito devido ao fato que localmente não se produziam alimentos, estando todos ocupados com a extração de ouro. Assim, os currais de gado da Bahia, como era conhecida a região sanfranciscana, passou a produzir gado também para a outra região, demandando uma ocupação colonial mais intensa na localidade.</p> <p>A área, que já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), sempre teve sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.

O vale sanfranciscano do norte de Minas sempre teve relações mais próximas com as sociedades baianas, devido majoritariamente ao acesso terreno que, por suas melhores estradas e condições de terreno – ao contrário da geografia acidentada do sul do Estado com suas picadas estreitas – facilitava o trânsito por terra e era contemplado com largas estradas. Porém, das muitas entradas particulares oriundas da Bahia, nenhuma conseguiu sucesso em livrar o ambiente dos indígenas e negros aquilombados. Destas, Angelo Alvares Carrara (2007) cita a de Vasco Rodrigues Caldas, em 1561, em procura de ouro e arrasada pelos Tupinaés, e a de Gabriel Soares de Souza em 1592, que intentava alcançar a mítica lagoa Dourada (donde se acharia a nascente do rio São Francisco). Cita também uma de origem paulista, em 1602, comandada por Nicolau Barreto, e que sugere que tenha alcançado o rio Paracatu. Tal informação é importante visto que Costa afirma que em 1612 bandeiras anônimas paulistas já percorriam o rio São Francisco, traçando o que futuramente seria conhecido como o Caminho Geral do Sertão. O intuito inicial deles, entretanto, parecia ser diferente do intuito baiano. Cruzando as informações de Costa (2012) com Carrara (2007), este último indica que as bandeiras paulistas estariam focadas na descoberta das covas de esmeralda, e, com a expedição de Barreto, sugere que o caminho já era conhecido pelos paulistas antes mesmo de 1612, e que poderia potencialmente ter aproveitado caminhos indígenas pré-existentes, uma teoria de Orville Derby.

Com este panorama em mãos, coube à sociedade baiana recorrer à ajuda dos bandeirantes paulistas para exterminar os indígenas e quilombolas do São Francisco. Coube a tarefa de conquista a Matias Cardoso, remanescente da bandeira de Fernão Dias e que pelos feitos de tal incumbência seria nomeado Governador Absoluto da Guerra contra os Índios, em toda a região dos sertões. Utilizando-se de alianças com outros bandeirantes e com seus parentes, foram criadas vilas de povoamento na região.

O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocaminho.

João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.

A região dos sertões, também conhecida como Gerais, é de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.

05 CRONOLOGIA

Data	Evento
Séc. XVII	No início do século bandeiras anônimas percorreram a região do médio São Francisco.

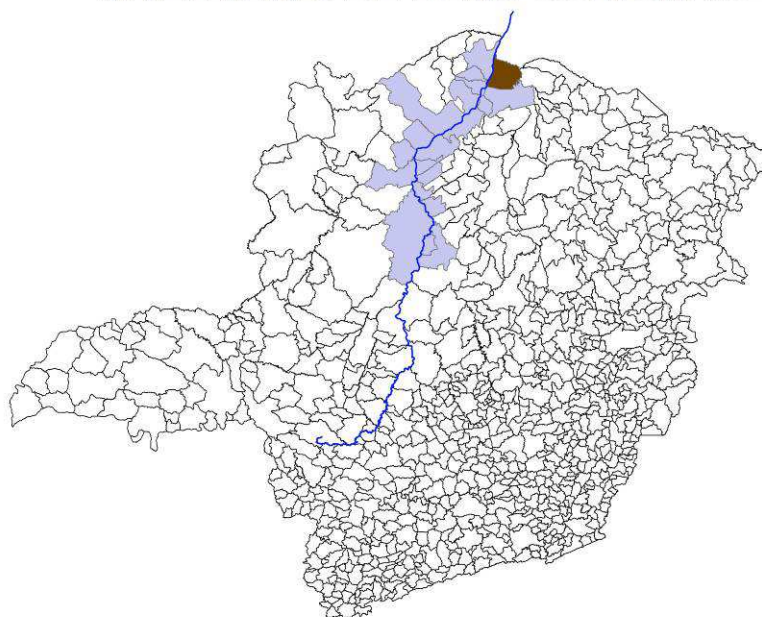
PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
1650	Escravos fugidos utilizaram a região para se aquilombar.
1695	Fundação da freguesia de Morrinhos.
1755	Distrito criado com a denominação de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos.
1911	Em divisão administrativa referente ao ano de 1911, o distrito de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos permanece nos quadros de apuração do recenseamento geral de 1-IX-1920.
1923	O distrito de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos foi transferido, do município de Januária, para formar o novo município de Manga com a denominação de Matias Cardoso.
1960	O distrito de Matias Cardoso (ex-Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos), figura no município de Manga. Permanece divisão territorial
1991	Permanece divisão territorial.
1992	Elevado à categoria de município com a denominação de Matias Cardoso, desmembrado de Manga.
1993	Sede no antigo distrito de Matias Cardoso. Constituído do distrito sede.
1995	Em divisão territorial datada de 1995, o município é constituído do distrito sede.
1996	Criado o distrito de Rio Verde de Minas e anexado ao município de Matias Cardoso.
1997	Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído de dois distritos: Matias Cardoso e Rio Verde de Minas.
2007	Assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

06	PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE MATIAS CARDOSO



BENS INVENTARIADOS

- . Expressão: Cantiga de Roda
- . Celebração: Festa do Divino
- . Celebração: Festa de Nossa Senhora da Conceição
- . Lugar: Largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição
- . Lugar: Comunidade Pau de Légua
- . Rito: Reza da Chuva



Simiana - Rezadeira
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Largo da Matriz
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Pesca
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Igreja N. Sra da Conceição
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Procissão do Divino
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

Figura 2: Mapa da localidade de Matias Cardoso.

Fonte: Nuhicre – Iepha/MG

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Lei Orgânica municipal de Matias Cardoso, estado de Minas Gerais, promulgada em novembro de 1993.

08 RECOMENDAÇÕES

Desenvolvimento de pesquisas mais aprofundadas com as gêmeas Maria e Simiana, responsáveis pela reza da chuva, além de documentação de seus saberes uma vez que estão em risco de desaparecimento. Promoção de ações para a valorização de práticas como as cantigas de roda e da festa do Divino Espírito Santo. Sobre a última, faz-se necessário possibilitar atividades de capacitação para professores e demais agentes do poder público com o objetivo de qualificação das expressões e celebrações locais, pois se corre o risco de descaracterização uma vez que a festa possui fortes raízes de umbanda derivadas das comunidades quilombolas e isso não é visto com bons olhos pela diocese.

09 DOCUMENTOS ANEXOS

Bens Culturais Inventariados

Cantiga de Roda.
Festa do Divino Espírito Santo.
Festa de Nossa Senhora da Conceição.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. Comunidade Pau de Léguas. Reza da Chuva.	
Contatos	
<ul style="list-style-type: none"> - Artesã que responde pela Associação Art Viva – Marluce. - Prefeitura Municipal de Matias Cardoso – Avenida Hudson Charles s/nº. – Alto Bonito – MG. CEP: 39.478-000 Tel.: (38) 3616-3141 - Daniel (Padre) – Responsável pelo resgate das manifestações culturais junto a Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição. - Maria Anízia – Dona Roxa – Integrante do Grupo Dança de Roda/ Telefone: (38) 3616 3167 - Produtor Musical - Deniston Diamantino – (31) 9913 4510 - Dança da fita – Dona Taizinha – Entrevista com Eide integrantes do Grupo. - Dona Rita – Antiga moradora – Figura popular Festeira de Nossa Senhora do Rosário – (38) 3616 3109. - Batuque - Maria Anízia – Dona Roxa – Integrante do Grupo Dança de Roda (38) 3616 3167. - Dona Taisinha: Dança de São Gonçalo e Dança das Fitas. - Seu Roque - Diretor da Escola de Viola Zé Coco do Riachão. 	
Numeração das Fichas de Identificação de Bens	
5376 – Cantiga de Roda. 5377 – Festa do Divino Espírito Santo. 5378 – Festa de Nossa Senhora da Conceição. 5379 – Largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição. 5380 – Comunidade Pau de Léguas. 5381 – Reza da Chuva.	

10	REFERÊNCIAS
BAETA, A. M. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. In: <i>Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.</i> . Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.	
CARRARA, A. A. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos territórios mineiros. In: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, Jul/Dez 2007.	
COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.	
COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 fev. 2015	
IBGE. <i>Cidades</i> . Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=314085 >. Acesso em: 23 dez. 2012.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012/2013
Vídeos	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012/2013
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012/2013
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012/2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LOCALIDADE
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula Elis Medrado Viana Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012/2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012/2013
Revisão	Andrezza Alves Velloso, Breno Trindade	16/07/2015 12/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÃO
--	----------------------------

01	IDENTIFICAÇÃO							
Denominação	CANTIGA DE RODA					IPAC/MG	5376	
Município(s)	Matias Cardoso	Distrito	Sede					
Endereço	Não se aplica							
GPS	23L	Long. UTM	638154.97 m E	Lat. UTM	8348604.54 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Integrantes do Grupo Cantiga de Roda se organizando para apresentação no Dia dos Gerais.

Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria	Formas de Expressão
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual
PERIODICIDADE	
Início	Não se aplica.
Fim	Não se aplica.
Calendário Litúrgico	Não se aplica.
Invocação	Não se aplica.
Observação das Datas	Não se aplica.
DENOMINAÇÃO	Cantiga de Roda.
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE	
O grupo se apresenta na Praça Cônego Maurício, 115 – Centro, sempre que convidado ou em algum evento em outro espaço. Dessa forma, não estabelece apresentações com agenda fixa.	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS				FORMAS DE EXPRESSÃO			
Outras denominações	Roda de Versos.		Nível de integração				
		Comunidade	X	Oficial		Intercomunitária	

02	Histórico da Localidade
	<p>A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.</p> <p>O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocambinho.</p> <p>João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.</p> <p>A região dos sertões, também conhecida como Gerais, é de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
	<p>As pesquisas sobre “Cantigas ou Danças de Roda” foram registradas em um primeiro momento por Mário de Andrade (1982) em trabalho denominado “<i>Danças dramáticas do Brasil</i>”. A pesquisa consolida os estudos sobre a prática das danças de roda que foram valorizadas e apoiadas até os anos 30 em sua missão, viagem ao redor do Nordeste, realizada entre 1928 e 1929 em busca de um conhecimento profundo da cultura popular brasileira.</p> <p>Sobre estes estudos muitos pesquisadores têm buscado referências, dentre eles Dowling e Melo (2012), que ao definirem a Cantiga de Roda, esclarecem que estamos tratando do patrimônio imaterial da cultura afro-brasileira ao nos debruçarmos sobre esse gênero da cultura popular. Essa herança constitui um bem cultural inter-geracional transmitido através da oralidade, de suas representações performáticas e que,</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÃO**

hoje, permite às comunidades negras buscarem um reconhecimento de sua identidade, cidadania e dignidade na atual sociedade brasileira.

Segundo Dowlin e Melo (2012), a Cantiga de Roda corresponde de maneira distinta a tipos de dança coletiva e circular, originalmente com a participação de homens, mulheres e crianças. Também conhecida por brincadeira, tal prática cultural é conhecida desde a época da escravidão. Considera-se que em suas origens foi intensamente dançada em todo sertão brasileiro.

As autoras supracitadas referendam Ayala (2000), ao afirmar que a Cantiga de Roda é dança de minorias discriminadas, por diversas condições: pela etnia (negros, índios e seus descendentes), pela situação econômica (pobreza, às vezes extrema), pela escolaridade (iletrados ou semi-alfabetizados), pelas profissões que exercem na sociedade (agricultores com pequenas propriedades ou sem terra, assentados rurais, pescadores, pedreiros, domésticas, copeiras de escola).

Dowlin e Melo (2012) esclarecem que iniciativas como esta abrem discussões sobre a relação entre cultura de massa, culturas populares e do saber tradicional que têm repercutido no cenário artístico de diferentes camadas sociais da sociedade brasileira através de apresentações, ou, ainda, quando essas canções são contempladas e revisitadas por outros grupos musicais do cenário artístico brasileiro.

Percebe-se que, no entanto, estas práticas vêm desaparecendo devido à globalização e seus impactos sobre a constituição da identidade, tanto individual quanto coletiva (FREIRE; PEREIRA, 2003); não fossem iniciativas como a de Dona Roxa (2012), idealizadora da brincadeira em Matias Cardoso, que atribui a história da “Roda” a uma tradição das comunidades quilombolas da qual é descendente e, nestes termos, esclarece:

“Essas músicas era de quando nós era menino, e a gente fazia as roda, aí eu fui fazendo as música e as menina foi pegando. Nós começamos essas músicas lá naquela pracinha que a gente fazia caminhada. Aí, como eu era mais velha e eu ia lembrando as músicas do meu tempo e e ia ensinando pra elas, foi um sucesso aquele do “Tuturu” mesmo. Todas foi eu que ensinei. A última roda que tem neste CD era minha mãe que cantava” (Entrevista Dona Roxa, 2012).

Quanto a situação de carência econômica e a importância das cantigas como elemento mitigador desta carência, comentou: *“A gente passava fome... e a gente alimentava com as cantiga...nos cantava jogava verso, subia nos pé de mamona. A gente cantava e jogava verso.Vamo embora, eu falava, vamo caçar alguma coisa pra comer... Aí nós ia lembrando!”* Dona Roxa, hoje, tem condição financeira estabilizada, pois seus filhos trabalham, o que lhe permite na velhice desfrutar do convívio social e religioso de Matias Cardoso, sendo por todos reconhecida e admirada. Sobre a importância da experiência cultural e socializadora da “Brincadeira de Roda”, comenta:

Nós tinha um grupo, era umas vinte e tantas (...) Nós agora somos seis... As outras o marido não deixa. Igual essa Maria aqui. Diz ela apontando uma das pessoas na capa do CD. O marido dela não deixou! “Ah, qual é nada isso é coisa de mulher sem que fazer.” Imagina se cantar é coisa de mulher sem que fazer? Cantar é nossa qualidade. E pra mim eu me acho feliz... Olha, eu saí lá de casa morrendo de dor de cabeça, agora minha dor de cabeça já passou... Passou ... Eu gosto de alegria...

(Entrevista Dona Roxa, 2012).

A performance experimentada em Matias Cardoso e inventariada nesta pesquisa pode ser denominada, a partir de referências da área, como Brincadeiras, Roda de Versos (ARANHA, 2006), Dança de Roda (DOWLIN ; MELO, 2012) ou, simplesmente, Roda.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÃO****04** **DESCRIÇÃO**

Quando nos referimos à Cantiga ou Brincadeira de Roda, a poesia torna-se um elemento indispensável. Para uma Brincadeira de Roda é preciso que a mestra (ou mestre) lance o desafio de uma entoada para que o coro responda e, nesse balanço, segue-se a roda acompanhada de seus tocadores e de suas dançadeiras (DOWLIN ; MELO, 2012).

Em Mathias Cardoso, esta estrutura se mantém e a mestra Dona Roxa é responsável para lançar o refrão que todos cantam juntos. Depois, alguém "joga um versinho", que é uma estrofe em quatro versos, cantado, em geral, na mesma melodia do refrão. Em seguida, volta-se ao refrão e esta sequência vai se repetindo, como podemos comprovar na seguinte cantiga:

Refrão (resposta): Vai Tururu

Pergunta: Venha cá Raquel

Vai tururu

Vem brincar mais eu

Vai tururu

Dançar direitinho

Vai tururu

Faça como eu

Vai tururu

(Entrevista, Dona Maria Anízia, 70 anos, 2012).

Outra característica marcante da Roda de Versos é a sua estrutura em "duas vozes", ou seja, duas linhas harmônicas cantadas ao mesmo tempo, uma mais grave e outra mais aguda. Harmonização que caracteriza as músicas sertanejas. Aspecto digno de nota é a sociabilidade que a roda de verso possibilita unindo seus integrantes em igual importância independente de sexo ou geração. Durante a brincadeira, os participantes formam uma roda em círculo e, quem quiser – ou quem for nomeado –, entra no meio da roda para dançar o primeiro participante; na falta de homens, outras mulheres entram para dançar com aquela que estiver ao centro. Neste sentido, Dona Roxa explica:

“Abrindo a roda e chamo outro, e a hora que chama vai lá dentro da roda. Aí, chama outro o outro já fica cá já chama outro, chama você fica dentro da roda (...) quando a gente tá jogando e tem alguém mais jovem eles jogam também, por que eles aprenderam. Ontem até o Padre Daniel brincou com a gente”(Entrevista Dona Roxa, 2012).

Assim como em outras cidades da região, a tradição da “Cantiga de Roda”, ou simplesmente “Roda”, em Matias Cardoso tem se mostrado uma tradição marcadamente feminina, no sentido de sua organização e preservação. Nesse sentido as mulheres são responsáveis tanto por puxar o canto como por dançar. Já os homens assumem um papel de coadjuvantes: quando entram na roda, respondem ao coro ou atuam no acompanhamento; como no caso de Seu Roque e seu grupo de violeiros.

O grupo tem ganhado destaque e se apresenta nos dias de festividade, como na festa de Nossa Senhora da Conceição, quando o grupo Roda e Viola puxou uma roda que incluiu o pároco local: Padre Daniel. O grupo apresentou-se também no Dia dos Gerais, quando a comunidade recebe um número considerável de visitantes de outras cidades principalmente autoridades ligadas ao governo do estado que se instala em Matias Cardoso.

Como foi possível identificar nos fóruns de inventário, a tradição das Rodas de Verso é muito viva ainda hoje, também, em outras comunidades do Vale do São Francisco como: Manga, Pirapora, Januária, Maria da Cruz, Ubaí dentre outras.

Indumentária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÃO
--	----------------------------

Vestes brancas.

Instrumentos

Viola e caixa de folia, mas Dona Roxa acrescenta: “Né sempre não, mas, o gostoso é com a viola e caixa. É o seu Roque quem toca, ele vai vim” ... (Dona Roxa, 2012).

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO

Origem do Saber

A origem das cantigas de roda acompanha a história de Matias Cardoso. Passadas de geração em geração, as cantigas têm suas origens nos mais distintos lugares. Muitas surgiram do seio da comunidade, enquanto outras vieram pelo rio através de marujos e passageiros.

Transmissão

Oralidade e imitação.

Forma de Continuidade

Com a passagem das cantigas de geração em geração, a continuidade está garantida a curto/médio prazo.

Transformações

Após o lançamento de um CD com as músicas cantadas pelo grupo de Cantiga de Roda, as apresentações, antes espontâneas, adquiriram um caráter mais formal.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Roupa ou farda	Bem móvel	Indumentária	-	-
Caixa de folia	Bem material	Artefato	Instrumeto musical	-
Viola	Bem material	Artefato	Instrumeto musical	-

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	X	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X
Denominação	Roda de versos						
Descrição	Os cantos ou as entoadas (como são chamadas pela comunidade) são conduzidos por um solista, no caso de Matias Cardoso é Dona Roxa, que conhecem de memória todos os versos de acordo com a interação com os tocadores e com o público. Quando puxado (cantado) um verso, todos da roda respondem e a voz principal vai tecendo improvisos e dialogando com os demais participantes.						
Organizadores e Financiadores							
Tipo	Não se aplica						
Organizadores	Dona Roxa e suas amigas: Dona Laura, Dona Rosa, Dona Ana Celina, Dona Pedrina, Dona Catarina e Dona Terezinha.						
Financiadores	Não há.						

08 COMENTÁRIOS

Identidades criadas em torno da atividade

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÃO
--	----------------------------

A consciência da identidade cultural local a partir da confluência de heranças diversas tem sido as bases para construção das relações sociais estabelecidas pelo grupo. Na pesquisa de campo em Matias Cardoso, o que ficou mais claro foi a importância da “roda” não apenas como resgate de saberes dos antepassados, mas principalmente o resgate da alegria de viver e de encontrar amigos.

Comentários dos entrevistados	
--------------------------------------	--

Nós tinham um grupo era umas vinte e tantas (...). Nós agora somos seis... As outras o marido não deixa. Igual essa Maria aqui. Diz ela apontando uma das pessoas na capa do CD. O marido dela não deixou. “- Ah qual é nada isso é coisa de mulher sem que fazer.” Imagina se cantar é coisa de mulher sem que fazer? Cantar é nossa qualidade e pra mim eu me acho feliz... Olha eu saí lá de casa morrendo de dor de cabeça, agora minha dor de cabeça já passou... Passou... Eu gosto de alegria...

Dona Roxa.

Comentários do elaborador	
----------------------------------	--

O empoderamento conquistado por Dona Roxa devido a sua importância, bem como da roda, é inconteste. Com essa consciência, ela por si só já realiza ações de salvaguarda ao fomentar a articulação dos integrantes do grupo e promover suas apresentações. O bem estar que a atividade proporciona permite a socialização de todas em volta de uma tradição que retrata especificidades dos moradores da região. De posse do CD, Dona Roxa manifesta grande contentamento.

Possibilidade De Continuidade	
--------------------------------------	--

Devido ao empenho, a prática das cantigas de roda se mantém ativas na atualidade, mas faz-se necessário chamar atenção para o fato de que somente Dona Roxa atua diretamente na promoção dos encontros. Caso ela pare de fazer suas rodas não se sabe qual fim teria esta brincadeira.

Necessidades	
---------------------	--

Instalações	O grupo não possui sede.
Instrumentos	O grupo depende dos instrumentos de Seu Roque como viola e caixa de folia.
Matéria-Prima	Não se aplica.
Pessoal	Não se aplica.
Formação	Oralidade e imitação.
Atividade Macro	Cantiga de Roda
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	A dança em roda executadas pelos participantes, bem como seus cantos.

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA
-----------	----------------------------

- a) Apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionadas ao bem cultural;
- b) Impressão das letras com partituras para divulgação do repertório;
- c) Promoção e divulgação do bem cultural;
- d) Gravar documentário registrando a roda, as coreografias, contendo entrevistas com seus mestres e participantes de modo a valorizar a história de vida dos participantes;
- e) O grupo necessita de roupas específicas bem como de instrumentos e contratação de músicos para acompanhamento nas apresentações.

10	ENTREVISTADOS
-----------	----------------------

01	Nome	Dona Maria Anísia	Tipo	
Nascimento	Sem referência.	Sexo	F	Idade
				Registro Sonoro Visual
				X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						FORMAS DE EXPRESSÃO	
transmissão do saber							
Contato		(38) 36163167					
02	Nome	Dona Roxa				Tipo	
Nascimento	Sem referência.	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
transmissão do saber							
Contato							
Observações		(38) 36163167					

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA



Figura 2: Integrantes do Grupo Cantiga de Roda.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.



Figura 3: Participantes do Grupo Cantiga de Roda se organizando para apresentação.
Fonte: NUHICRE /IEPHA - 2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPacSF_MCardoso_Integrantes_Grupo_CRodas_Nuhicre_07dezembro2012 Figura 2: IPacSF_MCardoso_Integrantes_Grupo_CRodas 3_Nuhicre_07dezembro2012 Figura 3: IPacSF_MCardoso_Integrantes_Grupo_CRodas 2_Nuhicre_07dezembro2012
Vídeos	IPacSF_MCardoso_CRodas_Nuhicre_07dez2012
Áudio	IPacSF_MCardoso_Entrevista_CRoda_DonaRoxa_Nuhicre_07dezembro2012 IPacSF_MCardoso_Entrevista_CRodas_ParacoDaniel_Nuhicre_06dezembro2012

12 REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. <i>Danças dramáticas do Brasil</i> . Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.
ARANHA, S. S. Nas Rodas de Verso... Memória de Cantigas da tradição oral brasileira. In: IV Seminário de Pesquisa do Centro de Memória UNICAMP. Revista: <i>SARAU – Memória e vida Cultural de Campinas</i> . Vol. 4, n. 4, Fev. 2006. Campinas: UNICAMP, 2006
CARRARA, A. A. Antes das Minas Gerais: conquista e ocupação dos territórios mineiros. <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, Jul/Dez 2007.
CASCUDO, Luís da Câmara. <i>Literatura Oral no Brasil</i> . Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1984.
COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 FEV. 2015.
DANIEL, Párcico. <i>Cantiga de Roda</i> . [6 de dezembro, 2012]. 23 min 20 sec. Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Matias Cardoso/Sede.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÃO
Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
DOWLING, Gabriela Buonfiglio; MELO, Sara. O coco de roda no quilombo. <i>Amerika</i> [En ligne], 6 2012, mis en ligne le 21 juin 2012, Consulté le 25 février 2013. Disponível em http://amerika.revues.org/3164 . Acesso em: 23 dez. 2012.	
FREIRE, D; PEREIRA, L. L. História oral, memória e turismo cultural. In: MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. <i>Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar</i> . Belo Horizonte: Ed. UFMG: Território Brasilis, 2002.	
ROXA, Dona. <i>Cantiga de Roda</i> . [7 de dezembro, 2012]. 13 min 59 sec. Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Matias Cardoso/Sede. Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Não se aplica	
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Levantamento	Raquel Helena de Menonça e Paula- Professora Estagiários: Elis Medrado Viana Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Andrezza Alves Velloso Breno Trindade	07/2015 12/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						CELEBRAÇÕES e RITOS			
01 IDENTIFICAÇÃO									
Denominação	FESTA DO DIVINO ESPÍRITO SANTO					IPAC/MG	5377		
Município(s)	Matias Cardoso	Distrito	Sede						
Endereço									
GPS	23L	Long. UTM	638154.97 m E	Lat. UTM	8348604.54 m S	Urbano	X	Rural	
									
Figura 1: O cortejo do imperador do Divino acompanhado da Irmandade do Divino e banda de música. Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2013.									

Categoria	Ritos								
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual								
DENOMINAÇÃO	Festa do Divino Espírito Santo								
Outras denominações	Festa do Divino					Nível de integração			
			Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária			
PERIODICIDADE									
Início	Na cidade a festa ocorre em setembro, porém em outras localidades a festa obedece ao calendário litúrgico quando as festas coincidem com a comemoração do dia de Pentecoste.								
Fim	Data móvel.								
Calendário Litúrgico	A Festa de Matias Cardoso não segue o Calendário Litúrgico, apesar da								

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
	comemoração festiva fazer referência direta à Pentecoste.	
Invocação	Espírito Santo	
Observação das Datas	A Festa ocorre sempre no mês de setembro, durante quinze dias.	
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE		
<p>A Festa do Divino Espírito Santo ocorre usualmente cinquenta dias depois da Páscoa, coincidindo com a comemoração do dia de Pentecoste, quando o Espírito Santo descende do Céu sobre os apóstolos de Cristo para guiá-los na caminhada evangélica. Contudo, em Matias Cardoso a comemoração deste dia sagrado ocorre nos meses de setembro.</p>		

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
	<p>A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.</p> <p>O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocaminho.</p> <p>João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.</p> <p>A região dos sertões, também conhecida como Gerais são de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
	<p>O culto ao terceiro elemento da Santíssima Trindade pode ser atribuído à sua manifestação registrada no Novo Testamento da Bíblia cristã. O Espírito Santo, então, se manifesta para os apóstolos após a Ressurreição de Cristo, na forma de línguas de fogo, transmitindo a eles sabedoria e coragem para que pregassem o Evangelho. Este dia é lembrado na comemoração do dia de Pentecoste.</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

Conforme Maria Michol Pinho de Carvalho (2008), na apresentação “Divino Espírito (Re) Ligando Portugal/Brasil no imaginário Religioso Popular”, “o instituidor do culto ao Divino Espírito Santo é o monge cisterciense Joaquim de Fiori que viveu de 1135 a 1202 (p.3).” De acordo com Ivaldo Santos, na publicação “Joaquim de Fiore e os novos círculos joaquinistas (2008, p. 62-63)”, Fiori postulou uma teoria tripartite da histórica baseada nas três Pessoas constitutivas de Deus. A humanidade já teria passado pelo Estágio do Pai, relativo à época do Antigo Testamento, quando era regida pelas paixões da carne e foi necessária a Lei dos hebreus para guiar a conduta. Seguiu-se para o Estágio do Filho, coincidente com a constituição da Igreja Católica e marcada por uma liberdade maior que a anterior, pois fundamentada na liberdade filial. A terceira fase histórica seria a Nova Era, ou o Estágio do Espírito Santo, quando a humanidade seria regida por uma liberdade e conhecimentos plenos. A Era preconizada por Fiori, seguinte à vivida pelo Monge, os elementos exteriores seriam aniquilados e a humanidade (até então conhecida, a europeia) seria guiada “diretamente pelo Espírito Santo, que é o espírito da liberdade”.

Recorrente na memória histórica do povo português é “a devoção ao Espírito Santo da Rainha Isabel Aragão, de Portugal, esposa de D. Diniz, no século XIII, a “Rainha Santa” [...] (Carvalho, 2008, p.3).” No ano de 1325, a Rainha mandou construir, na vila de Alenquer, uma Igreja em homenagem ao Espírito Santo, instituindo a festa do Divino. De acordo com Carvalho, “ela teria, de fato, sido uma continuadora e reformadora do culto ao Divino”.

A origem da festa dedicada ao Espírito Santo é indubitavelmente portuguesa e no Brasil colônia disseminou-se por todo o país, de acordo com Rita Amaral (2006, p. 200), a partir de “missionários jesuítas e primeiros colonos.” Conforme Pacheco *et al.* (2005, p.4 *apud* CARVALHO, 2008, p.4), as festas do Divino são encontradas por todo país, apesar de ter características regionais, mantêm “em comum elementos como a pomba branca e a santa croa (coroa) de imperadores e a distribuição de esmolas.” A prática da esmola é designada por Carvalho (p. 3) como prática do “bodo”. Em relação aos festejos portugueses, no Brasil eles sofreram poucas variações, com adaptações regionais, “desde os dias em que se estabeleceu através de agentes eclesiásticos da coroa portuguesa” (COSTA, J, 2003, p. 193).

04 **DESCRIÇÃO****Preparativos**

Para a realização da festa é feita divulgação com cartazes e nos veículos de comunicação local, além dos avisos nas celebrações. Equipes são formadas para a montagem da estrutura da festa, novena, comidas nas barraquinhas, mas o envolvimento da família do Imperador se mostra como a principal referência.

Sobre as atribuições do Imperador e a organização do evento, Ana Inês Gomes Lopes diz do ano de 2006, quando seu pai foi o sorteado: “[...] Fazer a bandeira do divino, contratar o padre, a banda de música, contratar cozinheiras do almoço, contratar fogueteiro, já falei a banda? [...] E arranjar alojamento. Porque vai muita gente. De Manga para Matias Cardoso é muito fácil e todo mundo vai.” Para o almoço da festa, sua família matou dois porcos e ofereceram um quarto de carne de boi, além de setenta quilos de feijão. Segundo ela:

Catamos este feijão e elas colocaram no molho... Isso foi na véspera, né. Quando foi de madrugada esse feijão já estava no fogo, pois não tem panela de pressão para um saco de feijão, não. É muito feijão, fizemos muito arroz. Tinha carne de porco, tinha carne boi cozida. Tem que ser cozida porque ninguém dá conta de passar tanto bife. Fizemos uma salada: beterraba, cenoura alface, coisa da região mesmo... e não tinha farofa, não. Só o feijão o arroz e macarrão...

Ana diz que parte dos gastos foram cobertos pela anuidade que os confrades da irmandade pagam e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

repassam para o Imperador. Em 2006, o dinheiro da irmandade foi de quatrocentos reais e segundo Ana seu pai “[...] teve despesa com a banda, ele teve que alugar uma casa, ele teve despesa com as comidas. Muita comida, mas ajudou muito... o dinheiro. O resto ele completou”.

Desenvolvimento

João Batista de Almeida Costa (2003), em sua Tese “Mineiros e Baianeiros: englobamento, exclusão e resistência”, descreve a Festa do Divino Espírito Santo em Matias Cardoso, no ano de 2001. Segundo ele, a Festa tem seu início na Praça Cônego Maurício de onde se espalha percorrendo e ocupando os espaços da cidade. Em paralelo à Festa religiosa, há uma grande concentração de pessoas e turistas vindas de cidades próximas para aproveitarem os shows musicais que acontecem à noite, além de se banharem na praia do rio São Francisco, pela manhã.

Além do próprio Espírito Santo, a figura do Imperador é a mais importante na hierarquia festiva. A ele são atribuídas as funções de arrecadação para os preparativos da festa, além de articulação com as autoridades responsáveis pela sua execução, como o Prefeito e o Padre. Na hierarquia festiva, em segundo grau de importância se encontra o “mordomo, cargo do responsável pelo mastro a ser erguido em frente ao templo católico”. (2003, p. 194). Com base na descrição de João Batista de A. Costa, da festa de 2001, os fatos festivos ocorreram da maneira que tentamos resumir a seguir.

No dia 22 de setembro, no final da tarde, a festa foi instaurada com confrades da irmandade saindo da casa do mordomo do mastro para erguerem a bandeira do divino em frente à Igreja Matriz. Deste local rumam para a casa do Imperador, de onde o escoltam junto a uma criança que segura em suas mãos uma almofada onde fica a coroa. Para a proteção do Imperador e da criança, quatro confrades os isolam com quatro bastões. À frente do cortejo segue a bandeira do Divino na cor vermelha, estampada pela pomba, figurando o Espírito Santo. Atrás do Imperador, em duas filas indianas, seguem membros da irmandade, todos trajados com um colete vermelho. Todos seguem em direção à Praça Cônego Maurício, onde realizam um rito preparatório para poderem entrar na Igreja Matriz. Os participantes do cortejo imperial são recebidos pelo padre e ficam postados em lugares privilegiados da Igreja, sendo que o Imperador e o menino que guarda a coroa se põem ao lado do altar. Na cerimônia religiosa, o Imperador é coroado pelo sacerdote, bem como outras insígnias de poder lhe são dadas, como o cetro e o manto imperial. Neste dia, Costa informa que havia por volta de 300 pessoas na Igreja, além daqueles que não conseguiram entrar no templo e acompanham a cerimônia do lado de fora, sentados no muro que circunda a Igreja. Após a missa, o Imperador dotado “de seus símbolos de *prestígio e status*, retorna a sua casa.” Neste momento começam os festejos profanos, quando as pessoas se deslocam para o local onde é realizado o leilão, no Bar Dona Antônia, localizado na

confluência da praça com a avenida Padre Antônio Thomaz. Há uma pequena multidão, cerca de duas mil pessoas transitando nesse espaço, enquanto alguns participam do leilão realizado com as “esmolos” colhidas junto a população para custear a festa do Divino, outros bebem nos dois bares que se localizam em cada lado da referida avenida ou nas barraquinhas montadas ao longo da mesma (p. 196).

No outro dia, foguetes estouram na madrugada anunciando o dia mais importante da Festa do Divino Espírito Santo, enquanto um caminhão de som percorre a cidade acordando os cidadãos ao som de músicas. Às nove horas, o cortejo conduz o Imperador coroado para a Igreja Matriz onde é realizada a “missa solene” “com a participação de cerca de trezentas pessoas espremendo-se dentro do templo e cerca de outras duzentas do lado de fora”. No meio do dia é servido o almoço para alguns convidados na Casa de Pastoral da Criança. No final de tarde, um novo cortejo conduz o imperador para a Igreja Matriz “e daí, em procissão com umas duzentas pessoas, dirigem-se para a igreja de São Francisco de Assis, na periferia da cidade.” É nesta

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

igreja que ao final da missa há eleição do novo festeiro/imperador, responsável pela festa do próximo ano. Ao final, o Imperador é pela última vez conduzida à sua casa. Depois, os confrades seguem para a casa do novo Imperador para lhe entregar a bandeira do Divino Espírito Santo. (COSTA, 2003, 197).

Transformações e permanências

A comemoração do Divino Espírito Santo ocorria em concomitância com as festas das irmandades negras, as festas de Nossa Senhora do Rosário e as de São Benedito. Com a extinção dessas irmandades, seus antigos membros se filiaram à Irmandade do Divino Espírito Santo, informa João Batista A. Costa (2003, p. 192-193).

João Costa (p. 194-195) descreve a festa vista por ele em 2001 com desencanto decepcionado com a escassa participação dos membros da irmandade em detrimento à vultosa participação nas festividades profanas da festa. Um exemplo dos termos utilizados pelo autor para descrição das primeiras movimentações da festa:

[...] afora os sete irmãos e dois gatos pingados como eu, um etnógrafo interessado nas tradições locais, e uma senhora cumprindo promessa, mais ninguém deu bola para o cortejo, todos que vieram para a festa encontravam-se na praia do rio São Francisco.

Desencanto propiciado pela pouca participação da população na festa que ele atribui ao deslocamento da elite econômica, tradicionalmente atuante, para as mãos de “forasteiros ausentes da vida local” provocando o “enfraquecimento e o empobrecimento do evento, enunciados constantemente pela população em festa” (COSTA, 2013, p. 199).

Em entrevista com Ana Inês Gomes Lopes, filha do Imperador da festa de 2006, Afonso Gomes Ribeiro, ela nos diz que seu pai é morador de Manga, onde foi vereador por quatro mandatos, e não pertence à Irmandade do Espírito Santo, apesar de ser bastante religioso. Diferente da festa de 2001, Afonso foi selecionado para Imperador por meio de votação. Ana comenta sobre o assunto:

Eu estava conversando com um senhor lá e ele disse que isso também pode. Por exemplo, ele falou pra mim: “se a senhora quiser ser o Imperador do Divino, ou assumir a Festa do Divino, é lógico que eu vou ter que arrumar um homem para ser o Imperador, né. A senhora chega e eu tiro este item do sorteio e a senhora fica com a festa.” Até isso eles estão fazendo agora. Mas meu pai entrou pelo sorteio.

Contudo, com a vinda do seminarista Daniel para ministrar as missas na Igreja Matriz, a população de Matias Cardoso está mais confiante quanto ao futuro das tradições por perceber em Daniel uma maior receptividade para as manifestações populares do catolicismo. Ana Inês argumenta que:

Em cidade pequena, padre manda. É o padre que manda. As pessoas estavam muito sentidas e agora eles estão em lua de mel. Chegou lá um padre chamado Daniel e esse padre além de ser padre é formado em Ciências da Religião e por isso ele está resgatando todas as festas.

A abertura proporcionada por Daniel, ao reconhecer a permanência das tradições religiosas como fator importante para a identidade local, traz outros questionamentos geradores de conflitos entre igreja e comunidade. Apesar deste acolhimento das manifestações tradicionais, o seminarista comenta sua insatisfação quanto à data comemorativa da Festa do Divino ser em setembro:

[...] eles celebram o espírito santo em uma data totalmente fora daquilo que a Igreja católica celebra. A gente está vendo se trás pro dia certo... Mas eles falam “mas tem a tradição”... e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

aí começa a briga...nós temos que zelar por aquilo que é a Igreja e eles querem brigar para conservar a tradição deles... Não é fácil não...

Sobre a festa ser comemorada no mês de setembro, Daniel esclarece:

[...] eu fui resgatar a história pra saber por que o pessoal estava tão resistente em mudar. Pondo na cabeça que a Festa do Divino Espírito Santo é em setembro, quando “a gente” sabe que não é. A festa do divino é em Maio ou Junho. Ela não é uma data fixa, ela é móvel... E aí eu fui pesquisar para saber por que ficou isso em setembro... É porque há algum tempo atrás, duzentos anos atrás para cá..., o padre vinha aqui quase que uma vez por ano. Quando eles celebravam todos os padroeiros de uma só vez. Fazia casamento, fazia batizado, fazia a crisma fazia tudo de uma vez só, por isso ficou a festa do divino neste dia.

Outro ponto de transformação ocorrido nesse contexto é apontado pelo coordenador da Irmandade do Divino Espírito Santo, o Senhor Izaias, que está promovendo novamente a criação das antigas Irmandades de Nossa Senhora do Rosário e de São Benedito, o que irá expandir o calendário festivo/ religioso da cidade:

[...] primeiramente com a boa vontade de Deus e a boa vontade de Padre Daniel nós estamos levantando a Irmandade do Rosário e a Irmandade de São Benedito. Já fiz as listas, tô pegando o nome das pessoas de boa vontade e tô colocando. Inclusive, já fiz uma lista e tá pronto: é a de São Benedito. Inclusive, quem é responsável pela missa de São Benedito é essa daí, olha minha sobrinha. E a outra a da nossa senhora do Rosário é a minha nora. E todo mundo que tá com boa vontade eu tô pegando o nome, homem e mulher. E todo mundo tá querendo participar. (Izaias, coordenador da Irmandade do Divino Espírito Santo).

05 ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO
Descrição do espaço da celebração

Os cortejos rituais da celebração ocorrem nas ruas da cidade, nos trajetos ligando as casas do mordomo da bandeira, do Imperador coroado no ano, até às Igrejas Matriz de Nossa Senhora da Conceição e de São Francisco, onde termina a festa sagrada. Os festejos profanos que acompanham a Festa do Divino Espírito Santo ocorrem na Av. Antônio Thomaz, onde é erguido um palco para a realização de shows musicais.

Croquis

Sem referência.

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	x	Região		Estado		Nacional	
Observação	Sem referência.								

Participação turística

A Festa do Divino em Matias Cardoso atrai ex-moradores do município e pessoas de cidades próximas. Percebe-se um grande fluxo de moradores da área rural para a cidade, pois muitos deles são integrantes da Irmandade do Divino Espírito Santo. A Festa constitui um grande atrativo turístico não apenas para os religiosos, mas para aqueles que visitam a cidade para participarem de uma tradição que ocorre num templo religioso de grande importância histórica para Minas Gerais. Segundo João Batista A. Costa (2003, p. 194):

Em 2001, aproximadamente umas duzentas pessoas vieram de outras localidades para a festa do Divino. Há mascates, matienses ausentes, pessoas tradicionais de localidades

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

vizinhas e moradores da zona rural do município. Principalmente os jovens aproveitam o calor e o rio São Francisco para se divertirem na praia formada pelo assoreamento do rio. Nela forma montadas quatro barracas que comercializam bebidas alcoólicas, guloseimas e refrigerantes.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Bandeira	Patrimônio material	Bem móvel	Objeto ritualístico	
Coroa	Patrimônio material	Bem móvel	Adereço ritualístico	
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Patrimônio material	EUA	Arquitetura religiosa	
Manto	Patrimônio material	Indumentária	Veste ritualística	
Mastro	Patrimônio material	Bem móvel	Objeto ritualístico	

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	X	Associação	Outros	x
Denominação	Irmandade do Divino Espírito Santo						
Descrição	Grupo de fiéis devotos do Divino Espírito Santo que atua na preparação dos festejos anualmente e desenvolve outras práticas ao longo do ano voltadas ao culto do Divino Espírito Santo.						
Organizadores e Financiadores							
Tipo	Irmandade do Divino Espírito Santo						
Organizadores	- Irmandade do Divino Espírito Santo - Izaías Marcelino de Sousa						
Financiadores	Os integrantes da Irmandade do Divino Espírito Santo e a comunidade em geral do município, ficando a responsabilidade maior nas mãos do Festeiro.						

09 COMENTÁRIOS
Comentários dos entrevistados

Ana Inês, filha do Imperador responsável para festa em 2006, conta que a banda contratada toca durante a missa músicas religiosas. Sobre a bandeira do Divino, ela diz que “as pessoas vão pegando nela, tocam, beijam, vão pedindo as graças que precisam né... é muito emocionante, sabe”.

O envolvimento da família do festeiro com o evento é fundamental para que o evento aconteça. Nota-se que, independente da religião dos parentes, há forte dedicação de todos. Sobre o envolvimento da família com a festa, ela diz:

A família, neste caso minha família, é toda católica né, só eu que não. Fica todo mundo muito envolvido. Emocionado e muito envaidecido pelo pai ter sido sorteado para ser o Imperador do Divino Espírito Santo. É uma festa de muita honra para as famílias. A família se sente honrada e todo mundo se envolve. E outra coisa, Matias Cardoso é uma cidade pequena, mas tem muita solidariedade, sabe?

A alimentação nas festas religiosas é outro espaço de comunhão do sagrado a partir da perspectiva

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

da comensalidade, ato de dividir a alimentação com base no seu significado e função social. Sobre a comida ofertada no almoço, Ana Inês argumenta que:

Nossa, pra nós tem um significado importantíssimo porque quem come não são somente os confrades, come muita gente que está com necessidade. Foi doada muita carne de porco, muita carne de boi, já pronta. [...] Sobrou muito óleo, pois meu pai comprou uma caixa de óleo sabe, sobrou muito óleo. Sobrou farinha, sobrou carne, carne pronta então nós doamos as pessoas iam buscar e as cozinheiras já estavam autorizadas a passar aquelas comidas para elas. Deu comida demais porque lá tem muita gente necessitada, né? Então muita gente levou comida pra casa levou carne de porco, levou carne de boi, levou arroz, levou feijão.

Comentários do elaborador**Elementos significativos relacionados**

A Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição constitui um dos elementos mais significativos da festa, pois configura um elo com a colonização portuguesa e jesuítica, responsáveis por trazer ao Brasil o culto festivo dedicado ao Divino Espírito Santo. A proximidade com o Rio São Francisco, onde a cidade está instalada, fazem com que o Rio ofereça não apenas um modo de vida, como também seja um marco natural a estar lembrando constantemente a história de colonização do país.

Crenças Associadas

A participação no festejo tradicional relembrando o episódio bíblico da Pentecoste reatualiza o tempo histórico da aparição do Divino, fazendo com que os seus celebrantes se sintam também abençoados. Uma das formas do público receber a benção do Divino é acompanhar o cortejo ou beijar a bandeira.

Identidades construídas em torno da atividade

A Festa do Divino Espírito Santo, entendida como um ritual religioso, propicia um espaço de suspensão das estruturas cotidianas daqueles envolvidos e possibilita a reafirmação de seus laços, ressignificando as relações e o próprio envolvimento com o sagrado.

Cavalcanti (2013), ao analisar as contribuições de Victor Turner e seus estudos sobre *ritual*, discorre sobre o conceito de *drama social*, processo que obedece sempre a uma mesma sequência padronizada de ações dramatizadas a partir de uma performance, o ritual. A autora demonstra que a experiência vivida pelo indivíduo no desenrolar do drama é subjetivada, produz reflexividade, e pode modificar o próprio sujeito e seu grupo. Como os agentes integrantes desse ritual, pode-se pensar o próprio Imperador, os envolvidos na produção da alimentação, os integrantes da Irmandade, o padre, e todos os responsáveis por algum cargo dentro da estrutura ritualística da Festa do Divino Espírito Santo, assim como os fiéis.

Dessa forma, a Festa do Divino é um espaço de construção e reestruturação das identidades do povo de Matias Cardoso que, no meio familiar integrado com o universo religioso, reafirma seus laços de pertencimentos.

Significados socioeconômicos

A festividade mobiliza o comércio local devido ao grande número de turistas e ex-moradores que retornam para visitar os parentes e participar do evento.

Significados Simbólicos

A união das tradições memorativas da simbologia da realeza instaurada no sagrado da fé reatualiza a memória coletiva da cidade. Nas palavras de Carvalho (2008, p.9), “é a (re) atualização, no presente do tempo histórico passado (re) montando uma forma específica de organização sócio-política, centrada na realeza. Só que, agora, a corte é divina e a corte é simbólica”.

Possibilidade de Continuação

Como podemos perceber nos relatos e descrições feitas acima, apesar de ter vivido momentos de declínio, a Festa do Divino Espírito Santo tem hoje plena condição de continuidade, desde que se mantenha o

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

apoio da Igreja e das autoridades locais.

Plano de ação

a) O apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionadas ao bem cultural, principalmente as questões relativas à devoção, bem como levantar a memória da irmandade do Divino propondo ações de articulação entre as diversas instâncias;

b) Promover e divulgar o bem cultural;

c) Identificar os elementos que possam ser mobilizados para sensibilização quanto aos valores culturais da festa e suas contribuições visando promover o empoderamento e enriquecimento da identidade dos moradores matienses.

d) Reconstruir a história da festa através de antigos moradores e de documentos da própria irmandade, como a lista de doações, fotos, recortes de jornais dentre outros.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Izaias Marcelino de Sousa					Tipo	Organizador
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade	77 anos	Registro Sonoro Visual	X
	Descrição	Transmissão do saber						
	Contato							

02	Nome	Ana Inês Gomes Lopes					Tipo	Organizador
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X
	Descrição	Transmissão do saber						
	Contato							

03	Nome	Seminarista Daniel					Tipo	Organizador
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
	Descrição	Transmissão do saber						
	Contato							

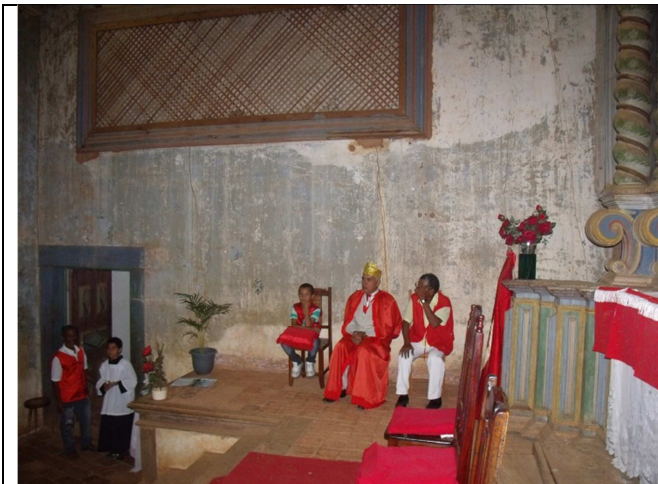
11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS****Figura 2:** O altar decorado nos tons de vermelho e branco.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

Figura 3: O Imperador e seu pajem em cortejo.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

**Figura 4:** O imperador em seu trono ao lado do altar.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

**Figura 5:** Imperador comungando.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

**Figura 6:** O andor do Divino, conduzido por integrantes da irmandade.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

**Figura 7:** O cortejo do Divino ganha as ruas da cidade.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

CELEBRAÇÕES e RITOS



Figura 8: Saída do cortejo do Divino.
Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.



Figura 9: Cortejo tendo o Cristo crucificado levado por acólitos.
Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	<p>Figura 1: ipacsf_mcardoso_paddivino_nuhicre_19maio2013 (4) Figura 2: ipacsf_mcardoso_amigreja_nuhicre_19maio2013 (2) Figura 3: ipacsf_mcardoso_sdidigreja_nuhicre_19maio2013 (7) Figura 4: IpacSF_MCardoso_Imperador_Trono_Nuhicre_19maio2013 Figura 5: IpacSF_MCardoso_Comunhão_Nuhicre_19maio2013 Figura 6: IpacSF_MCardoso_Andor_Procissão_Divino_Nuhicre_19maio2013 Figura 7: IpacSF_MCardoso_Cortejo_Ruas_Nuhicre_19maio2013 Figura 8: IpacSF_MCardoso_Andor_Divino_Nuhicre_19maio2013 Figura 9: IpacSF_MCardoso_Cristo_Crucificado_Nuhicre_19maio2013</p>
Vídeos	<p>IpacSF_MCardoso_Divino_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Divino1_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Missa_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Festeiro_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Festeiro3_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Festeiro2_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Festeiro1_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Imperador4_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Imperador3_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Imperador1_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Eucarístia2_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Eucarístia_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Divino4_Nuhicre_18julho2012 IpacSF_MCardoso_Divino3_Nuhicre_18julho2012 IpacSF_MCardoso_Divino2_Nuhicre_18julho2012 IpacSF_MCardoso_Divino1_Nuhicre_18julho2012 IpacSF_MCardoso_Imperador_Divino_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Banda3_Nuhicre_19maio2013 IpacSF_MCardoso_Banda2_Nuhicre_19maio2013</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
	IpacSF_MCardoso_Banda1_Nuhicre_19maio2013 IPacSF_MCardoso_Festa_Divino_Nuhicre_07dezembro2012	
Áudio	IpacSF_MCardoso_Entrevista_Izaias_Marcelino_Nuhicre_18maio2013 Entrevista de Ana Inês Gomes Lopes: Trans01_MatiasCardoso_FDivino Trans_IpacSF_MCardoso_Festa_Daniel_06Dez13	

13	REFERÊNCIAS
	AMARAL, R. C. M. P. <i>Festa à Brasileira – Sentidos do festejar no país que não é sério</i> . 1998. 387f. Dissertação (Doutorado em Antropologia) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo: 1998.
	CARRARA, A. A. Antes das Minas Gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. In: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
	CARVALHO, M. M. P. C. Divino Espírito (Re)Ligando Portugal/Brasil no Imaginário Religioso Popular. In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5., Universidade de Nova Lisboa. <i>Anais...</i> Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.
	CAVALCANTI, Maria Laura Viveiros de Castro. Drama, ritual e Performance em Victor Turner. <i>Sociologia & Antropologia</i> . Rio de Janeiro, v.03.06: 411–440, novembro, 2013.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 FEV. 2015
	DANIEL. Festas Religiosas Tradicionais. [2013]. <i>Matias Cardoso</i> . Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
	FILHO, Aderval Costa. <i>Os Gorutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte – mineiro</i> . Disponível em: < http://btdtd.bce.unb.br/tesdesimplificado/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=4712 >. Acesso em: 28 fev. 2013.
	LOPES, Ana Inês Gomes. <i>Festa do Divino Espírito Santo</i> . [19 de Maio de 2013]. Matias Cardoso. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
	SANTOS, Ivanaldo. Joaquim de Fiore e os novos círculos joaquistas. <i>CiberTeologia (São Paulo. Online)</i> , v. 1, p. 62-71, 2008. Disponível em: < http://ciberteologia.paulinas.org.br/ciberteologia/wp-content/uploads/2009/06/01joaquimfiore.pdf > Acesso em: 4 dez. 2014.
	SOUSA, Izaias Marcelino de. <i>Festa do Divino</i> . [18 de maio, 2013]. Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Matias Cardoso/Sede. Entrevista concedida a Denilson Meireles. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA.

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana	2013
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Levantamento	Denilson Meireles, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Andrezza Alves Velloso	07/2015
	Breno Trindade	12/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
--	----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	FESTA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					IPAC/MG	5378			
Município(s)	Matias Cardoso	Distrito		Sede						
Endereço										
GPS	23L	Long. UTM	638289.52 m E	Lat. UTM	8350163.26 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Devotos na missa realizada durante a Festa de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2012.

Categoria	Ritos				
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual				
DENOMINAÇÃO	Festa de Nossa Senhora da Conceição				
Outras denominações	-		Nível de integração		
			Comunidade	X	Oficial
PERIODICIDADE					
Início	30 de novembro.				
Fim	08 de dezembro.				
Calendário Litúrgico	Tempo do advento				
Invocação	Nossa Senhora Imaculada Conceição				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
Observação das Datas	No dia 30 de novembro inicia-se a novena que terminará no dia 8 de dezembro, data em que se comemora o dogma da Imaculada Conceição.	
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE		
Festa cristã realizada durante nove dias em comemoração a Nossa Senhora da Imaculada Conceição.		

02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE

A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.

O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocambinho.

João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.

A região dos sertões, também conhecida como Gerais são de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.

03 ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS

A festa de Nossa Senhora Imaculada Conceição foi instituída em 1476 pelo Papa Sisto IV e a concepção imaculada de Jesus por Maria, depois de muitos debates teológicos, foi definida como dogma em 8 de dezembro de 1854 pelo papa Pio IX, através da bula “Ineffabilis Deus”:

(...) pronunciamos e definimos a doutrina que sustenta que a beatíssima Virgem Maria, no primeiro instante de sua Conceição, por singular graça e privilégio de Deus onipotente, em vista dos méritos de Jesus Cristo, Salvador do gênero humano, foi preservada imune de toda mancha de pecado original, essa doutrina foi revelada por Deus e, portanto, deve ser sólida e constantemente criada por todos os fiéis (CATOLICISMO ROMANO).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

Comemora-se, portanto, um mistério profundo da fé católica, a preservação de Maria de qualquer mancha de pecado, mantendo-se pura, “cheia de graça”, como condição para a concepção do Cristo. Padroeira de Portugal, o culto à Imaculada Conceição chega ao Brasil Colônia se solidificando sob a forma da Igreja Matriz de Nossa Senhora Imaculada Conceição em Matias Cardoso, cuja construção remonta a 1695, aproximadamente.

É plausível afirmar que as festas em comemoração a Imaculada Conceição tiveram início pelo menos desde a fundação do arraial cuja Matriz leva o nome da Virgem. Conforme relatos da pesquisa, a festividade é uma tradição na localidade. Segundo a entrevistada Matilde Moreira de Oliveira, a festa ficou um longo período sem ser realizada, devido a constante mudança e falta de interesses dos párocos locais.

04 DESCRIÇÃO
Preparativos

Atualmente, a festa é preparada e organizada pelos paroquianos juntamente com o padre. Para a realização da festa é feita a divulgação por meio de cartazes e através da mídia local.

Desenvolvimento

A festa é realizada durante os dias da novena, que termina no dia de Imaculada Conceição. São realizados cultos dedicados à Maria dentro da Igreja Matriz, para depois ser realizado na Praça Cônego Maurício, em frente à Matriz, diversas atividades como: leilões, procissões, barraquinhas de quermesse, entre outras. No último dia da festa é realizada uma procissão com a imagem da Imaculada Conceição sobre o andor, enquanto os devotos cantam em louvor soltando fogos de artifícios.

Transformações e permanências

A falta de apoio de alguns párocos resultou em alguns anos sem a realização da festa, como menciona uma das devotas no seguinte termo: “Nos passamos um sofrimento aqui com dois padres que quem sabe é ela aí (aponta para ao altar onde está a Virgem da conceição) Acabou com tudo... Acabou com a tradição nossa moça”. (Matilda Moreira da Silva).

Junto a Festa de Nossa senhora da Conceição, atualmente comemora-se o “Dia do Gerais” quando o município recebe, a cada dois anos, o Governo do Estado. Neste dia em especial são entregues as medalhas de Maria da Cruz e Matias Cardoso, que homenageiam mulheres e homens de projeção regional.

05 ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO
Descrição do espaço da celebração

A Festa de Nossa Senhora da Conceição ocorre dentro da Igreja com missas, como também na parte externa da Igreja e na rua com procissões, comidas típicas, apresentações musicais e grupos culturais. As festividades acontecem, portanto, em diversos momentos do dia, transformando o cotidiano da cidade.

Croquis

Sem referência.

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	x	Região		Estado		Nacional	
------------	--	-----------	---	--------	--	--------	--	----------	--

Observação Sem referência.

Participação turística

Sem referência.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS			CELEBRAÇÕES e RITOS	
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Bem Material	EUA	Arquitetura religiosa	
Largo da Igreja	Bem Imaterial	Lugares		5379

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO									
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	x			
Denominação	Festa de Nossa Senhora da Conceição.								
Descrição	A Festa de Nossa Senhora da Conceição acontece no final do mês de novembro e início de dezembro, tendo a duração de nove dias. Seu término ocorre no dia 8 de dezembro, no qual se comemora o dia de Nossa Senhora da Conceição.								
Organizadores e Financiadores									
Tipo	Comunidade								
Organizadores	Pároco da Igreja, devotos e fiéis de Nossa Senhora da Conceição.								
Financiadores	Devotos que ajudam com doações.								

09 COMENTÁRIOS	
Comentários dos entrevistados	
<p>Os devotos de Nossa Senhora da Conceição se mobilizam durante o período da festividade e ressaltam os elementos constituintes da celebração com muita emoção, fato que pode ser demonstrado de acordo com a fala da entrevistada Matilde Moreira de Oliveira: “Depois da novena tem a missa e, depois da Missa, acontece às apresentações. Cada dia é uma coisa... Coisa muito bonita... é coroação... é apresentação das escolas...”.</p> <p>O padre Daniel, responsável pela Paróquia e pelo resgate da realização da Festa de Nossa Senhora da Conceição na localidade, menciona a importância da celebração:</p> <p style="padding-left: 40px;">Ah sim, resgatei... é que meus dois antecessores... acabaram com a coroação de nossa senhora e fazer isso como uma comunidade como esta aqui...Então eu falei... conversei... com algumas pessoas daqui que tinham saudade disso e que já trabalharam no passado para ver se a gente consegue resgatar isso daí Então foi resgatado a coroação de Nossa senhora. Resgatamos agora na festa para depois em maio manter as coroações.</p>	
Comentários do elaborador	
A continuidade e manutenção da festa, mesmo havendo um período de interrupção, ressalta a importância de sua prática para aquela localidade e seus devotos, uma vez que a Festa de Nossa Senhora da Conceição está vinculada à construção da identidade religiosa das pessoas que residem na cidade.	
Elementos significativos relacionados	
<p>Os elementos significativos relacionados são a devoção, a realização de novenas, procissão, coroação e a mobilização entre os fiéis para manutenção da festa religiosa.</p> <p>Episódio que marcou a história local foi o roubo da imagem de Nossa Senhora Conceição em 2008.</p>	
Crenças Associadas	
Cristianismo e a devoção a Nossa Senhora Conceição.	
Identidades construídas em torno da atividade	
A celebração e os ritos referentes a Nossa Senhora da Conceição são aspectos da vida religiosa local	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	CELEBRAÇÕES e RITOS
<p>que estão diretamente vinculados às identidades construídas e o processo de ressignificação próprio da dinâmica cultural de um determinado grupo. O envolvimento de toda a cidade com as comemorações religiosas permitem o reforço dos laços entre os moradores onde as estruturas sociais são reafirmadas fomentando assim a continuidade da tradição.</p>	
<p>Significados socioeconômicos</p> <p>As festividades mobilizam o comércio local como também contribuem para a Igreja angariar fundos para sua manutenção e da casa paroquial.</p>	
<p>Significados Simbólicos</p> <p>A festa está ligada a celebração de Nossa Senhora da Conceição através de sua imagem, procissão, novenas e coroação. A crença na sua pureza e representação dentro do sistema católico leva seus fiéis a buscarem graças e alívio a algum tipo de demanda pessoal.</p>	
<p>Possibilidade de Continuação</p> <p>Percebe-se grande desejo de continuidade para manutenção da festa pelos devotos e pároco local atual, uma vez que se mobilizam para organização e realização.</p>	
<p>Plano de ação</p> <p>Faz-se necessário a realização de estudos sobre os seus significados simbólicos, origens documentadas, e a importância da celebração de Nossa Senhora da Conceição para a população de Matias Cardoso. Outro ponto importante é entender a partir da própria história local a relação entre comunidade e celebração a fim de promover maior envolvimento das gerações mais novas e moradores mais recentes com a festa.</p>	

10	ENTREVISTADOS								
01	Nome	Matilde Moreira de Oliveira				Tipo	Devota		
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X	
	Descrição	Transmissão do saber							
	Contato	Casa Paroquial							

02	Nome	Padre Daniel				Tipo	Organizador		
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X	
	Descrição	Transmissão do saber							
	Contato	Casa Paroquial							

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA							
----	--------------------------	--	--	--	--	--	--	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS


Figura 2: Altar com a imagem de Nossa Senhora da Conceição no centro na Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.



Figura 3: Fiéis na porta da Igreja de Nossa Senhora da Conceição durante as festividades.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IpacSF_MCardoso_Missa_NSConceição_Nuhicre_07dezembro2012 Figura 2: IpacSF_MCardoso_Altar_NSConceição_Nuhicre_07dezembro2012 Figura 3: IpacSF_MCardoso_Fieis_NSConceição_Nuhicre_07dezembro2012
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	IpacSF_MCardoso_Entrevista_MatildeMoreira_Nuhicre_07dezembro2012 IpacSF_MCardoso_Entrevista_ParacoDaniel_Nuhicre_06dezembro2012

13 REFERÊNCIAS

CARRARA, Angelo Alves. Antes das minas gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. In: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
CARVALHO, M. M. P. C. Divino Espírito (Re)Ligando Portugal/Brasil no Imaginário Religioso Popular. In: V CONGRESSO PORTUGUÊS DE SOCIOLOGIA, 5., Universidade de Nova Lisboa. Anais... Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 2008.
CATOLICISMO ROMANO – IMACULADA CONCEIÇÃO. Disponível em: < http://www.catholicismoromano.com.br/content/view/751/28/ > Acesso em: 09 fev. 2015
COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 FEV. 2015
DANIEL, Padre. <i>Festas Religiosas Tradicionais</i> [06 de Dezembro de 2012]. Matias Cardoso. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.
FILHO, Aderval Costa. <i>Os Gorutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte – mineiro</i> . Disponível em: < http://btdt.bce.unb.br/tesesimplificado/ >

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

tdebusca/arquivo.php?codArquivo=4712>. Acesso em: 28 fev. 2013.

OLIVEIRA, Matilde Moreira de. *Festa de Nossa Senhora da Conceição*. [07 de Dezembro de 2012]. Matias Cardoso. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.

14 FICHA TÉCNICA

Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula.	2012
Levantamento	Denilson Meireles, Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior.	2012/2013
Elaboração		
Revisão	Andrezza Alves Velloso Breno Trindade	16/07/2015 12/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	LARGO DA IGREJA DE NOSSA SENHORA DA CONCEIÇÃO					IPAC/MG	5379			
Município(s)	Matias Cardoso			Distrito	Matias Cardoso					
Endereço	Praça Cônego Maurício, 115 – Centro. CEP 39478-000. Matias Cardoso/MG									
GPS	23K	Long. UTM	609817.63 m E	Lat. UTM	7801757.49 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Vista parcial do entorno da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.
Fonte: Acervo NUHICRE /IEPHA - 2012.

Categoria	Lugares				
Tipologia da Atividade	Lugar simbólico				
DENOMINAÇÃO					
Nível de integração					
Comunidade	x	Oficial		Intercomunitária	

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
-----------	--------------------------------

A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.

O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocambinho.

João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos tiveram para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.

A região dos sertões, também conhecida como Gerais, é de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoamentos iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

Segundo João Batista de Almeida Costa (2012) em seu artigo “Os Berços dos Gerais”, a história da Igreja Matriz de Matias Cardoso está ligada a incursões de bandeirantes paulistas no sertão mineiro com o objetivo de reprimir grupos indígenas, quilombos e busca de ouro e pedras preciosas. Januário Cardoso foi o principal benfeitor do arraial, assim como edificador da igreja, provavelmente construída entre 1670 e 1673.

A história contada pelos moradores informa que seu fundador e construtor foi o Mestre de Campo Matias Cardoso de Almeida, que por três momentos distintos deu início à construção do arraial e da igreja de Nossa Senhora da Conceição, mas devido às cheias do rio Verde Grande e do rio São Francisco foi impedido de completar a empreitada. Enquanto que, na historiografia, Diogo de Vasconcelos (1900), Urbino Viana (1935), Affonso de Taunay (1948) e Brasileiro Braz (1977) informam que o arraial de Matias Cardoso não coincide com o arraial de Morrinhos, que teria sido fundado e construído inicialmente por Januário Cardoso, assim como a sua igreja. Para Salomão de Vasconcelos (1944) e Simeão Ribeiro Pires (1979) há coincidência com a narrativa guardada pela memória oral dos matienses.

Tão logo se viu que a nova posição do arraial estava imune a inundações, deu-se início a sua construção e da igreja, efetivada sobre as ordens de Matias Cardoso de Almeida – que também mandou erguer um enorme muro de pedras com aproximadamente quatro metros de altura e cujos fragmentos ainda eram encontrados por volta dos anos 1960. Todo o trabalho foi realizado com mão-de-obra de pretos e indígenas aprisionados em seus confrontos com os grupos que habitavam variadas áreas e matas da região. Conta-se que quando os negros e indígenas escravizados não estavam mais produzindo aquilo que deles se esperava, eram jogados vivos numa das lagoas existentes dentro da área delimitada pelo muro de pedras e cujo nome, Lagoa das Piranhas, informa a morte cruel desses infelizes.

Outras narrativas contam que Matias Cardoso mandou cavar uma série de túneis que possibilitariam a fuga em caso de ataque ao arraial. Se pegos de surpresa dentro do próprio arraial, havia um túnel que ligava a casa principal à igreja. Esta foi construída numa concepção que conjugava sua função religiosa com a de um forte, nela há diversos seteiros, propícios à sua defesa, e posicionado como o último bastião a cair para que os moradores de Morrinhos fossem vencidos. E mesmo se vencidos, havia um segundo túnel que passando por baixo do rio São Francisco possibilitaria a fuga para o outro lado do mesmo rio até uma colina aí existente. E, finalmente, um terceiro túnel que unia o arraial de Morrinhos ao arraial de Pedras de Baixo.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Em uma semana santa, uma dentre tantas quando todos os paulistas e baianos povoadores brancos dos Currais da Bahia se encontravam anualmente, Matias Cardoso conheceu a Maria da Cruz, casada com seu parente e moradora do segundo povoado. Apaixonaram-se um pelo outro e decidiram cavar um túnel que possibilitasse os seus encontros sem que ninguém soubesse. Para guardar o segredo, todos aqueles que trabalhassem na sua construção seriam depois mortos. De uma das grutas existentes nos morrinhos, o Mestre de Campo direcionou o seu túnel para Pedras de Baixo e Maria da Cruz, a partir de um quarto em sua casa da fazenda, em direção a Morrinhos, até que se encontram um com o outro. Por esse túnel com aproximadamente duzentos quilômetros, os dois se visitavam e na ocasião levavam em seus bornais rapadura, farinha, paçoca de carne seca, frutas e água para se alimentarem. No meio do caminho entre os dois lugares, dentro do túnel, se encontravam e passavam dias namorando. Dessa paixão secreta nasceu um filho que junto com a mãe foi um dos líderes da Conjuração Sanfranciscana em 1736.

Neste contexto a Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso é centro mantenedor das tradições orais iniciais do antigo povoado de Morrinhos. Local onde os saberes e fazeres culturais dos primeiros moradores revelam-se conjuntamente com os aspectos multifacetados das matrizes culturais ali reunidas.

Consagradas ao Patrocínio da Nossa Senhora da Conceição, se revelam no sincretismo de suas expressões e celebrações, como forma de resistência. Resistência que, enquanto síntese histórica, garante a construção de sentidos e identidade ribeirinha, revelada nas novenas e ladainhas, dançantes do São Gonçalo, Reis de Bois, batuques e folias e roda de versos, que se alternam em vários momentos no calendário festivo local: Festa do Divino, Festa de Nossa Senhora da Conceição Divino sempre com nove dias de festa quer dentro da Igreja quer em seu largo.

Para os devotos de Nossa Senhora da Conceição e do Divino de Matias Cardoso o templo e seu largo são lugares sagrados, por isso sazonalmente as práticas religiosas como novenas, rezas, e procissão são renovadas mantendo viva a devoção bem como a proteção da localidade. Dessa forma, para os devotos, o importante não é a dimensão física do templo e sim o significado simbólico e sagrado da prática religiosa, cujo largo, se torna pequeno para acolher os fervorosos festeiros e folguedos culturais que se revezam diariamente após novenas, junto aos leilões e barraquinhas que nos convidam a degustar os sabores sertanejos dos biscoitos, bolos, paçoca, feijão tropeiro consumidos a partir do complexo ligado às práticas devocionais.

04 DESCRIÇÃO

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição de Matias Cardoso, é um exemplo de como os jesuítas trouxeram sua arquitetura a partir do nordeste brasileiro. Possuindo traços da arquitetura religiosa do Recôncavo Baiano, a fachada frontal da Igreja é composta de quadro central, ladeada por torres imponentes e encimada por frontão reto. Sua porta é centralizada, ladeada por duas portas menores, fugindo ao esquema típico mineiro de distribuição das envasaduras. Datada da primeira metade do século XVIII (1726), a edificação é totalmente erguida em alvenaria de tijolos maciços, técnica diferenciada aos padrões construtivos das edificações religiosas mineiras desta época (GARCIA, 2005).

Segundo arquivos do Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais (IEPHA - MG), foi construída por iniciativa do desbravador Matias Cardoso e seu filho, tendo como principal mão-de-obra os indígenas, que já deveria estar influenciado pelos trabalhos desenvolvidos na região nordeste do país. Tanto em Matias Cardoso como em grande parte das cidades mineiras, a disposição das casas começou em volta da igreja do lugarejo. Esta organização coloca a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, não apenas como um ponto central, mas um lugar comum onde se concretizam relações sociais, de trabalho e simbólicas dos moradores. É um espaço de vida que permite criação de regras, acordos, modos de vida que se delineiam

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

e tomam forma, ora influenciados pelas características físicas e arquitetônicas do templo como também dos valores e crenças advindos das relações ali materializadas (ARROYO, 1996 *apud* COSTA, 2012).

A pesquisa de campo nesta cidade identificou dentre seus moradores uma grande conquista a partir de ações junto a Igreja Nossa Senhora da Conceição. O atual pároco Daniel vem, junto aos moradores, resgatando as tradições locais através de ações caracterizadas como catolicismo popular. Desta forma, o Padre Daniel (entrevistado), resgata o sentido de existir em Matias Cardoso, na medida em que o templo e seu largo agrupam pessoas e símbolos, condutas e valores, fazeres e tradições que se revelam em seus festejos ao longo de todo ano.

Caracterização Geral do Espaço

Localizada no centro de Matias Cardoso, o largo da Igreja conta com o edifício da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, construção mais antiga da cidade, e com a praça em frente à mesma. A praça conta com um espaço aberto, arborizado e visivelmente preservado pela população local. Há, na praça, alguns bancos que servem de assento para o diverso público que frequenta o espaço e, também, um espaço de recreação destinado às crianças, adultos ou quem mais deseje praticar atividades físicas ali, como futebol ou vôlei. Do local, é possível ter vista do Rio São Francisco, o que enfatiza a beleza do lugar.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

Por ser um espaço de convivência social que recebe as festas religiosas promovidas pela igreja ou pela comunidade, o largo permite um estreitamento entre o espaço e as pessoas que ali frequentam, transformando-se em um ponto de encontro. Conhecido e muito buscado pelos habitantes de Matias Cardoso para passeios na praça, para namorar, encontrar com os amigos, ou promover outros pequenos e grandes eventos que podem envolver toda a cidade e mobilizar todos os moradores, o largo torna-se um espaço primordial para a vida social do município. Por estar ligada à primeira construção da cidade, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, é também um espaço de peso histórico para os frequentadores, o que faz com que o espaço tenha seu lugar significativo junto ao povo.

Usos do Lugar

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição é ainda hoje a edificação de destaque na cidade e tanto seu interior como seu adro acolhe os moradores para momentos diversos dentre eles a comemoração do Dia dos Gerais quando Matias Cardoso, revezando com Mariana, recebe anualmente o Governo do Estado, fazendo valer os estudos do antropólogo João batista Costa (2003) que resgatou não apenas o fato histórico como os olhares diferenciados para esta cidade e população.

Neste dia em especial são as medalhas de Maria da Cruz e Matias Cardoso que homenageiam mulheres e homens de projeção regional.

Na programação que culmina com a Festa de Nossa Senhora da Conceição constam: alvoradas, cavalgadas, missas, novenas, ladainhas em latim, roda de versos, orquestra de violas, folias, dança de São Gonçalo, dança das fitas, leilões, barraquinhas, dentre outros.

Como uso cotidiano, o largo é centro de convergência dos moradores de Matias Cardoso, visto como um auditório onde acontecem as reuniões das associações e encontros de casais. Como uso cerimonial, destaca-se a utilização do espaço para os ofícios, terços e missas que acontecem regularmente, mantendo a Igreja como centro convergente da sociedade. O resgate cultural feito pelo atual pároco ampliando o acesso dos moradores ao templo, bem como das festividades que passaram a acontecer mais vezes no ano.

Tranformações e Permanências

O local ainda é um ponto de encontro importante na cidade, sendo espaço de sociabilização entre crianças, jovens, adultos e idosos; religiosos ou não, para as diversas confraternizações e festas que acontecem ali. É, também, ponto de referência para casais, rodas de amigos ou outros encontros que fazem parte do cotidiano dos habitantes locais. Mesmo com o passar dos anos, a apropriação do largo se mostra ativa e diversa, com seus usuários reinventando as práticas ali experienciadas.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

Dados Fundiários e Construtivos	Sem referência.
--	-----------------

05	MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS
Igreja de nossa Senhora da Conceição; O cais do rio; O rio.	

06	MODELO DE ORGANIZAÇÃO				
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros
Denominação	Sem referência.				
Descrição	Sem referência.				
Organizadores	Sem referência.				
Financiadores	Sem referência.				
Produção de atividades e eventos	Sem referência.				
Meios de Comunicação e Divulgação	Sem referência.				

07	ÁREA DE ABRANGÊNCIA								
Comunidade	X	Município	X	Região	X	Estado		Nacional	
Observação									

Caracterização do Público Frequentador	Moradores do município, visitantes de outras cidades e ex-moradores que retornam para visitar seus parentes e participar das comemorações anuais.
---	---

Participação turística	Sem referência.
-------------------------------	-----------------

08	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Alvoradas	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Rito religioso	
Barraquinhas	Patrimônio imaterial	Forma de expressão	Atividade produtiva	
Cavalgadas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Folguedo popular	
Dança das Fitas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Dança popular	
Dança de São Gonçalo	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Dança religiosa	5369
Folias	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Catolicismo popular	5359
Ladainhas	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Canto cerimonial	
Levantamento do Mastro	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Festividade votiva	
Orquestra de violas	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Folguedo popular	
Procissões	Patrimônio imaterial	Celebrações e ritos	Cortejo religioso	
Roda de Versos	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Brincadeira	

09	COMENTÁRIOS
-----------	--------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES****Comentários dos entrevistados**

Com relação a Igreja da Conceição citaremos o depoimento do Seminarista Daniel neste inventário, que recorre à dados históricos e também ao imaginário local para apresentar a história da Igreja de Nossa Senhora da Conceição em Matias Cardoso:

Esta maravilha é a primeira Igreja construída em Minas Gerais. Lá pelos idos de 1695, mas estava nos planos de Matias Cardoso homem muito perseguido... então, inimigo... não faltava... Quando ele construiu a Igreja, ele construiu em forma de fortaleza. Ela é muito mais do que uma igreja. Se vocês forem no segundo piso... não sei se vocês já foram... no segundo piso lá em cima... as janelas são todas... como sentinelas. Alí ficavam os sentinelas vigiando. Ela vigiava quem vinha pelo rio e ele vigiava também quem vinha por terra. A visão de lá... é espetacular... Então na verdade ele não construiu uma igreja ele construiu uma fortaleza em forma de Igreja. Muitas histórias estão ligadas a este lugar, uma delas é a existência de um túnel cavado, que sai do altar central e vai até o rio. ... Como uma forma de... a pedido dele as pessoas cavavam quando elas voltavam ele pagava e mandava matar... para ela não contar onde está o túnel. E conta-se também – Isso já historiadores... Não é popular, não. Conta-se também que ele teve um caso amoroso com Maria da Cruz que era a esposa do sobrinho dele. Este túnel também servia para estes encontros amorosos.

Padre Daniel.

Comentários do elaborador

A Igreja de Nossa Senhora da Conceição e seu largo é lugar mantenedor da memória das tradições do antigo Morrinhos que auxilia na preservação dos saberes e fazeres de antigos moradores. Tradições culturais que revelam o aspecto multifacetário das diferentes matrizes culturais, revelando os encontros culturais que tem amparo na Virgem da Conceição. Tradições de sínteses históricas que garantem a construção de sentidos e fornecem uma identidade baseada nas novenas, ladainhas, rodas de versos, danças de fitas, festas de santos, mitos e lendas ligadas às vivências ribeirinhas.

Para os devotos de Nossa Senhora da Conceição da comunidade de Matias Cardoso, a Igreja e seu largo são lugares sagrados e por isso as práticas religiosas que lá ocorrem mantêm viva a devoção à N.S. da Conceição favorecendo a proteção da localidade. Para os devotos da Virgem o templo possui um significado simbólico e sagrado, fundamental para a prática religiosa.

O largo do templo se constitui como espaço para realização de novenas, mas também de leilões e barraquinhas que nos convidam a degustar os sabores sertanejos dos biscoitos, bolos e paçocas. Lugar onde se imbricam o profano e o sagrado.

Elementos significativos relacionados

A própria Igreja de Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo Iphan; a presença de barraquinhas e pequenos comerciantes; as festividades em homenagem à Nossa Senhora da Conceição; a Festa do Divino e demais festas menores que acontecem em homenagem aos santos de devoção.

Crenças Associadas

Apesar de no largo haver uma mescla de profano e religioso, percebe-se a presença intensa do cristianismo nas práticas relacionadas ao largo da Igreja, principalmente em devoção à Nossa Senhora da Conceição.

Identities construídas em torno do lugar

O largo entendido como espaço de socialização, permite a construção e fortalecimento de identidades a partir da participação da população nas atividades realizadas no local. Torna-se, também, um centro geográfico político e cultural do município, tendo em vista o bem mais antigo do local: a Igreja de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Nossa Senhora da Conceição, tombada pelo Iphan. O espaço, também, se torna importante lugar de representação política quando realiza-se o Dia das Gerais, encontro de inúmeras lideranças políticas ocorrido anualmente.

Significados socioeconômicos

Apesar da presença de pequenas barraquinhas de comidas nos eventos que se dão no espaço, não há uma participação significativa dos acontecimentos ocorridos no largo na economia da cidade.

Significados simbólicos

Pode-se perceber a forte presença da religiosidade no espaço, apesar de também haver a realização de eventos profanos ali, o que evidencia a devoção de frequentadores, em maioria à Nossa Senhora da Conceição. O largo da igreja torna-se importante espaço de convívio social muito importante para os que ali frequentam.

Possibilidade de Continuação

Por ainda ser um símbolo importante, tanto para a Igreja quanto para os moradores, o largo não tem a sua continuidade em risco. Ainda acontecem, no espaço, encontros, festas e todo tipo de manifestação que agrega os moradores, visitantes e mobiliza todos que convivem ou frequentam o largo.

Plano de ação

Considerando a diversidade da cultura local recomenda-se o aprofundamento das pesquisas com vistas a localização dos tombos e documentos que comprovem a origem do lugar. Ampliar as pesquisas documental sobre o bem cultural. Considerando que esta Igreja esteve subordinada ao bispado de Pernambuco, torna-se necessário buscar junto a essa diocese documentos que reportem a origem histórica da Festa de Nossa Senhora da Conceição e do Divino Espírito Santo.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	Daniel	Tipo	Padre				
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)								
Transmissão do saber								
	Contato	(38) 36163168						
Observações								

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


Figura 2: Vista lateral do largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 3: Vista central da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Figura 4: Vista lateral do largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

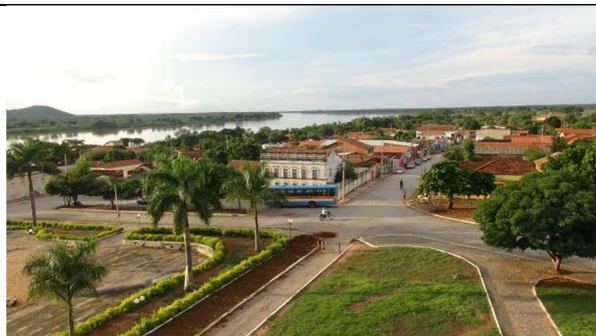


Figura 5: Vista central da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

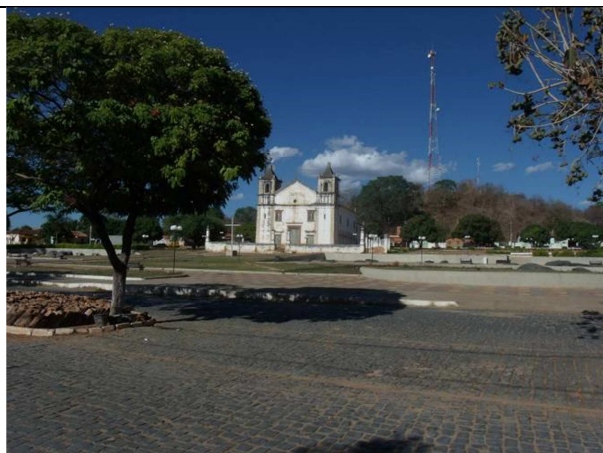


Figura 6: Largo da Igreja Nossa Senhora da Conceição – Padroeira de Matias Cardoso.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 7: Vista da torre da Igreja de Nossa Senhora da Conceição com o rio São Francisco ao fundo.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 8: – Igreja Nossa Senhora da Conceição e parte de seu largo.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

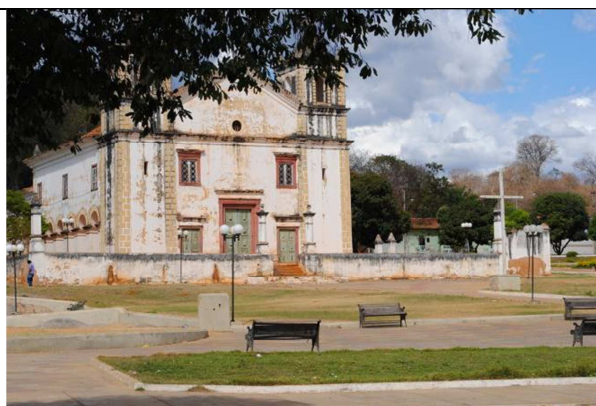


Figura 9: Bancos no largo da Igreja de Nossa Senhora da Conceição.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Fotografias	Figura 1: IpacSF_MCardoso_Vista_Entorno_Igreja_Nuhicre_18julho2012 Figura 2: IpacSF_MCardoso_Igreja_Nossa_Senhora_Conceicao_Nuhicre_18jul2012 Figura 3: IpacSF_MCardoso_INConceição_Nuhicre_18julho2012 Figura 4: IpacSF_MCardoso_VPCMatias_Nuhicre_18julho2012 Figura 5: IpacSF_MCardoso_VPCMatias2_Nuhicre_18julho2012 Figura 6: IpacSF_MCardoso_Primeira_Igreja_Minis_Nuhicre_18jul2012 Figura 7: IpacSF_MCardoso_CDINIgreja_Nuhicre_19maio2013 Figura 8: IpacSF_MCardoso_VPLIgreja_Nuhicre_18julho2012 Figura 9: IpacSF_MCardoso_VPLIgreja1_Nuhicre_18julho2012	
Videos	Não se aplica.	
Audio	IPacSF_MCardoso_Entrevista_CRodas_ParacoDaniel_Nuhicre_06dezembro2012	

13	REFERÊNCIAS
	CARRARA, A. A. Antes das Minas Gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. in: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
	COSTA, João Batista de Almeida. <i>Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades Tradicionais nos Sertões Roseanos</i> . São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: Fapemig; Montes Claros ;Unimontes, 2012.
	COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
	COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04/02/2015
	DANIEL, PÁRACO. <i>Cantiga De Roda</i> . [6 De Dezembro, 2012]. 23 Min 20 Sec. Projeto Inventário Para Fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco. Matias Cardoso/Sede. Entrevista Concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo Documental Do Nuhicre/Unimontes – Iepha-Mg.
	GARCIA, Juliane Martins . <i>Traços Hispânicos no Processo de Latinidade da Arquitetura Colonial em Minas Gerais</i> . 2005. Disponível em: < http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/detalheobraform.do?select_action=&co_obra=29308 >. Acesso em: 26 de jan. 2013
	<i>Governo de Minas firma parceria para recuperação da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição</i> . Disponível em: < http://www.cultura.mg.gov.br/component/content/article/205-mais-noticias/1347-governo-de-minas-firma-parceria-para-recuperacao-da-igreja-matriz-de-nossa-senhora-da-conceicao >. Acesso em: 18 fev. 2013.
	<i>Igreja Matriz Nossa Senhora da Conceição</i> . Disponível em: < http://www.asminasgerais.com.br/?item=ALBUM&codAlbum=1327 >. Acesso em: 18 de fev. de 2013.
	<i>Movimento Catrumano promove resgate histórico do Norte de Minas</i> . Disponível em: < http://www.cultura.mg.gov.br/component/content/article/205-mais-noticias/1348-movimento-catrumano-promove-resgate-historico-do-norte-de-minas >. Acesso em: 23 de dez. 2012.
	TUAN, YI-FU. <i>Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente</i> . São Paulo: Difel, 1980.

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
Levantamento	Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Revisão	Andrezza Alves Velloso, Breno Trindade, Elis Medrado Viana, Raquel Helena de Mendonça e Paula, Roberto Veríssimo da Silva Júnior.	2012/2013 17/07/2015 14/12/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação	COMUNIDADE PAU DE LÉGUA					IPAC/MG	5380			
Município(s)	Matias Cardoso e Manga	Distrito	-							
Endereço										
GPS	23L	Long. UTM	611101.48 m E	Lat. UTM	8356918.76 m S	Urbano		Rural	X	



Figura 1: Abertura do I Encontro do *Vazanteiros* na Ilha de Pau de Légua – 24 e 25 de abril de 2009.

Fonte: Acervo pessoal Felisa Anaya – 2009.

Categoria	Lugares				
Tipologia da Atividade	Comunidade Tradicional				
DENOMINAÇÃO					
Outras denominações					
Lavradores de Vazante, barranqueiros, lameiros, varjeiros ou varzeiros.					
Nível de integração					
Comunidade	x	Oficial		Intercomunitária	

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
-----------	--------------------------------

A comunidade tradicional analisada tem suas histórias ligadas ao processo de colonização do sertão norte-mineiro, em especial aos municípios de Matias Cardoso e Manga. Pau de Légua encontra-se subordinada administrativamente ao município de Manga, porém, devido a proximidade, mantém relações estreitas com o município de Matias Cardoso onde utiliza a rede de serviços públicos local.

A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa (2003) teria sucedido desde a década de 1650. Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.

O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocambinho.

João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.

A região dos sertões, também conhecida como Gerais são de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, como dizimação de índios e destruição de quilombos, e podendo estender os domínios portugueses até a região central da colônia.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

Como apontado anteriormente, a comunidade de Pau de Léngua se localiza a margem esquerda do rio São Francisco, com uma distância de aproximadamente de mil metros, é muito mais próxima do município de Matias Cardoso do que do município o qual é submetida, Manga.

Comunidades como Pau de Léngua são identificadas historicamente como *lameiros*, *varzeiros/varzeiros* e *barranqueiros*, por possuírem especificidades culturais e históricas próprias e sendo reconhecidas genericamente a partir das categorias jurídicas de “populações tradicionais”, no âmbito do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e da Lei da Mata Atlântica e de “povos e comunidades tradicionais”, no âmbito das políticas sociais, através do Decreto Federal nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, que as define como “grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição”, seus territórios são “espaços necessários à reprodução cultural, social e econômica, sejam eles utilizados de forma permanente ou temporária (...)”. Essas categorias se constituíram em torno dos debates sobre a presença humana em áreas protegidas e os conflitos ambientais advindos da concepção de preservação do ambiente sem gente. (ANYA, 2012, p. 16).

Precisar historicamente a origem específica de uma comunidade com as características dos vazanteiros traz certas dificuldades, pois a constituição do grupo enquanto organização coletiva se dá a partir

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

de processos de conflitos que limitam sua permanência no seu território tradicionalmente ocupado.

Cláudia Luz de Oliveira (2005) ao analisar as populações vazanteiras do Médio São Francisco aponta a particularidade com que essas comunidades se relacionam com seu território e sua cultura oriunda dos saberes ligados à vida ribeirinha faz com que tais populações se assemelhem aos grupos indígenas habitantes dessas margens. Foi neles que Luz de Oliveira identificou as primeiras origens culturais dos vazanteiros. A autora escreve que a partir da segunda metade do século XIX, a maior parte dos indígenas que habitavam o Médio São Francisco “havia sido exterminada” ou incorporada através da miscigenação, o que “havia dado origem ao barranqueiro mestiço caboclo ou cafuso”, beneficiários “do acervo cultural herdado de seus ancestrais indígenas”. Entre os legados culturais, informa Luz de Oliveira, estão “os instrumentos de trabalho, à forma de cultivo e manejo dos recursos naturais”, além dos saberes ligados aos “fenômenos naturais que interferem na agricultura e navegação”. (OLIVEIRA, 2005, p.57).

Junto às heranças culturais indígenas, Luz de Oliveira (p. 56) também destaca que apesar “dos vazanteiros se constituírem em sua maioria como comunidades rurais negras, a ancestralidade negra é negligenciada”. Aderval Costa Filho (2008) supre a esta demanda sugerindo um dos lugares de refúgio da população negra no período colonial, de onde o processo histórico de migração e miscigenação com a população ribeirinha do São Francisco teve lugar. O autor sugere que suas origens remetem ao território negro do Jahyba, entre os vales do rio Gurutuba e do rio Verde Grande, tributários do São Francisco. Durante o período colonial, era para esse local que os ex-escravos se refugiavam, uma vez que os brancos temiam o lugar por sua insalubridade provocada por focos de malária, doença que os colonizadores acreditavam não atingir os negros. O termo Jahyba tem “origem tupi – *y, ahy, ba*: água más, águas ruins ou *ya, ahy, ba*: fruta ruim, aquela que é ruim; ou ainda *y, aiba*: água ruim ou brenhas do rio. (COSTA FILHO, 2008, p. 47).

A origem fundiária das terras tradicionalmente ocupadas pelos vazanteiros aqui estudados está ligada à posse, desde a época colonial. Em seu estudo sobre a ocupação de negros aquilombados no interior da “Mata da Jahyba”, o antropólogo João Batista de Oliveira Costa (2003) diz da existência de registros em cartório e até mesmo de títulos comprados no período da abolição da escravatura. Corroborando com os estudos de Anaya (2012), Jesuíto - morador da comunidade Lapinha, vizinha a Pau de Léguas – argumenta ser um dos poucos que tem título da terra, como herança de seu bisavô que, junto com outros parentes, vieram para a beira do rio São Francisco no período de abolição da escravatura, conforme relata a seguir:

Na passagem do século 1800, na chamada seca de 1890 a 1900, quando houve 10 anos de seca daqui ao Nordeste... Nos 10 anos de seca. Secou o rio Gurutuba, secou o rio Verde. Mas aí estava acabando a abolição. Já tinha acabado a confusão de Matias Cardoso com os pretos, e num tinha jeito, eles tinham que vir pra beira do rio pra plantar vazante. Não tinha lata. Os utensílios era cabaça pra molhar a abóbora, o feijão e pegar o peixe. Aí, vieram do rio Verde a minha família e meus antepassados pra margem do São Francisco. Aí, uns voltaram e outras ficaram. Então deslocou do rio Verde. Estavam lá de fugitivo no quilombo e veio pra margem. Foram 10 anos de secas, pra sobreviver, só no São Francisco. O meu avô veio pra cá com seis anos, é só olhar o tamanho do pé, o chinelo fica torto, é tudo negão. (...) o meu bisavô num veio corrido de fome, não. As outras pessoas que vieram pra ficar com ele. Ele já veio foi rico. Casou lá (Quilombo de Mucambo) com a viúva rica e veio pra cá. Comprou 500 mil réis de terra. Aqui era sesmaria. Então nesta sesmaria, o Matias Cardoso deu pra família Virgínio. Então, daqui de Matias Cardoso aonde tem uma barra lá, pertencia aos Virgínio. Da barra pra cima, pertenciam aos Benícios. Mas aí acabou aquele sistema, eles eram herdeiros da terra e vendiam. Aí o Pio, que era dos Benício, vendeu 500 mil réis de terra pra meu bisavô. O dinheiro, ele pegou da mulher lá e comprou a Tapera do Véio Pio. Lapinha é um nome fantasia que eu criei. (Jesuítio, Oficina Mapa Mental, Quilombo da lapinha, 2010). (ANAYA, 2012, p. 177).

Observa-se que no tempo histórico, referido pelo entrevistado como tempo da “grande seca”,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

ocorreu o deslocamento de negros no interior do rio Verde Grande para a beira do rio São Francisco, onde certos indivíduos adquiriram parcelas de terras (sesmarias) seja comprando ou somente ocupando. Anaya (2012) chama atenção para o fato de que apesar da Lei de Terras de 1850 já se constituir como um novo mecanismo político de ordenação territorial, excluindo politicamente escravos libertos e a população desfavorecida de se apropriarem de áreas territoriais não ocupadas, alguns negros conseguem sua compra na região do Jaíba. Entretanto, a forma de apropriação das beiras do São Francisco e das terras altas que imperam nesse contexto é de “terra comum”, compartilhada entre parentes da mesma família.

O domínio territorial é caracterizado, nesse contexto, pela apropriação comunal do ambiente e seus recursos territoriais, associado a uma “liberdade de ir e vir”, que permite as comunidades vazanteiras, incluindo Pau de Légua, denominarem esse tempo histórico de “tempo de liberto”. Anaya (2012) aponta que esse tempo antigo remete à infância e à juventude da maioria, sem cercas e restrições, onde os animais eram criados “na solta”, com abundância e diversidade alimentar, em oposição ao sentimento de encurralamento e de restrição do tempo presente. Esse tempo é resgatado da memória dessas coletividades como relata um morador da comunidade:

Quando eu era criança, que aqui era liberado, a gente criava de tudo. Criava porco solto, criava cabra, meu pai tinha até gado. Você ia para a lagoa pescar, pois quando o rio dava enchente, num dava nada, aí você ia pra lagoa, num fazia falta. Era liberto porque você podia ficar a vontade, né? (Entrevista concedida por morador da comunidade vazanteira Pau de Légua, 2009). (ANAYA, 2012, p. 178).

No decorrer do século XX, Pau de Légua e as demais comunidades tradicionais vizinhas passaram pelo processo de “encurralamento”, entendido como um dos principais fatores de expropriação territorial que ameaçaram, e em alguma medida extirparam, a permanência desses grupos nos territórios tradicionalmente ocupados. Felisa Anaya (2014), explica que o termo “diz respeito a uma sobreposição de territorialidades ao longo da bacia do alto e médio São Francisco”. A sobreposição territorial tem início com o processo colonizador da região, “através da implementação de grandes fazendas de gado às margens deste rio no período colonial.” Nesse *encurralamento* territorial, a autora identifica também, nos anos 1930/40, a “derrubada das matas secas nativas”, em função da construção da via férrea que viabilizaria o comércio entre a região do sertão e as cidades de Belo Horizonte, Rio de Janeiro e São Paulo. Também nos anos de 1960/70 houve aumento dos conflitos territoriais “com as primeiras iniciativas governamentais de ocupação planejada da área do Jaíba, quando foram implementadas políticas voltadas para a industrialização e a modernização do campo”. Neste período grandes fazendas de gado foram transformadas em empresas rurais, beneficiando o grande capital agroindustrial e latifundiário por meio de incentivos fiscais da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da “regularização fundiária realizada pela Fundação Rural Mineira (RURALMINAS)”. Atualmente, a comunidade de Pau de Légua tem sobreposto a seu território tradicional o Parque Estadual da Mata Seca, criado pelo decreto nº 41.479, de 20 de dezembro de 2000, sem consulta pública e em “compensação ambiental” ao Projeto de Fruticultura Irrigada Jaíba. Com uma área de 10.281,44 ha, sua implementação como unidade de conservação integral vem comprometendo gravemente a soberania alimentar e a reprodução sociocultural das 57 famílias vazanteiras, que são impedidas de realizar suas práticas agroecológicas tradicionais e acessar recursos naturais imprescindíveis ao grupo (Camenietzki, 2011).

04 DESCRIÇÃO**Caracterização Geral do Espaço**

Situada numa região que predomina a caatinga e o serrado, a comunidade de Pau de Légua, assim como as demais comunidades vazanteiras do médio São Francisco, se utilizam da dinâmica do meio ambiente para se manterem e promover sua sustentabilidade. Ocupantes das áreas inundáveis das margens do São

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

Francisco, como destaca Luz de Oliveira (2005), possuem territorialidades próprias constituídas na relação peculiar que mantêm com os diversos modos de apropriação do seu ambiente natural. Territorialidade esta, apontada por Anaya, operada como fator de identificação e de defesa do ambiente do qual se apropriam, convertendo-o em seu território. Esse território, remodelado a cada nova cheia e baixa do rio São Francisco, se constitui em territórios diversos que os faz se reconhecerem como “povos das águas e terras crescentes”. (ANAYA, 2012, p. 2012).

Caracterizadas por sua fertilidade, as vazantes constituem apenas um dos aspectos naturais manejados no ambiente em que vivem. Luz de Oliveira (2005) identifica três unidades do território utilizado pelas comunidades que se interligam e conformam seus saberes: a terra firme, as ilhas e o próprio rio São Francisco que se coloca como elo entre as outras duas unidades utilizadas no cotidiano.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

As relações adotadas com o território assumem um caráter simbiótico na medida em que suas atividades se adequam às dinâmicas impostas pelo movimento do rio que molda as margens e as ilhas e impõe lugares de moradia e de subsistência variados dando um caráter nômade para seus habitantes.

A apropriação material e simbólica do ambiente é marcada pela existência de um regime agrário coletivo e familiar, que se baseia num conjunto de regras e valores consuetudinários, correspondentes à diversidade de modalidades de apropriação dos recursos naturais incluídos na categoria jurídica de “terras tradicionalmente ocupadas”, presente na Constituição Brasileira de 1988, conforme disposto no artigo 231. Essa categoria reconhece modalidades distintas e combinadas de uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens, envolvendo diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como o extrativismo, a agricultura, a pesca, a caça, o artesanato e a pecuária. (ANAYA, 2012, p. 15).

Usos do Lugar

A terra firme, da caatinga ou do cerrado, onde se encontra o bioma da Mata Seca no Norte mineiro, é utilizada para a criação de animais e pesca nas lagoas criadas pelas cheias do rio. Barrancos, ilhas e vazantes também são influenciados pelos ciclos das cheias e secas, fazendo com que o território adquira fluidez e se modele segundo o movimento do rio. Por isso o uso nativo do termo “terras crescentes” para designar a dinâmica do território por eles utilizado. A habitação dessas comunidades possui um caráter nômade já que há as casas próximas ao rio e as vazantes e as mais distantes das cheias do rio, dentro da mata, além daquelas instaladas nas ilhas e daquelas localizadas nas cidades para tempos de perseguições.

Tranformações e Permanências

Em decorrência dos processos históricos de expropriação e do cercamento de suas terras ancestrais a comunidade Pau de Légua se viu cada vez mais cerceada da continuidade de suas práticas tradicionais. Com o objetivo de fazer frente à nova onda de fronteiras em expansão no Norte de Minas, que originou uma série de conflitos fundiários a partir das décadas de 1960/70, com o processo de implementação de políticas públicas de colonização e de desenvolvimento econômico voltados para a região e contra a situação de encurralados pelas Unidades de Proteção Integral (UPI) que sobrepõe Parques Estaduais aos territórios tradicionais, as comunidades vazanteiras sanfranciscanas se fortaleceram internamente na defesa de seus direitos.

A comunidade Pau de Légua compõe a organização Vazanteiros em Movimentos que, conjuntamente com Pau Preto e Lapinha, busca garantir o acesso ao território que ocupam historicamente há gerações. Atualmente as Comunidades de Pau Preto, de Pau de Légua e do Quilombo da Lapinha estão associados para lutarem contra a sobreposição dos Parques Estaduais Verde Grande, Mata Seca e Cajueiro. Uma proposta feita pelas comunidades é a criação de uma Reserva Extrativista (RESEX) com a finalidade de garantir a permanência nos territórios e a continuidade do modo de vida vazanteiro.

Dados Fundiários e Construtivos

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Tradicionalmente, os vazanteiros ocupam uma faixa de terra variada que se estende das ilhas do rio São Francisco, onde desenvolvem seu sistema de agroecologia, perpassa o próprio rio, fonte de alimento a partir das atividades de pesca, abrange sua margem, utilizada também para as plantações devido a fertilidade do solo, e se estende até áreas de caatinga e mata, partes altas, essências para criação de animais e demais plantações em momentos de cheia do rio. Caracterizados pelo seu nomadismo ou semi-nomadismo, o modo de vida praticado pelos vazanteiros está implicado com o fluxo do próprio rio.

05 MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS

O rio São Francisco constitui o grande marco para comunidade. Junto dele suas ilhas que, segundo relatos, nunca são as mesmas, pois sempre variam após as enchentes. Outro marco importante se refere ao próprio nome da comunidade. Araújo (2009, p.165) diz que o “nome Pau de Léguas tem como origem a presença de uma árvore antiga que demarcava a distância entre a localidade e a cidade de Manga e que servia como referência de distância, porque ficava a exatamente uma léguas de distância da cidade de Manga e por isso o nome Pau de Léguas.”

06 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	X	Irmandades/ Confrarias	Associação	X	Outros
Denominação	Organizam-se coletivamente por meio da própria comunidade e institucionalmente a partir de associações e em conjunto através dos “Vazanteiros em Movimento: povos das águas e das terras crescentes”, ou da “Articulação Rosalino”						
Descrição	Os encontros das comunidades tradicionais para discussão da pauta comum da desapropriação territorial, em particular das Comunidades de Pau de Léguas, Pau Preto e Quilombo da Lapinha, acontecem periodicamente.						
Organizadores	Associações comunitárias, Ministério Público, organizações não-governamentais.						
Financiadores	Financiamento próprio.						
Produção de atividades e eventos	Encontros para mobilização das comunidades e visibilização das demandas perante os órgãos públicos competentes.						
Meios de Comunicação e Divulgação	Sitios sensíveis à causa das comunidades tradicionais como www.cedefes.org.br ; o sítio do Grupo de Estudo em Temáticas Ambientais, www.fafich.ufmg.br/gesta/ , além do sítio da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, www.sdh.gov.br , entre outros.						

07 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade	x	Município	x	Região		Estado		Nacional	
Observação	Não há.								

Caracterização do Público Frequentador

As comunidades tradicionais pertencentes ao movimento “Vazanteiros em Movimento” promovem o contato com o objetivo de fortalecerem suas reivindicações territoriais. Entidades governamentais e não-governamentais visitam as comunidades e estão atentos à sua realidade social e jurídica. Entre essas entidades podemos citar: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) da Secretaria dos Direitos Humanos, Defensoria Pública da União, Superintendência do Patrimônio da União (SPU), Centro de Agricultura Alternativa do Norte de Minas, Comissão Pastoral da Terra, Cáritas Brasileira, entre outras.

Participação turística

Não se verificou.

08 ELEMENTOS RELACIONADOS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS				LUGARES
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Batuque	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Dança	
Compadre d'Água	Patrimônio imaterial	Formas de expressão	Literatura oral	
Fabricação de farinha	Patrimônio imaterial	Ofício/Modo de fazer	Sistema culinário	
Fabricação de instrumentos	Patrimônio imaterial	Ofício/Modo de fazer	Artesanato	
Fabricação de remédio caseiro	Patrimônio imaterial	Ofício/Modo de fazer	Farmacopéia popular	
Festas Juninas	Patrimônio imaterial	Ritos e celebrações	Festa religiosa	
Plantio na várzea	Patrimônio imaterial	Ofício/Modo de fazer	Sistema produtivo	

09	COMENTÁRIOS
	<p>Comentários dos entrevistados</p> <p>Em 2010, no V Encontro “Vazanterios em Movimento”, ocorrido na Ilha do Jenipapo em Itacarambi, um vazanteiro comenta sobre o vínculo com o território permitido pelas cheias do rio:</p> <p style="padding-left: 40px;">A maioria de nós vazanteiros fomos expulsos pelos fazendeiros. A maioria dos tradicionais aqui tem o problema de ficar na cidade e na ilha. Quase todos têm casinha na cidade porque não pode mais ficar na beira do rio, que o fazendeiro cria problema. Mas quando o rio baixa, a gente volta. Esse é o sistema vazanteiro (<i>apud</i> ANAYA, F.C., 2014, p.4043).</p> <p>Nesse sentido, um vazanteiro da Comunidade de Pau Preto em entrevista concedida a Felisa Anaya em agosto de 2010 diz:</p> <p style="padding-left: 40px;">“Não havia moradia na ilha até a expulsão da gente pelos fazendeiros que grilaram nossas terras. Depois que a gente foi ficando por ali. Pois, como a gente tinha sido expulsos para a ‘rua’ (cidade), fomos voltando pelas ilhas. Aproveitamos a boa vontade do rio e fomos voltando”. (2014, p.4043).</p> <p>Na dissertação de Elisa Cotta de Araújo (2009, p. 54) ela entrevista duas barranqueiras da Comunidade de Pau de Léguas que dizem sobre a diminuição do volume de água do São Francisco e a associação à aparição de seres “encantados” (como o Caboclo D’água):</p> <p style="padding-left: 40px;">(...) O rio secou muito, lugar onde era fundo hoje é raso. Onde a gente planta mesmo tudo era água. Então o rio vai secando e vai chegando um barranco perto do outro. A pouco tempo pra cá foi criando muita ilha. De primeiro a gente falava crôa, hoje o povo fala coroa. A gente falava crôa. Hoje fala praia. Tenha crôa de léguas, a gente caminhava assim. Tinha muita crôa, ia formando as ilhas. Hoje não tem água, nem tem encanto! Você só vê conversa de encanto quando o rio tá cheio, dá carreira nestes moços aí. Tem gente que corre chega em casa até sem cueca. Corre mesmo. Mas na seca com pouca água, não. Minha avó tinha um dizer, ela falava para mim assim: minha filha, não sei se você vai alcançar, mas vai ter</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

época que o povo vai andar nu, filho contra pai, os carros puxar os bois, que era mais?... Ela falava um tanto de coisa. Ela falava que no rio São Francisco ia fazer cacimba. Sabe como é? Vai ter que abrir aquele buraco, dentro do rio para ter água. Eu falava: ah laiá! Eu duvidava, mas ela dizia tudo vai mudar, hoje eu to vendo. Boi tá andando até de avião. Então eu fico pensando assim... (Rosa e Nica, Pau de Légua, maio de 2008).

Comentários do elaborador

O modo de vida vazanteiro não se enquadra no conceito jurídico de propriedade privada no qual o direito formal constituiu suas bases. Conforme argumenta Anaya (2012), a forma de apropriação material e simbólica do ambiente, realizada pelos *vazanteiros*, é marcada pela existência de um regime agrário coletivo e familiar, que se baseia num conjunto de regras e valores consuetudinários, correspondentes à diversidade de modalidades de apropriação dos recursos naturais incluídos na categoria jurídica de “terras tradicionalmente ocupadas”. Tal categoria está presente na Constituição Brasileira de 1988, conforme disposto no artigo 231 que confere direito aos povos indígenas. Sua aplicação possibilita reconhecer modalidades distintas e combinadas de uso comum de florestas, recursos hídricos, campos e pastagens, envolvendo diferentes atividades produtivas exercidas por unidades de trabalho familiar, tais como o extrativismo, a agricultura, a pesca, a caça, o artesanato e a pecuária. De acordo com Almeida (2008), deve-se incluir também, além de indígenas e vazanteiros, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas, seringueiros, quebradeiras-de coco, castanheiras, entre outros, cada um com formas específicas de se apropriarem e se relacionarem com seus ambientes naturais.

Identidades construídas em torno da atividade

A tradicionalidade referente à cultura vazanteira, base da identidade manifestada, está na tecnologia específica de apropriação da natureza que garantiu a eles, durante muitas décadas, o acesso a terras periodicamente fertilizadas pela matéria orgânica ou “lameiro”, depositada em longas extensões das margens e ilhas, além de um farto suprimento de peixes que se reproduziam nas lagoas marginais. Essa apropriação está vinculada a forma que as famílias se relacionam entre si e estabelecem sua estrutura social. A organização com base em lógicas próprias, a partir de uma mobilidade fluida em seu território, possibilitou a construção de um sistema de direitos combinados. Direitos expressos pela apropriação e acesso coletivo aos recursos naturais, baseados em direitos de uso gerados pelo trabalho, em oposição aos direitos de propriedade gerados pelo dinheiro.

A mobilidade constante das ilhas que crescem ora em um dado lugar de seu território, ora em outro, faz com que o local de trabalho se constitua numa fluidez permanente. O ir e vir das águas é de fundamental importância para a identificação dos vazanteiros pelos “de fora” como as “gentes do rio”, uma vez que sua vida ocorre no entremeio da cheia e vazante do São Francisco. É essa fluidez do rio que lhes permite converter ilhas, beira-rio e terras altas em lugares de moradia e trabalho, revelando uma unidade territorial complexa. (ANAYA, 2012, p. 170).

Possibilidade de Continuação



Existe ameaça permanente que afeta diretamente as famílias de Pau de Légua. Como explicitado, nas últimas décadas, houve uma série de ações governamentais, de grilagem e intervenções institucionais que impossibilitou a permanência das famílias em seu território. A possibilidade de continuação da comunidade Pau de Légua, assim como as demais comunidades vazanteiras do São Francisco, está na conquista do direito de viverem nas áreas habitadas por seus ancestrais. Esse é o principal objetivo ao se organizarem a partir do grupo Vazanteiros em Movimento que, entre suas atuações, destacam-se denúncias de extração ilegal de madeira em seus “territórios-parques”, oficializadas em boletins de ocorrência, da mortalidade de peixes e assoreamento das lagoas de seus territórios, por restrição do manejo vazanteiro que os mantém, e uma série de ações em conjunto, como ocupações com constituição de acampamentos e autodemarcações.

Plano de ação

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Dar continuidade aos estudos aqui desenvolvidos, culminando no reconhecimento do modo de vida vazanteiro como elemento de interesse patrimonial, de modo a favorecer as reivindicações por soberania territorial apontadas pelo Movimento.

10 ENTREVISTADOS						
01	Nome	Não houve.			Tipo	
	Nascimento		Sexo		Idade	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)						
Não se aplica						
Contato						
Observações						

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA	
	
<p>Figura 2: Terra Firme. Fonte: Acervo Felisa Anaya – 2009.</p>	<p>Figura 3: Ilha ou Lagadiço. Fonte: Acervo Felisa Anaya – 2009.</p>

	
<p>Figura 4: Rio. Fonte: Acervo Felisa Anaya – 2009.</p>	<p>Figura 5: Pescador da Comunidade de Pau de Léguas. Fonte: Acervo Felisa Anaya – 2009.</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES


Figura 6: Membros da comunidade de Pau de Léguas que contam as origens do lugar.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.



Figura 7: – Antigo morador de Pau de Léguas.

Fonte: Acervo NUHICRE/ IEPHA-2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IpacSF_MCardoso_CPLegua_Vazanteios_FelisaAnaya_2009 Figura 2: IpacSF_MCardoso_CPLegua_Vazanteios2_FelisaAnaya_2009 Figura 3: IpacSF_MCardoso_CPLegua_Lagadiço_FelisaAnaya_2009 Figura 4: IpacSF_MCardoso_CPLegua_Rio_FelisaAnaya_2009 Figura 5: IpacSF_MCardoso_CPLegua_Varzanteiro_Rio_FelisaAnaya_2009 Figura 6: IpacSF_MCardoso_PDI_Nuhicre_19maio2013 Figura 7: IpacSF_MCardoso_PDI3_Nuhicre_19maio2013
Videos	ipacSF_MCardoso_Entrevista_Nuhicre_19maio2013 ipacSF_MCardoso_Entrevista2_Nuhicre_19maio2013 ipacSF_MCardoso_Entrevista3_Nuhicre_19maio2013
Audio	Não se aplica.

13 REFERÊNCIAS

- ALENCAR, N. F. *Eixos de Desenvolvimento: as cidades, os vapores e as locomotivas no norte de Minas Gerais*. 2012. 156f. Dissertação (Mestrado) – Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros/Unimontes, 2012.
- ALMEIDA, A. W. B. *Terras Tradicionalmente Ocupadas: Terras de Quilombo, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto*. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2008.
- ANAYA, Felisa Caçado. "Vazanteiros em movimento": o processo de ambientalização de suas lutas territoriais no contexto das políticas de modernização ecológica. *Ciênc. saúde coletiva*, Rio de Janeiro, v. 19, n. 10, Oct. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232014001004041&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 19 dez. 2014.
- ANAYA, Felisa Caçado. De "encurralados pelos parques" a "Vazanteiros em Movimento": as reivindicações

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Léguas e Quilombo da Lapinha no campo ambiental. 2012. 257f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2012.
ARAUJO, E. C. <i>Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Léguas</i> . 2009. 256f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Montes Claros. Montes Claros, 2009.
CAMENIETZKI, Carolina Poswar de Araújo. (2011). <i>Unidades de Conservação e Soberania Alimentar: uma análise da comunidade vazanteira Ilha Pau de Léguas, no entorno do Parque Estadual da Mata Seca, Norte de Minas Gerais</i> . Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social – Unimontes/MG.
CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. In: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
COSTA, J. B. A. <i>Os berços das gerações</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 FEV. 2015.
COSTA, J. B. A. <i>Mineiros e baianos: englobamento, exclusão e resistência</i> . 2003. 335 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.
FILHO, Aderval Costa. <i>Os Gortubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte – mineiro</i> . Disponível em: < http://btd.dce.unb.br/tesesimplificado/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=4712 >. Acesso em: 28 fev. 2013.
LUZ DE OLIVEIRA, C.. <i>VAZANTEIROS DO RIO SÃO FRANCISCO: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidades no Norte de Minas Gerais</i> . 2005. 135f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2005.
PEREIRA, Antônio Emílio. <i>Memorial Januária: terras, rios e gente</i> . Belo Horizonte: Mazza Edições, 2004.
RIBEIRO, L. M. R. <i>O Salvador político e a cidade ideal: mito e utopia no extremo Norte de Minas Gerais (1950-1980)</i> . 2001. 156f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social. Universidade Estadual de Campinas. São Paulo, 2001.
SOUZA, V. L. <i>Caminho do boi, caminho do homem: O léxico de Águas Vermelhas</i> . 2008. 248f. Dissertação (Mestrado em Estudos Linguísticos) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2008.

14 FICHA TÉCNICA

Fotos	Denilson Meireles	2013
Vídeos	Elis Medrado Viana	
Áudio	Elis Medrado	2013
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula; Denilson Meireles Barbosa; Elis Medrado; Roberto Veríssimo Silva Júnior	2012/2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula; Leonardo Augusto Silva de Freitas;	2013, dez.2014
Revisão	Andrezza Velloso, Breno Trindade	12/2015
Observações		

Itacarambi

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						CELEBRAÇÕES e RITOS		
01 IDENTIFICAÇÃO								
Denominação	REZA DA CHUVA					IPAC/MG	5381	
Município(s)	Matias Cardoso	Distrito	Sede					
Endereço	Rua George Leite de Alcântara, s/n, próximo à Praça Cônego Maurício.							
GPS	23 L	Long. UTM	638289.52 m E	Lat. UTM	8350163.26 m S	Urbano	X	Rural

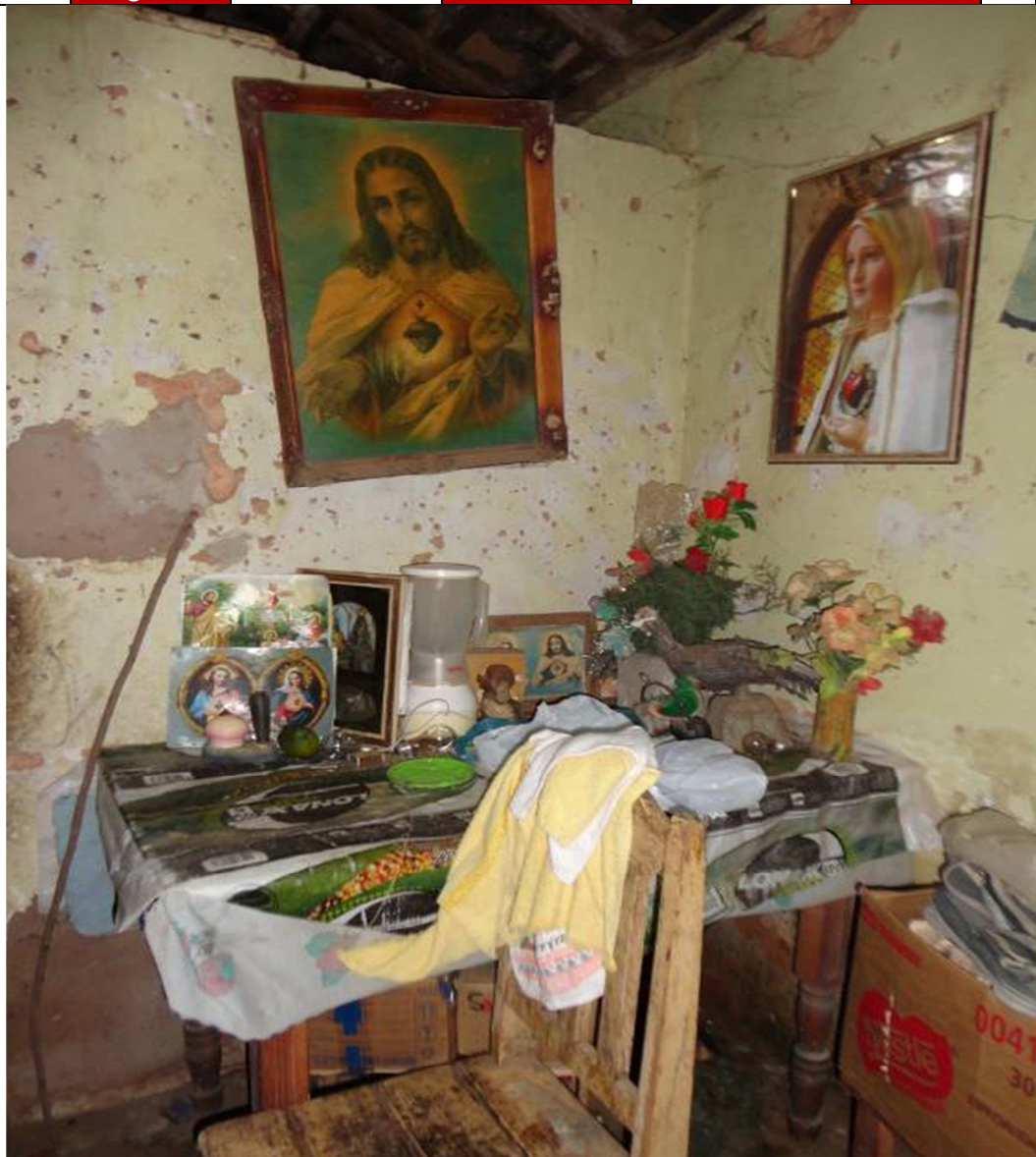


Figura 1: Residência de Dona Maria. Sala com imagens dos santos de sua devoção.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA – 2013.

Categoria	Ritos
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual
DENOMINAÇÃO	Reza da Chuva

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS			
Outras denominações	Penitências para chover	Nível de integração			
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária
PERIODICIDADE					
Início	Outubro				
Fim	Novembro				
Calendário Litúrgico	Não está associada a nenhuma data litúrgica.				
Invocação	Não existe uma invocação específica.				
Observação das Datas	Época de preparação do solo para plantio.				
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE					
A reza da Chuva, também denominada penitências para chover, inicia-se em outubro se estendendo até o mês de novembro e está associada às penitências praticadas para evocar chuvas com o objetivo de preparar o solo para o plantio.					

02	HISTÓRICO DA LOCALIDADE
	<p>A área onde se localiza, atualmente, a cidade de Matias Cardoso já era percorrida por bandeiras anônimas desde o início do século XVII (COSTA, 2012), onde sempre tinha sua ocupação dificultada pelos muitos grupos indígenas existentes no local, assim como pela falta de conhecimento geográfico da região. Juntou-se a isto que, já durante o século XVII, escravos fugidos que utilizavam a região para se aquilombar, em um movimento que segundo João Batista de Almeida Costa teria sucedido desde a década de 1650 (2003). Isto provavelmente ocorreu devido a grande dificuldade da coroa e de seus governos ultramarinos em manter o controle na região.</p> <p>O primeiro povoado instalado no São Francisco na altura do rio Verde Grande foi chamado de Arraial do Meio, ou Arraial de Matias Cardoso, como também é conhecido. Foi necessária a mudança de localidade, porém, visto que a área apresentava enchentes violentas e insalubridade de forma geral (COSTA, 2012). No entanto, o lugar preciso de tais povoados – tanto os primeiros quanto os que vieram depois das transferências – ainda não é um consenso entre pesquisadores. Carrara afirma que a cidade que leva hoje o nome de Matias Cardoso foi, na realidade, fundada por Januário Cardoso, este que mandou que se erigisse uma “igreja monumental (...) e no interior da qual foi sepultado” (CARRARA, 2007, p. 592). O autor se baseia nos escritos de Raimundo José da Cunha Matos, que afirma ter sido o arraial dos Morrinhos fundado pelo mestre-de-campo Januário Cardoso, e também em outros relatos que tentavam precisar a distância do arraial para a barra do rio das Velhas, em que os valores não coincidem com a distância encontrada atualmente. Assim, o primeiro povoamento, criado por Matias Cardoso, estaria situado no município de Jaíba, nas ditas ruínas da vila de Mocaminho.</p> <p>João B. de Almeida Costa (2012) também ressalta a importância religiosa que Morrinhos teve para Minas Gerais. A construção da enorme igreja – existente até hoje – seria resultado do intenso comércio com as sociedades baianas, dedicada a Nossa Senhora da Conceição, constituindo-se como a “primeira freguesia do território do Estado de Minas Gerais”, fato que ocorreu em 1695, embora àquele tempo a região estivesse sob jurisdição da Bahia.</p> <p>A região dos sertões, também conhecida como Gerais, é de grande importância para a fundação da sociedade mineira pelo seu papel de abastecimento exercido durante o período da mineração. Deve-se muito da sua existência a estes primeiros povoados iniciados por Matias Cardoso e seus aliados, que cumpriram o papel designado pelo governo da época de pacificar a região, através da conquista belicosa, e puderam estender os domínios portugueses até a região central da colônia.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
----	------------------------------------

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

No artigo “Cantos de Chuva”, a autora Fernanda Elisa C. P. Resende (2008) rememora com os antigos moradores de Correntina (BA) as lembranças do antigo ritual presente na localidade até 1952. Conforme Resende, o ritual se extinguiu em Correntina por falta de necessidade, uma vez que a água “passou a chegar tratada pelos canos, atingindo a maioria da população; nas lavouras dos ‘gerais baianos’ as megaplantações irrigadas tomaram conta do espaço”. A autora lembra-nos que água, representando o arquétipo da figura feminina, é a “mãe que dá origem a todo tipo de vida, estando associado aos partos, à agricultura, aos sofrimentos”, bem como está na origem da religiosidade popular, em que a água é o elemento privilegiado para a aparição de Santas, como Nossa Senhora Aparecida e Nossa Senhora do Rosário. (RESENDE, 2008, p. 21).

No artigo é citado o sociólogo português Moisés Espírito Santo e sua obra “Origens Orientais da Religião Popular Portuguesa” em que Resende (p.17-18) destaca, na obra, o Talmude judaico “onde a onipotência de Deus se manifesta no dom da chuva”. A autora, ainda falando sobre o trabalho do sociólogo, continua: “Daí a crença universal para quase todas as culturas de que Deus, detentor da chave das chuvas, abre seu precioso tesouro mediante o amor e a misericórdia, assim, renovando a favor de seus filhos, a obra da criação”.

Melo Moraes Filho, em “Festas e Tradições Populares do Brasil”, publicada originalmente em 1895, disserta poeticamente sobre as práticas das rezas pedindo chuvas ocorrendo na cidade do Rio de Janeiro e no interior do estado. Caracterizando o cenário propício para as orações ocorrerem, ele narra:

Nos tempos de seca, quando o sol, que reanima a natureza, mata a planta e os vivos; quando os crepúsculos assemelham-se a fornalhas de cobre candente que abrasam as estradas e os campos; e a fome e a morte levantam-se das plantações que torram, das fontes sem água como órbitas vazadas, do fumo que ondula em espirais fantásticas das matas que se incendiam, os sacerdotes e o povo refugiavam-se em Deus (p. 219).

Nesta paisagem devastada pela seca, os fiéis incitados pelo padre realizavam grandes procissões quando alguns deles se ajoitavam, “mulheres caminhavam descalça e de cabelos soltos”, todos em devota penitência, esperando que suas preces aplacassem o castigo Divino, “por meio de demonstrações humildes, de sacrifícios dolorosos, de rezas específicas”. A consciência cristã, culpada, procurava arrepender-se para “atenuar tantos males com a devoção mais íntima e profundamente sincera (p. 220)”.

Contudo a origem das práticas para se pedir chuva não se restringe ao universo hebraico, nem ao cristão, mas foi disseminada entre as diversas culturas presentes no planeta. Algumas delas ainda guardam esse conhecimento, como entre os Caipó Kukrit e Mati-í, que detêm o saber que, para as tribos sul-americanas, requer uma íntima relação com a natureza, desde os aspectos visíveis até os invisíveis e sagrados. Em decorrência de um incêndio que devastava as florestas de Roraima por mais de 60 dias, os pajés dessas tribos foram requisitados para executarem uma pajelança para chamar a chuva que debelaria o incêndio. Tal acontecimento ficou registrado no Relatório Final do Senado Federal (1998): “Na noite do dia 30, os pajés dirigiram-se à beira do rio Curupira, que banha Boa Vista, e fizeram um ritual de chuva. Retornaram ao hotel, afirmando que no dia seguinte choveria ‘muito’. De madrugada choveu muito, apagando 95% dos focos de incêndio”. No documento constam alguns depoimentos sobre o fato, alguns incrédulos, outros moderados, como o líder indígena Marcos Terena, da etnia Xané: “Quem manda é o criador, a natureza. A gente pede. Não é uma coisa mágica”. (p.11).

Na tese de Aderval Costa Filho sobre o Quilombo de Gurutuba, o autor aborda a reza da chuva relacionada ao processo produtivo agrícola da comunidade. Aderval localiza o ofício da rezadeira na comunidade, atribuindo-lhe não apenas os conhecimentos de cura, mas também ao saber das “penitências propiciatórias à boa chuva e à boa colheita”. (2013, p. 170).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**CELEBRAÇÕES e RITOS**

A chuva concebida também como bênção divina é solicitada na “mediação entre o ciclo agrícola e o calendário religioso” por meio dos “movimentos propiciatórios”, incluídos por Aderval Filho nos “ritos penitenciais”, são eles: “carregar pedra na cabeça até o cruzeiro, depositando a pedra em seguida aos pés do cruzeiro e molhando-a; molhar o cruzeiro do cemitério; colocar crianças ajoelhadas ao pé da cruz; andar com o santo para cima e para baixo, de casa em casa, rezando, de pés descalços” (COSTA FILHO, 2013, p.210).

No caso de Matias Cardoso, as responsáveis pela manutenção do saber tradicional das rezas das chuvas são as gêmeas Maria e Simiana. Maria diz ser do “tempo velho dos antigos” e ter vindo “do rio Verde, do Gortuba e da Barriguda”. O território do vale do rio Verde Grande é conhecido como lugar de refúgio de negros escravizados, identificado pelo nome de “Território Negro do Jahyba”, por João Batista de Almeida Costa (2008). “Barriguda” foi uma das localidades historicamente ocupadas pelos Gortubanos, informa Aderval Filho. De acordo com sua pesquisa, Barriguda, um dos “sítios familiares” do Quilombo por ele estudado foi posteriormente subtraída “pela grilagem das terras e pelo afazendamento”. (2008, p. 108). Pode-se, portanto, considerar as rezas de chuvas realizadas pelas irmãs como tributárias dos referidos territórios quilombolas.

04 DESCRIÇÃO**Preparativos**

Antes de começarem as rezas recitadas entre outubro e novembro, os participantes separam os ramos e as garrafas plásticas com água que serão levadas para o cruzeiro, que será enfeitado e lavado. Uma das orações é lembrada por Maria, durante sua entrevista:

Meu São Sebastião
Padroeiro do lugar (bis)
Abaixai esta bandeira
Deixe a chuva derramar (bis)

Eu vi o sol gemer
E a lua a suspirar
Ó meu Deus, ó meu Deus
Olhe a seca como está

Como conta a entrevistada: “E agora nós vem lá do cruzeiro... Desce lá e vem pra Igreja... Rodeia. A gente rodeia a Igreja”.

Desenvolvimento

A penitência acontece nos tempos de seca, em especial no mês de outubro, quando em procissão o grupo de fiéis, portando ramos verdes e vasilhas de água nas mãos, se dirigem ao cruzeiro localizado no morro próximo a praça principal. Após a lavagem do Cruzeiro, ainda em procissão, descem para a Igreja de Nossa Senhora da Conceição onde encerram a penitência entoando inúmeros cânticos.

Durante a penitência as fiéis evocam vários santos dentre eles: São Francisco, São Sebastião, o Divino Espírito Santo, São José, Virgem Maria, Jesus de Nazaré e Nossa Senhora de Santana. As melodias nos reportam as escalas modais que chegaram ao sertão com os Jesuítas e seus Cantos Gregorianos.

Transformações e permanências

As irmãs rezadeiras Maria e Simiana nos informam que houve um período em que suas rezas eram cerceadas pelo pároco da Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o padre Sebastião. Segundo elas, foi somente com sua saída é que puderam retomar suas práticas dentro da Igreja, o que aconteceu a partir do ano de 2012.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS
05 ESPAÇOS PARA A REALIZAÇÃO DA CELEBRAÇÃO
Descrição do espaço da celebração

O espaço da Reza tem início na Igreja Matriz, depois os fiéis sobem o morro atrás do templo em direção ao cruzeiro. Após molhá-lo, o grupo vai até o cruzeiro da praça e depois para o cruzeiro do cemitério executando a mesma sequência, entoando cantos para os santos de devoção molham os pés das cruzes. Por fim, retornam à Igreja e encerram o ritual.

Croquis

Sem referência.

06 ÁREA DE ABRANGÊNCIA

Comunidade		Município	X	Região		Estado		Nacional	
------------	--	-----------	---	--------	--	--------	--	----------	--

Observação

Participação turística

Não foi observada.

07 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./ IPAC
Igreja de Nossa Senhora da Conceição	Patrimônio Material	EUA	Templo religioso	
Cruzeiros	Patrimônio Imaterial	Lugar	Lugar de devoção	
Cemitério	Patrimônio Imaterial	Lugar	Lugar de devoção	

08 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	x
------	--------	-------------	------------------------	------------	--------	---

Denominação Reza da chuva

Descrição Grupo de fiéis e religiosos, mantenedores da tradição de rezar para chamar chuva.

Organizadores e Financiadores

Tipo Não se aplica.

Organizadores Dona Maria e Simiana e suas vizinhas

Financiadores Não se aplica.

09 COMENTÁRIOS
Comentários dos entrevistados

O então seminarista Daniel refere-se a Maria e Simiana como “duas jóias”, e também “duas pérolas”. Ele explica um pouco do ritual por elas realizado:

Tem as orações próprias... Elas rezam... Pegam água lá no rio, molham todos os cruzeiros... Então, elas molham o cruzeiro do cemitério, cruzeiro da praça, cruzeiro que tem no alto do morro, cantando. Elas fazem orações à São Francisco, à São Sebastião e Nossa Senhora. Aí, eu achei interessante por que aí chove. Mas tem uma coisa, elas começam a rezar próxima a época da chuva. Mas chove porque elas rezaram. Se elas não rezarem não chove. Choveu por causa das orações que elas fizeram. Elas vieram aqui cantaram para mim mostraram as orações e falaram, “Ó Padre”, todo mundo aqui me chama de padre, elas falam: “Olha Padre, nós só não fizemos a reza de Santa Isabel, porque se a gente rezar a reza de Santa

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS	
Isabel dá trovoadas... E trovoadas a gente não gosta..." Daí, elas, além de serem responsáveis por fazer a chuva, elas ainda controlam.			
Comentários do elaborador			
Retomando argumentos expostos acima, percebe-se através do ritual elementos e construções simbólicas envolvendo os Homens, a Natureza e o Divino. A palavra invocando aos santos certos para propiciar a chuva necessária, o elemento natural da água entrando em contato com o símbolo cristão do cruzeiro, o cemitério indicando o fim da vida, de um ciclo, oferecem meios eficazes para se chamar chuva e reafirmam a condição humana e o valor da tradição.			
Elementos significativos relacionados			
A água jogada aos pés dos cruzeiros, as voltas realizadas ao redor da Igreja Matriz, os cantos invocando os santos católicos, as orações proferidas no cemitério são elementos constituidores de um sistema de crenças específicas.			
Crenças Associadas			
As orações e cânticos entoados para se chamar a chuva na região de Matias Cardoso estão enraizados no pensamento cristão, mas não se restringem apenas ao cristianismo. Como já apresentado esse tipo de manipulação da natureza é realizado por outras sociedades que tem nesse elemento sagrado um dos principais elementos de composição do seu universo cultural.			
Identities construídas em torno da atividade			
A permissão da Igreja para as irmãs continuarem a realizar a prática tradicional reforça a fé daqueles participantes do ritual e, reafirmando a fé, fortalecem a identidade de seus participantes possibilitando a permanência secular dessas rezas.			
Significados socioeconômicos			
Não foi identificado nenhum impacto socioeconômico na reza da chuva.			
Significados Simbólicos			
A reza da chuva, juntamente com toda sua ritualística, insere-se na vida do sertanejo, principalmente dos oficiantes do rito em Matias Cardoso, como uma forma de se controlar a natureza por meio da fé. De acordo com Da Matta (<i>apud</i> Van Gennep, 1978, p.11), o rito "igualmente sugere e insinua a esperança de todos os homens na sua inesgotável vontade de passar e ficar, de esconder e mostrar, de controlar e libertar, nesta constante transformação do mundo e de si mesmo que está inscrita no verbo viver em sociedade".			
Possibilidade de Continuação			
As duas senhoras responsáveis pela execução das rezas já se encontram em idade bem avançada e, apesar do apoio do pároco local, há o risco de desaparecimento da prática.			
Plano de ação			
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolver pesquisas mais aprofundadas relativas à necessidade das rezas para o cotidiano daqueles moradores de Matias Cardoso; • Compreender os valores e o simbolismo que está entorno da prática em questão; • Documentar a prática do rito e registrar as músicas religiosas que estão envolvidas. 			

10 ENTREVISTADOS										
01	Nome	Maria Simíssima de Jesus					Tipo			
	Nascimento	Sem referência.	Sexo	F	Idade		Registro Sonoro Visual	X		
	Descrição									
Uma das gêmeas, principais responsáveis pela reza da chuva										
	Contato									

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
CELEBRAÇÕES e RITOS

02	Nome	Seminarista Daniel				Tipo	Organizador
Nascimento	Sem referência.	Sexo	M	Idade		Registro Sonoro Visual	X
Descrição	Transmissão do saber						
Responsável pelas atividades religiosas no município e ministrar missas na Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição.							
Contato							

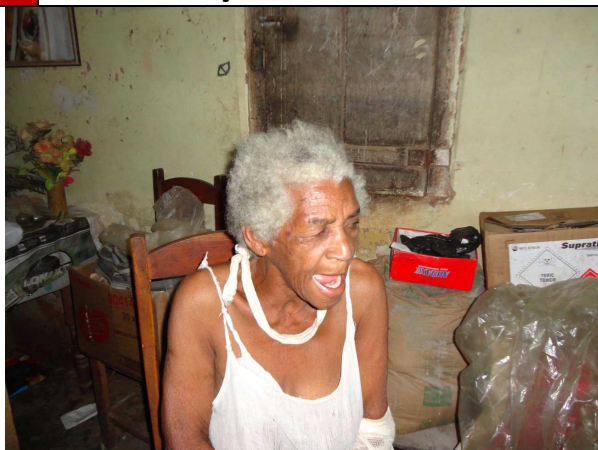
11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA


Figura 2: Maria cantando.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 3: As irmãs Maria e Simiana.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 4: As duas irmãs Maria e Simiana assistindo Missa na Igreja Matriz de Matias Cardoso.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.



Figura 5: Manjerição usado nas benzeções e reza das chuvas.

Fonte: Acervo NUHICRE / IEPHA-MG – 2013.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

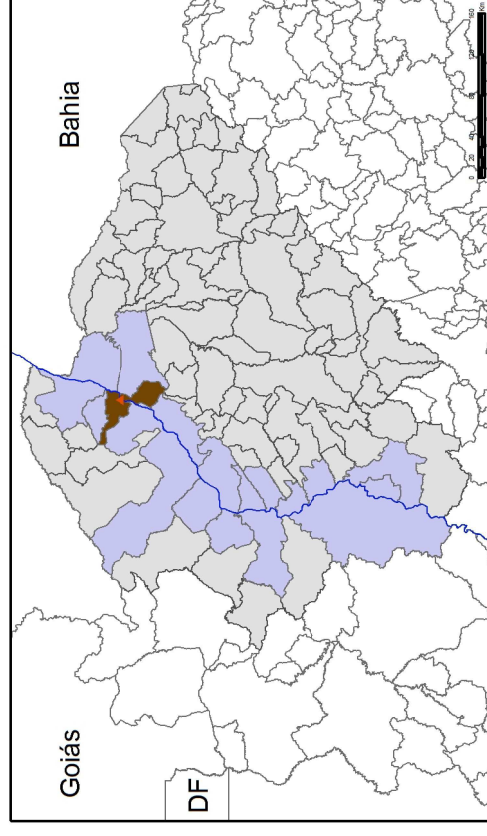
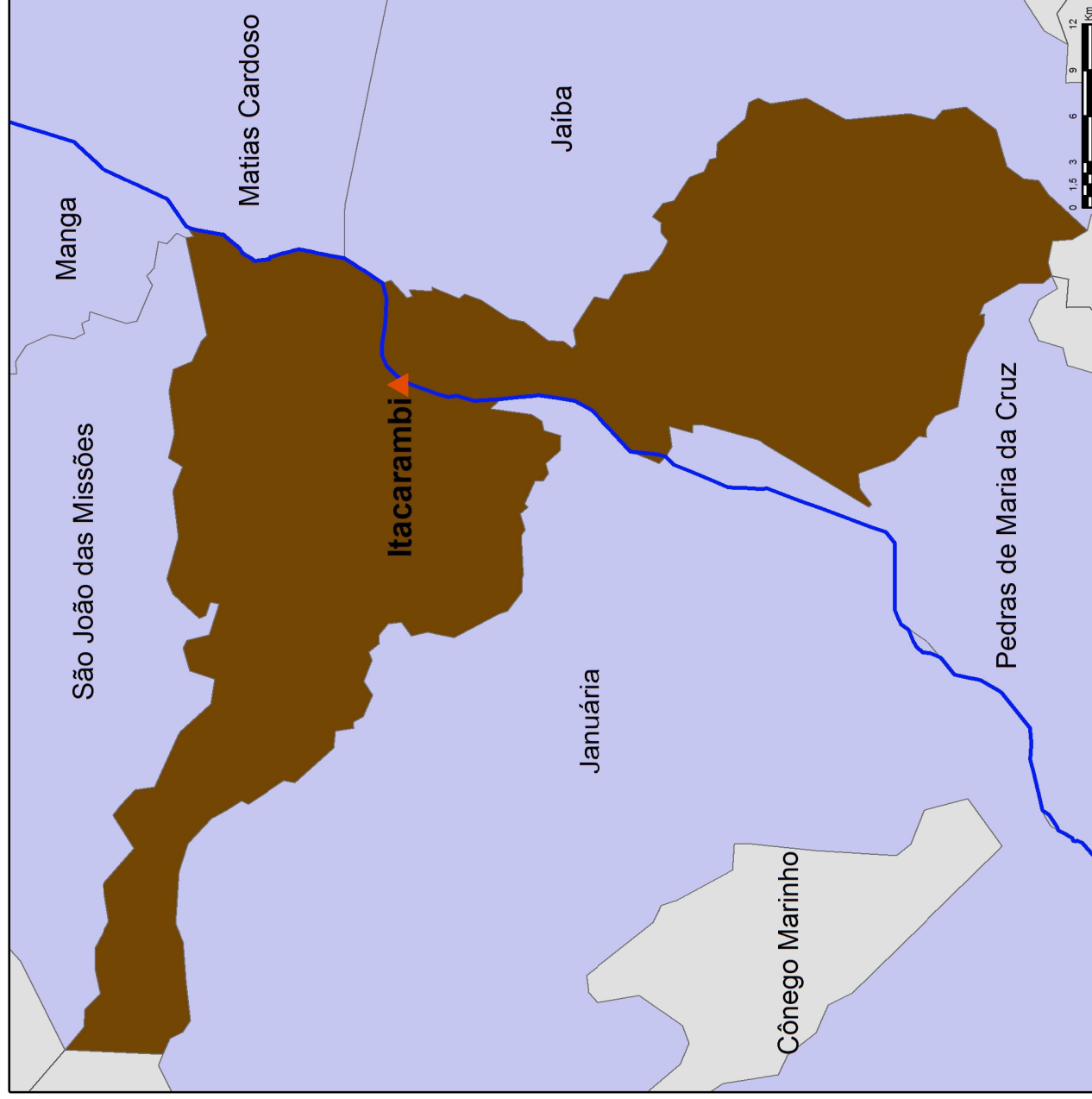
Fotografias	Figura 1: IpacSF_MatiasCardoso_Reza_Chuva_Imagens_Nuhicre_2013 Figura 3: IpacSF_MatiasCardoso_Reza_Chuva_Rezadeira_Nuhicre_2013 Figura 4: IpacSF_MatiasCardoso_Reza_Chuva_Rezadeira2_Nuhicre_2013 Figura 5: IpacSF_MatiasCardoso_Reza_Chuva_Rezadeira3_Nuhicre_2013
-------------	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		CELEBRAÇÕES e RITOS
	Figura 6: IpacSF_MatiasCardoso_Reza_Chuva_Ramo_Nuhicre_2013	
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Trans_IpacSF_MCardoso_RChuva_MJesus_07dez2012	

13	REFERÊNCIAS
	CARRARA, Angelo Alves. Antes das Minas Gerais: Conquista e Ocupação dos Territórios Mineiros. In: <i>Varia História</i> , Belo Horizonte, vol. 23, n. 38: p. 574-596, jul/dez 2007.
	COSTA, J. B. A. Agreste e Brejo dos Crioulos: situações desiguais no Território Negro do Jahyba. Porto Seguro: <i>Reunião Brasileira de Antropologia</i> , 2008. Disponível em: < http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2002/joao%20batista%20de%20almeida%20costa.pdf > Acesso em 08 dez. 2014.
	COSTA, João Batista de Almeida. <i>Os berços das gerais</i> . 2012. Disponível em: < http://www.iepha.mg.gov.br/licitacoes?task=down&Fileid=6215 > Acesso em: 04 fev. 2015
	FILHO, Aderval Costa. <i>Os Gurutubanos: territorialização, produção e sociabilidade em um quilombo do centro norte – mineiro</i> . Disponível em: < http://bdtd.bce.unb.br/tesesimplificado/tdebusca/arquivo.php?codArquivo=4712 >. Acesso em: 28 fev. 2013.
	MARIA, Dona. <i>Reza da Chuva /Mathias Cardoso</i> . [06 de dezembro, 2012]. Inventário para fins de Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial do Vale do São Francisco– IEPHA/NUHICRE/UNIMONTESMG. Entrevista concedida a Raquel Helena de Mendonça e Paula.
	MORAIS FILHO, M. <i>Festas e Tradições Populares do Brasil</i> . Brasília: Senado Federal, 2002. Disponível em: < http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/1061 > Acesso em: 12 dez. 2014.
	RESENDE, F. E. C. P. Cantos de Chuva. <i>Habitus</i> , v. 6, p. 7-41, 2008.
	VAN GENNEP, Arnold. <i>Os ritos de passagem</i> . Petrópolis: Vozes, 1978.

14	FICHA TÉCNICA	
Fotos	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Transcrição	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2012
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula, Elis Medrado Viana, Roberto Veríssimo da Silva Júnior	2012
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula; Leonardo Augusto Silva de Freitas	2012; 15 dez.2014
Revisão	Andrezza Alves Velloso, Breno Trindade.	17/07/2015 14/12/2015
	Observações	

ITACARAMBI



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- Localidade Inventariada
- Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Itacarambi
- Municípios de Minas Gerais






Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: Sad - 69
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/ UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T, 2013.

IEPHA
INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO
HISTÓRICO-ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

NUHIGRE
Núcleo de História e Cultura Regional

Bens Culturais e Contatos – Itacarambi

-  3ª Jornada Mineira de Patrimônio Cultural
-  A Arte Rupestre do Peruaçu
-  Aniversário da Cidade
-  Artesanato com Fibras de Bananeira
-  Associação dos Artesãos e Produtores Caseiros de Itacarambi (ARTESITA) – Rua
-  Brejo Santana
-  Cais Água Viva – Praça Arnaldo Correia
-  Capela de Nossa Senhora do Amparo
-  Caraíbas
-  Carrancas Gigantes
-  Cavalgada
-  Conselho Municipal de Patrimônio Cultural – Lei 1057/98
-  Decoração em Mosaicos em Espaço Urbano
-  Esculturas em Madeira e Cimento nas Praças
-  Fabião I
-  Fanfarra Educação Cultural e Lazer
-  Festa da Imaculada Conceição
-  Festa da Padroeira – Nossa Senhora de Fátima
-  Festa de Aniversário da Cidade
-  Festa de Reis de Boi
-  Grupo Apoema – O Resgate da Cultura Ribeirinha da Região Através da Música
-  Gruta do Janelão
-  Gruta Olhos d'Água
-  Igrejinha da Padroeira Nossa Senhora da Conceição
-  Itacarambi – Povoado
-  Itacarambi – Sede
-  Itacarambi do Peruaçu
-  Junco
-  Parque Nacional Cavernas do Peruaçu – Decreto de 21/09/99
-  Parque Nacional Grande Sertão Veredas – Criado em 12/04/89
-  Pescador Jaime Pacheco
-  Pintura de Louça em Olaria
-  Prefeitura Municipal de Itacarambi. Rua João Rocha, 212. Centro. Itacarambi/MG. (31) 3613-1535
-  Remanso – Cauê
-  Riachão – Pajeú
-  Secretaria de Turismo, Cultura e Lazer. Rua Januária, 61. Centro. Itacarambi/MG.
-  Serraria

-  Seu Nem – Mestre no Modo de Fazer Cachaça
-  Testemunha das viagens do vapor: Dona Floripes Lelis de França Andrada
-  Várzea Grande
-  Vila Florentina
-  Volta da Serra

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
--	-------------------

01 IDENTIFICAÇÃO								
Localidade		ITACARAMBI						
Município		Itacarambi				IPAC/MG		-
Distritos		Sede			Sítio			Médio São Francisco
GPS	23L	Long.UTM	597217.25 m E	Lat. UTM	8331477.06 m S	Urbano	X	Rural



Figura 1: Igreja de Itacarambi.

Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG

02	REFERÊNCIAS CULTURAIS
-----------	------------------------------

A primeira impressão que se tem ao entrar em Itacarambi e de estar em um parque temático, um jardim. As praças e avenidas são muito bem cuidadas, arborizadas e o mosaico adquire e espalha formas e cores do meio fio até as paredes e muros. Itacarambi comporta inúmeros bens culturais importantes para a região norte de Minas Gerais, entre celebrações, expressões culturais, saberes e lugares.

No município foram identificadas múltiplas referências que compõem o universo cultural. Na categoria de Celebrações e Ritos destacam-se a Cavalgada, Aniversário da Cidade, Festa da Imaculada Conceição, Festa da Padroeira Nossa Senhora de Fátima, dentre outros. No que se refere a expressões artísticas e culturais, identifica-se a memória dos doze vapores nas testemunhas das viagens: Dona Floripes Lelis de França Andrada; a arte rupestre do Vale do Peruaçu; decoração em mosaicos por todo espaço urbano; Grupo Apoema; a música vinculada à cultura ribeirinha; a Vaquejada; Fanfarras Educação, Cultura e Lazer e o Reis de Boi. Há também os lugares com os quais a população da cidade se identifica como o Cais Água Viva e suas

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
---	------------

carrancas gigantes; Gruta do Janelão; Gruta olhos d'água; Itacarambi do Peruaçu; o Centro Histórico da Cidade de Itacarambi, a Igreja de Nossa Senhora da Conceição, o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu - Praça da Água Viva e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas. Entre os saberes pode-se ressaltar a pintura da louça em olaria, a pesca artesanal e artesanato com fibras de bananeira. Além disso, há a presença de mestres pescadores.

03	DESCRIÇÃO
----	-----------

População e Localização

Segundo dados do IBGE, Itacarambi tem uma população de aproximadamente 17.720 habitantes. A cidade está localizada no Alto Médio São Francisco à esquerda do Rio. Com acesso rodoviário pela BR-251, MG-502, MG-402, MG-161 e BR-135, está há 660 quilômetros de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais. Os municípios que fazem limite com a cidade são: São João das Missões, Cônego Marinho, Januária, Pedras de Maria da Cruz, Varzelândia, Jaíba, Matias Cardoso, Manga, Miravânia e Ibiracatu. A localidade possui muitos lugares para lazer e práticas esportivas, como praias fluviais e ambientes favoráveis para pescaria.

Além disso, o município conta com grutas e cavernas no Vale do Peruaçu, que por sua vez abrigam uma fauna típica da região, com destaque para a diversidade de aves e outros animais raros e ameaçados de extinção. Como exemplo destaca-se a Gruta Olhos D'Água, com 1180 metros em seu eixo principal, sendo considerada a quarta maior do país, atraindo visitantes de diversos lugares. Itacarambi caracteriza-se, portanto, por ser um complexo científico e cultural de importância mundial.

Paisagem Natural e Meio Ambiente

Considerando-se os estudos de populações tradicionais, a paisagem é uma construção material e simbólica. Apresenta uma interpretação própria das pessoas que residem no lugar, o que nem sempre é perceptível aos visitantes (SCHAMA, 1996:27). Neste sentido, cabe ressaltar de maneira detalhada as questões relativas à natureza em Itacarambi. A dissertação de mestrado de Cássio Alexandre da Silva (2007) trouxe colaborações importantes para compreender as paisagens naturais e o meio ambiente de uma cidade ribeirinha, que passou por transformações no cenário urbano, do ponto de vista estético.

Segundo o autor, a paisagem do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu tem sofrido inúmeras alterações tanto pelas populações tradicionais, quanto por visitantes que nos últimos 15 anos passaram a frequentar o território. No local existem algumas ameaças que são importantes mencionar, como as alterações nas pinturas rupestres, nos acessos e na vegetação que protege os painéis rupestres, além de desmanche de escavações. O ponto forte e expressivo da paisagem local é a apresentação cênica de beleza natural, a exuberância do cenário, a alta densidade de sítios, o valor histórico dos sítios que reconstituem a história da região e o estado de conservação das cavernas. Essas características dão à paisagem destaque e importância, tanto local quanto global.

Quanto ao clima, existe o predomínio do regional, tropical semiárido, como em todo o norte de Minas. São duas estações bem definidas entre a seca (no inverno) e a chuvosa (no verão), condicionadas pela dinâmica atmosférica. As temperaturas médias estão acima de 18º C. As amplitudes térmicas chegam a 8º C no inverno. A precipitação regional está registrada com índices inferiores a 1.200 mm/anual, aumentando raramente. A média da umidade relativa do ar apresenta-se entre 60 e 70%. O clima está associado ao uso e ocupação do solo, no que tange às culturas agrícolas, e influencia os costumes dos povos sertanejos que trabalham com as intempéries, durante os anos de sua história, e com a vegetação. Esta paisagem marca o cenário principal, pois as demais apresentam influências diretas e indiretas da leitura do clima.

O povo da região e da comunidade trata o “clima” de maneira peculiar, e apresenta a sua interpretação relacionada com o animismo, crenças e mitos. Utilizam expressões como: nas águas ou nas cheias; “ô sequidão... ô *quenturão*”; ventania; corisco; “sol e chuva casamento da viúva”; *truvuada*; *relampô*; *mormaço* ou *moumaço*; sol rachando; *calorão*; *tempo-bão*; *tempo-fresquim*; *chubaréu*; *nuviu-tudim*;

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

redimuim; e outras mais, e, além disso, tem a crendice de “não deixar deitar-se ao chão quando estiver chovendo e trovejando”. É assim que a gente do lugar trata o clima, impregnando a região desse vocabulário há anos, de geração a geração, configurando um linguajar sertanejo.

Na questão geológica, segundo o pesquisador Cássio Alexandre da Silva (2007) a região iniciou-se estruturalmente no período Pré-Cambriano, no Proterozóico Superior, com rochas graníticas antigas do escudo cristalino e, sobre elas, a formação do mar do Bambuí com composição de rochas carbonáticas, como o calcário, seguido posteriormente de sedimentos do Urucuia com depósitos lateríticos e ferruginosos. Essas formações estão relacionadas com as características dos solos do Cerrado, exceto no baixo rio Peruaçu, em sua foz, onde se apresentam sedimentos aluvionares da planície do Rio São Francisco.

As altitudes variam de 830m no planalto e compartimentos de cimeira e cerca de 440m no fundo do vale do Rio São Francisco, caracterizando o talvegue da depressão. Inúmeros pacotes calcários estão expostos no médio curso Peruaçu, tendo suas nascentes nos chapadões sedimentares e, no baixo curso, a planície da margem esquerda do Rio São Francisco. Essas formas caracterizam o relevo como médio ondulado. Além das veredas a montante, o carste é peculiar da região, com suas morfoesculturas em cânions, paredões, maciços, torres, cavernas, sumidouros, ressurgências, dolinas e lapiás (SILVA, 2007).

Marcos

Entre os marcos edificadas encontram-se o Cais Água Viva - Praça Arnaldo Correia; a Igreja da padroeira Nossa Senhora da Conceição; o Prédio da Secretaria Municipal de Turismo Cultura e Lazer e a Matriz do Sagrado Coração de Jesus. Entre os naturais destacam-se o Parque Nacional Cavernas do Peruaçu e o Parque Nacional Grande Sertão Veredas.

04 FORMAÇÃO HISTÓRICA

A origem etimológica do nome da cidade faz referências à montanha denominada Morro Itacarambi e ao rio de mesmo nome. De acordo com o *Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil*, o significado da palavra Itacarambi está associado à língua tupi-guarani, significando "rio das pedras arranhadas". É interessante perceber que houve ocupação de grupos indígenas do tronco Macro-Jê e Tupi-Guarani na região do Médio São Francisco, especialmente a localizada próximo aonde hoje é Itacarambi, visto que a produção bibliográfica sobre o tema aponta que presença indígena mais marcante na região foi de tribos ligadas ao tronco linguístico Jê, como os Xakriabás e os Caiapós. Outras versões apontam Algumas versões para seu significado original, traduzidos para o português, são: Pedra de duas caras; Rio da Pedra Redonda; Peixe que nada em volta da pedra; Lugar cheio de pedregulho.

Próxima do Parque Nacional Cavernas do Peruaçu, a região hoje ocupada pelo município de Itacarambi remonta ao passado pré-colonial, visto a concentração de sítios arqueológicos existentes no local e a presença de uma reserva indígena xakriabá em São João das Missões, município fronteiriço à Itacarambi. Porém a bagagem cultural trazida pelos grupos indígenas não está confinada nos municípios vizinhos. É possível perceber na organização urbana atual da cidade, “desenhos e esculturas de formas casuais, representativas, objetivas e evocativas que remetem às expressões remotas dos que ali habitaram” (AMARAL e LIMA, 2010). Os sítios arqueológicos da região possuem vestígios e pinturas rupestres datando aproximadamente 11 mil anos, fato que também ocorre municípios de Januária e São João das Missões (PROUS e RODET, 2009: 17).

Quanto à ocupação empreendida pelos colonizadores europeus, Amaral e Lima (2010), afirmam que essa se deu por parte dos bandeirantes luso-brasileiros, que iniciaram o processo de colonização da região na segunda metade do século XVII. Os autores esclareceram que essa ocupação esteve “ligada à exploração através das ‘entradas’ e ‘bandeiras’ que abriam caminhos, estabeleceram pontos de parada, fundaram pequenos aglomerados como apropriações territoriais que progressivamente iriam permitir a penetração e a colonização do Estado”. Durante o século XVI, as entradas não eram realizadas com o intuito de estabelecer colônias, mas na tentativa de descobrir metais preciosos. Desta feita, Francisco Bruzza Espinosa comandou

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

uma entrada em 1554, que contou com a participação do padre jesuíta João Aspicuelta Navarro, que deixou registrada a viagem em seu diário (BAETA, 2009: 159). Alenice Motta Baeta escreveu que a partir de doação de um território de 160 léguas – da nascente do Rio Jacaré até às nascentes do rio das Velhas –, Antônio Guedes de Brito foi incumbido de criar povoados na margem direita do Rio São Francisco. Tal doação, realizada em 1663, foi uma das primeiras tentativas metropolitanas de conquista do sertão mineiro (BAETA, 2009: 160; AMARAL e LIMA, 2010). Com a ocupação na margem direita, a maioria das populações indígenas que estavam fixadas no local atravessaram o São Francisco, se concentrando a partir de então, na margem esquerda.

À frente da conquista da região estava o Mestre de Campo Matias Cardoso, que no processo de colonização escravizou os indígenas, “referidos genericamente como Caiapós ou Chacriabás”, utilizando seu trabalho na construção das fazendas de gado, estabelecidas para ocupar abastecer a expedição (SANTOS, 2010: 25). Uma das etnias que estava na região era a dos Xakriabás, fixados tradicionalmente “ao longo do rio São Francisco, na divisa entre a Bahia e Minas Gerais (ALMEIDA, 2006: 10)”.

Os Xakriabás estão associados historicamente “à aliança que fizeram com os primeiros povoadores do norte de Minas Gerais no combate aos Kayapó meridionais (ALMEIDA, 2006: 09)”. Além disso, os Xakriabá auxiliaram na construção do arraial de Nossa Senhora da Conceição de Morrinhos, que posteriormente se tornou o município de Matias Cardoso. Januário Cardoso, filho de Matias Cardoso assumiu o cargo de Mestre de Campo no início do XVIII, e passou a garantir o livre trânsito das mercadorias que passavam pelo São Francisco, por meio da exterminação, aprisionamento e aldeamento dos Caiapós, evitando o contrabando de ouro e assegurando a ocupação para a Coroa Portuguesa (SANTOS, 2010: 25-24).

Após o período de colonização, o local que possuía a denominação de Jacaré, e que posteriormente viria a se constituir na cidade de Itacarambi, tornou-se uma região de modesta produção de gêneros alimentícios. Henrique Halfeld, engenheiro alemão que viajou mapeando o curso do São Francisco de 1836 a 1855, descreveu que a localidade possuía as seguintes características:

[...] é entrecortada por alguns pequenos sangradouros, e sobre ella e quase no meio da extensão da legua, está assentado o arraial do *Jacaré*, que tem uma capellinha ou casa de oração e mais 42 casas com 230 a 250 habitantes, que vivem do commercio fluvial, da criação, da pesca, e dos productos da lavoura. A insignificancia da lavoura não é em consequencia de faltar a fertilidade das terras; pelo contrario; esta existe; mas o povo não é animado a trabalhar com excesso, e contenta-se com preferencia do que resulta com polco trabalho, da extrema fertilidade das trilhas, que por sua menor altura são expostas a inundação do rio; cujas aguas depositão lodo fecundíssimo sobre a sua superfície (1860, p. 12).

James Wells, viajante inglês que também percorreu o Rio São Francisco entre 1852 e 1854, relatou sua visão sobre o povoado, destacando sua negatividade com relação aos arraiais do Império, e apresentando que em poucos anos, Jacaré já havia aumentado expressivamente o número de habitantes:

O arraial do Jacaré consiste simplesmente em uma rua de casas espalhadas e cabanas de frente para o rio, e contém cerca de 3.000 almas; quase toda habitação tem seu próprio quintal, onde crescem muitas das árvores frutíferas e outras comuns na região. Uma estrada larga e espraiada, profusamente tomada pelo capim, forma a via principal; umas poucas árvores grandes crescem às margens do rio, sob a sombra das quais se discutem a política local e as colheitas, e constituem coletivamente a taberna e o mercado de trocas da vila para a transação de negócios com os comerciantes fluviais. Uma igreja que não passa de um celeiro velho em ruínas é, naturalmente, um complemento indispensável do povoado (Wells, 1995, p. 16).

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LOCALIDADE**

James Wells também sinalizou que a natureza econômica da cidade estava ligada às transações comerciais do povoado, que ocorriam através do Rio São Francisco. Tal relação com o rio exigia infraestrutura também por terra, e para isso foi aberta uma estrada de rodagem até um porto, conhecido como Porto do Salgado, cujo desenvolvimento justificou a transferência da sede do arraial para a localidade que futuramente viria a se chamar Januária. No relato de Wells também é interessante notar sua descrição sobre a vida cultural do local, já que um grupo de músicos recebeu a sua expedição com improvisos tocados sob a sombra de uma árvore, terminando sempre com o refrão “Olhe! As moças estão olhando”, assim como a prática da renda de bilro por parte das mulheres (WELLS, 1995, p. 17).

Ao longo dos anos a atual cidade de Itacarambi passou por inúmeras mudanças administrativas até se consolidar como município. No ano de 1933, passou a ser administrado pelo município de Januária. Posteriormente, em 1938, o Decreto do Estado nº 148, designou que o então distrito deveria ser diminuído, cedendo uma porção para formar o povoado de Missões, também em Januária. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1962, foi elevado a condição de município, ano em que se emancipou de Januária e anexou ao seu território o distrito de Missões. São João das Missões desvinculou-se de Itacarambi em 1995, pela Lei Estadual nº 12030.

Como cidade herdeira de tradições seculares expressas na arte rupestre, nas tradições xacriabás, nos saberes de afro-descendentes e de demais povos que chegaram ao longo da história, Itacarambi recria identidades, histórias e espaços temáticos na cidade atual, dando legitimidade aos seus cidadãos.

05 CRONOLOGIA

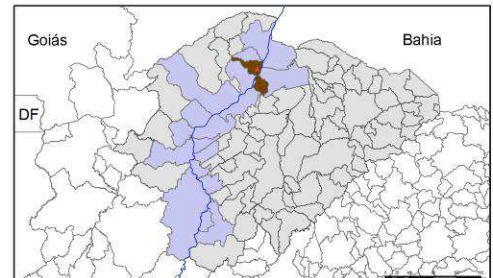
Data	Evento
1870 - 1875	Cidade é referida pelo nome de Jacaré por James Wells, viajante inglês.
1912	Cidade é novamente referida como Jacaré por Cônego Maurício Gaspar.
1933 - 1937	Passou a pertencer à Januária, assim permanecendo até 1937.
12/12/1938	Pelo Decreto Estadual nº 148 o distrito perdeu parte de seu território.
30/12/1962	Elevado à categoria de município com a denominação de Itacarambi, pela Lei Estadual nº 2764, tendo se desmembrado de Januária.
31/12/1963	Em divisão territorial o município é constituído de dois distritos: Itacarambi e Missões.
21/12/1995	Lei Estadual nº 12030, o distrito de Missões foi desmembrado de Itacarambi e elevado à categoria de município com a denominação de São João das Missões.
1997 - 2007	Em divisão territorial datada de 1997, o município é constituído do distrito sede, assim permanecendo em divisão territorial datada de 2007.

06 PLANTAS, MAPAS E CROQUIS

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

ITACARAMBI



Inventário para fins de Salvaguarda e de Proteção do Patrimônio Cultural no Vale do Rio São Francisco

Legenda

- ▲ Localidade Inventariada
- Rio São Francisco
- Macrorregião do Norte de Minas
- Municípios Inventariados
- Município de Itacarambi
- Municípios de Minas Gerais

Sistemas de Coordenadas Geográficas
Datum: SIRD - 88
Fonte: IBGE 2010, Convênio IEPHA/UNIMONTES.
Org: OLIVEIRA, G.H.G.; RIBAS, J.L.T., 2013.

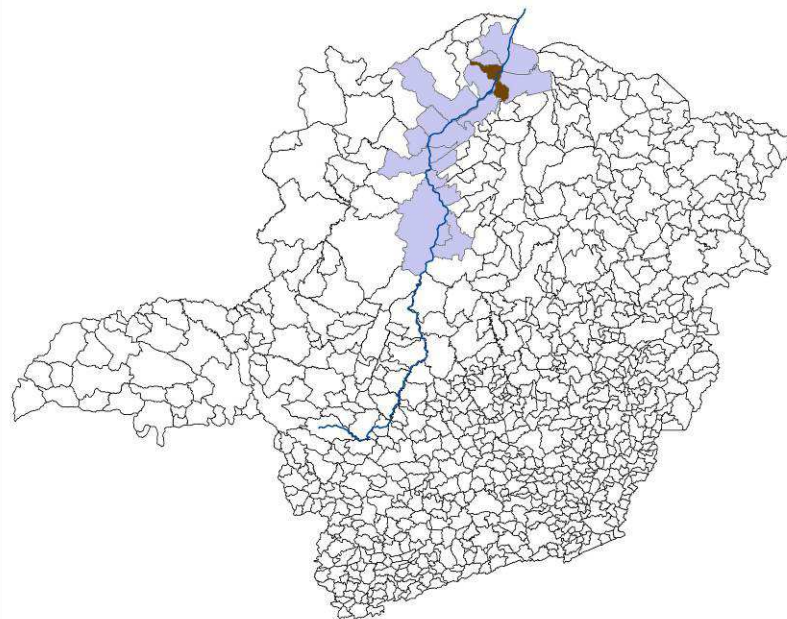
Figura 2: Mapa de localização de Itacarambi.

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS

LOCALIDADE

INVENTÁRIO DE BENS CULTURAIS DE ITACARAMBI



BENS INVENTARIADOS

- . Expressão: Reis de Bois
- . Expressão: Mitos e Lendas do Rio - Mãe d'água, caboclo d'água e carranca
- . Lugar: Praça do Cais Água Viva



Tamanduá: Personagem da Cultura regional
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Boi de Reis
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Sabiá: Personagem da Cultura Regional
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Representação Indígena
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG



Caboclinhos
Fonte: NUHICRE/IEPHA - MG

Figura 3: Mapa de bens inventariados na localidade.

Fonte: IEPHA/MG – NUHICRE

07 LEGISLAÇÃO

Instrumentos de Proteção Ambiental e Patrimonial e de Planejamento

Decreto nº 44.667, de 3 de dezembro de 2007 - Dispõe sobre a reorganização do Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM, de que trata a Lei Delegada nº 178, de 29 de janeiro de 2007.

Decreto nº 98.182, de 26 de setembro de 1989 - Dispõe sobre a criação de área de proteção ambiental no Estado de Minas Gerais, e dá outras providências.

Lei Orgânica do Município de Itacarambi de dezembro de 2000.

08 RECOMENDAÇÕES

Recomenda-se que sejam realizadas ações de Salvaguarda no sentido de valorização e difusão do patrimônio cultural local, com atividades de educação patrimonial; edição de um documentário a partir de uma pesquisa mais detalhada sobre os mosaicos e esculturas da cidade; valorização e auxílio no campo de ação com os ribeirinhos; apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionadas aos bens culturais locais; promoção e divulgação desses bens; valorização de mestres e executantes; disponibilização de linhas de crédito para aquisição de itens materiais que compõem as manifestações e expressões culturais do município, tais como instrumentos, vestuários, melhores condições de produção, reprodução e circulação dos folguedos inventariados; capacitação dos gestores culturais locais; organização dos detentores de atividades comunitárias instrumentalizando-os e organizando-os em associações para concorrer a editais; e por fim,

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
incentivo para que sejam realizadas pesquisas acadêmicas sobre a localidade.	

09	DOCUMENTOS ANEXOS
	Fotografias
	Figura 1: IPAC_Itacarambi_Localidade_Nuhicre_iepha (16) Figura 2: IPAC_Itacarambi_Localização_Mapa_Nuhicre_iepha Figura 3: IPAC_Itacarambi_Bens_Inventariados_Mapa_Nuhicre_iepha
	Bens Culturais Inventariados
	Reis de Boi. Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'Água, Caboclo d'Água e Carranca. Praça Cais Água Viva.
	Contatos
	Prefeitura Municipal de Itacarambi EMATER - Regional de Januária - Escritório Local de Itacarambi Secretaria Adjunta de Desenvolvimento Social
	Numeração das Fichas de Identificação de Bens
	5382 – Reis de Boi. 5383 – Mitos e Lendas do Rio: Mãe d'Água, Caboclo d'Água e Carranca. 5384 – Praça Cais Água Viva.

10	REFERÊNCIAS
	ALMEIDA, Rita Heloisa de Almeida. Xakriabá – cultura, história, demandas e planos. <i>Revista de Estudos e Pesquisa</i> , FUNAI, Brasília, v.3, n.1/2, p.9-39, jul/dez.2006. p.18-19.
	AMARAL, Ana Alaíde; LIMA, Fabio José Martins. <i>Itacarambi, norte de Minas Gerais: entre o lugar e os espaços de diálogo</i> . Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.120/3478 > Acesso em 18 dez. 2014.
	BAETA, Alenice Motta. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. <i>In Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.</i> . Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.
	HALFELD, Henrique Guilherme Fernando. <i>Atlas e relatório concernente a exploração do Rio S. Francisco: Desde a cachoeira da Pirapóra até ao oceano atlântico. 1852, 1853 e 1854</i> . Rio de Janeiro: Lithographia Imperial, 1860.
	IBGE. <i>Cidades: Itacarambi</i> . Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=313210 >. Acessado em: 24 abr. 2013.
	MINAS GERAIS. Lei 12030, de 21 de dezembro de 1995. Cria Municípios e dá outras providências. <i>Assembleia Legislativa de Minas Gerais</i> . 1995. Disponível em: < https://www.almg.gov.br/consulte/legislacao/completa/completa-nova-min.html?tipo=LEI&num=12030&comp=&ano=1995&texto=original > Acessado em 19 mar. 2015.
	<i>Portal de Turismo</i> . Disponível em: < http://www.ferias.tur.br/informacoes/3239/itacarambi-mg.html#ixzz2MZKU2dsL >. Acessado em: 24 abr. 2013.
	PROUS, André Pierre; RODET, Maria Jacqueline. Introdução. In: <i>Arquivos do Museu de História Natural da UFMG</i> . Belo Horizonte, UFMG, vol. XIX, 2009. Disponível em: < http://www.mhnb.ufmg.br/arquivosDoMuseuVolXIX.html > Acesso em 23/12/2014.
	SANTOS, Ana Flávia Moreira. <i>Do terreno dos caboclos do Sr. João à terra indígena xakriabá: as circunstâncias da formação de um povo. Um estudo sobre a construção social de fronteiras</i> . 1997. 304f. Dissertação

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LOCALIDADE
(Mestrado). Universidade de Brasília, Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. Brasília.	
SCHAMA, Simon. <i>Paisagem e memória</i> . São Paulo, Companhia das Letras, 1996.	
SILVA, Cássio Alexandre da. <i>Parque Nacional Cavernas do Peruaçu/PARNA – Januária/Itacarambi -MG - Comunidade do Janelão: as comunidades tradicionais e o impacto da criação da Unidade de Conservação em seu território</i> . 158 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros - UNIMONTES, MONTES CLAROS – 2007. Disponível em: <www.ppgds.unimontes.br>. Acessado em: 15 mar. 2013.	
VASCONCELOS, Diogo de. <i>História Antiga das Minas Gerais</i> . 4ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.	
VASCONCELOS, Diogo de. <i>História Média das Minas Gerais</i> . 4ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1974.	
WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilustr.	

11	FICHA TÉCNICA	
Fotografia	NUHICRE – IEPHA/MG	2013
Vídeos	Não se aplica.	-
Áudio	Não se aplica.	-
Transcrição	Não se aplica.	-
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula	24/04/2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	24/04/2013
Revisão	André Elias de Oliveira, Débora Raiza Rocha, Luis Gustavo Mundim, Maria Generosa Ferreira Souto, Renata Lopes	07/07/2013 03/2015 06/2015 11/2015
	Observações	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação		REIS DE BOI						IPAC/MG		5382
Município(s)		Itacarambi			Distrito		Sede			
Endereço										
GPS	23L	Long. UTM	597217.25 m E	Lat. UTM	8331477.06 m S	Urbano	X	Rural		



Figura 1: Boi da Dona Sá Martinha pronto para se apresentar na praça.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES-2013.

	Categoria	Formas de Expressão
Tipologia da Atividade	Atividade Ritual	
PERIODICIDADE		
Início	8 de Janeiro	
Fim	31 de Janeiro	
Calendário Litúrgico	Após o fechamento do ciclo natalino.	
Invocação		
Observação das Datas		
DENOMINAÇÃO	Reis de Boi	
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE		
O Reis de Boi se inicia sempre depois do dia 08 de janeiro de cada ano, quando são retirados os enfeites de Natal, e permanece se apresentando até o último dia do mês de janeiro.		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES			
Outras denominações	Reis de Bois	Nível de integração			
		Comunidade	X	Oficial	Intercomunitária

02	Histórico da Localidade
	<p>A ocupação do território onde hoje está situado o município de Itacarambi remonta ao período pré-colonial. A concentração de sítios arqueológicos no local e a presença de uma reserva indígena Xakriabá em São João das Missões, município fronteiro à Itacarambi. Segundo indícios, é possível retrair, com segurança, a presença antrópica na região para até 12.000 anos, a partir de vestígios encontrados em abrigos no Vale do Peruaçu (2009: 17). Os sítios arqueológicos da região possuem vestígios e pinturas rupestres, datando aproximadamente 11 mil anos, fato que também ocorre municípios de Januária e São João das Missões (PROUS e RODET, 2009: 17). Quanto à ocupação empreendida pelos colonizadores europeus, Amaral e Lima (2010), afirmam que essa se deu por parte dos bandeirantes luso-brasileiros, que iniciaram o processo de colonização da região na segunda metade do século XVII.</p> <p>À essa época a localidade possuía o nome Jacaré, e durante o século XVIII caracterizava-se pela sua modesta produção de gêneros alimentícios e por ser entreposto fluvial. James Wells (1995), viajante inglês que percorreu o curso do São Francisco, relatou em sua passagem pelo lugar durante a segunda metade do século XIX um certo nível de comércio proporcionado pelo porto da cidade, mas enfatizou que a produção não era de grande escala (1995: 16-17). No relato de Wells também é interessante notar sua descrição sobre a vida cultural do local, já que um grupo de músicos recebeu a sua expedição com improvisos tocados sob a sombra de uma árvore, terminando sempre com o refrão “Olhe! As moças estão olhando”, assim como a prática da renda de bilro por parte das mulheres (WELLS, 1995:17).</p> <p>Ao longo dos anos, a atual cidade de Itacarambi passou por inúmeras mudanças administrativas até se consolidar como município. No ano de 1933, passou a ser administrado pelo município de Januária. Posteriormente, em 1938, o Decreto do Estado nº 148, designou que o então distrito deveria ser diminuído, cedendo uma porção para formar o povoado de Missões, também em Januária. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1962, foi elevado a condição de município, ano em que se emancipou de Januária e anexou ao seu território o distrito de Missões. São João das Missões desvinculou-se de Itacarambi em 1995, pela Lei Estadual nº 12030.</p> <p>Como cidade herdeira de tradições seculares expressas na arte rupestre, nas tradições xacriabás, nos saberes de afro-descendentes e de demais povos que chegaram ao longo da história, Itacarambi recria identidades, histórias e espaços temáticos na cidade atual, dando legitimidade aos seus cidadãos.</p>

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
	<p>A tradição da dança em comemoração ao boi é praticada em todo o território nacional, sob diversas nomes regionais. Entretanto, deve-se notar que nem todas tratam sobre o mesmo tema ou celebram na mesma ocasião festiva. Assim, os diversos nomes dados ao boi – bumba-meu-boi, boi-bumbá, reis de boi, Reis de Boi, boi de janeiro, dança do boi, boi mamão, dentre outros – têm relações intrínsecas com a regionalidade, sendo mais utilizados em determinadas regiões do que em outras. Ainda assim, não é possível identificar com segurança a natureza da prática cultural apenas pelo nome dado à ela.</p> <p>As diferentes festas são, então, congregadas sob a caracterização de “folguedos do boi”, assim definido pelo Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira:</p> <p>Folguedo que se difundiu pelo Brasil, com amplo leque de variações. Sua inserção no calendário festivo é variada: conforme a região e a modalidade do boi, o folguedo insere-se no ciclo natalino, junino ou mesmo carnavalesco, composto de dança, drama e música desenvolvidos em torno do artefato que representa o boi. Na ampla variedade de suas encenações, o tema da morte e ressurreição do boi emerge seja diretamente, seja de forma alusiva. Em torno desse episódio dramático, agregam-se</p>

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

variados personagens. Há bois que não revivem e cujos corpos são simbolicamente partilhados, e há casos em que ele não morre, simplesmente ‘foge’, desaparecendo no fim da festa para retornar no ano seguinte.

A tradição do Reis de Boi é uma herança relacionada às “danças dramáticas” portuguesas, que no Brasil se transformou no que existiria de mais próximo ao teatro popular por alguns séculos. Maria Isaura de Queiroz (1967) abordou a questão, apontando as origens portuguesas de determinada festa popular, que se realizava entorno da figura de um boi, produzido a partir de armações. Segundo a autora, havia armações que imitavam a tourada – elemento que até hoje é aparente na maioria dos folguedos, quando o boi se lança sobre vaqueiros e público, uma “reminiscência das touradas fingidas” (QUEIROZ, 1967: 88).

De acordo com Regina de Paula Santos Prado (1977), havia na Península Ibérica a tradição de se encenar peças religiosas de inspiração erudita, porém destinadas ao povo para comemorar festas católicas originadas das lutas da Igreja contra o paganismo. O costume foi retomado no Brasil pelos jesuítas durante o período de evangelização dos indígenas, negros e dos próprios portugueses aventureiros e conquistadores, por meio da encenação de pequenos autos.

Tais manifestações de origem europeia foram adquirindo novas identidades ao entrarem em contato com elementos das culturas negras e indígenas presentes no território brasileiro. Por isto, se faz comum encarar o boi – principalmente o praticado no estado do Maranhão – como um exemplo claro da miscigenação entre estas culturas.

Os estudos de Luís da Câmara Cascudo, pesquisador do folclore nacional, apontam para a possibilidade do folguedo, vinculado à figura do boi, ter sido praticado primeiramente na região nordeste do Brasil.

É o único *made in Brazil* em quase todas as suas peças e no seu dinamismo lúdico. Só a figura é que viajou de Portugal, mas no Brasil pastoril desdobrou-se, infinitamente longe da limitada habilidade de espalhar os curiosos às cornadas, como começara sua existência no folclore nacional, meados do século XVIII, segundo deduzo.”(CAMARA CASCU DO, 1967:37).

Câmara Cascudo foi um dos primeiros a relacionar o surgimento do boi ao Ciclo do Gado no nordeste. A relação entre sociedades agrárias e o culto ao boi já é uma análise consagrada em vários campos do conhecimento. Cazé e Paixão (2009) afirmam que o gado “ocupou o segundo lugar em importância no ciclo da cana-de-açúcar – antes dele só o cavalo, representante do senhor aristocrata” (2009: 11). O boi alimenta uma simbologia ao seu redor representando o ser que resistia às intempéries naturais, trabalhava duro e auxiliava os escravos, servia como força motriz para o transporte e a consequente conquista do interior, acabando por encarnar inclusive princípios alimentares, se tornando um símbolo de fertilidade. A identificação com o brasileiro sertanejo teria levado à apropriação de uma origem portuguesa que seria complementada com elementos culturais próprios das diferentes etnias presentes no interior.

A primeira referência escrita sobre o festejo se deu em um comentário depreciativo do Padre Lopes Gama no jornal “O Carapuceiro” de Recife, no ano de 1840, no qual dizia: “De quantos recreios, folganças, e desenfados populares há em nosso Pernambuco, eu não conheço hum tão tollo, tão estúpido, e destituído de graça, como o alias bem conhecido bumba meu boi [sic]” (LOPES GAMA, 1840).

Tal comentário ressentido seria em decorrência de uma crítica social – que se tornava aos poucos um dos elementos marcantes do boi – ao redor das figuras eclesiásticas, quando um padre seria adicionado na representação em uma personagem cômica. No estudo de Cavalcanti (2000), a segunda referência escrita identificada foi produzida apenas dezenove anos depois, em Manaus, o que indica a característica essencialmente popular do boi, distante do meio erudito onde circulavam as informações e interesses da elite.

Prado (1977) identificou que o folguedo já era praticado desde o século XVIII, arrastando multidões pelo nordeste do Brasil. O Bumba-meu-boi já foi alvo de perseguições da polícia e das elites por ser uma festa mantida pela população negra da cidade, chegando a ser proibida entre 1861 e 1868.

Acredita-se que a chegada de parte das referências sobre o festejo realizado com a figura do boi tenha

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

chegado em Itacarambi, juntamente com o processo de ocupação da região do Norte de Minas durante o século XVIII, por influência dos escravos recém-chegados da Bahia. Contudo, é pertinente, citar o documento intitulado *Mapeamento Cultural Selo Unicef 2008*, apresentado pela Prefeitura local. O texto mostra que o bailado do município é composto por personagens humanos e animais que remontam a fauna e flora local, bem como as crenças. O documento destaca ainda que a manifestação cultural, intitulada na localidade Reis de Boi, veio da Bahia, ainda na década de 50, trazida pela família de Martinha Pereira da Silva – conhecida como “Sá” Martinha, já falecida.

Por muitos anos, a Reis de Boi foi apresentada com a exclusiva organização desta família. Contudo, após o falecimento de “Sá” Martinha, o Reis de Boi ficou sem se apresentar durante algum tempo, sendo retomadas posteriormente como auxílio da administração pública municipal. Assim, com o passar do tempo, a apresentação do grupo foi sendo reestabelecida com novo figurino, porém com o mesmo modo de se apresentar. A expressão cultural é reconhecida e prestigiada por grande parcela da população de Itacarambi e por visitantes do município, principalmente os que acompanham o grupo. Atualmente, a apresentação do Reis do Boi é uma das expressões culturais de maior popularidade em Itacarambi, arrastando várias pessoas pelas ruas da cidade.

04 DESCRIÇÃO

As apresentações do Reis de Boi se iniciam sempre após o dia 06 de janeiro de cada ano, não seguindo a data rigorosamente, e se encerram geralmente no último dia do mesmo mês. O período corresponde ao Dia de Reis, correspondente à época que os enfeites de natal são recolhidos – quando se encerra o ciclo natalino.

A apresentação do Reis acontece pelas ruas. O Boi exhibe sua coreografia em frente às residências onde foi “comprado”, procedimento no qual a pessoa que o recebe escolhe uma quantia e lhe oferta. O folguedo arrasta consigo seu público, coral e personagens.

Atualmente, o grupo é composto por membros antigos, como Geraldo Ramos de Oliveira que toca com o boi desde os doze anos de idade e é o atual coordenador do Boi; Dona Maria do Carmo, puxadora do Boi, pessoas da família de “Sá” Martinha e sociedade em geral. O Reis de Boi conta com personagens coreografados, tocadores e cantadeiras. Para a música, utilizam como instrumentos musicais os tambores, pandeiros, sanfonas, violões e triângulos. As apresentações acontecem individualmente e, em geral, representam o enfrentamento do personagem com o vaqueiro (ou os vaqueiros, dependendo da cena).

O início do folguedo é dado com a dança do Boi e do Vaqueiro, que com seu cajado vão conduzindo o Boi a sacolejar-se e dançar. Com um encostão na cabeça do Boi, o Vaqueiro o mata, o que seria um agrado realizado à sua mulher, grávida, Mãe Catirina, que deseja comer língua de boi – tal qual é contado no auto mais consagrado do bumba-meu-boi da região norte. Neste momento entra a atual puxadora da folia, Dona Maria do Carmo, que inconsoladamente grita “mataram meu boi!” e, chegando mais perto, pergunta: “Quem matou meu boi?”.

Em geral segue-se um pequeno improviso e então começam a entrar os outros personagens do folguedo: o Tamanduá, a Ema, o Sabiá, a Fera, Luiz Caipora, Catarina, Nêga Feiticeira, os Negros e a Mulinha de Ouro. Cada um destes possui elementos próprios, tais como coreografia, ritmo de tambor, instrumentos, canções e momento de entrar no folguedo.

A primeira apresentação, feita dentro de uma roda feita pelo público em torno de onde acontecerá o espetáculo, é do Vaqueiro com o Boi, na qual os dois entram em cena e começam a dançar. O Boi realiza seus movimentos típicos de se jogar de um lado pro outro, ao mesmo tempo que gira e tremelica, se mostrando inteiro para todo o público. Ao morrer, o Boi cai no chão de uma vez e ali permanece estático até o momento em que voltará a vida, levantando a cabeça e tiritando no ritmo da batida do tambor.

Embora os personagens tenham momento correto de entrar em cena, a ordem muda de acordo com o estabelecido com o grupo antes de realizar o espetáculo. Com isso em vista, é sabido que as personagens entrarão em cena, salvo também algum combinado realizado com antecedência.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

Posteriormente, apresenta-se a Mulinha de Ouro, que é um brincante que se exhibe num ritmo parecido com um galope, atravessando a roda do espetáculo e dando coices por debaixo de sua fantasia. Depois o Sabiá enfrenta o Vaqueiro com sua batida de asas intermitente. Na apresentação tem ainda as Caboclas (que são índias que possuem uma dança de roda), na qual se apresentam enfileiradas, uma atrás da outra, levando consigo seus arco e flechas.

A apresentação chamada de “O Negro” consiste em três casais que se apresentam numa dança parecida com um arraial de festa junina, com o momento da dança caricaturalmente sensual. No contexto, a Nêga Feiticeira é uma velha mal humorada, que dança de uma extremidade da roda à outra levando um semblante sério no rosto. A Catarina, que na versão do norte do País também é a esposa do Vaqueiro (por isso leva na fantasia os enchimentos na barriga, já que está grávida) é um homem que se veste de mulher grávida ou apenas muito gorda, e sai agarrando pessoas do público e as levando para o meio da roda para fazê-las “quicar” em sua barriga. A Ema é um animal que percorre a cena com um andar cadenciado, apresentando sua dança e batendo suas asas em alguns momentos. O Tamanduá é um personagem que se apresenta dando piruetas, e que durante o embate com o Vaqueiro o agarra e o derruba no chão. Após rolaem um pouco o Vaqueiro consegue se desvencilhar. Tem-se também a Fera, particularmente temida e ao mesmo tempo adorada pelas crianças do público que é um ser que leva um crânio nas mãos e assusta os Vaqueiros e o público, fazendo inclusive com que as vezes as pessoas saiam correndo da roda.

Ao finalizar as apresentações, o Reis de Boi se encerra com uma roda de samba.

Indumentária

Dos personagens que aparecem no espetáculo, cada um possui uma vestimenta própria que segue um padrão, mas ao mesmo tempo não é necessariamente repetida ano após ano. Os personagens geralmente possuem novas vestimentas, o que faz o Reis de Boi nunca ser o mesmo. A maneira que o Boi se apresenta a cada ano é um reflexo da repetição dos anos em contraste com a gama de novas possibilidades trazidas pelos mesmos. E é assim que se criam inovações, regidas por certas tradições, que são também parte do enredo – os elementos pessoais trazidos pelos participantes apenas tem a complementar a identidade da manifestação.

O Vaqueiro segue uma tradição do Rei de Bois de usar roupas com a intenção de cobrir a maior parte do corpo possível. Em Itacarambi, porém, não parecem ser utilizadas as máscaras, que são comuns em outras cidades do São Francisco, sejam elas artesanais ou industriais, como as de *halloween*, e que também são utilizadas pelos ajudantes, Catitos. Adiciona-se à esta personagem o uso do chapéu de couro sertanejo e uma espécie de “cajado”, feito com cabo ou galho de madeira, utilizado para controlar o boi e fazê-lo dançar. Seus ajudantes se vestem de maneira mais corriqueira, com calças longas, camiseta e chapéu sertanejo.

A Mulinha de Ouro é uma personagem que mete-se numa armação oval, suspensa, com uma cabeça de mula pequena à frente, presa em um cabo. O brincante curva-se para a frente e é inteiramente coberto por um tecido dourado brilhante, por vezes com detalhes de fitas coloridas.

O Sabiá é um brincante vestido inteiramente de branco que ao bater de seus braços imita um voo com suas asas de tecido. Em geral, carrega um sabiá em cima da cabeça.

As Caboclas apresentam-se vestidas de índias, com saias de palha e bustiês enfeitados com penas, além de adereços como colares e cordas presas ao braço. Todas utilizam arco e flecha.

Luiz Caipora apresenta-se com calça e camisa feitas a partir de um tecido brilhante, com o seu adereço característico: uma cabaça na cabeça, perfurada em formato de dentes e nariz, ainda possuindo uma vela acesa em seu interior.

A Catarina é um homem que se veste de mulher, colocando generosos enchimentos na barriga (já que sua personagem é conhecida na tradição por estar grávida). Assim, veste uma túnica de tecido que pode variar, com a utilização de peruca e máscara para a composição da personagem.

Os negros, que se apresentam em três casais, são três homens que se vestem de mulheres, com roupas padronizadas, perucas longas, máscaras, saias e blusas. Outros três homens se vestem também iguais entre si com blusas de manga e calças compridas, além dos adereços particulares no rosto, que se tratam de gorros

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES

com óculos, máscaras de *halloween*, panos amarrados, etc.

A Nêga Feiticeira, uma senhora mal humorada, se veste de trajes escuros, leva nas costas molambos, cabaças e uma trouxa na cabeça.

O Tamanduá se veste com um macacão marrom e um “colar” de palha a separar a cabeça do resto do corpo. A cabeça é um misto de máscara e armação, possuindo nariz, orelhas e olhos de tamanduá.

A Ema possui uma das fantasias mais elaboradas visualmente. O brincante mete-se numa armação feita em moldes, parecidos com a da Mulinha de Ouro. Sua fantasia é, porém, mais colorida e com muitos adereços variados que conferem textura à vestimenta. O brincante também utiliza duas folhas verdes parecidas com folhas de palmeira, uma em cada mão, e em sua cabeça leva uma armação que termina em bico, escondendo o rosto da pessoa por debaixo.

A Fera é um personagem que veste uma túnica com capuz, usa uma máscara de caveira e em suas mãos leva uma caveira da Fera, com a qual assusta vaqueiros e públicos. A caveira é um crânio pintado geralmente de dourado, com arcada superior e inferior, que lembra o bico de uma ave. A inferior está, usualmente, presa por um fio através do crânio o qual o brincante segura pela mão; ao abaixar e levantar o fio, também abre e fecha a boca da fera.

Por último, temos o Boi que é montado sobre uma estrutura de madeira onde se prende uma cabeça de boi, que pode ser decorada ou não, artesanal ou real. Uma vez que a estrutura é carregada no ombro de um dos dançantes, a mesma é acolchoada para facilitar a dança. As vestes do Boi são feitas ano após ano, e variam de acordo com a acessibilidade de adquirir o material e a elaboração da fantasia. O ideal, na visão deles, é que fosse bordado mas o grupo não dispõe de recursos para tal.

Instrumentos

Tambor, tarol, pandeiro, sanfona, violão, suportes de ferro, crânios, fantasias.

05 FORMAS DE TRANSMISSÃO
Origem do Saber

O saber vinculado à expressão possui referências na Folia de Reis do Boi Baiano, trazido da Bahia, e também do Boi Bumbá, brincadeira dançada e cantada por diversos personagens encantados. Introduzido em Itacarambi por meio de Sá Martinha, emigrante vinda de Remanso (BA), que chegou a Itacarambi e na localidade introduziu o folguedo. A atual mestra que repassa os conhecimentos é Dona Maria do Carmo, que em entrevista descreveu o sistema do Boi, cuja importância social reporta às matrizes culturais e mitos indígenas e africanos.

Transmissão

A transmissão é realizada por meio da oralidade e da prática da expressão.

Forma de Continuidade

Considerando a participação ativa de várias gerações percebe-se que os mais velhos vêm transmitindo seus saberes à nova geração mantendo assim a tradição. Em entrevista Paulo Roberto Ferreira de Souza, secretário de turismo da cidade disse que : *“Tal iniciativa é bem vista por moradores e turistas que visitam a cidade, pois num mundo em completa ebulição e diante de tantas inovações, as tradições folclóricas de nossa gente têm tendência natural a serem esquecidas pelas novas gerações.”*

Os moradores e gestores de Itacarambi veem na apresentação uma oportunidade de crescimento do turismo no local, visto que o folguedo arrasta diversos visitantes pela cidade. Portanto, a valorização por parte do poder público e o reconhecimento dos cidadãos confere maior possibilidade de manter o Reis de Boi continuamente.

Transformações

Atualmente, o Três Reis Magos é um dos temas vinculados a expressão e está praticamente esquecido. Hoje o que permanece é somente a referência nominal e uma possível relação com a cena da ressurreição do

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES

boi, já identificada por Maria Laura Cavalcanti (2006) como uma referência cristã, embora não diretamente à cena do nascimento de Cristo.

Após o falecimento de Sá Martinha, os familiares Maria do Carmo da Silva, Gildete Freitas Nascimento (neta), Cleusa França da Silva e Francisco Teixeira da Silva (filho) têm procurado manter as tradições. Nos últimos anos, as dificuldades encontradas pelos grupos tornaram-se empecilhos para a realização dos trabalhos. Contudo a apresentação tem sido organizada conjuntamente com a Coordenadoria de Turismo e Eventos, com apoio da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social. Há uma parceria com as escolas do município para a seleção de seus participantes, mas a realização do folguedo também conta com a participação dos antigos integrantes e dos familiares de Sá Martinha, fundadora da expressão no município.

O evento é patrocinado pelo poder público, com a participação efetiva da Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, mas o grupo todo se mobiliza para ajudar na organização que acontece nas praças, ruas e centros culturais. A indumentária tem buscado padrões atuais como lamê substituindo os bordados, menos acessíveis ao grupo.

06 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Categoria	Subcategoria	Tipologia	COD./IPAC
Praça Cais Água Viva	Lugares	-	Lugar Simbólico	5384
Cantos	Expressões	-	Atividade musical	-
Danças	Expressões	-	Atividade musical	-
Lendas	Expressões	-	Literatura oral	-

07 MODELO DE ORGANIZAÇÃO

TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros	X
Denominação	Não há.					
Descrição	Não se aplica.					
Organizadores e Financiadores						
Tipo	Público e privado.					
Organizadores	Atualmente os organizadores são os familiares de Sá Martina, Maria do Carmo da Silva, Gildete Freitas Nascimento (neta de Sá Martinha), Cleusa França da Silva, Francisco Teixeira da Silva (filho de Sá Martinha), participantes antigos e Secretaria de Turismo do município.					
Financiadores	Atualmente o grupo está sem financiadores externos, contando somente com seus próprios recursos e com o apoio do poder público municipal. Em 2009, junto com a Secretaria do Estado de Cultura, receberam incentivo pelo <i>Micro Projetos Culturais</i> .					

08 COMENTÁRIOS
Identities criadas em torno da atividade

Enquanto expressão cultural, valorizam as contribuições dos indígenas e/ou afro-brasileiros(as) de uma forma lúdica que mistura história e lenda. O grupo conta para às novas gerações os costumes e tradições vividos pelos seus antepassados, contribuindo na educação das crianças e jovens em vista de uma sociedade sem discriminação racial. Assim, congregam e contam a história, por meio das danças, criando uma identidade representando o modo de viver e se expressar do povo sertanejo. Neste sentido, entende-se que a prática do Reis de Boi reforça e difunde a cultura indígena e afro-brasileira, mostrando e fortalecendo seus costumes e suas tradições.

Quanto a receptividade do público que assiste a expressão cultural, pode-se identificar que todo município se mobiliza e vai para as ruas assistir. Este público é composto por crianças, adolescentes, adultos e turistas, como se dá no período das férias, com destaque para as crianças que gostam muito e se envolvem com os personagens.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

	Comentários dos entrevistados
--	--------------------------------------

Sem referência.

	Comentários do elaborador
--	----------------------------------

A importância dessa expressão para o município se dá ainda como uma forma de reviver a memória cultural dos mais antigos, visto que num passado, não muito remoto, a “Sá Martinha” trouxe a manifestação para a cidade na qual a população introduziu elementos da cultura ribeirinha, dando sentido e maior participação aos “festejos do Reis do Boi” na localidade.

Contudo, de acordo com levantamento realizado com familiares de Sá Martinha e demais participantes do folguedo, nos últimos anos o grupo tem encontrado dificuldades para realizar os trabalhos. O grupo do Reis do Boi, hoje liderado por noras e netas de Sá Martinha, há dois anos não realizava suas apresentações devido a ausência de incentivo, principalmente financeiro, para a aquisição de instrumentos (sanfona, caixa de som de reis, triângulo e pandeiro), figurino (roupas dos personagens), divulgação e registro fotográfico e audiovisual.

Apesar da dificuldade constatada, percebeu-se que a família de Sá Martinha deseja levar adiante a manifestação que atrai inúmeros turistas para a cidade, que além de buscarem a pesca no São Francisco, se encantam com a riqueza da manifestação na qual se percebe elementos da cultura ribeirinha.

	Possibilidade De Continuidade
--	--------------------------------------

Considerando a participação ativa de várias gerações, percebe-se que os mais velhos transmitem seus saberes à nova geração mantendo assim a tradição. A apresentação do Reis de boi ou Boi de Sá Martinha, atrai muitos turistas para a cidade, e é quando os hotéis recebem o maior número de turistas. Esta situação, junto à mobilização dos familiares, cidadãos e gestores de Itacarambi, contribuem para a continuidade da expressão cultural.

	Necessidades
--	---------------------

Instalações	Criar uma sede para o grupo, pois o grupo utiliza os espaços das escolas municipais e do clube recreativo da cidade para realizar ensaios e apresentações.
Instrumentos	Adquirir instrumentos próprios, pois os que utilizam pertencem as escolas.
Matéria-Prima	Angariar tecidos, armações em ferro, entre outras para a confecção das fantasias e indumentárias.
Pessoal	Formar pessoas para auxiliar na confecção das fantasias e utensílios.
Formação	Trabalhar no sentido de alcançar a população mais jovem.
Atividade Macro	Estimular danças, músicas e teatro.
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger	Contar sobre personagens e suas histórias; e explicar o modo de fazer as fantasias.

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA
-----------	----------------------------

Criar material didático para distribuir nas escolas e para a população em geral, como uma atividade de educação patrimonial, no sentido de valorizar e difundir tanto o Reis de Boi quanto as Folias no município. Recomenda-se que sejam realizadas entrevistas (gravadas em áudio e se possível em vídeo) com os participantes do folguedo e os familiares de Sá Martinha.

Outra ação que pode ser realizada é a edição de um documentário que registre a apresentação em Itacarambi, contando sua história e mostrando a manifestação. Além disso indica-se que haja, por parte do poder público apoio na transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural; promoção e divulgação, valorização de mestres e executantes, muitos deles advindo de comunidades quilombolas; apoio na aquisição de instrumentos e indumentárias.

Realização entrevista com os organizadores, participantes e expectadores e estimular a produção de pesquisas acadêmicas sobre o bem cultural.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS						FORMAS DE EXPRESSÕES	
10	ENTREVISTADOS						
01	Nome	N.A.			Tipo	-	
Nascimento		-	Sexo	-	Idade	-	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)							
-							
Contato		-					

11	DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA
-----------	---------------------------------



Figura 2: A mulinha de ouro se prepara para entrar na roda.
 Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 3: As cantadeiras.
 Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 4: Atiçada pelo vaqueiro ela dá coices.
 Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 5: O sabiá entra na roda.
 Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS **FORMAS DE EXPRESSÕES**

Figura 6: As caboclas.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 7: As caboclas se apresentam.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 8: Personagem caipora se apresentando.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 9: Após a apresentação faz-se uma roda de samba.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.



Figura 60: Personagem Catirina.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.

Figura 71: Personagem Tamanduá.

Fonte: UNIARTE/UNIMONTES - 2013.

12 **DOCUMENTOS ANEXOS**

Fotografias

- Figura 1: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (8)
- Figura 2: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (1)
- Figura 3: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (4)
- Figura 4: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (7)
- Figura 5: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (5)
- Figura 6: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (3)
- Figura 7: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (9)

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
	Figura 8: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (10) Figura 9: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (6) Figura 10: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (11) Figura 11: IPAC_5382_Itacarambi_BReis_Uniarte_Unimontes (2)	
Vídeos	Não se aplica.	
Áudio	Não se aplica.	

12	REFERÊNCIAS
	AMARAL, Ana Alaíde; LIMA, Fabio José Martins. <i>Itacarambi, norte de Minas Gerais: entre o lugar e os espaços de diálogo</i> . Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.120/3478 > Acesso em 18 dez. 2014.
	BAETA, A. M. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. In <i>Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.</i> . Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.
	CÂMARA CASCUDO, Luis da. <i>Folclore do Brasil (pesquisas e notas)</i> . Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura, 1967.
	CAVALCANTI, M. L. V. C. Tema e variantes do mito: sobre a morte e ressurreição do boi. In: <i>Mana</i> vol.12 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-93132006000100003&script=sci_arttext > Acessado em: 09 fev. 2015.
	CAZÉ, C. M. J. O.; PAIXÃO, M. L. B. Do boi da sobrevivência ao Boi folgado: transpondo fronteiras geográficas e culturais na arte e na Educação. 2009. Disponível em: http://www.cult.ufba.br/enecult2009/19559.pdf . Acesso em: 09 fev. 2015.
	CENTRO NACIONAL DE FOLCLORE E CULTURA POPULAR. Folgado In.: <i>Tesouro de Folclore e Cultura Popular Brasileira</i> . Disponível em: < http://www.cnfcp.gov.br/tesouro/00002040.htm > Acessado em 11 fev. 2015.
	LOPES GAMA, MIGUEL DO SACRAMENTO. A estultice do bumba meu boi. <i>O Carapuço</i> , Recife, PE, 11 de Jan. de 1840. Disponível em: < http://hemerotecadigital.bn.br/acervo-digital/carapuceiro/750000 > Acesso em 06 fev. 2015.
	PRADO, Regina de Paula Santos. <i>Todo ano tem: as festas na estrutura social camponesa</i> . 1977. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1977.
	PROUS, A. P.; RODET, M. J. Introdução. In: <i>Arquivos do Museu de História Natural da UFMG</i> . Belo Horizonte, UFMG, vol. XIX, 2009.
	QUEIROZ, MARIA ISaura PEREIRA DE. O Bumba-Meu-Boi, Manifestação do Teatro Popular no Brasil. <i>Rev. Inst. Estud. Bras.</i> 1967, n.2, pp. 87-97. ISSN 2316-901X.
	UNICEF - <i>Projeto Mapeamento Cultural Selo Município Premiado</i> . Encaminhado pela Prefeitura Municipal de Itacarambi. Acervo NUHICRE.
	VASCONCELOS, P. A. A “Idade do Ouro” de Salvador. In <i>Revista Território</i> , v. 1, n.2, 1997. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_6_vasconcelos.pdf > Acesso em: 23 dez. 2014.
	WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilustr.

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	UNIARTE/UNIMONTES	-
Vídeos	Não se aplica.	-
Áudio	Não se aplica.	-
Transcrição	Não se aplica.	-

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	André Elias Ferreira de Oliveira Carvalho, Bruna Luisa de Paula, Débora Raiza Rocha, Maria Generosa Ferreira Souto, Renata Lopes, Andrezza Alves Velloso	2013 03/2015 06/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

01	IDENTIFICAÇÃO								
Denominação	MITOS E LENDAS DO RIO: MÃE D'ÁGUA, CABOCLO D'ÁGUA E CARRANCA					IPAC/MG	5383		
Município(s)	Itacarambi	Distrito	Sede						
Endereço									
GPS	23L	Long. UTM	597217.25 m E	Lat. UTM	8331477.06 m S	Urbano	X	Rural	



Figura 1: Representação do Caboclo d'água, Mãe D'água e Lavadeira no espetáculo "Caminho das Águas".
Fonte: UNIARTE/UNIMONTES-2004.

	Categoria	Formas de Expressão			
	Tipologia da Atividade	Literatura Oral			
	DENOMINAÇÃO	Lendas da Mãe D'água, do Caboclo D'água e da Carranca.			
	Outras denominações	-	Nível de integração		
		Comunidade	Oficial	Intercomunitária	X
	PERIODICIDADE				
	Início	Não se aplica.			
	Fim	Não se aplica.			
	Calendário Litúrgico	Não se aplica.			
	Invocação	Não se aplica.			

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
Observação das Datas	Não se aplica.	
DESCRIÇÃO DA PERIODICIDADE		
Não existe uma periodicidade determinada para a expressão cultural, visto que é um componente que permeia o imaginário do cidadão itacarambiense.		

02	Histórico da Localidade
<p>A ocupação do território onde hoje está situado o município de Itacarambi remonta ao período pré-colonial. A concentração de sítios arqueológicos no local e a presença de uma reserva indígena Xakriabá em São João das Missões, município fronteiro à Itacarambi. Segundo indícios, é possível retrair, com segurança, a presença antrópica na região para até 12.000 anos, a partir de vestígios encontrados em abrigos no Vale do Peruaçu (2009: 17). Os sítios arqueológicos da região possuem vestígios e pinturas rupestres datando aproximadamente 11 mil anos, fato que também ocorre municípios de Januária e São João das Missões (PROUS e RODET, 2009: 17). Quanto à ocupação empreendida pelos colonizadores europeus, Amaral e Lima (2010), afirmam que essa se deu por parte dos bandeirantes luso-brasileiros, que iniciaram o processo de colonização da região na segunda metade do século XVII.</p> <p>À essa época a localidade possuía o nome Jacaré, e durante o século XVIII caracterizava-se pela sua modesta produção de gêneros alimentícios, e por ser entreposto fluvial. James Wells (1995), viajante inglês que percorreu o curso do São Francisco, relatou em sua passagem pelo lugar durante a segunda metade do século XIX, um certo nível de comércio proporcionado pelo porto da cidade, mas enfatizou que a produção não era de grande escala (1995: 16-17). No relato de Wells também é interessante notar sua descrição sobre a vida cultural do local, já que um grupo de músicos recebeu a sua expedição com improvisos tocados sob a sombra de uma árvore, terminando sempre com o refrão “Olhe! As moças estão olhando”, assim como a prática da renda de bilro por parte das mulheres (WELLS, 1995:17).</p> <p>Ao longo dos anos a atual cidade de Itacarambi passou por inúmeras mudanças administrativas até se consolidar com município. No ano de 1933, passou a ser administrado pelo município de Januária. Posteriormente, em 1938, o Decreto do Estado nº 148, designou que o então distrito deveria ser diminuído, cedendo uma porção para formar o povoado de Missões, também em Januária. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1962, foi elevado a condição de município, ano em que se emancipou de Januária e anexou ao seu território o distrito de Missões. São João das Missões desvinculou-se de Itacarambi em 1995, pela Lei Estadual nº 12030.</p> <p>Como cidade herdeira de tradições seculares expressas na arte rupestre, nas tradições xacriabás, nos saberes de afro-descendentes e de demais povos que chegaram ao longo da história, Itacarambi recria identidades, histórias e espaços temáticos na cidade atual, dando legitimidade aos seus cidadãos.</p>	

03	ORIGENS DOCUMENTADAS OU ATRIBUÍDAS
<p>No município de Itacarambi, as lendas e mitos do rio São Francisco compõem o imaginário dos moradores da cidade desde tempos remotos. Entre as figuras míticas destacam-se o Caboclo d’água, a Mãe d’água e a Carranca. Amaral e Lima (2010), situam historicamente a presença das lendas, informando que no ano de 1867, enquanto viajava de Sabará ao Oceano Atlântico, o naturalista Richard Burton, em viagem de pesquisa e reconhecimento do território, relatou suas impressões à respeito dos ribeirinhos: “as superstições dos barqueiros são tão numerosas [...] acreditam na aparição dos esqueletos. [...] Contam casos curiosos a respeito do “cavalo d’água” e outros animais fabulosos”.</p> <p>Sobre as “carrancas”, de acordo com Zanoni Neves (2003), os barqueiros da região do rio São Francisco, adotaram, na segunda metade do século XIX, o uso da escultura, feita em madeira, na proa de suas embarcações. O autor afirma que Durval Vieira de Aguiar, foi um dos cronistas que primeiro se referiu à figura artesanal com o termo “carranca”, no ano 1882: “Na proa vê-se uma carranca ou grifo de gigantescas formas, de modelos sem dúvida transmitidos pelos exploradores dos tempos coloniais” (1979, p. 33). Anteriormente,</p>	

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

conforme citou Neves (2003), “Figura, figura de proa e leão de barca são os termos ou expressões que os remeiros e outros ribeirinhos utilizavam para se referirem às carrancas”.

MAYNARD e TRUFEM (2009), afirmam que as carrancas são esculturas de madeira que eram colocadas quase que obrigatoriamente nas antigas barcas do São Francisco, que se traduzem como poderosos monstros que espantam os maus espíritos das águas, principalmente o lendário Caboclo D' Água, conhecido pelos ribeirinhos como o nêgo traquino, virador de canoas. Seu uso diz respeito, sobretudo, ao artesanato, que, seguindo a tradição das esculturas em forma de monstro, serve na atualidade para decorar residências e escritórios. Está diretamente ligada aos barqueiros do rio São Francisco, desenvolvendo-se como uma arte regional, na qual os artistas populares, denominados carranqueiros, apoiados na ideia de esculpir um enfeite de proa, criaram soluções plásticas próprias, de elevado conteúdo artístico, simbólico e emocional.

No artigo *Literatura Oral e Imaginário em Perspectiva de Expansão através do Turismo Cultural*, Mari Sousa (2006), analisa o rio e aborda os mitos que povoam o imaginário dos povos ribeirinhos, compreendendo que o “rio que reúne uma população inteira em seu entorno é o mesmo que é capaz de gerar um valor simbólico, um sentimento de pertença ou até mesmo de indiferença ante uma realidade que identifica e ao mesmo tempo flagra a incompetência ecológica de um povo”.

É importante esclarecer que o termo imaginário não deve ser confundido com fantasia, faculdade imaginativa ou imaginação, pois este conceito envolve uma ampla carga de tradição, de crenças, de costumes, sendo frequentemente utilizados de maneiras distintas. Citando Wolfgang Iser, em seu livro *Fictício e o Imaginário*, Sousa (2006) diz que o imaginário existe na vida real, no entanto, precisa ser ativado, tanto pelo sujeito quanto por questões sócio históricas. Tais elementos também são abordados nos estudos de Câmara Cascudo (1976) em seu Livro *Geografia dos Mitos brasileiros*, cujas descrições das lendas, o autor afirma, seguem de boca em boca, de geração para geração. Um outro aspecto que Cascudo (1976) chamou a atenção foi sobre o caráter híbrido dessas narrativas, uma vez que percebeu a influência de diversas etnias que compunham o imaginário desta literatura oral. Por isso, “um exame dos tipos fabulosos mostra a hibrididade de todos, sua confusão fisiológica, dando-os como somas espontâneas de reminiscências diversas” (CASCUDO, 1976, p. 185).

Por outro lado, Sousa (2006) apresentou em seus estudos as obras do filósofo francês Gaston Bachelard que abordam o estudo do imaginário a partir das evocações perceptivas dos quatro elementos primordiais (ar, água, terra e fogo), que muito contribuem para o entendimento dos elementos selecionados e combinados no processo de constituição das narrativas. A autora afirmou que Bachelard, ao dedicar-se ao estudo psicológico da imaginação, valorizou a liberdade criadora, o devaneio poético enquanto tomada de consciência, a partir das experiências evocadas, através da percepção desses elementos. No livro *A Água e os Sonhos: ensaio sobre a imaginação da matéria* (2002), por exemplo, Bachelard elaborou um estudo psicológico sobre as várias percepções das águas por meio de textos míticos e literários (prosa e poesia). A água substancial, como mestre do devaneio poético, desdobra-se em diversas imagens simbólicas: águas claras, primaveris, doces, correntes, profundas, suaves, violentas. Revela, ainda, que a água pode ser combinada a outros elementos como o fogo, a terra e a noite.

Tais elementos remetem às vivências do povo ribeirinho, em que a memória ocupa um papel fundamental na construção imaginária da realidade. A recuperação da memória é imprescindível para a compreensão da constituição de um lugar. No entanto, a memória não se restringe apenas a um instrumento que possibilita explorar o passado por si mesmo, mas é também um meio que contribui no entendimento de como se deram as vivências de um grupo social em um determinado lugar.

É nessa perspectiva que se entende a marcante presença dos mitos na vida dos habitantes de Itacarmabi, nos quais se destacam: a Mãe D'água, o Cabloco D'água e a Carranca. No município as representações dessas figuras foram materializadas em forma de esculturas construídas na Praça Cais Água Viva, localizada em frente ao rio São Francisco. No local foram edificadas quatro carrancas gigantes, a sereia, o caboclo d'água, além de animais da fauna local. As carrancas gigantes, foram esculpidas em madeira e

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

concreto, e se situam como portais que emolduram a Praça da Água Viva.

Diante disso notou-se que a relação com os mitos, em Itacarambi, acontece como tentativa de apropriação e domínio sobre o invisível. O que faz, segundo AMBRÓSIO (1912), com que o Cais Água Viva seja um espaço para o diálogo, um lugar que se constitui como um território de saberes das águas e de revivescência dos seres aquáticos encantados, para revigorar a magia tradicional, bem como tentar compreender o simbolismo entre o real e o imaginário que permeiam a vida na praça, bem como em toda a cidade.

De acordo com AMARAL e LIMA, 2010, o processo de recriar um espaço de convivência permeado pelos mitos e lendas do povo ribeirinho, legitima os saberes dos indígenas, caboclos e pescadores da região. Para além disso, afirmam que o interagir das pessoas com as figuras ali representadas comprovam o interesse cada vez maior pelo conteúdo simbólico e imaterial, densos de emoções e experiências vivenciadas.

Segundo as autoras, estas recriações traduzem, de maneira expressiva, o sentido do lugar, com as suas marcas específicas, como valores culturais expressos no espaço de observação, nos espaços de diálogos propriamente ditos, no ir e vir do cotidiano de visitantes e moradores. A preservação destas marcas culturais aliadas a outras, caracterizam a cidade, ou seja, o caracterizam o próprio cenário urbano de Itacarambi, que se apresenta essencial para a cultura popular. Entre o lugar demarcado e reconhecido, constroem-se espaços de diálogos.

04 | DESCRIÇÃO

Caboclo D'água, Mãe d'água e Carranca fazem parte dos mitos e lendas da beira do rio São Francisco. Diferentes narrativas sobre esses símbolos são encontradas ao longo do seu leito navegável. O caboclo e a mãe d'água são seres que dificultam os ofícios de quem depende do rio, enquanto a carranca é uma espécie de amuleto que auxilia no bom andamento das atividades de pesca, transporte, etc. Segue abaixo a descrição detalhada de cada lenda.

- Mãe d'água:

Esta descrição foi baseada na sabedoria popular e na narrativa do livro *ABC do São Francisco*, da escritora Sávila Dumont (1998). Segundo a autora, na região do São Francisco a Mãe d'água é uma mulher, com os mesmos traços característicos da “sereia do mar”, porém, vivendo no rio. É a lara brasileira, lara das águas doces. Constitui-se em uma linda mulher que se assenta sobre uma pedra ou na croa do rio para pentear, com pente de ouro, seus cabelos, principalmente à meia-noite. Para os barranqueiros, o rio dorme quando é meia noite. Fica adormecido por dois minutos. Neste momento o rio para de correr e as cachoeiras param de cair. Os peixes deitam-se no fundo do rio, as cobras perdem o veneno, e a Mãe D'água vem para fora, procurando uma canoa. Senta-se nela para pentear os longos cabelos. Quem vê a Mãe d'água se embelezando é castigado. Segundo contam, quem olha para a serei fica com olhar fixado e perdido, não ouve, vagueia pelos cantos e enlouquece, perde o juízo e também o coração.

- Caboclo D'Água:

O caboclo d'água é uma assombração que se manifesta por meio de uma figura de aparência humana distorcida, de cor escura, com a cabeça grande e redonda; possui baixa estatura e é muito forte e musculoso, sendo capaz de derrubar e virar embarcações que lhes desagradem. Conforme relatos, muitas vezes aparece com uma grande cabeleira dura e enlameada. Em sua narrativa, Mari Souza (2006, p.9), afirmou, a partir de relatos de pescadores, que o Caboclo D'água “gosta de aparecer nu e tem o poder de se transformar em qualquer coisa para assustar os ribeirinhos, além disso, eles são muito ágeis, no entanto, se tornam razoáveis se receberem fumo ou pinga. Coisas que, normalmente, fazem parte dos apetrechos dos pescadores”.

- Carranca:

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		FORMAS DE EXPRESSÕES
<p>De acordo com Maynard e Trufem (2009) as carrancas mesclam “detalhes humanos com os de animais, destes sobretudo a generosa cabeleira à semelhança de uma juba de leão, apresentam em geral uma expressão de ferocidade. São feitas de um único tronco de madeira e retratam apenas a cabeça e o pescoço de alguma figura mitológica indeterminada” (p. 20).</p>		
Indumentária		
Não se aplica.		
Instrumentos		
Não se aplica.		
05	FORMAS DE TRANSMISSÃO	
Origem do Saber		
<p>A origem do mito foi atribuída aos pescadores, ribeirinhos e populações vinculadas ao rio São Francisco, cujas histórias associadas com as tais figuras míticas foram difundidas ao longo dos anos.</p>		
Transmissão		
<p>A transmissão acontece por meio da oralidade. O aprendizado sobre a lenda se dá na convivência cotidiana com os membros da família, nas escolas, com moradores da cidade e das comunidades ribeirinhas, pescadores, entre outros, principalmente através do reconto, da memória e das experiências vividas no rio.</p>		
Forma de Continuidade		
<p>A continuidade dos mitos e lendas do São Francisco está intimamente ligada ao uso e pertencimento das comunidades ribeirinhas ao rio. O viver cotidiano e os laços sociais desenvolvidos a partir das atividades relacionadas ao ambiente em questão são a principal fonte de produção, transformação e, conseqüentemente, permanência das narrativas em questão. Assim a manutenção do Rio enquanto ecossistema base para as comunidades beira-rio é o principal fator a ser levado em consideração.</p> <p>A transmissão desse saber e o acesso aos conteúdos tradicionais por parte das crianças e dos adolescentes de modo que conheçam e se identifiquem com a produção local é outro ponto importante para a continuidade do bem. O mito não se extingue completamente, mas se transforma. As lendas existem pela presença da voz de crianças, jovens e adultos que contam e recontam a narrativa, demonstrando, portanto, que se manterá viva por muitas gerações.</p>		
Transformações		
<p>As narrativas são hoje fragmentadas. Estão sempre a recomençar. Basta um estrangeiro que ali chega indagar sobre as crenças que envolvem as águas do São Francisco. No entanto, o elo de simpatia cúmplice entre o mais experiente e o mais jovem, sustentado pelo olhar que é recoberto pela narrativa, assegura o clima das ações intercambiáveis. Fez-se, aqui, a apropriação do termo “narrativas fragmentadas”, de Silvano Santiago, fazendo referência aos jovens contadores que dizem sempre e todo dia: “<i>eu nunca vi não, só vejo falar</i>” (SOUTO, 2001), quando, por tradição, ouviram narrativas de contadores idosos ou apreenderam na escola e remetem à relação com o conhecimento oral e escrito, o que implica em algo dito, enunciado e com uma roupagem particular, às vezes com movimento não só de continuidades e semelhanças, como também de descontinuidades e diferenças. Cada contador acrescenta novos dados ao mito, de acordo com a época, o lugar, a idade. A tradição do ato de contar lendas e causos nas barrancas do Velho Chico continuam vivas, mas transformadas, fragmentadas em memória. E estão vivas, justamente, porque se transformaram.</p> <p>Atualmente as lendas e mitos são contados e recontados em forma de “causos”, mas também com músicas, esculturas, danças, teatros entre outros.</p> <p>Hoje, já quase não se encontram Carranca nas proas das embarcações do São Francisco, devido principalmente ao não uso dos vaporzeiros. Transformou-se em um requisitado e importante objeto de decoração doméstica, compondo acervo de museus brasileiros e do exterior, sendo comercializada pelos</p>		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
--	-----------------------------

artesãos, e ainda, conforme a crença, afastam os maus espíritos.

06	ELEMENTOS RELACIONADOS			
Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD./IPAC
Modo de fazer Esculturas em Madeira	Técnica artesanal	Saberes	-	5326

07	MODELO DE ORGANIZAÇÃO							
TIPO	Comitê	Instituição	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros			
Denominação	Não se aplica.							
Descrição	Não se aplica.							
Organizadores e Financiadores								
Tipo	Não se aplica.							
Organizadores	Não se aplica.							
Financiadores	Não se aplica.							
08	COMENTÁRIOS							
Identities criadas em torno da atividade								
Sem referência.								
Comentários dos entrevistados								
Sem referência.								
Comentários do elaborador								
<p>Durante o período de pesquisa com os moradores de Itacarambi foi possível perceber que as águas são a ligação do homem ribeirinho com o imaginário através de mitos e lendas como do caboclo d'água, da mãe d'água e da proteção das carrancas na proa do barco para evitar maus espíritos e trazer boa pescaria.</p> <p>Com muita naturalidade relatam experiências diversas de pescadores que se atiraram do barco em direção da Mãe D'água e morreram afogados. As crianças narram com espontaneidade detalhes dos cabelos verdes e rabo grande a bater nas pedras. Os barqueiros nos proibem de mencionar o Caboclo D'água nas travessias rumo as ilhas.</p>								
Possibilidade De Continuidade								
Entende-se que uma maneira de dar continuidade aos mito e as lendas é preservando o rio São Francisco uma vez que ele é a materialização das lendas quando são perguntados pelos mitos da localidade. Os barranqueiros também se constituem como mantenedores dessa continuidade, visto que, têm prazer em relatar as experiências vividas ou aprendidas com os mais velhos, constituindo-se como guardiães da memória coletiva da sua comunidade.								
Necessidades								
Instalações		Não se aplica.						
Instrumentos		Não se aplica.						
Matéria-Prima		Não se aplica.						
Pessoal		Não se aplica.						
Formação		Oficinas de contação de histórias.						
Atividade Macro		Não se aplica.						
Modo de expressão com necessidade de documentar/proteger		Não se aplica.						

09	AÇÃO DE SALVAGUARDA							
Como já mencionado, a continuidade das narrativas aqui apontadas tem como principal espaço de								

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**FORMAS DE EXPRESSÕES**

produção a vivência das comunidades no Rio São Francisco. No entanto, o Rio vem sofrendo ao longo das décadas diversas formas de degradação, seja a partir da construção de barragens o que leva ao assoreamento, seja pela poluição ocasionada pela produção industrial e/ou doméstica.

Faz-se necessário a produção de documentário a partir de uma pesquisa mais detalhada para identificar os “saberes das águas” (mitos e lendas do povo ribeirinho) a partir de entrevistas com os pescadores e barranqueiros. Como também o trabalho dos artesãos que registram em esculturas espalhadas pela praça o que lhes permitisse ampliar o campo de ação nas demais cidades ribeirinhas, traçando assim ações que revertessem no:

- a) apoio à transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural;
- b) promoção e divulgação do bem cultural;
- c) valorização de mestres que fazem esculturas das figuras míticas;
- d) fazer entrevista com a população.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	-	Tipo	-
	Nascimento	Sexo	Idade	Registro Sonoro Visual
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)				
Contato				

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRAFICA

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
FORMAS DE EXPRESSÕES


Figura 2: Escultura do Caboclo D'água na praça Cais Água Viva.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.



Figura 3: Escultura da Mãe D'água na praça Cais Água Viva.

Fonte: NUHICRE/IEPHA-2012.

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5383_Itacarambi_MLRio_Uniarte_Unimontes_2004 Figura 2: IPAC_5383_Itacarambi_MLRio_Nuhicre_iepha_2010 (2) Figura 3: IPAC_5383_Itacarambi_MLRio_Nuhicre_iepha_2010 (5)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Não se aplica.

12 REFERÊNCIAS

- AMARAL, A. A.; LIMA, J. M. *Entre o lugar e os espaços de diálogo*. Minha Cidade - Revista Virtual – Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.120/3478>: Acessado em: 06 dez. 2012.
- AMBRÓSIO, Manuel. *Brasil interior; palestras populares, folclore das margens do São Francisco*: Januária, Minas Gerais, 1912. v.1, São Paulo, Nelson Benjamin Monção, 1934, p.60-61
- BAETA, Alenice Motta. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. *In Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.*. Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.
- CASCUDO Luis da Câmara. *Geografia dos mitos brasileiros*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1976.
- CASEMIRO, S. R. *A Lenda da Iara Nacionalismo Literário e Folclore*. 2012. 181 p. Dissertação (Mestrado em Letras) – Programa de Pós-Graduação em Literatura Brasileira. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2012.
- DOURADO, Adalberto Alves. *Mitos e Lendas: Mãe D'água, Caboclo D'água e Carranca*. Itacarambi. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco.

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	FORMAS DE EXPRESSÕES
Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
DUMOND, Sávia. <i>O A B C do São Francisco</i> . Belo Horizonte: Editora Dimensão, 1998 .	
EXPEDIÇÃO AMORES NO VELHO CHICO. <i>O encontro das lendas e cultivo da arte cultural</i> . Disponível em: < http://www.amoresnovelhocico.com.br/2012/10/23/itacarambi >. Acesso em: 04 mar. 2013.	
II ENCONTRO DE ESTUDOS MULTIDISCIPLINARES EM CULTURA. 2., 2006. Salvador. <i>Anais... SOUSA, M. G. Literatura Oral e Imaginário em Perspectiva de Expansão Através do Turismo Cultural</i> . Salvador: Universidade Federal da Bahia, 2006.	
MAYNART, A. C. N.; TRUFEM, S. F. B. Ribeirinhos da Cidade de São Francisco, MG: Riqueza do Artesanato Local e Percepção sobre as Políticas Públicas para sua Preservação. <i>Pesquisa em Debate</i> , edição especial, 2009. ISSN 1808 - 978X. Disponível em: < http://www.pesquisaemdebate.net/docs/pesquisaEmDebate_especial1/artigo_35.pdf >. Acesso em: 05 mar. 2013.	
PAULA, A. M. N. R.; BRANDÃO, C. R.; CLEPS, J. J. <i>Pesquisa de Campo e em Campo: Os Saberes das Histórias de Vida em Comunidades Rurais no Sertão de Minas Gerais/Brasil</i> . Disponível em: < http://www.rimisp.org/getdoc.php?docid=6528 >. Acessado em: 05 mar. 2013.	
SILVA, Elieno Batista da. <i>Mitos e Lendas: Mãe D'água, Caboclo D'água e Carranca</i> . Itacarambi. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA	
SILVA, Ivan Pereira da. <i>Mitos e Lendas: Mãe D'água, Caboclo D'água e Carranca</i> . Itacarambi. Projeto de Inventário para fins de salvaguarda de proteção do patrimônio cultural imaterial do Vale do São Francisco. Entrevista concedida à Raquel Helena de Mendonça e Paula. Disponível no Acervo documental do NUHICRE/Unimontes – IEPHA-MG.	
SOUTO, Maria Generosa Ferreira. <i>Eu nunca vi não... só vejo falá</i> . Mitos e ritos da narrativa oral nas barrancas do São Francisco. 2001. 119f. Dissertação (Mestrado em Estudos Literários) – Faculdade de Letras. Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2001.	
VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “Idade do Ouro” de Salvador. In <i>Revista Território</i> , v. 1, n.2, 1997. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_6_vasconcelos.pdf > Acesso em: 23 dez. 2014.	
WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilustr	

13	FICHA TÉCNICA	
Fotos	N.A.	
Vídeos	N.A	
Áudio	N.A	
Transcrição	N.A	
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Maria Generosa Ferreira Souto, Débora Raiza Rocha, Breno Trindade	2013 06/2015 24/09/2015
Observações		

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

01 IDENTIFICAÇÃO										
Denominação		PRAÇA CAIS ÁGUA VIVA					IPAC/MG		5384	
Município(s)		Itacarambi		Distrito	Itacarambi					
Endereço		Praça Cais Água Viva								
GPS	23L	Long. UTM	597217.25 m E		Lat. UTM	8331477.06 m S		Urbano	X	Rural



Figura 1: Carranca gigante da Praça do Cais em Itacarambi.

Fonte: Crislaine Borges Andrade -2012

Categoria		Lugares	
Tipologia da Atividade		Lugar simbólico	
DENOMINAÇÃO			
Outras denominações			
Cais Água Viva			
Nível de integração			
Comunidade	x	Oficial	Intercomunitária

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES****02 HISTÓRICO DA LOCALIDADE**

A ocupação do território onde hoje está situado o município de Itacarambi remonta ao período pré-colonial. A concentração de sítios arqueológicos no local e a presença de uma reserva indígena Xakriabá em São João das Missões, município fronteiro à Itacarambi. Segundo indícios, é possível retrair, com segurança, a presença antrópica na região para até 12.000 anos, a partir de vestígios encontrados em abrigos no Vale do Peruaçu (2009: 17). Os sítios arqueológicos da região possuem vestígios e pinturas rupestres datando aproximadamente 11 mil anos, fato que também ocorre municípios de Januária e São João das Missões (PROUS e RODET, 2009: 17). Quanto à ocupação empreendida pelos colonizadores europeus, Amaral e Lima (2010), afirmam que essa se deu por parte dos bandeirantes luso-brasileiros, que iniciaram o processo de colonização da região na segunda metade do século XVII.

À essa época a localidade possuía o nome Jacaré, e durante o século XVIII caracterizava-se pela sua modesta produção de gêneros alimentícios, e por ser entreposto fluvial. James Wells (1995), viajante inglês que percorreu o curso do São Francisco, relatou em sua passagem pelo lugar durante a segunda metade do século XIX, um certo nível de comércio proporcionado pelo porto da cidade, mas enfatizou que a produção não era de grande escala (1995: 16-17). No relato de Wells também é interessante notar sua descrição sobre a vida cultural do local, já que um grupo de músicos recebeu a sua expedição com improvisos tocados sob a sombra de uma árvore, terminando sempre com o refrão “Olhe! As moças estão olhando”, assim como a prática da renda de bilro por parte das mulheres (WELLS, 1995:17).

Ao longo dos anos a atual cidade de Itacarambi passou por inúmeras mudanças administrativas até se consolidar com município. No ano de 1933, passou a ser administrado pelo município de Januária. Posteriormente, em 1938, o Decreto do Estado nº 148, designou que o então distrito deveria ser diminuído, cedendo uma porção para formar o povoado de Missões, também em Januária. Posteriormente, em 30 de dezembro de 1962, foi elevado a condição de município, ano em que se emancipou de Januária e anexou ao seu território o distrito de Missões. São João das Missões desvinculou-se de Itacarambi em 1995, pela Lei Estadual nº 12030.

Como cidade herdeira de tradições seculares expressas na arte rupestre, nas tradições xacriabás, nos saberes de afro-descendentes e de demais povos que chegaram ao longo da história, Itacarambi recria identidades, histórias e espaços temáticos na cidade atual, dando legitimidade aos seus cidadãos.

03 Origens Documentadas ou Atribuídas

A Praça do Cais Água Viva está associada à ideia de construção de um espaço para o diálogo entre a história e cultura local. Itacarambi se constitui como uma cidade que valoriza seus espaços de lazer, visto que suas praças são todas adornadas, coloridas e fazem relação com a história do município. Conforme histórico, Itacarambi tem suas raízes fundacionais vinculadas com o período pré-histórico, mantendo ainda hoje suas pinturas rupestres, que datam de aproximadamente 9.000 a 12.000 anos.

Para Amaral e Lima (2010) as figuras pintadas ou gravadas nos paredões de rocha do Vale do Peruaçu demonstram a existência de até oito momentos de decoração da arte rupestre, onde cada um pode ter durado vários séculos e apresenta temas e formas de representação pelo uso preferencial de certas cores.

A cidade de Itacarambi valoriza a cultura rupestre ao recriá-las em espaços temáticos com o intuito de uma reconstituição histórica, por assim dizer, e dar legitimidade ao diferencial da cidade em seu território, o que é representado nos traços dos índios, caboclos e pescadores, conforme esclarecem Amaral e Lima (2010). Os espaços temáticos foram construídos ao longo de 18 anos pela administração municipal, com o objetivo de potencializar o turismo, na medida em que esta ação, poderia trazer resultados para o desenvolvimento da economia local, ao passo que valorizava a cultura ribeirinha, obtendo conjuntamente o engajamento da população com o seu espaço público.

No ano de 2004, a cidade de Itacarambi foi piloto do Projeto Uniarte da Pró Reitoria de Extensão. As ações desse projeto visavam valorizar as manifestações culturais da região, e contaram com a participação de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS**LUGARES**

240 crianças e jovens e de 25 professores. Uma equipe permaneceu na cidade por seis finais de semana, totalizando 120 horas de ações com oficinas que acolheram os saberes ribeirinhos, dentre eles os mitos, lendas e crenças da região. O resultado foi socializado na Praça do Caís com ampla presença da população.

Posteriormente em 2009, o município conseguiu a aprovação, junto a Superintendência de interiorização da Cultura, do projeto de construção de esculturas que referenciavam traços da cultura de Itacarambi.

O projeto visava a edificação de monumentos e esculturas que fazem parte do imaginário da população local. Nesse sentido foram construídas carrancas gigantes, dando forma também a várias esculturas que fazem alusão aos mitos, lendas, crenças, tais como o caboclo d'água e a sereia encantada e a fauna e flora regionais, como a onça pintada e os peixes.

É importante ressaltar que, inicialmente, a população não se mostrou favorável a inserção de monumentos e desenhos nas praças, causando, no primeiro momento, reações negativas a iniciativa, que não havia sido entendida como um instrumento de “valorização e de apropriação dos testemunhos de um patrimônio cultural” (AMARAL; LIMA, 2010). Contudo tal realidade foi se modificando ao longo dos anos e, atualmente, a população se apresenta muitas vezes como defensores dos seus bens culturais, e em alguns momentos, como desprendida dos seus bens culturais.

Nesta perspectiva os autores do projeto, junto a cidade, apostaram nos pressupostos pedagógicos da educação patrimonial com vistas a potencializar o que existe de mais tradicional na região, padrões arqueológicos, que inspiraram pequenos mosaicos que decoram todas as ruas e praças.

Ainda segundo Amaral e Lima (2010) nas praças e nos canteiros das ruas de Itacarambi, entre a “cidade reurbanizada e o Rio São Francisco, há uma subjetividade partilhada”. Pois visitar espaços como esse, marcado pela externalização das suas expressões culturais, provoca múltiplas reações e eficientes reações no campo da memória.

04 DESCRIÇÃO**Caracterização Geral do Espaço**

A Praça Cais Água viva foi edificada em concreto e está delimitada sob um formato retangular. É constituída por bancos também de concreto, diversos monumentos alusivos à cultura local, árvores, gramados, mosaicos azulejados e pinturas coloridas. Possui ainda uma quadra esportiva com arquibancada, um quiosque, além do cais que possui corrimão de ferro.

A praça se destaca das demais praças por possuir monumentos que fazem referência à cultural regional. No seu interior e entorno estão edificadas carrancas gigantes esculpidas em madeira e concreto, que funcionam como portais e emolduram a Praça da Água Viva. A carranca é um símbolo da cultural local, que está associado as lendas de navegação do São Francisco. Geralmente está fixado na proa das embarcações, como adorno e proteção dos barqueiros contra os maus espíritos. Ainda com temas associados com as lendas e mitos locais, existe a escultura da sereia encantada, da mula-sem-cabeça, e do Caboclo D'água (“monstro folclórico fluvial”).

No local também se encontram as peças que retratam os aspectos da vida animal como a lontra, o jacaré, a anta e a onça pintada. Para complementar o colorido da praça mosaicos foram afixados nas calçadas e em alguns muros. De acordo com levantamento realizado com os executores das obras, os mosaicos, esculturas em concreto e madeiras e as pinturas foram realizadas pelos mestres Adalberto Alves Dourado, Ivan Pereira da Silva e Elieno Batista da Silva. As carrancas gigantes são obras criadas por artesãos de Pirapora.

O local também é popular por ter a possibilidade de congregar até 5.000 pessoas e pela sua vista, onde a população observa o pôr do sol de frente para o Rio São Francisco.

Relações (simbólicas, sociais, econômicas, religiosas, etc)

A praça cria relações simbólicas de unidade entre os cidadãos de Itacarambi, por ter o poder de

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

agregar pessoas e por utilizá-la como difusora dos saberes das águas que caracterizam a cultura ribeirinha. De acordo com os relatos de Valéria Mello, idealizadora do projeto Amores no Velho Chico 2012) a praça se destaca na cidade por apresentar, de maneira lúdica e monumental, as manifestações culturais de Itacarambi, promovendo o “encontro das lendas e o cultivo da arte cultural” (Projeto Cinema no rio, 2010). Devido a riqueza e vivências do espaço, a Praça do Cais se apresenta também como um espaço de referência para a realização de manifestações culturais, na qual destaca-se os Reis de Boi.

Usos do Lugar	
----------------------	--

A Praça Cais Água Viva, juntamente com seus monumentos que personificam histórias e lendas, se apresenta como um espaço cotidiano de ocupações esporádicas de solitários, namorados, famílias, intelectuais, cidadãos em geral, que por ali passam e, as vezes, permanecem. O lugar constitui-se ,portando, em um espaço de socialização diária, para onde a população se desloca nos fins de tarde, onde a vista do sol é apreciada, sendo ocupada com maior frequência e proporção nos finais de semana. À beira do cais também se dirigem as lavadeiras, barqueiros e demais moradores que desfrutam da “utilidade” do lugar e do rio São Francisco. Além de ser espaço de convivência, a Praça também é palco das manifestações culturais do município, tais como o Reis de Boi, de festejos religioso como a Festa de Nossa Senhora da Conceição e Festa de Nossa Senhora de Fátima, shows de música, eventos políticos, escolares, entre outros.

Tranformações e Permanências	
-------------------------------------	--

A construção das esculturas e monumentos na praça são recentes. Quanto aos mestres que executaram as obras, sabe-se que hoje eles realizam poucas atividades neste sentido, somente por encomendas, visto que as necessidades deste grupo se restringem ao espaço físico onde podem ser realizadas tais atividades. Além dessas questões, não foram identificadas outras transformações na Praça Cais Água Viva.

Dados Fundiários e Construtivos	
--	--

O espaço é público, pertencente à Prefeitura Municipal.

05	MARCOS NATURAIS E/ OU EDIFICADOS
-----------	---

Entre os marcos edificados estão a própria Praça, as carrancas gigantes, as esculturas de lendas e elementos da fauna e da flora locais. Como marco natural o rio São Francisco.

06	MODELO DE ORGANIZAÇÃO
-----------	------------------------------

TIPO	Comitê	Instituição	x	Irmandades/ Confrarias	Associação	Outros
Denominação	Prefeitura Municipal de Itacarambi					
Descrição	-					
Organizadores	-					
Financiadores	Prefeitura Municipal de Itacarambi					
Produção de atividades e eventos	Variável, dependendo da manifestação ou do evento.					
Meios de Comunicação e Divulgação	-					

07	ÁREA DE ABRANGÊNCIA
-----------	----------------------------

Comunidade	Município	x	Região	Estado	Nacional
Observação					

Caracterização do Público Frequentador	
---	--

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS	LUGARES
--	----------------

O público que frequenta a Praça é compreendido por toda a população de Itacarambi, visto que é um local público, aberto a todos e identitário dos moradores na cidade. Assim, ocupam o espaço pessoas diferentes faixas etárias, credos, condição social e econômica, entre outros.

Participação turística

Por sua característica artística, cultural, agregadora e identitária, e por possuir uma vista privilegiada para um dos rios mais importantes e marcantes do país, seu potencial turístico é relevante e amplo, sendo possível a criação de políticas públicas que visem a efetivação de um turismo consciente e sustentável no lugar.

08 ELEMENTOS RELACIONADOS

Bem Cultural	Tipologia	Categoria	Subcategoria	COD.IPAC
Carrancas	Artefato	Objeto sagrado	-	-
Esculturas	Artefato	Escultura	-	-
Lendas e Mitos	Literatura Oral	Lendas e mitos	-	-
Rio São Francisco	Lugar Simbólico	Rio	-	-
Artesão	Ofício	Escultor	-	-

09 COMENTÁRIOS

Comentários dos entrevistados

Sem referência.

Comentários do elaborador

Conforme já mencionado anteriormente, a Praça Cais Água Viva se caracteriza por ser um lugar de ampla importância para o município de Itacarambi, seja pelos elementos esculturais e arquitetônicos que a compõe, pela encantadora vista para o rio ou pela sua potencialidade de agregar pessoas, bem como seus valores e culturas.

Em 2009, quando aprovou-se, no edital de Micro Projetos Culturais, o incentivo a implantação do projeto que visava a construção das esculturas presentes na Praça, observou-se que tal lugar possui um vínculo histórico e cultural muito forte com os moradores de Itacarambi. Durante as ações desenvolvidas no município pode-se inferir que Itacarambi é uma cidade que valoriza seu patrimônio e zela em preservá-lo.

Possibilidade de Continuação

A Praça é composição arquitetônica do município, e para além disso, faz parte da vivência da população local, diante disso e dos apontamentos acima, acredita-se que a possibilidade de mantê-la seja indubitável.

Plano de ação

Sugere-se que seja realizada uma pesquisa mais aprofundada sobre a Praça e os elementos que a compõem, por meio de entrevistas e pesquisa documental. Indica-se ainda, que seja feito um registro audiovisual, possibilitando também a divulgação da beleza dos mosaicos e esculturas locais.

Acredita-se que deve-se ampliar o uso da Praça no campo de ações de educação patrimonial para a população, sempre no sentido de preservação e ocupação do espaço. Por fim, destaca-se que deve haver, por parte do poder público, apoio na transmissão dos saberes e habilidades relacionados ao bem cultural e a valorização de mestres e executantes.

10 ENTREVISTADOS

01	Nome	-	Tipo	-
	Nascimento	-	Sexo	-
			Idade	-
			Registro Sonoro Visual	-
Descrição (rol, indumentária, transmissão do saber)				
-				
Contato				
-				

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Observações

-

11 DOCUMENTAÇÃO FOTOGRÁFICA


Figura 2: Praça Cais Água Viva
Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG



Figura 3: Mula sem cabeça – Praça Cais Água Viva
Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG

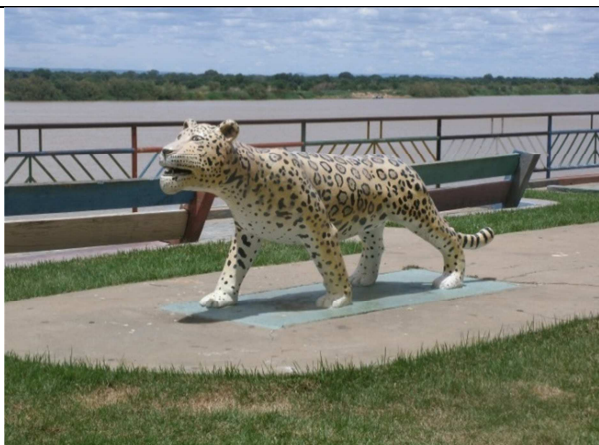


Figura 4: Onça – Praça Cais Água Viva
Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG



Figura 5: Peixe – Praça Cais Água Viva
Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG



Figura 6: Sereia – Praça Cais Água Viva

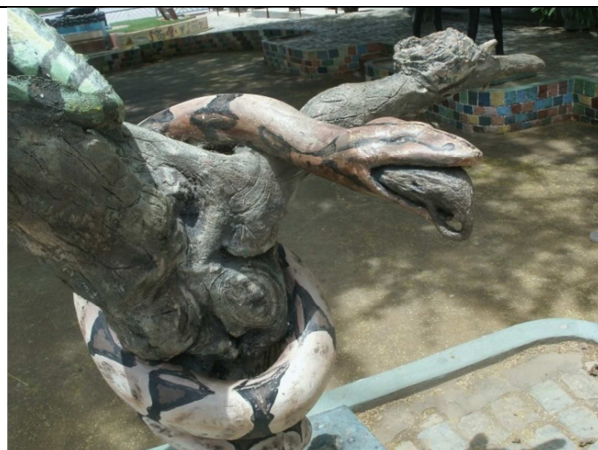


Figura 7: Cobra – Praça Cais Água Viva

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS
LUGARES

Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG

Fonte: NUHICRE – IEPHA/MG

12 DOCUMENTOS ANEXOS

Fotografias	Figura 1: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_CAndrade Figura 2: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (2) Figura 3: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (16) Figura 4: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (1) Figura 5: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (7) Figura 6: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (17) Figura 7: IPAC_5384_Itacarambi_PCViva_Nuhicre_Iepha (12)
Vídeos	Não se aplica.
Áudio	Não se aplica.

13 REFERÊNCIAS

Vitruvius. AMARAL, Ana Alaíde; LIMA, Fabio José Martins. <i>Itacarambi, norte de Minas Gerais: entre o lugar e os espaços de diálogo</i> . Disponível em: < http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/minhacidade/10.120/3478 > Acesso em 18 dez. 2014.
BAETA, Alenice Motta. Aspectos sobre o processo de contato entre colonizadores e grupos indígenas no Norte de Minas Gerais – região do vale do rio Peruaçu. <i>In Arq. Mus. Hist. Nat. Jard. Bot.</i> . Belo Horizonte: UFMG, vol. XIX, 2009.
IBGE. <i>Cidades: Itacarambi</i> . Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=313210 >. Acessado em: 24 abr. 2013.
Cidades de Minas. DIAMANTINO, Carlos. <i>Itacarambi do Peruaçu</i> . Disponível em: < http://carlosediamantino.com/2012/03/06/itacarambi-do-peruacu/ >. Acesso em 04 mar. 2013.
Amores no velho Chicol. MELLO, Valéria. <i>O encontro das lendas e cultivo da arte cultural</i> . Disponível em: < http://www.amoresnovelhochico.com.br/2012/10/23/itacarambi/ >. Acesso em 04 mar. 2013.
PROUS, André Pierre; RODET, Maria Jacqueline. Introdução. In: <i>Arquivos do Museu de História Natural da UFMG</i> . Belo Horizonte, UFMG, vol. XIX, 2009. Disponível em: < http://www.mhnbj.ufmg.br/arquivosDoMuseuVolXIX.html > Acesso em 23 dez. 2014.
VASCONCELOS, Pedro de Almeida. A “Idade do Ouro” de Salvador. <i>In Revista Território</i> , v. 1, n.2, 1997. Disponível em: < http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_6_vasconcelos.pdf > Acesso em: 23 dez. 2014.
WELLS, James W. <i>Explorando e viajando três mil milhas através do Brasil do Rio de Janeiro ao Maranhão</i> . Tradução de Myriam Ávila e Introdução de Christopher Hill. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro – Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1995. 2v.: 83 ilustr.

14 FICHA TÉCNICA

Fotos	Ana Alaíde Amaral	2010
Vídeos	Não se aplica.	-
Áudio	Não se aplica.	-
Transcrição	Não se aplica.	-
Levantamento	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Elaboração	Raquel Helena de Mendonça e Paula	2013
Revisão	Débora Raiza Rocha, Luis Gustavo Molinari, Maria Generosa Ferreira	2013

PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL DE MINAS GERAIS		LUGARES
	Souto, Renata Lopes	03/2015 06/2015
	Observações	